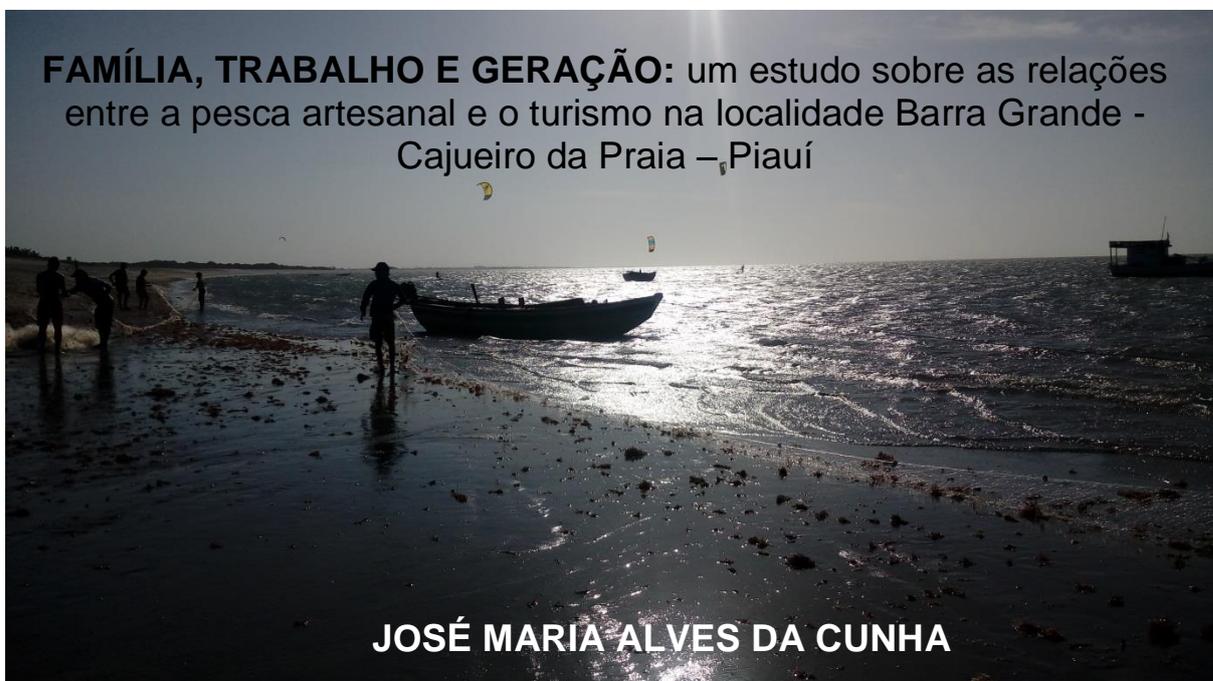




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

FAMÍLIA, TRABALHO E GERAÇÃO: um estudo sobre as relações
entre a pesca artesanal e o turismo na localidade Barra Grande -
Cajueiro da Praia – Piauí



JOSÉ MARIA ALVES DA CUNHA

**TERESINA – PI
2018**

JOSÉ MARIA ALVES DA CUNHA

FAMÍLIA, TRABALHO E GERAÇÃO: um estudo sobre as relações entre a pesca artesanal e o turismo na localidade Barra Grande - Cajueiro da Praia – Piauí

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Piauí, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Processos, Atores e Desigualdade Sociais.

Linha de Pesquisa: Territorialidades, Ruralidades, Urbanidades e Sustentabilidades.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Pires Melo

**TERESINA – PI
2018**

JOSÉ MARIA ALVES DA CUNHA

FAMÍLIA, TRABALHO E GERAÇÃO: um estudo sobre as relações entre a pesca artesanal e o turismo na localidade Barra Grande - Cajueiro da Praia – Piauí

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Piauí, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Samuel Pires Melo.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Samuel Pires Melo - Orientador (UFPI)

Prof^a. Dr^a. Marlúcia Valéria da Silva - Examinadora Interna (UFPI)

Prof. Dr. Klênio Veiga da Costa - Examinador Externo (UENF)

Prof. Dr. Ferdinand Cavalcante Pereira - Examinador Interno Suplente (UFPI)

Aprovado em: 26/02/2018

**TERESINA - PI
2018**

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas que me ajudaram na construção dessa dissertação, e que as guardo com estreito carinho, pois sem elas este trabalho não ganharia forma, tão pouco a incessante busca pela qualidade e originalidade.

Agradeço, com amor, às pessoas da pesca¹ por ajudarem-me na construção das informações deste trabalho. Foi através do contato direto e cotidiano que tive com homens e mulheres durante a pesquisa de campo que pude sentir este trabalho fluir e com entusiasmo debrucei-me para conferir sentido às suas contribuições.

Gratidão eu sinto pelo conhecimento compartilhado com a professora Valéria Silva, que em poucos meses de convivência conseguiu me sensibilizar ainda mais acerca das questões sociais, políticas e humanas. Todo o conhecimento transmitido será por mim muito bem utilizado, como um saber-fazer para a vida. O gosto pelas coisas humanas não será esquecido. Muito obrigado, professora Valéria!

O entusiasmo, a sabedoria, a competência, a irreverência e a alegria são as marcas pelas quais me lembrarei da professora Dione Morais. Foi a partir de suas aulas que pude me encontrar na minha pesquisa, e nas duas disciplinas ministradas fui feliz por ser contemplado com tamanha satisfação, sem falar na intimidade dos risos e da descontração, nervosismo e puxadas de orelhas cheias de alegria. Muito obrigado, professora Dione!

Eu não esqueço a turma de Sociologia Rural; foi o princípio do conhecimento num mundo desconhecido e encantado. Por isso, estendo o agradecimento especial a cada uma das colegas da turma (Carol, Lília, Lígia, Paula, Milane, Mariana, Kátya e Mary), bem como ao colega Dastur. Juntos, vivemos dias maravilhosos e emocionantes que sinto enormes saudades. Um dia a gente se encontra por aí!

Agradeço também às colegas e aos colegas da quinta turma do Programa de Sociologia pelo companheirismo e aprendizado conquistados ao longo das aulas. Em especial, quero agradecer às colegas Carol Barbosa e Samira Ramalho, amigas queridas e que foram minhas principais companhias nas lides do mestrado, tendo sido permitido ampliar o contato para amizades mais profundas, que são de grande valia para mim, pois são carregadas de respeito, admiração e alegria.

¹ Sobre quem são as “pessoas da pesca” e as demais “pessoas” encontradas ao longo do trabalho, ver explicação na página 43.

Destaco, aqui, o caminho feliz percorrido com o professor Samuel Pires, orientador que foi sensível às questões de nosso trabalho e com sabedoria me conduziu pela teoria e pela prática, numa construção segura e firme, mantendo o pé no chão e as mãos no computador, pudemos concluir esta etapa, sempre com muita confiança e leveza, o que tornou sadia a elaboração dessa dissertação. Sou inteiro grato por sua contribuição, professor Samuel!

Agradeço ao professor Klênio pela participação nas bancas de qualificação e defesa, o qual contribuiu enormemente com seu amplo conhecimento sobre a pesca artesanal, enriquecendo ainda mais este trabalho. Obrigado, professor Klênio!

Nessa área do conhecimento, foi com a professora Jaqueline Sousa que pude perceber aquilo que somente pessoas sensíveis e atentas conseguem: o amor às causas e demandas sociais. Sou bastante agradecido por toda confiança e ajuda que me deste, razão pela qual sinto orgulho de ter seguido na academia. Saudade de vê-la atuar, de ser autêntica e uma das pessoas mais maravilhosas que já tive o prazer de conhecer. Obrigado, professora Jaqueline!

A amizade na academia é amiga dos bons conselhos. Com isso, o professor Ricardo Gomes Ramos tem sua contribuição para além dos muros da universidade. Uma entre as pessoas mais legais que conheço, o qual compartilhou de forma lúcida todo o seu amplo e fascinante conhecimento acerca da atividade do turismo. Muito obrigado, professor Ricardo! Saudades, cara!

Os conselhos são importantes para firmar amizades, e por isso acredito que o professor Pedro Santos guarda muita gente boa e amiga ao seu lado. Antes de ser o orientador na graduação, foi um ótimo ouvinte, sobretudo nas questões pessoais, por isso e pelas contribuições acadêmicas, além da amizade e alegria infinitas. Feliz por sua infinita generosidade. Muito obrigado, professor Pedro!

O incentivo dado pela professora Heidi Kanitz foi de grande monta para percorrer distâncias maiores e mais largas na academia, motivo pelo qual ganhei ânimo para seguir com minhas pretensões. O carinho e a atenção são as maiores facetas dessa relação de amizade e de muita admiração. Sou muito agradecido por tudo, professora Heidi.

A família consiste de muito valor e apoio quando buscamos algo, e na minha família não foi diferente. Obrigado às pessoas da minha família pelo incondicional apoio e confiança a mim depositados. Reconhecendo as várias dinâmicas familiares, adiciono, neste agradecimento, as pessoas “agregadas” à família. Citando nomes:

Maria (irmã), Neto (irmão), Francisco (irmão), Vanessa (cunhada), Darlene (vizinha) mamãe e papai.

Iniciei esse percurso quando ainda trabalhava na secretaria municipal de assistência social em Parnaíba. Recordo com muita felicidade a vibração de cada pessoa quando das aprovações nas etapas da seleção. É com muito carinho que guardo cada uma das pessoas maravilhosas que trabalharam comigo: Diene, Geíza, Cleuma, Cimara, Thaty e Diogo. Saudade da Equipe da Proteção Social Especial.

Obrigado às pessoas amigas do curso de turismo (Mayara, Thaís, Rayan, Keyni, Geraldo, etc.) por todo o apoio, incentivo e reconhecimento. Muito obrigado!

Agradeço com carinho ao Sr. Antônio pela hospitalidade e hospedagem em sua residência “comercial”, que me foi muito útil durante quase um ano em Teresina. Agradeço aos colegas que pela residência também passaram e conheci, mas com a presença especial do potiguar Carlos. Um dia a gente se vê, meu amigo!

Agradeço a colega Paula que me ajudou antes mesmo de iniciar o mestrado, provando ser uma pessoa amiga e disponível para alguém que pouco conhecia. Sou feliz por sua ajuda, muito obrigado!

Ao colega, secretário do Programa, Érico. Muito obrigado pelas informações que me deste quando solicitei, sempre com atenção e presteza em atender.

Ao município de Teresina e seu calor maravilhoso. A acolhida nesta terra quente faz a gente se questionar sobre o sentido da vida, razão pela qual julgo ter me tornado uma pessoa mais humana e solidária ao mundo e à vida.

A minha companheira para quase tudo nesta vida atual (e também futura), minha querida Diene Bruna. Passamos tantas dificuldades, mas o resultado é bom, é prazeroso e tem um gosto maravilhoso. Obrigado pelo incentivo, pela força, pela coragem e por todo o amor. Estamos juntos, sempre!

Agradeço ao meu pai, Valdemar, e a minha mãe, Raimunda. Apesar de não saberem exatamente o que faço/estudo, este trabalho carrega muito das lutas que vivemos nesta vida que ainda tem muito para nos mostrar. Sair de um município sem perspectiva alguma, no profundo do rural dos anos 1990, para construir uma vida num lugar novo, onde, juntos, conseguimos algumas poucas proezas, eu só tenho muito a agradecer. Obrigado meu pai e minha mãe por todo o ensinamento de vida, eu os amo com todo o amor do coração.

Por fim, agradeço a todas as pessoas presentes neste trabalho, que foi feito com amor para servir a quem dele precisar.

RESUMO

A localidade Barra Grande (Cajueiro da Praia – PI) há cerca de duas décadas tem percebido mudanças de ordem social, econômica e cultural oriundas da exploração de seus territórios aquático e terrestre pelo turismo, que tem condicionado um modo de vida diferente para membros de famílias pesqueiras artesanais, sobretudo no âmbito do trabalho, da organização familiar e geracional. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo geral analisar as noções de reflexividade de membros de famílias pesqueiras artesanais de Barra Grande acerca dos seus modos de vida e das mudanças decorrentes da operacionalização do turismo nos seus territórios aquático e terrestre. E os objetivos específicos buscam: 1) Descrever a forma com que membros das famílias pesqueiras constituem o trabalho, as relações familiares e os aspectos geracionais nos territórios aquático e terrestre; 2) Verificar como está sendo realizada a transmissão da tradição pesqueira artesanal e como a juventude local tem articulado suas vivências em meio à modernidade; 3) Relacionar as transformações oriundas do turismo e como isso tem modificado as relações e as sociabilidades de membros das famílias pesqueiras diante do trabalho, da família e da geração. A pesquisa deriva de um estudo etnográfico, feito com observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas, servindo de apoio o diário de campo. Entre homens, mulheres e jovens, participaram dezenove pessoas de três famílias pesqueiras. A pesquisa de campo ocorreu entre agosto e outubro de 2017, durante cerca de 60 dias. A pesca foi gradativamente a mais acometida pelas transformações decorrentes da vida moderna. Houve redução sensível do número de pescadores, sobretudo pela mudança da atividade tradicional para a assalariada por parte de novos possíveis pescadores. Mesmo assim, a pesca tem sobrevivido com a adoção do turismo enquanto possibilidade de ampliação do lucro pela venda direta do pescado a turistas/excursionistas, embora a população nativa ainda predomine como cliente. Os homens adultos continuam o labor na pesca, enquanto as mulheres passaram a experimentar o trabalho nas lides do turismo, admitindo novas orientações quanto à divisão do trabalho doméstico. A posição da mulher ganhou avanços, mormente pela capitalização que lhe destacou em casa, diminuindo a sujeição e a subordinação aos maridos, com autonomia e breve independência, mas ainda marcada por restrições. A juventude apresenta-se com distinção, pois passa por um estágio importante de deslocamento identitário. Para jovens locais, a pesca como modo de vida ficou no passado, acumulando possibilidades de trabalho ou da constituição de suas individualidades mediante a realização de seus projetos de vida, bem como pelo rápido assalariamento nos equipamentos do turismo. Portanto, as mudanças são de grande monta e particulares às pessoas que de certa forma tem sabido tirar proveito das condições que lhes foram impostas pela atividade do turismo, principalmente pelo fator econômico.

Palavras-chave: Pesca artesanal; Turismo; Trabalho; Juventude e geração.

ABSTRACT

The local region of Barra Grande (in Cajueiro da Praia-PI) for two decades has noticed cultural, economical and social order changes which came from the exploration of its aquatic and terrestrial places by tourism, that has provided a different kind of life to members of artisanal fisher families, especially in scopes such as working, familiar and generational organization. Thus, this work has as general objective to analyze the notions of reflexive capabilities in the members of artisanal fisher families of Barra Grande about their kinds of life and the changes resulted by tourism operation capability in their aquatic and terrestrial territories. The specific objectives search: 1) To describe the way in which the members of fisher families establish the work; familiar relations and the generational aspects in the aquatic and terrestrial areas; 2) To check how the transmission of artisanal fishing tradition has been carried out and how the local youth has been articulating their experiences into this modernity; 3) To relate the transformations coming from tourism and how this has been modifying the relations and the sociability of members of the fishing families before the work, the family and the generation. The research derives from an ethnographic study, prepared with participant observation and semi-structured interviews, aided by a field diary, in which nineteen people from three fishing families participated, among them, men, women and youth people. This field research was performed between August and October 2017, for approximately 60 days. Gradually, fishing has been the most affected by the transformations coming up from modern life. There was a significant reduction in the number of fishers, mainly due to the shift from traditional to salaried activity by possible new fishers. Nevertheless, fishing has been survived with the adoption of tourism as a possibility to increase profit by direct fishing sale to tourists/hikers, even though the native population still predominates as customers. Adult men continue to work in fishing, while women have come to experience the work of striving for tourism, admitting new directions regarding the division of housework. Women's position has advanced, mainly because of the capitalization with which they have stood out at home, reducing the subjection and subordination to their husbands, with autonomy and a brief independence, but still marked by restrictions. Youth presents itself with distinction, since it is still going through an important stage of identity displacement. For the local young people, fishing as a source of life has stayed in the past; now accumulating possibilities to work or to constitute their individualities by realizing of their own projects of life, as well as by the fast wage acquisition provided by tourism equipment. Therefore, the changes are greatly important and peculiar to the people who, somehow, have been taking advantage of the conditions imposed on them by the tourism activity, mainly by economic factors.

Keywords: Artisanal fishing; Tourism; Job; Youth and generation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
Conjuv	Conselho Nacional de Juventude
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais no Brasil
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GPS	Sistema de Posicionamento Global (Sigla em Inglês)
MTUR	Ministério do Turismo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PESCART	Plano de Assistência Técnica à Pesca Artesanal
PET	Programa de Educação Tutorial
PSF	Posto de Saúde da Família
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SDPA	Seguro-Desemprego da Pesca Artesanal
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
TBC	Turismo de Base Comunitária
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PESQUISA: INTERAÇÃO, CONVERSAS E OBSERVAÇÕES	42
1 RURALIDADES E O TURISMO NA MODERNIDADE CAPITALISTA.....	61
1.1 Modernidade e turismo.....	65
1.1.2 Turismo e efeitos sobre localidades pesqueiras tradicionais	70
1.1.3 Mudanças no trabalho da pesca em razão do turismo.....	73
1.3 Turismo e reflexividade	78
2 PARTICULARIDADES GERAIS DA PESCA ARTESANAL.....	86
2.1 Arte, ofício e liberdade na pesca artesanal	86
2.1.1 Pessoas da pesca e pessoas do campo	90
2.1.2 Pesca artesanal: campo de tensões e conflitos	94
2.2 Famílias pesqueiras artesanais.....	96
2.3 Trabalho e pesca artesanal.....	112
2.4 Juventude e geração: o futuro da pesca artesanal	123
3 RELAÇÕES ENTRE TURISMO E PESCA ARTESANAL EM BARRA GRANDE. 138	
3.1 Particularidades da pesca artesanal em Barra Grande.....	139
3.1.1 “A única coisa que favorece nós aqui é a venda de peixe”: atualidade da pesca artesanal em Barra Grande	139
3.1.2 “Tem que saber trabalhar”: o ofício pesqueiro	156
3.1.3 “Eles querem saber que estão é ganhando dinheiro”: tensões e conflitos na pesca e no turismo	166
3.2 Família, pesca e turismo em Barra Grande.....	179
3.2.1 “Cada um agora tem uma tarefa pra fazer”: articulação e estratégia de membros de famílias pesqueiras na modernidade do turismo	180
3.2.2 “Agora as meninas estão tudo trabalhando”: gênero e perspectivas locais na pesca e no turismo	189
3.2.3 “Num vou porque eu me embriago”: aspectos de desistência da pesca ..	200
3.3 O trabalho na pesca artesanal e a mudança para o turismo	203
3.3.1 “Pesco porque gosto”: pesca enquanto arte e ofício.....	203

3.3.2 “ <i>Todo dia tem dinheiro, todo dia tem o peixe pra comer</i> ”: como é trabalhar na pesca artesanal	212
3.3.3 “ <i>Hoje quase todo mundo tá vivendo do turismo</i> ”: mudanças nas formas do trabalho em Barra Grande.....	217
3.4 Juventude e geração: será mesmo o fim da pesca?	221
3.4.1 “ <i>A gente vai chegar um dia de não ir pescar porque não tem pescador</i> ”: ausências na pesca artesanal.....	221
3.4.2 “ <i>O pessoal de hoje num querem mais ir pescar</i> ”: a iminência do fim da pesca.....	232
3.4.3 “ <i>Eu num quero que ele (filho) seja que nem eu, não</i> ”: identidades juvenis na pesca e no turismo	244
CONSIDERAÇÕES FINAIS	250
REFERÊNCIAS.....	259
ANEXOS	268
APÊNDICES.....	279

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda de forma direta os processos sociais decorrentes da operacionalização da atividade moderna do turismo e as implicações sobre o modo de vida de membros das famílias que utilizam a pesca artesanal como meio de reprodução social e familiar na localidade Barra Grande, localizada na zona rural do município de Cajueiro da Praia, na região Norte do estado do Piauí².

O estudo versa, fundamentalmente, sobre a noção de reflexividade em membros de famílias pesqueiras artesanais quanto a seus modos de vida, abrangendo tanto aquelas pessoas que vivem exclusivamente da pesca como as que exercem outras atividades distintas da pescaria, podendo ser direta ou indiretamente no turismo. Com isso, o foco da pesquisa está na estrutura do turismo e seus desdobramentos junto à população nativa ancorada na pesca artesanal, posicionada à margem do rendimento e da lucratividade dos empreendimentos do setor hoteleiro e de alimentos e bebidas da cadeia produtiva do turismo de modelo global, que se instalaram no local e passaram a marcar um novo ritmo no cotidiano destas pessoas há mais de duas décadas.

Situo-me neste trabalho a começar pelo interesse no tema, o qual advém de preocupações por mim sentidas desde a época da graduação no curso de turismo³, quando nas discursões dos textos em sala de aula, sobretudo nas disciplinas mais específicas, parecia não haver preocupação com a sociedade local atravessada por capitalistas do turismo sobre seus territórios. A percepção que se tinha era de que o turismo deveria ser apoiado, sem haver muitos questionamentos.

No transcurso do tempo, o acesso a leituras mais críticas alinhou minha percepção negativa sobre a forma como o turismo é operacionalizado em grande parte do país, embora não o tratasse como o vilão, pois reconhecia seus benefícios devido a bons exemplos que conhecia, como o turismo praticado na comunidade Prainha do Canto Verde, em Beberibe, Ceará⁴.

² A localidade Barra Grande está situada numa zona rural delimitada de forma normativa pelo Estado.

³ Curso de Bacharelado em Turismo da UFPI (Campus Parnaíba), entre os anos de 2011 a 2015.

⁴ Nesta comunidade é desenvolvido o TBC, modelo de turismo que tem nas pessoas do lugar os protagonistas da atividade turística. Assim, são mantidas as atividades tradicionais na pesca e na agricultura, em que as pessoas de fora são atraídas pelo modo de vida simples e particular das pessoas nativas, sem haver preocupações de ordem econômica ou cultural, pois há o respeito à tradição e à cultura local.

A participação em alguns eventos nas áreas do turismo, meio ambiente, desenvolvimento, sociedade, políticas públicas, territórios, comunidades e povos tradicionais, etc., confirmava a preocupação inicial que me instigava.

Quando participei do PET Turismo (entre 2013 e 2014) como pesquisador, realizei incursões ao município de Cajueiro da Praia, com as quais pude comprovar muitas das minhas convicções acerca do modo como o turismo é trabalhado e quais suas implicações à população nativa. A partir disso, percebi inúmeras contradições quanto ao modelo de turismo operacionalizado em Barra Grande, conhecido por ter bases excludentes, conflituosas e impactantes sobre a sociedade, a natureza e a cultura dos destinos receptores.

Nas visitas ao campo antes mesmo da qualificação do projeto de pesquisa, conferi de forma crítica aquilo que já desenhava em minha mente. Estar num lugar carregado de uma cultura particular e de sentido é vivenciar a história no presente. A natureza do lugar e das pessoas da pesca revela a simplicidade de uma gente que é simples, perfazendo o ideário simbólico envolto de transformações múltiplas, alheias à modernidade imposta compulsoriamente na vida de pessoas que, em um primeiro momento, não podiam ser duramente penalizadas pela imposição da cultura global de consumo sobre as suas, mormente centradas na tradicionalidade.

Esse cenário de contradições e incertezas no turismo atraiu a minha atenção e me proporcionou possuir a devida sensibilidade para a realização de um trabalho que pudesse conferir voz e vez às pessoas nativas, que há tempos são exploradas, silenciadas e ignoradas.

Após ingresso no Programa de Sociologia, as contribuições das professoras Valéria Silva e Dione Moraes, em decorrência das aulas nas disciplinas Ruralidades Piauienses e Sociologia Rural, ministradas, respectivamente, pelas docentes, foram de extensa valia à compreensão das ruralidades. Ressalto que as aulas expositivas e as discussões acerca dos textos sugeridos foram fulminantes no sentido de buscar dar sentido ao meu trabalho de perceber o campo e de organizar ao máximo tudo aquilo a que me propus realizar.

Além disso, o trabalho de orientação do professor Samuel – com estímulo, incentivo e autonomia devidos – foi decisivo para que o tema fosse delimitado com a certeza de que estaríamos diante de um trabalho gostoso de realizar, não somente pela localização do campo de pesquisa, mas por contemplar demandas que a mim e

a ele interessavam, sem nos causar nenhuma insatisfação, o que foi muito bom para os fins do trabalho e da minha saúde física e mental.

Assim, o conhecimento que tenho hoje sobre as ruralidades é humanizador; é um saber que me fez retornar ao campo, às origens da minha infância, quando acompanhava meu pai e meus irmãos na roça, enquanto minha mãe e minha irmã tomavam de conta da casa, reproduzindo o nosso grupo doméstico, à época, tal qual pude identificar na leitura de Wolf (1976) sobre o grupo doméstico no campesinato.

É nesse meio que me pego e me reconheço para dar prosseguimento a este trabalho, exercido com labor e com afinco ao que me foi atribuído, enxertado pelo compromisso de compreender aquilo que no texto que segue será paulatinamente apresentado e discutido, à luz do diálogo acadêmico e das pessoas nativas.

Estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado em dois capítulos teóricos, e um que reúne as análises e impressões do campo de pesquisa a partir das informações construídas. Afora isso, elementos pré e pós textuais dão com fta de explicar o antes e o depois da pesquisa, com ênfase nas aplicações requeridas à elaboração desse trabalho. Entre os anexos, imagens fotográficas dão sentido às imaginações criadas com a leitura.

Quanto aos capítulos, o primeiro - *Ruralidades e o turismo na modernidade capitalista* - discute as mudanças do espaço rural pelo turismo e a modernidade, finalizando com a noção de reflexividade. O destaque se dá às relações capitais oportunizadas pelo turismo e as transformações oriundas desse processo sobre as pessoas nativas impactadas pela moderna atividade do turismo. Como agentes, a discussão dá luz à maneira com as pessoas nativas da pesca reagem às imposições da estrutura do turismo, através do acionamento de consciências prática e discursiva presente na ação das pessoas. Mais ainda, discute a forma pela qual o turismo e a modernidade atuam e condicionam, por si só, reações criadas pela sociedade e também espontâneas, sejam de modo ativo ou passivo.

O capítulo seguinte - *Particularidades gerais da pesca artesanal* - discorre sobre a história e as peculiaridades da atividade pesqueira artesanal, com distinção sobre as diversas sociedades pesqueiras e ênfase no trabalho e conhecimento do labor com o mar, além de apresentar os tipos de pesca encontrados no país (pesca

e agricultura, pesca artesanal e pesca industrial). Informa as diferenças e analogias entre as pessoas da pesca e do campo, mostrando como nas duas sociedades são encontradas particularidades que mais as assemelham do que as separam. O ofício pesqueiro é mostrado pela característica do trabalho vivo marcado na experiência. A discussão segue articulando as particularidades da pesca artesanal, entremeando-as aos membros das famílias, o trabalho e as gerações. Nisso, tais categorias são atravessadas pela teoria sobre a relação com a pesca artesanal e como se dá a inter-relação das pessoas agentes na dinâmica moderna em curso pelos ditames do turismo. Assim, são postos em pauta as nuances sobre as relações familiares na pesca e no advento do trabalho formal atrelado aos equipamentos do turismo. Por fim, a discussão em torno da juventude revela a importância das pessoas jovens para a continuidade do trabalho artesanal pesqueiro, resguardando a complexidade e a cultura ligada ao labor no mar.

O capítulo terceiro - *Relações entre turismo e pesca artesanal em Barra Grande* - traz as categorias centrais do trabalho, abarcando aspectos intrínsecos à reprodução sociofamiliar das sociedades pesqueiras. Aborda o significado da pesca às famílias pesqueiras, consoante particularidades envoltas no trabalho tradicional na pesca. Trata, assim, de questões que envolvem a produção do grupo doméstico, com firme atenção ao desempenho do papel da mulher e da prole nas atividades da pesca e do turismo a partir das possibilidades de proletarização. Assim, se faz um apanhado ampliado das antigas e atuais dinâmicas familiares, partindo da tradicional família patriarcal para a moderna família conjugal e suas transformações perante a modernidade capitalista. A posição da mulher no seio da família deixa a participação de complementaridade, posicionando-se como importante provedora da família, uma vez que o assalariamento nos equipamentos do turismo significa a insubordinação delas aos maridos, conquistando maiores poderes no grupo doméstico, a exemplo da reorganização das lides e tarefas de casa. Discute as diferenças de gênero em meio às sociedades pesqueiras e as transformações oportunizadas pelo turismo em favor da geração de emprego e renda e das possibilidades de independência e empoderamento feminino. Trata, ainda, da dificuldade encontrada pela prole diante da busca pela melhoria de vida pelos estudos, acabando por inviabilizar o processo de socialização cultural do trabalho pesqueiro.

Sobre a categoria trabalho, faz-se um apanhado mais geral sobre o trabalho na pesca artesanal, atentando às especificidades que regem a atividade pesqueira.

Traz luz às interpretações sobre como é realizado o trabalho na pesca propriamente dito, com alusão às formas de trabalho vivo e morto, produtivo e improdutivo. Discute as peculiaridades das atividades de trabalho no turismo e como elas têm modificado o trabalho na pesca, com forte atuação na vida da juventude e de mulheres, constituídas como principais beneficiárias e, ao mesmo tempo, vítimas do alargamento das possibilidades de trabalho em ampliação pela atividade do turismo. É dada ênfase ao trabalho pluriativo no turismo e à ruptura com o trabalho pesqueiro artesanal, com atenção às consequências de tal associação sobre o modo de vida das famílias e das pessoas que trabalham na pesca.

Quanto às gerações, discute-se, *a priori*, o fim ou não da atividade pesqueira artesanal. Assim, abrange a juventude e suas múltiplas possibilidades de atuação de forças perante a vida moderna, com facilidades para iniciação de projetos de vida de natureza individualista, concorrendo ao trabalho formal pelo rápido assalariamento. O modo de vida moderno e recheado de aspirações e projetos toma conta do ideário juvenil, motivo pelo qual a discussão segue por esse caminho, de forma a iluminar as influências, a constituição e o deslocamento de identidades em meio ao atual cenário vivenciado pelas pessoas jovens, adultas e idosas.

O lugar da pesquisa

O litoral do Piauí compreende uma área de 66 quilômetros de extensão, de leste a oeste, abrangendo quatro municípios da região Norte do estado: Ilha Grande, a oeste, na divisa com o estado do Maranhão; Parnaíba e Luís Correia na porção central; e, a leste, Cajueiro da Praia, limitando-se com o estado do Ceará.

Os quatro municípios dispõem de uma biodiversidade da fauna e flora, haja vista boa parte de suas áreas pertencerem à Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, além das diversas praias que se apresentam como limpas e propícias ao banho. As boas condições de balneabilidade, sabemos, derivam da ausência de poluição urbana, como também pelo fundo arenoso predominante nas praias.

Situado na mesorregião do Norte Piauiense, o município de Cajueiro da Praia pertence à “microrregião do Litoral Piauiense, compreendendo uma área de 281,75 km², tendo como limites ao norte o oceano Atlântico, ao sul o município de Luís Correia, a leste o estado do Ceará, e a oeste Luís Correia” (AGUIAR; GOMES, 2004, p. 2), tendo sido emancipado a partir do “desmembramento de 281,75 km² do

território do município de Luís Correia, pelo Decreto nº. 4.810 de 27 de dezembro de 2005” (MACÊDO, 2011, p. 82).

A partir de estimativas do IBGE (2017), o município de Cajueiro da Praia possui população de 7.510 habitantes para o ano de 2017. Convém ressaltar que grande parte da população vive na zona rural, pois, no ano de 2010, quando o município possuía número populacional de 7.163 habitantes, a maioria (4.464 habitantes, ou 62,32%) vivia na zona rural.

No que se refere ao PIB municipal - retirando da soma a Administração e os Serviços Públicos (41,47%) e Impostos (6,67%) -, este é composto, principalmente, pela produção agropecuária (34,48%), seguida pelo setor de serviços (16%) e pela indústria (1,38%), esta última com produção incipiente no município (IBGE, 2014).



Figura 01: Localização geográfica do município de Cajueiro da Praia e da localidade Barra Grande. Edição: José Maria Alves da Cunha. Fonte: Google Maps.

O município de Cajueiro da Praia é reconhecido por sua pungência ligada ao turismo, possuindo três grandes atrativos: o Cajueiro Rei, localizado próximo à sede municipal e que foi diagnosticado por especialistas como o maior cajueiro do mundo em extensão territorial; o segundo atrativo são os peixes-boi marinhos, espécie de mamíferos aquáticos ameaçada de extinção e que no município podem ser vistos na natureza livremente; terceiro, a praia de Barra Grande, situada na localidade rural de mesmo nome, e que é conhecida por ser o principal destino do turismo internacional piauiense, com destaque para as características sociais, culturais e naturais do lugar - os ventos fortes e constantes o ano inteiro, propícios à prática de esportes radicais,

como o *kitesurf*⁵; a cultura local, através de práticas produtivas e laborais na pesca artesanal e da agricultura de subsistência -, características alocadas de atratividade e indução para o turismo na localidade, que se sustenta nos meses de sazonalidade.

Às pessoas nativas, a alta temporada turística (fevereiro ou março - período de carnaval; julho - férias escolares; e dezembro - festas natalina e de ano novo) é propícia para se ganhar alguns trocados; para outras, é a instalação temporária do caos devido à elevação do preço dos produtos, do acúmulo de resíduos sólidos, da venda e consumo de drogas, poluição sonora, prostituição, etc. (CUNHA et al., 2016), impactos negativos derivados do turismo e que são comuns a muitos destinos brasileiros. Grosso modo, a interação turística⁶, desse modo, possui apelo comercial (KRIPPENDORF, 2001). Ademais, apesar de o contato entre as pessoas visitantes e visitadas ser mínimo e muitas das vezes reduzido a trocas materiais e econômicas, a interação turística experimenta novas formas culturais, além de proporcionar a construção de novas identidades.

A população nativa reproduz suas atividades de trabalho tradicionais (pesca, agricultura, extrativismo, etc.), mas não se sobressaem as atividades associadas ao turismo, respondendo por quase a totalidade dos empregos gerados na localidade, com forte participação de mulheres e jovens (sobretudo do gênero feminino), em condições precarizadas, com baixa remuneração e jornadas de trabalho excessivas.

O acesso rodoviário à localidade Barra Grande se dá por duas vias: primeiro por uma estrada de pavimentação asfáltica que liga Barra Grande à rodovia estadual de acesso ao município (PI-302), num trajeto de cerca de 13 quilômetros; segundo, por uma estrada de pavimentação poliédrica ligando Barra Grande à sede municipal, numa extensão aproximada de 08 quilômetros. A segunda, devido à beleza cênica, constitui-se como atrativo turístico, além de fazer ligação com a localidade Barrinha, que também experimenta o desenvolvimento da atividade turística, mas de forma menos expressiva que em Barra Grande.

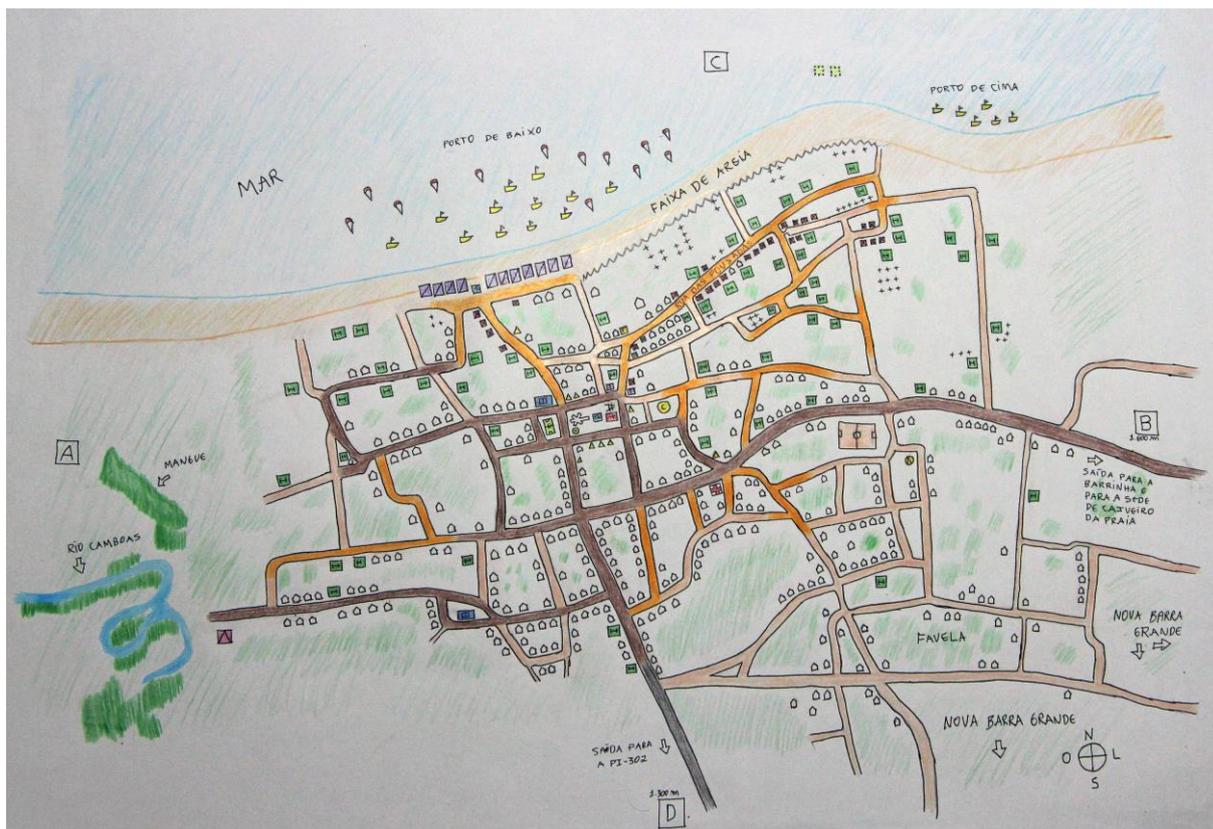
⁵ Esporte náutico que depende da ação de três comandos: propulsão, direção e equilíbrio, além de condições climáticas favoráveis.

⁶ A interação turística muitas vezes substitui o contato entre turistas e populações tradicionais que deveria ser pautado por alteridade.



Figura 02 e 03: Acessos rodoviários à localidade Barra Grande. A Figura 02 se refere ao trecho de 13 quilômetros entre a localidade e a PI-302; a Figura 03 mostra o percurso de 08 quilômetros entre Barra Grande e a sede do município. Edição: José Maria Alves da Cunha. Fonte: Google Maps.

A localidade Barra Grande apresenta-se espacialmente dividida, demarcada pela presença de pessoas de fora e da instalação dos equipamentos turísticos que obrigou a população nativa a deslocar-se para áreas mais afastadas da localidade, em razão da especulação imobiliária pela compra de imóveis de nativos, tanto casas ou apenas o terreno.



	BARRACA DA PRAIA		TORRE DE TV
	MEIO DE HOSPEDAGEM		PRAÇA DA IGREJA
	ESCOLA MUNICIPAL		CAIXA ELETRÔNICO
	QUADRA DE ESPORTES		COLÔNIA DE PESCADORES
	FÁBRICA DE GELO		CAIXA D'ÁGUA
	COMÉRCIO - COMIDA/BEBIDA		POSTO DE SAÚDE DA FAMÍLIA
	FARMÁCIA		RESIDÊNCIA
	SINAL DE INTERNET		CHALÉ
	PADARIA		CAMPO DE TERRA
	IGREJA CATÓLICA		PRIVATIZAÇÃO DA PRAIA
	EMBARCAÇÃO		RUA DE AREIA
	KITESURF		RUA DE CALÇAMENTO
	CURRAL DE PEIXES		RUA DE AREIA COMPACTADA
			RUA DE ASFALTO

Mapa Etnográfico 01: Mapa etnográfico da localidade Barra Grande, evidenciando os aspectos turísticos e os que incidem sobre a pesca. Elaboração: José Maria Alves da Cunha.

Conforme o Mapa Etnográfico 01, os pescadores “atracam” as embarcações em dois “portos”, ambos na praia, sem nenhuma infraestrutura. O Porto de Baixo

está localizado em frente aos bares e restaurantes da praia, no lugar que turistas nacionais e excursionistas ocupam com frequência, assim como turistas nacionais e estrangeiros no lado mais à direita, em frente às pousadas onde estão hospedados. O segundo - Porto de Cima – está localizado após a faixa de domínio das pousadas, local que apresenta calma e onde predomina baixa presença de pessoas. Pescadores utilizam o Porto de Cima por morarem próximos a ele, assim como aqueles que ancoram as embarcações no Porto de Baixo. Circulei pelos dois portos, mas apenas no Porto de Baixo há movimento de pessoas da pesca. O Porto de Cima é utilizado simplesmente para a ancoragem das embarcações e retirada da produção, inexistindo outras atividades sociais ou econômicas, apesar de em certas ocasiões existir pessoas que buscam a faixa de areia do segundo porto como lugar de sossego em razão do acúmulo de pessoas na extensão da praia no primeiro.



Imagem fotográfica 01: Porto de Baixo, localizado em frente aos bares e restaurantes da beira da praia. José Maria Alves da Cunha, janeiro de 2018.



Imagem fotográfica 02: Porto de Cima, localizado numa região pouco utilizada por turistas, embora exista um equipamento hoteleiro à sua frente. José Maria Alves da Cunha, Janeiro de 2018.

A posição central da localidade é a Praça da Igreja, lugar onde se encontra a igreja principal (católica), um colégio municipal de ensino fundamental, uma quadra de esportes, duas padarias, alguns comércios em geral, além de um terminal com caixa eletrônico. Quem chega à localidade pela rodovia estadual ou pela estrada municipal (Barra Grande – Cajueiro da Praia) passa obrigatoriamente pela praça.



Imagem fotográfica 03: Vista frontal da Praça da Igreja, que mostra a igreja e o salão no lado direito da imagem, tendo do lado esquerdo a torre de transmissão dos sinais de televisão e o posto de informações turísticas ao seu lado. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.



Imagem fotográfica 04: Vista lateral da Praça da igreja, evidenciando a escola municipal do lado esquerdo, um comércio e uma pousada, além de constar, no centro da imagem, jovens conduzindo turistas em carroças para o passeio do cavalo marinho. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.



Imagem fotográfica 05: Praça da Igreja, evidenciando a quadra de esportes na frente, a escola do lado esquerdo da quadra acompanhada por alguns comércios à sua esquerda, estando a igreja no fundo da imagem, atrás do alambrado da quadra. José Maria Alves da Cunha, janeiro de 2018.

O único posto de saúde da localidade se localiza próximo à Praça da Igreja. São disponibilizados serviços médicos (consultas) e odontológicos. Contudo, todo e qualquer caso grave é encaminhado à sede do município, ou a municípios vizinhos, como Parnaíba. Em casos de emergência médica, a ambulância é solicitada da sede

do município ou alguma pessoa da localidade transporta o paciente à sede municipal ou a um município mais equipado. Ainda, há um médico proprietário de pousada que atende casos de urgência, agilizando o atendimento médico ao prestar os primeiros socorros enquanto a equipe médica com a ambulância não chega (quando chega!).

Não há nenhum posto ou efetivo da polícia militar na localidade, disponível apenas na sede municipal. Da mesma forma dos chamados médicos, para solicitar a polícia é necessário ligar para o telefone fixo, acionando o policial de plantão.

O sistema municipal de ensino dispõe de escolas de ensino infantil e médio, embora este último somente seja disponibilizado na sede do município, além de ser de competência do governo estadual.

Ao longo e no entorno da “Rua das Pousadas”⁷ está concentrada a maior parte dos equipamentos turísticos dos setores de meios de hospedagem e de alimentos e bebidas. São quase 500 metros de extensão, lugar onde originalmente residiram dezenas de famílias pesqueiras e que no decorrer dos anos foram vendendo suas casas e terrenos para capitalistas de fora.



Imagem fotográfica 06: Vista da Rua das Pousadas. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.

⁷ O verdadeiro nome da “Rua das Pousadas” é Rua Pontal da Barra, mas popularmente se conhece pelo apelido, por isso o utilizamos no decorrer do trabalho. Ao longo da Rua das Pousadas está concentrada a maior oferta de equipamentos turísticos. É também o principal espaço de consumo e de festas nas noites movimentadas por turistas. Não há movimento regular de veículos na Rua das Pousadas, à exceção de automóveis de turistas em direção às pousadas, caminhões de entrega de mercadorias para abastecer os equipamentos turísticos, bem como o trânsito corrente de pedestres, tanto de turistas como de pessoas que se deslocam diariamente para o trabalho.



Imagem fotográfica 07, 08, 09 e 10: Imagens dos equipamentos turísticos a partir da Rua das Pousadas. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.

O PSF - Módulo II, que responde por quatro microáreas distribuídas entre as localidades Barra Grande e Barrinha (vide Imagem fotográfica 08), dispõe de fontes secundárias para composição populacional e dimensionamento local. O posto possui quatro agentes comunitárias de saúde, mas somente três delas estão na ativa, com as informações atualizadas.

Conforme a Imagem fotográfica 08, a microárea 01 (em vermelho) concentra o maior número de equipamentos turísticos dos setores de hospedagem e alimentos e bebidas; a população é de 604 pessoas, distribuídas em 158 famílias. A agente de saúde que atende a microárea 02 (amarela) está há mais de dois anos de licença, não existindo informações atualizadas sobre esta área; a microárea 02 abrange a região conhecida por Nova Barra Grande e/ou Favela, lugar para onde as pessoas nativas deslocaram-se após a venda de suas casas e terrenos próximos à praia, na região central da localidade; segundo estimativas da enfermeira do PSF a partir de dados anteriores, a população da microárea 02 é de cerca de 580 pessoas. A microárea 03 (rosa) faz referência à localidade Barrinha, e tem a população de 617 pessoas distribuídas em 177 famílias. Na microárea 06 (azul) vivem 497 pessoas em 144 famílias; popularmente, a microárea 06 é conhecida por Camboa, e é local de residência de muitas pessoas nativas; a microárea 06 também concentra um número relativo de equipamentos de meios de hospedagem.



Imagem fotográfica 11: Área de abrangência de atuação do PSF - Módulo II. Mapa criado pelo PSF em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde de Cajueiro da Praia. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.

As informações foram obtidas com autorização da enfermeira do PSF, com acesso visual aos relatórios de atendimento das agentes de saúde, atualizadas no mês de agosto de 2017. A soma da população das três microáreas que abrangem a localidade Barra Grande (microáreas 01, 02 e 06) indica um número populacional de 1.681 pessoas. À soma, foi excluída a microárea 03, referente à localidade Barrinha.

Com base nisso, a localidade Barra Grande possui contingente populacional equivalente a pouco mais de 22% da população total do município de Cajueiro da Praia. Essas informações fazem de Barra Grande uma localidade reconhecidamente rural, tendo na ausência de serviços básicos (água potável, esgotamento sanitário, coleta de lixo, etc.) a marca característica da condição residual imposta de forma normativa à natureza das ruralidades pelo Estado, condicionando-as concepções de lugar “atrasado” (BLUME, 2004).

Os casos de hipertensão (alta pressão arterial) são os de maior incidência nos relatórios, indicando que a população das três microáreas na localidade Barra Grande consome água com alto teor de salitre. A água encanada fornecida pela distribuidora estatal de águas advém de poços artesianos perfurados na localidade

Barrinha⁸, e a distribuição é realizada sem custos para a população. Um projeto de adutora (Adutora do Litoral) está em execução, com promessa de fornecer água potável à sede do município e às localidades Barrinha e Barra Grande.



Imagem fotográfica 12: Água fornecida à localidade pela distribuidora estatal apresenta cor amarelada, com cheiro apodrecido, sabor de ferrugem e salobra. Muitas pessoas utilizam essa água para preparar alimentos e para beber. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.

A chegada do turismo modificou não apenas o cotidiano e a dinâmica da população nativa de Barra Grande. O simples caminhar pela localidade faz perceber alterações também no espaço físico, com mudanças na arquitetura das residências, no consumo, nos gostos musicais, culinários, etc., ou seja, em uma infinidade de aspectos, muitos dos quais visando atender a demanda turística. Neste sentido, é possível identificar considerável oferta de bens e serviços que coaduna com o perfil econômico das pessoas que visitam o lugar, como instalações hoteleiras modernas e infraestrutura condizente ao público turístico, criando um cenário idílico em meio ao contraste da característica residual da localidade.

⁸ A localidade Barrinha é conhecida por concentrar o maior índice médio de hipertensos do município. Das 617 pessoas residentes na localidade, 93 são hipertensos, o que corresponde a pouco mais de 15% da população. A enfermeira do PSF informou que a população daquela localidade consome água direto de cacimbas, cavadas em terrenos próximos à praia.



Imagem fotográfica 13: Exemplo de equipamentos turístico no setor de hospedagem localizado na Rua das Pousadas. José Maria Alves da Cunha - localidade Barra Grande, agosto de 2017.



Imagem fotográfica 14: Exemplo de equipamentos turístico no setor de alimentos e bebidas. O tipo de arquitetura e a vegetação remontam a modelos de turismo global. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.

Para Krippendorf (2001) a padronização dos espaços e dos equipamentos remete ao modelo chamado “turismo global”, mormente conhecido por impactar de forma negativa as destinações receptoras, com introdução de volume considerável de capital, junto a uma tendenciosa e influente cultura global de consumo.



Imagem fotográfica 15: Residências de propriedade de pessoas nativas que resistem em meio às modernas instalações do turismo na Rua das Pousadas. José Maria Alves da Cunha, janeiro de 2018.

Na localidade, é intenso o movimento de pessoas trabalhadoras, indo e vindo de seus trabalhos; o trânsito de veículos (camionetes e automóveis) é corrente para uma localidade rural; caminhões prestam serviços diversos e abastecem o comércio local, além de uma infinidade de motocicletas com seus escapamentos de barulho ensurdecedor, pilotadas, em sua maioria, por jovens do sexo masculino e demais pessoas nativas da localidade. Ainda, o transporte animal também existe, realizando pequenos transportes de mercadorias, principalmente nas ruas de areia.



Imagem fotográfica 16: Movimento de turistas e abastecimento dos equipamentos de alimentos e bebidas. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.

O movimento de ida e vinda das pessoas ativas no trabalho revela o padrão empregatício em vigor na localidade, que segue o ritmo do relógio com a marcação do tempo de trabalho regular, indicando que o trabalho tradicional na pesca cedeu lugar ao trabalho assalariado e suas características: baixa remuneração, condições precarizadas, descumprimento do tempo das jornadas de trabalho, etc. Nesse plano, predomina o uso de uniformes (apenas uma camiseta com a logomarca da empresa) de pousadas, bares e restaurantes. Com o devido desgaste aparente dos uniformes, pode-se deduzir que se trata de trabalhadoras e trabalhadores em cargos de menor expressão (serviços gerais), conforme encontrado por Calvente (1993) no município de Ilha Bela (SP), que experimentava um grande fluxo de turistas.

Nisso, as mulheres realizam trabalhos no setor de serviço dos equipamentos turísticos, nas funções de camareira, arrumadeira, lavadeira, etc., além de estarem no comércio local em padarias e pequenos mercados, sempre nas funções de frente dos estabelecimentos, como balconista/atendimento ou em serviços gerais, etc.



Imagem fotográfica 17: Movimento de mulheres retornando do trabalho nos equipamentos do turismo. José Maria Alves da Cunha, janeiro de 2018.

É comum, também, avistar crianças realizando trabalho de gente adulta e sendo transportadas em carrocerias de caminhões e em carroças na companhia de adultos, geralmente o pai. Em condições aviltantes, muitas crianças e adolescentes sofrem o desgaste físico do exercício de trabalhos forçados, transportando uma ou outra coisa para ajudar o pai, dada a condição econômica que a família deve passar.



Imagem fotográfica 18: Adolescente transportando areia em uma carroça. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.

Quando à organização social e espacial, a localidade parece estar dividida em duas. O primeiro lado predomina o *não lugar do turismo*⁹, em que a marcação se dá pelo tipo de infraestrutura específica, composta por pousadas, hotéis, bares e restaurantes que atendem o perfil de turista doméstico e com certo poder aquisitivo (chama-se “elitizado”, no popular e no profissional), que circulam em veículos próprios, alugados ou fretados do tipo transfer¹⁰. O turista estrangeiro (chamado de gringo pelas pessoas nativas) também se faz presente. Grande parte de turistas internacionais estão “fazendo” a Rota das Emoções¹¹.

⁹ A divisão socioespacial em *não lugar do turismo* e em *lugar simples das pessoas nativas* é uma observação do pesquisador acerca de como é ocupado o território a partir da observação empírica, com base nas informações obtidas junto às pessoas da localidade as quais manteve interação.

¹⁰ Tipo de serviço em que um veículo é destinado a fazer o transporte de turistas de uma destinação a outra, fazendo uma espécie de baldeação.

¹¹ Roteiro turístico integrado entre os estados do Maranhão, Piauí e Ceará, que comercializa atrativos turísticos em 14 municípios nos três estados, sendo os principais o Parque Nacional de Jericoacoara (CE), o Delta do Parnaíba (PI) e os Lençóis Maranhenses (MA).



Imagem fotográfica 19: Estacionamento interno e área externa de duas grandes pousadas durante feriado prolongado. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.

O segundo lado, podemos chamá-lo de *simples*, fazendo alusão ao *lugar das pessoas nativas*. Deste lado também circula turistas (a maioria, excursionistas), mas de regiões próximas. Essa demanda vem de carro próprio ou em ônibus fretados. Há, nesse lado, um movimento mais intenso de pessoas nas ruas e no comércio. O vai e vem de pessoas é mais constante que no não lugar do turismo. São pessoas trabalhadoras (assalariadas), ou mesmo pessoas da localidade realizando afazeres diários, reproduzindo seus modos de vida.



Imagem fotográfica 20: Logradouro de areia por trás dos bares e restaurantes na beira da praia durante feriado prolongado. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.

Nesse movimento, jovens do sexo masculino são percebidos utilizando vestimentas e acessórios de culturas urbanas (camisetas, óculos, bonés, pulseiras, brincos e cordões), tendo como base a mídia e o contato com pessoas de fora. Vale ressaltar que se trata de produtos chamados de réplicas (“piratas”), pois são cópias de “marcas famosas”. Muitos homens de adultos, inclusive pescadores, também utilizam tais adereços, acreditando estarem na moda vigente, oriunda de turistas.

As mulheres jovens, contudo, são vistas com menor frequência, enquanto as adultas estão ativamente inseridas no trabalho no setor do turismo. O maior número de jovens, tanto meninas como meninos, aglomera-se no entorno da Praça da Igreja em razão da escola que fica ao lado da praça, bem como o equipamento principal de lazer (para não dizer o único) da localidade, reduzido a uma simples quadra de esportes desprovida de cobertura e condições a práticas de múltiplos esportes.



Imagem fotográfica 21: Jovens na Praça da Igreja acessando a Internet. Ao fundo a quadra de esportes, principal equipamento de lazer público sendo utilizada por crianças/adolescentes na prática do futebol. José Maria Alves da Cunha, janeiro de 2018.

A praia, lugar por excelência das pessoas da pesca, é dividida com turistas e praticantes do *kitesurf*. Os últimos conflitam com alguns pescadores, sob acusação de espantarem os peixes da praia. O movimento de chegada de pescadores nas embarcações anuncia o início do trabalho em terra, com a limpeza e organização de redes e apetrechos de pesca. Entra em cena, assim, a ocupação da praia por turistas, que se bronzeiam no sol e caminham na praia devido às aulas de *kitesurf*.



Imagem fotográfica 22: Pescadores, turistas e praticantes de *kitesurf* dividem a mesma praia. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.

O comércio apresenta altos e baixos em virtude da sazonalidade turística, demonstrando ser o turismo a principal economia na/localidade. Nos meses de baixa estação turística, comerciantes reclamam da diminuição nas vendas, o que corrobora à indicação do baixo poder de compra da população nativa, que não consegue acompanhar os custos da modernidade impostos pela estrutura do turismo (feita para turistas), que inflaciona os preços para atender a demanda turística, com maior poder de compra. Além disso, a própria inserção de pessoas nativas nas lides do turismo não consegue acompanhar a renda das pessoas de fora, pois, enquanto para nativos o lugar é de moradia e os gastos são para sobrevivência, os gastos de turistas são para o consumo do lazer e entretenimento, o que por si só indica maior concentração de renda dos últimos sobre os primeiros, causando uma situação contrastante e desigual na base econômica.

A comercialização de água mineral é intensa. Galões e mais galões de água são transportados desde o raiar do sol. Nos comércios, o mineral é exibido como produto farto, puxando o cotidiano das vendas, haja vista a má qualidade da água fornecida às residências; a maioria advém de poços artesianos, apresentando altos índices de coliformes fecais, salitre, além de possuir cor amarelada (semelhante à ferrugem), sem mencionar o odor e o sabor desagradáveis¹² (CUNHA; SILVA, 2018).

¹² Quanto à má qualidade da água, esta é atestada por informações obtidas junto a profissionais do PSF da localidade, que comentaram sobre a incidência de diarreia, vômitos, hipertensão e outras mazelas causadas pela água não potável fornecida às residências.

Em meio a isso, é icônico observar o fluxo regular de caminhões pipa transportando água doce para o abastecimento das piscinas das pousadas, enquanto a população padece comprando (quando dá) água mineral ou utilizando água imprópria para consumo humano e até mesmo animal.



Imagem fotográfica 23: Transporte e abastecimento dos comércios com água mineral. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.



Imagem fotográfica 24: Caminhão pipa em direção às pousadas para abastecimento das piscinas. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.

Comum nos destinos turísticos do segmento de sol e praia, Barra Grande também apresenta baixo número de turistas nos três primeiros dias da semana, ocasionando o fechamento provisório de comércios pela redução de turistas. Nesses dias, o modo de vida simples toma conta do lugar, predominando a sociabilidade do homem e da mulher simples (MARTINS, 2008), que têm no interconhecimento um forte elo das relações cotidianas, característica presente em diversas comunidades rurais onde a coesão é sentida com maior vigor.

Mesmo assim, sempre há turistas em Barra Grande, desde o romper do sol; logo de manhã cedo, à beira mar, turistas contemplam a natureza, algumas pessoas arriscam um mergulho. No mesmo instante, embarcações que saíram de madrugada retornam à praia. Há uma reunião de pessoas (homens) em terra para acompanhar a chegada das embarcações. Estes homens retiram parte da produção, enquanto outros auxiliam no atracamento das embarcações. Estas pessoas são consideradas *ajudantes*¹³ (a grande maioria é formada por ex-pescadores, enquanto os outros são filhos e/ou netos de pescadores), que desistiram da pesca por questões várias, a principal delas é o alcoolismo e o consumo de drogas ilícitas.



Imagem fotográfica 25: Turistas e excursionistas aproveitam a praia nas primeiras horas do dia. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.

¹³ Existem de 15 a 20 pessoas nesta situação, abrangendo tanto jovens como adultos, todos do sexo masculino, inexistindo mulher entre eles. Apesar de usarem drogas lícitas e ilícitas, estas pessoas em momento algum da pesquisa ofereceram riscos a minha pessoa enquanto permaneci no campo.

Por último, pescadores (em dupla ou com auxílio de ajudantes) transportam a produção, que será vendida nas pesqueiras na casa do pescador responsável pela pescaria (o mestre, que em geral é o dono da embarcação), sendo compradores diretos as pessoas nativas e turistas/excursionistas. Antes disso, o resultado da pescaria é repartido ali mesmo, na praia, com o grupo de trabalho. A repartição, em geral, segue da seguinte maneira: o mestre fica com toda a produção pescada por ele, além de abocanhar um quarto (25%) da produção de cada tripulante. A seção 3.3.1 traz mais informações sobre a repartição do pescado.



Imagem fotográfica 26 e 27: Nas duas imagens, mas em momentos diferentes, o mesmo pescador é auxiliado por ajudantes distintos. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.

Nas casas desses pescadores existem as “pesqueiras”, que são pequenos cômodos dispostos na frente das casas, onde são comercializados os pescados. Quando pescadores se aproximam das pesqueiras trazendo a produção, a clientela também se aproxima, objetivando selecionar peixes maiores e de melhor qualidade. É comum aparecer turistas expiando a venda dos pescados, ao passo que realizam perguntas aos pescadores, estabelecendo certa interação entre atores distintos.



Imagem fotográfica 28: Pesqueira, local de comercialização dos pescados situado na residência de um pescador. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.

As pesqueiras são, também, locais para socialização da pesca. Aos finais de tarde, é comum pescadores se reunirem nas pesqueiras para discutir as pescarias, contar sobre as últimas pescarias e prever o dia seguinte de trabalho no mar. Ainda, enquanto conversam, chega uma ou outra pessoa para comprar o pescado, por isso estão sempre “consertando”¹⁴ o pescado. É nas pesqueiras que também são feitas as manutenções nos apetrechos e demais instrumentos levados à próxima pescaria. Nesse plano, se pela manhã o trabalho é realizado no mar, a tarde o expediente é dado em terra, nas pesqueiras.

¹⁴ Etapa de limpeza e corte do pescado depois da venda, de acordo com o pedido da clientela.



Imagem fotográfica 29: Pescador consertando o pescado para venda em sua pesqueira. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.



Imagem fotográfica 30: Venda direta do pescado a moradores nativos, realizada no interior de uma pesqueira. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.

A massa da produção pesqueira artesanal em Barra Grande tem como destino a venda para a população nativa. O restante é deslocado para o consumo de casa. Ademais, alguns bares e restaurantes da praia compram o pescado capturado. No entanto, proprietários de pousadas e restaurantes mais sofisticados localizados na Rua das Pousadas não costumam comprar a produção pesqueira local, uma vez

que as espécies pescadas não atendem a seus interesses comerciais, os quais demandam espécies de maior valor comercial, como a pescada amarela e a cavala, por exemplo, compradas em municípios vizinhos, como Parnaíba e Luís Correia.

Problematização da pesquisa

A existência de uma dinâmica social e econômica ditada pela moderna atividade do turismo global acarreta transformações no modo de vida de membros das famílias que praticam a pesca artesanal, com atenção às seguintes categorias: trabalho, família e geração.

O *trabalho* é ligeiramente alterado devido à lógica da economia capitalista, que passa a fazer parte do cotidiano das pessoas da pesca, com acentuada interferência sobre as pessoas mais jovens e seus projetos de vida individualizada; quanto à categoria *família*, esta passa por um extenso processo de fragmentação e dissolução do regime patriarcal para uma dinâmica moderna de família conjugal, o que estimula o surgimento de projetos individuais pela redução da participação de membros das famílias enquanto força de trabalho do grupo doméstico, resultado das novas formas de trabalho percebidas no lugar pela modernidade representada pelo turismo; as *gerações* têm a incumbência de dar continuidade à cultura pesqueira ou de provocar a sua ruptura, dada a característica da vida moderna em mostrar, mais uma vez, que a racionalização da vida na ruralidade atinge as pessoas mais jovens, levando ao rompimento da transmissão da tradição acumulada pelas gerações.

As categorias elencadas sofrem influência direta da atividade turística devido às constantes transformações que acometem as pessoas que reproduzem a pesca artesanal na localidade Barra Grande. Em decorrência disso, o questionamento a seguir configura o problema desta dissertação: *como se dá a reflexividade do modo de vida de membros das famílias que praticam a pesca artesanal em Barra Grande quando da operacionalização do turismo nos seus territórios aquático e terrestre?*

A partir desse questionamento, compreendemos que a operacionalização do turismo em Barra Grande arregimenta alterações no interior das famílias pesqueiras artesanais, considerando transformações sociais, econômicas e culturais, de modo que são instalados processos de deslocamento identitário nas pessoas aludidas no âmbito da pesquisa.

Compete destacar, também, as novas formas de trabalho oportunizadas pelo turismo, bem como mudanças nas relações intrafamiliares e na reprodução do grupo doméstico. A (des)continuidade da organização social em torno da pesca artesanal culmina em tensões e conflitos geracionais, indicando “o fim” da atividade pesqueira. Isso tudo, da forma como vem acontecendo, guarda relação com o fortalecimento do turismo enquanto atividade econômica principal na localidade.

Por tudo isso, as famílias pesqueiras acionam a reflexividade acerca dos riscos, dos desafios e das oportunidades que envolvem suas vidas com a atividade do turismo. Dessa maneira, buscamos problematizar as alterações no cotidiano da vida familiar tratando das formas de trabalho tradicional e moderno; das sociabilidades firmadas na tradição, as quais são descentradas pelo iminente contato de pessoas nativas com turistas; das relações intrafamiliares, de parentesco e as amizades; os impactos sociais, econômicos e ambientais; o distanciamento social decorrente da concentração de renda; o consumo de drogas; o acúmulo de resíduos sólidos; além de diversas outras questões que dizem respeito à problematização desta pesquisa.

Objetivos norteadores

Em busca de construir e de dar validade à pesquisa, tomamos os seguintes objetivos como norteadores. O primeiro deles (geral) se propõe a *analisar as noções de reflexividade de membros de famílias pesqueiras artesanais de Barra Grande acerca dos seus modos de vida e das mudanças decorrentes da operacionalização do turismo nos seus territórios aquático e terrestre*. Este objetivo geral orienta toda a pesquisa, dando evidência ao pressuposto teórico/epistemológico contido na Teoria da Estruturação (GIDDENS, 2003), em que usamos a noção de *reflexividade* como baliza para análise das informações construídas dialogicamente junto às pessoas nativas que exerceram a função de informantes.

O alcance do objetivo geral não seria possível sem o auxílio dos objetivos específicos, os quais evidenciam as particularidades dos temas empregados e nos ajudaram a avançar rumo à objetivação da pesquisa. Mais do que isso, a definição dos objetivos específicos nos fez imaginar a pesquisa e os caminhos que deveríamos seguir, de modo tal que fosse possível preencher as lacunas que este trabalho se propôs a fazer.

Assim, definimos os seguintes objetivos específicos, a saber: 1) *Descrever a forma com que membros das famílias pesqueiras constituem o trabalho, as relações familiares e os aspectos geracionais nos territórios aquático e terrestre;* 2) *Verificar como está sendo realizada a transmissão da tradição pesqueira artesanal e como a juventude local tem articulado suas vivências em meio à modernidade;* 3) *Relacionar as transformações oriundas do turismo e como isso tem modificado as relações e as sociabilidades de membros das famílias pesqueiras diante do trabalho, da família e da geração.*

PESQUISA: INTERAÇÃO, CONVERSAS E OBSERVAÇÕES

Base epistemológica

Guiamo-nos pela noção de reflexividade (GIDDENS, 1991; 2003) e como ela é manifesta nas pessoas da pesca diante das categorias trabalho, família e geração. Tais categorias não foram escolhidas aleatoriamente, mas a partir de entendimento comum perante as muitas conversas, orientações e estudos acerca da temática, sendo resultados das transformações inerentes à operacionalização do turismo sobre cada uma, mormente à imposição de um “novo”, moderno e diferente modo de vida orquestrado pela estrutura do turismo sobre membros das famílias pesqueiras artesanais, agentes de todo o processo.

É importante evidenciar o que ocorre nas localidades pesqueiras atingidas pelo turismo enquanto projeto de modernidade, em que se destacam alterações nas relações e formas de trabalho tradicionais e modernas; relações intrafamiliares são fragmentadas e afrouxadas, ao ponto de se tornarem menos rígidas; apresentação de sensíveis mudanças entre gradações etárias, com estímulo ao aparecimento de conflitos geracionais, como o impedimento à continuidade da pesca artesanal; além disso, há construção de identidades em pauta, via contatos diretos e indiretos entre turistas e pessoas da pesca.

Assim, cabe informar que o modelo de turismo global (enquanto estrutura) impacta no modo de vida de membros das famílias pesqueiras artesanais (agentes) ao impor “novas” sociabilidades, formas de consumo, deslocamento identitário, etc. Desse modo, o turismo apresenta uma maneira própria de ser e de estar no mundo, implicando considerar a imposição de “novas” regras (oriundas da estrutura) sobre o

grupo doméstico que vivencia a pesca. Membros desses grupos, enquanto agentes, definem parâmetros de reação frente a essas imposições da estrutura, acionando o que Giddens (2003) chama de consciências prática ou discursiva.

A noção de reflexividade, portanto, escreve Giddens (1991, p. 49), “consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”. Nesse horizonte, tanto o pensamento quanto a ação estão em associação, estando o primeiro diretamente relacionado com a segunda.

Pensar o modo de vida das famílias pesqueiras de Barra Grande consiste em relacioná-las com a atividade do turismo e suas implicações enquanto projeto de modernidade. A partir disso, é condicionada uma nova dinâmica socioeconômica e cultural no cotidiano dessas famílias, as quais têm na pesca artesanal uma história que se confunde com as suas próprias histórias de vida, tamanha a proximidade ao longo das gerações.

Partindo desse pressuposto, portanto, daremos voz às pessoas da pesca, as quais reproduzem (e se reproduzem) a pesca artesanal e são partes constituintes da formação da localidade de Barra Grande, a exemplo do que aconteceu com várias localidades que vivenciam a prática da pesca artesanal no Brasil e que enfrentaram (e ainda enfrentam) alterações decorrentes da atividade turística, como os caiçaras paulistas de Ilha Bela (SP) estudados por Calvente (1993); e o grupo de pescadores-agricultores potiguares, estudados por Miller (1992).

Nesse meio, por vezes serão usados termos e expressões como: “pessoas da pesca”, “pessoas informantes”, “pessoas entrevistadas”, etc. Fazemos uso destes termos para nos referir a pessoas de ambos os gêneros, homens e mulheres que participam de alguma forma - ou que membros de suas famílias estejam em ligação direta ou indireta - da pesca artesanal. Informo, ainda, que a referência específica a um gênero será realizada de acordo com o contexto. Além disso, quando for referir um gênero em específico, o tratamento será de acordo com o gênero em questão.

Dimensões da pesquisa

Esta pesquisa, de acordo com sua predominância, é de natureza qualitativa. Assim, destacamos a subjetividade presente nas pessoas da pesca, uma vez que trabalhamos com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores

e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MYNAIO, 2001, p. 21-22). Por essa razão, nada mais justo que dar voz a essas pessoas, as quais detêm o conhecimento acumulado por gerações e que têm sentido na pele os impactos do turismo de forma direta.

Desse modo, cercamo-nos por compreender e descrever como as pessoas da pesca lidam com suas noções de reflexividade no seu modo de vida, sem, porém, produzir efeitos e interferências diretas nas informantes, muito embora o ato de operacionalização da pesquisa cause, inevitavelmente, alterações no campo, com consequência sobre as informantes.

No âmbito da pesquisa descritiva, descrevemos opiniões, crenças e atitudes diante das categorias envolvidas dos objetivos da pesquisa. Nesse plano, membros de famílias deram conta do que lhes foi designado, contribuindo cada uma das pessoas a seu modo. Por consequência, a compreensão das categorias levou em conta não apenas as pessoas individualmente, mas na sua coletividade, de forma a assimilar suas características e pô-las à prova pelas categorias embutidas na investigação.

Na busca pelas informações, utilizamo-nos de duas estratégias. A primeira atentou ao local de construção das informações, pela pesquisa de campo, realizada entre os meses de agosto, setembro e outubro de 2017. Nesta estratégia, serviram como informantes membros de famílias pesqueiras escolhidas por indicação de uma pessoa a qual não conhecia e que serviu de interlocutora¹⁵. As pessoas informantes são pais, mães e a prole com idade a partir dos 18 anos. Aqui, a relação com as pessoas informantes foi firmada em seus ambientes de moradia e de trabalho, o que resultou em baixa manipulação quanto à construção das informações.

Enquanto observadas, as pessoas realizavam ações e atitudes corriqueiras, que julgamos ser normais a seus traços cotidianos, motivo pelo qual acreditamos ter ganhado a confiança delas, podendo extrair informações privilegiadas e, inclusive, indizíveis.

A segunda estratégia faz menção às fontes de informação, quais foram: a pesquisa de campo (fonte primária) e a pesquisa documental (fonte secundária). Na

¹⁵ A pessoa a qual se fez de interlocutora é proprietária de um bar/restaurante na beira da praia e é muito conhecida localmente. Ela é cliente da peixaria em que meu irmão trabalha, no município de Parnaíba, tendo sido ele quem me apresentou a ela. Ela me levou até a residência do primeiro pescador, apresentando-me. Após isso, estava apto a iniciar o primeiro contato com um pescador e sua família, o qual me indicou a segunda família e assim sucessivamente.

pesquisa de campo, como vimos, a característica principal versa sobre a construção de informação diretamente com as pessoas. Na pesquisa documental, por sua vez, as informações são obtidas por meio de documentos, a exemplo de jornais, revistas, filmes, prontuários, diários, relatórios, etc. Sobre isso, Cellard (2008, p. 295) explica que as fontes documentais são imprescindíveis para pessoas pesquisadoras na área das Ciências Sociais, porque muitas vezes “permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente”. Em se tratando de Barra Grande e em vista dos objetivos da pesquisa, a busca por informações contidas em documentos compreendeu apenas dados populacionais encontrados em relatórios do PSF da localidade.

Entrada no campo: primeiros contatos e percepções gerais

Os estudos e experiências com pesquisa têm revelado os diversos desafios e surpresas. Refletia sobre isso muito antes de iniciar o trabalho de campo, pois sabia que grande parte das informantes já estava cansada de tanto ser entrevistada, sem visualizar resultado efetivo derivado de sua contribuição. Além disso, o campo é muito diferente da imaginação que fazemos enquanto pensamos nas informantes, no cotidiano, na interação, etc. Há muita coisa a ser revelada, mas que somente será quando passamos a vivenciar o campo. Como diria Oliveira (1996), é no trabalho etnográfico, pois, que ativamos, os nossos atos cognitivos, por meio de uma sensibilidade mais apurada e de um pensamento concernente às subjetividades e intenções da pessoa pesquisadora.

Diria, a partir disso, que a sensibilidade da pessoa que pesquisa deva ser carregada de cognição. A etnografia se revela como um método seguro e eficaz para quem de fato convive com as pessoas nativas (as informantes), e isso significa livrar-se de qualquer intolerância que tiver. É no trato diário que se ganha a confiança; é na lide e na solidariedade que se consegue a fala; é na transparência e na paciência que se revela o indizível.

Etnografar foi, para mim, um momento e um tempo de autoreconhecimento. Enquanto eu pairava pelos espaços físico e social de Barra Grande, despia-me. E a etnografia promove o encontro com o nosso íntimo, com a vontade de ver nascer um sentido, que somente é dado mediante a acolhida no lugar, porque enquanto se é estranho nada se é conquistado, a não ser a antipatia e a rejeição.

Logo após qualificar (no final de junho de 2017), travei. Foi-se mais de um mês para retornar ao cotidiano das leituras e isso ajudou a me desencontrar. Pensei em tanta coisa, mas sentia repulsa de tudo, e atribui esses pensamentos ao medo do campo: “como vai ser?”, questionava sem fim. Mas um dia não pude mais adiar. Foi então quando no final de julho mergulhei de fato no campo: comecei a procurar um lugar para ficar. Queria abrigo na casa de um pescador, o que de imediato foi bastante difícil e tive que desistir, até então.

Meu irmão, que trabalha numa peixaria em Parnaíba (município vizinho e onde resido, situado a 70 quilômetros da localidade), revelou ter clientes em Barra Grande. Diante disso, o convidei para ir à localidade e procurar ser inserido por alguma das clientes. Mais uma vez sem sucesso, não havia pessoas dispostas a abrigar uma pessoa por dois meses em suas casas, à exceção de um senhor que era motorista de uma das clientes. Ele bebia muito, por isso tive que recusar.

Esgotadas as possibilidades, a situação tomou rumo ignorado. Decidi, então, recorrer a meu conhecimento de turismólogo e passei a buscar opções comerciais. Encontrei um hostel (que em nada tinha a ver com hostel, a não ser a hospedagem coletiva), e lá fiquei. Assim, em meados de agosto dei início à pesquisa de campo.

Lancei-me em Barra Grande numa segunda-feira pela manhã e comecei, de imediato, a explorar o lugar, caminhando de um lado a outro em busca de sentir e de ser contaminado (BRANDÃO, 2007) pela natureza do lugar. Ao caminhar pelas ruas de areia e avistar construções em sintonia com a arquitetura do turismo globalizado, lembrei-me da definição de não lugar utilizada por Augé (2012) para relacionar a essa infraestrutura turística: lugar comum e com paisagem criada artificialmente, um verdadeiro cenário montado para impressionar (ou atrair) o turista, muito semelhante às aulas de marketing turístico que tive na graduação. Em nada diferia de outros destinos do segmento de sol e praia. Era como se estivesse num aeroporto ou numa grande rodoviária. Tudo era igual, com exceção das pessoas, que tinham suas vidas atreladas à tradição, mesmo que não fosse mais tão forte assim.

Afora isso, continuei minhas andanças. Sentava em uma ou outra calçada e permanecia por longos minutos (até horas) observando o movimento de pessoas a pé, de bicicletas, motocicletas e carros. Eu queria compreender o funcionamento do lugar antes de ter os primeiros contatos com as pessoas nativas e da pesca. Nisso, empreitava conversas com algumas pessoas na busca por reunir informações sobre a organização do lugar. Utilizei muita saliva, solas de chinelo e protetor solar.

Etnografar em um destino turístico tem lá suas vantagens. Uma delas é que a pessoa etnógrafa não é vista como mais um tipo de “pessoa estranha”, pois ela se camufla entre turistas, causando mínima euforia entre as pessoas nativas. Nesse tempo, não percebi olhares tortos, nem ninguém querendo saber o motivo de minha presença, exceto quando eu me apresentava e dizia a que devia minha presença.

O ruim, por outro lado, são os gastos elevados dos produtos decorrentes da natureza do não lugar turístico. Viver em Barra Grande custa caro, como revelou um antigo morador do lugar e pescador de rio: “*é, [aqui] é só turista. É por isso que as coisas (mercadorias) aumentaram [de preço], porque o pessoal de fora bota pra tomar Barra Grande. Eles (comerciantes) querem aproveitar o turista, aí o nativo fica na mesma peia*”¹⁶. Sobre isso, senti no bolso o custo de se residir em Barra Grande, mesmo estando na baixa temporada turística¹⁷.

Os dois primeiros dias de pesquisador foram penosos. Estava à procura de uma interlocutora mulher já indicada, mas tive dificuldade de encontrar. Decidi, pois, buscar outra interlocutora. Depois de contar novamente com a ajuda do meu irmão, fui procurar por Julianne, que é dona de um bar/restaurante na beira mar. Foi ela quem me levou e me apresentou ao primeiro pescador, dando início às entrevistas.

Não pretendo descrever o cotidiano dos dias da pesquisa, não que seja maçante e desnecessário, mas porque isso poderia levar a um outro tempo que o trabalho dissertativo não permite. Porém, durante a primeira semana no campo procurei dar ênfase à natureza do lugar e ao meu caminhar enquanto pesquisador. Foi oportuna, nesse âmbito, a realização de uma descrição minuciosa e reveladora dos meus passos, que só se podia obter pelo fazer etnográfico (GEERTZ, 2008).

A desconfiança entre as pessoas que praticam a pesca é sentida com maior força quando nos aproximamos delas ou apenas quando as observamos no retorno ao continente, depois de mais uma pescaria. Por vezes aproveitei o momento de descarregamento das embarcações e limpeza das redes para dialogar sobre pesca, ali mesmo na praia. A conversa fluía solta, até perceberem que eu “*queria saber de mais*”, momento no qual a conversa diminuía, até o ponto de se afastarem, mas não totalmente. Pela curiosidade, acabaram deixando a resistência e, alguns, me davam

¹⁶ Em conversa informal, antes do contato mais estreito com as pessoas informantes da pesquisa.

¹⁷ O custo inflacionado do aluguel também foi um dos motivos do atraso do início da pesquisa. Estava prevista para iniciar no mês de julho, porém, com os preços praticados estava impossível locar algum local.

mais atenção. Após explicar o meu papel entre eles, retomei a confiança e, assim, o etnografar seguia normalmente, embora percebesse alguma resistência por parte de alguns pescadores, sobretudo daqueles aos quais ainda não havia conversado.

Depois de vir com certo entusiasmo para o campo, me bateu uma tristeza momentânea ao perceber que a realidade é diferente da ficção. Enquanto pensava no campo, achava que não teria trabalho e que facilmente conseguiria dar início às entrevistas. Engano meu. Existe muita desconfiança nas pessoas da pesca para com as pessoas pesquisadoras. Elas reclamam das muitas entrevistas dadas, que já contribuíram em outras pesquisas e até hoje não viram nada mudar, continuando como antes. Dessa maneira, sentem-se como se fossem usadas. De fato, essas pessoas têm certa razão, pois é comum ONG's e a própria universidade desenvolver pesquisas as quais ficam nas paredes da academia ou em alguma gaveta.

Um motivo de agravo para minha situação e de adição de desconfiança para comigo surgiu quando relataram que uma pesquisadora havia realizado entrevistas com os pescadores duas semanas antes, e de algum modo estavam associando a minha presença a da pesquisadora anterior. Achavam que eu estava fazendo fiscalização, temendo o seguro pesca, situação a qual foi sendo desmistificada quando garanti a todas as pessoas a minha identidade, o que foi corroborado pela interlocutora Julianne.

Depois dos esclarecimentos, segui firme no campo, até ganhar a confiança das pessoas, o que não demorava muito. Conforme Uriarte (2012), por ser o método etnográfico dialógico, é fundamental para o seu sucesso o estabelecer das relações entre as pessoas informantes da pesquisa e quem está estudando-as, porque isso diminui a distância que as separa. Retomo Uriarte (2012) para mencionar que essa distância foi diminuída quando interagia com elas na forma íntima da pesca, sendo um conhecedor da pesca devido às leituras do material bibliográfico. Esse fator não apenas abriu portas como quebrou paradigmas: "*como tu sabe tanto de pesca sem nunca ter pescado?*", indagava um pescador surpreso com o meu conhecer.

Cabe refletir, em meio a isso, o modo como me portava diante das pessoas informantes, as quais são culturalmente, na maioria das vezes, distinta da nossa, de origem urbana. É importante ater-se ao choque cultural entre quem pesquisa e as pessoas informantes. Nisso, quando Julianne me levou até a "Rua de Areia" onde havia muitas pessoas da pesca, um pescador, depois de passados alguns dias, relevou uma informação interessante. No primeiro contato que tivemos, eu estava de

óculos de sol, cabelos grandes, com barba grande, com mochila pesada nas costas, com aparelho celular e garrafa d'água nas mãos, etc. Aquela primeira imagem, para o pescador João pareceu ser de um *hippie*, e, por isso, se recusou a falar comigo no primeiro dia, porque achava que eu estava à procura de materiais para confeccionar artesanato.

Percebi, a partir disso, que no campo de pesquisa deve-se prestar atenção às vestimentas, à aparência física e ter cuidado para não apresentar posição social inferior ou muito superior a das pessoas informantes, porque isso pode, inicialmente, causar certos bloqueios inesperados ou até mesmo recusa. Depois, no passar dos tempos, esse mito cai por terra, tornando mais dinâmica e equilibrada a observação participante.

Participar do lugar, sabemos, não é somente estar lá fisicamente, mas é procurar o envolvimento com as pessoas. Nisso, o observar para mim era participar, era me contaminar, tal qual formulado por Brandão (2007). Assim, estive metido em vários lugares, e na interação eu era participante da vida local. Não demorou muito e o envolvimento ganhou formas ainda maiores, chegando ao ponto de eu ajudar no preparo do almoço de uma família pesqueira. O marido não sabia fazer o cardápio que sua esposa (que estava trabalhando na pousada) pediu, então eu me ofereci e consegui fazer o almoço, conquistando a devida confiança da família.

No transcurso do tempo percebi que não era apenas a busca incessante por confiança, mas uma relação de amizade que se prolonga até os dias atuais através dos aplicativos de mensagens instalados no celular. Aquilo que começou dificultoso se transformou em algo sólido, e no cotidiano da pesquisa me sentia um deles.

Assim, conforme Geertz (2008), para se fazer etnografia é preciso, antes de qualquer coisa, estabelecer relações de modo que o pesquisador se perca em meio as pessoas informantes, acionando sensíveis atos cognitivos, versa Oliveira (1996).

Do mais, sigo ainda aquilo que Lima (1997, p. 27) buscou em sua etnografia realizada na comunidade pesqueira de Itaipu (Niterói, RJ), onde o etnógrafo sensível e atento à compreensão do campo “apreende o essencial, o não-aparente e visível, desvenda os significados mais profundos e ocultos das ações cotidianas, rotinizadas, descobre o verbalmente irrevelado”. De certo, a etnografia evidencia-se pela sensibilidade, por algo que só se pode realizar mediante um entranhamento na natureza da organização de um lugar e na vida das pessoas.

Em meio ao estudo etnográfico¹⁸, este trabalho se deu com a realização de entrevistas semiestruturadas, associadas a uma atenciosa e sensível observação participante¹⁹, as quais balizaram o processo de construção das informações. Nesta perspectiva, algumas etnografias, inclusive sobre a pesca artesanal, foram tomadas como orientação, sendo elas: Ramalho (2006), o qual fez um estudo sobre trabalho e pertencimento com pescadores artesanais no litoral pernambucano; Miller (1992), que de forma pioneira estudou a relação do turismo com pescadores-agricultores numa comunidade do litoral potiguar; e, Little (2006), com seu trabalho centrado nos conflitos socioambientais, tomando como exemplo um estudo de caso sobre a pesca na Amazônia em conflito com a ideologia neoliberal.

No âmbito da etnografia, tomei as palavras de Oliveira (1996) para admitir três etapas ou momentos específicos e estratégicos com os quais utilizei para poder estar ciente e obter sucesso no campo: o olhar, o ouvir e o escrever.

[...] enquanto no Olhar e no Ouvir “disciplinados” – a saber, disciplinados pela disciplina – se realiza nossa “percepção”, será no Escrever que o nosso “pensamento” se exercitará da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo quanto próprio das ciências voltadas à construção da teoria social. (OLIVEIRA, 1996, p. 15).

Esses momentos referidos dão base a atos cognitivos (OLIVEIRA, 1996), os quais me orientaram no campo de pesquisa. A partir disso, adentrei o campo com vistas a compreender significados e atribuições intrínsecas ao modo de vida das pessoas do lugar, os embates entre grupos sociais (a imposição da estrutura sobre as pessoas agentes), e as implicações disso. O inter-relacionamento das pessoas e as situações de conflito geradas foram objetos do olhar sociológico sobre o ponto de descrição e análise dos significados.

Junto à etnografia, depois de compreender o trabalho de campo como uma dimensão de intensa subjetividade, a imersão no ambiente da pesquisa foi melhor

¹⁸ O método etnográfico consiste em estabelecer relações com outras pessoas, entre a pessoa informante e a pessoa pesquisadora, ou, para Uriarte (2012, p. 5), a etnografia é tomada de forma dialógica, em que “o pesquisador e o nativo conversam, falam, dialogam. É nisso que consiste o método etnográfico: é trabalhar com pessoas, dialogando pacientemente com elas”.

¹⁹ Para Brandão (2007) a observação participante se caracteriza por um duplo sentido: o primeiro versa sobre estar pessoalmente no lugar, observando e compreendendo o que está acontecendo, participando da vida cotidiana das pessoas; o segundo faz referência ao envolvimento pessoal da pessoa pesquisadora com as atividades das informantes, sempre que puder e for conveniente.

delineada com o uso da observação participante. Participei, pois, do cotidiano e da vida das pessoas membras das famílias pesqueiras por cerca de 60 dias.

Assim, conforme Brandão (2007, p. 14), eu quis “me meter nos bares, dentro da casa, nas manhãs da vida das pessoas, nos lugares de igreja e principalmente nos lugares de trabalho”, e assim o fiz. Acredito ter encontrado entre as pessoas da pesca um refúgio para livrar-me das sujeições da vida corrida da cidade. O resultado disso é que, enquanto participava da observação, também diminuía o ritmo de vida, levando-me a uma vida mais saudável por um breve período, embora isso não tenha relevância aparente para a pesquisa, mas, sim, para o olhar, o ouvir e o escrever.

Foi também a partir da observação que pude identificar um problema para o início da pesquisa, sobretudo quanto à aproximação com as famílias. Estava em busca de um modelo de família nuclear fechado, pautado basicamente em o pai, a mãe e a prole, o que não encontrava de forma alguma. Somente após conhecer o campo pude amadurecer a pesquisa, então enxerguei as dinâmicas modernas em torno das famílias pesqueiras e então passei a considerar família a partir da união de pessoas vivendo numa mesma residência.

Convivi, nesse período, com três dinâmicas de famílias diferentes. A primeira família é extensa e reúne várias famílias nucleares, agrupadas em torno da casa da mãe e do pai. A família ocupa uma quadra no início da Rua das Pousadas, posição estratégica para a construção de equipamentos turísticos, motivo pelo qual inúmeras vezes foram feitas propostas vultosas de dinheiro para compra de terrenos.

A referência, nesta família, continua sendo do pai, mas a mãe é quem detém maior poder. Os filhos e as filhas com suas respectivas famílias nucleares têm suas obrigações próprias e não dependem materialmente do pai e da mãe, à exceção do filho mais novo do casal, Basílio, que é muito ligado à mãe. A filha Tatiana, os filhos Basílio e Sávio realizam atividades associadas ao turismo, enquanto João e Diego trabalham na pescaria. João, inclusive, pesca de dupla com seu pai. Já Diego forma grupo de trabalho com dois amigos. Representando a terceira geração da família, dois filhos de Tatiana (Miguel e Diogo) participaram da pesquisa. Ainda, as esposas de Diego e João, respectivamente Mariana e Elza, participaram da pesquisa. Assim, ao todo, onze pessoas desta família foram entrevistadas.

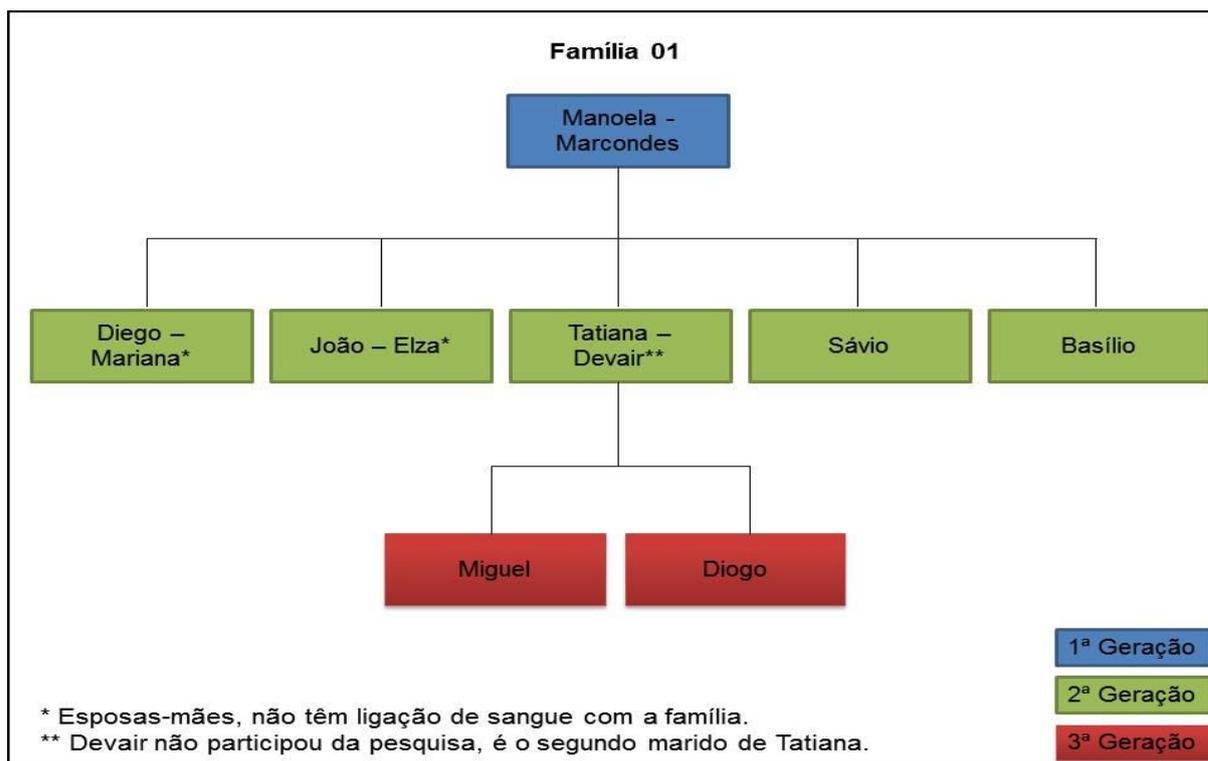


Figura 04: Estrutura da família 01. Elaboração: José Maria Alves da Cunha.

Nesta família, a casa principal foi construída no centro da quadra e é a única com acesso aos dois lados da quadra (ou das duas ruas), e guarda semelhança com a Casa-Tronco dos colonos teuto-brasileiros do Sul (WOORTMANN, 1990). Desse modo, na medida em que uma filha ou um filho se casa, era dado um pedaço de terra lateral à casa principal para construção da nova casa. Com isso, o “acesso à terra nunca é dado pela via mercantil” (WOORTMANN, 1990, p. 52), mas por necessidade de formação de novos núcleos familiares. Contudo, esse modelo de distribuição de terras gera conflitos entre descendentes. Como exemplo, um dos descendentes casou-se por último e este ficou sem terra para construir sua casa em virtude da própria indisponibilidade de terras. Nisso, o acesso à sua casa se deu via mercantil, o que ocasionou extensos conflitos com outros irmãos que ainda não casaram e que já tinham suas casas construídas, reclamando de privilégios o qual dizia nunca ter tido.

A segunda família reside numa casa na mesma quadra da primeira, mas a segunda tem autonomia própria, diferente das famílias nucleares da primeira família. Nesta família, a esposa (Matilde) é irmã de Manoela, matriarca da primeira família. O marido é pescador mestre e há 14 anos mora na localidade, quando veio a casar-se com sua atual esposa. Com o casal mora o filho da esposa (resultado do primeiro

casamento), a esposa do filho e a filha adolescente do casal, de 14 anos. O marido e o filho da esposa pescam juntos em grupo de trabalho formado com o pescador Sabiá. Esta família guarda uma peculiaridade específica que a distingue das três: as mulheres não foram entrevistadas. Por diversas vezes tentei contato com Matilde, mas a entrada em sua casa sempre me foi negada, por desculpas várias. Apesar de Carlos não ter permitido que entrevistasse sua mãe e também sua esposa, insisti até ouvir resposta contrária, o que não aconteceu. Sequer avistei a esposa de Carlos durante os dois meses na localidade. Então, entrevistei apenas duas pessoas nesta família: Tião (marido-padrasto) e Carlos (filho-enteado).

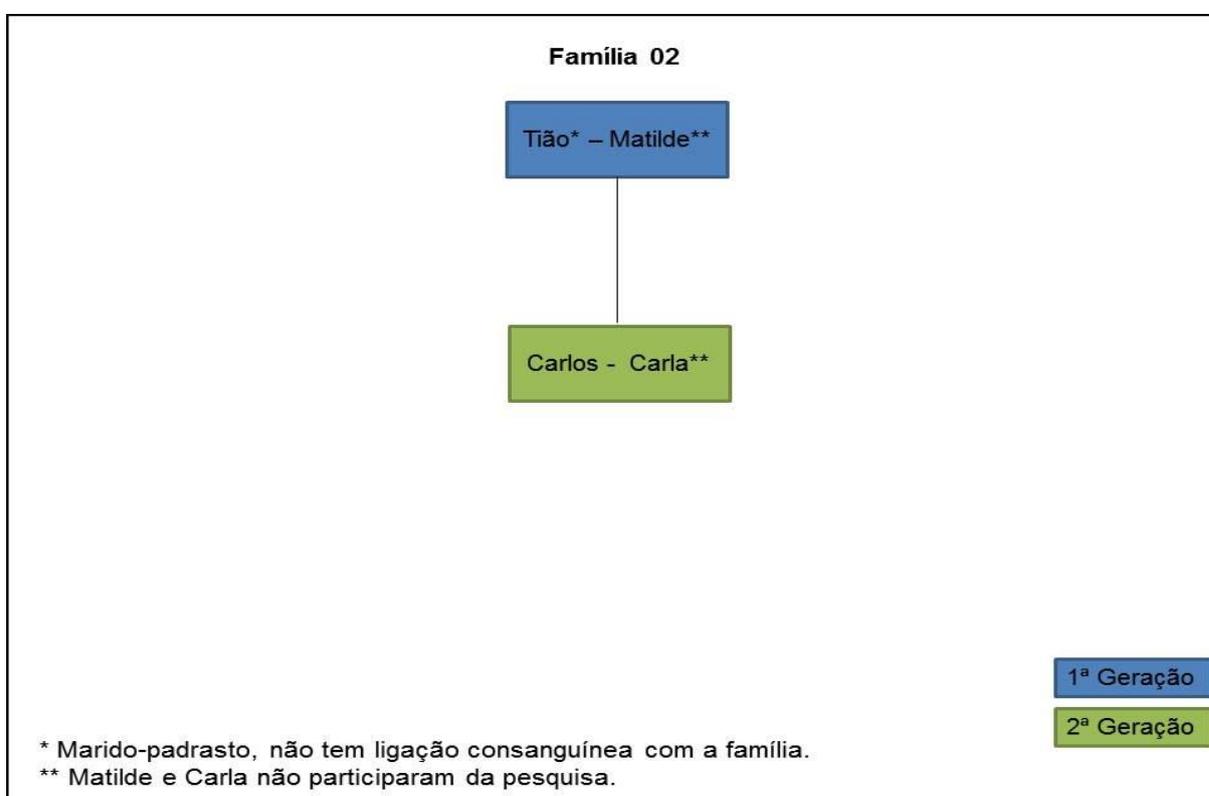


Figura 05: Estrutura da família 02. Elaboração: José Maria Alves da Cunha.

A terceira família foi a mais cordial, tendo sido bem recebido por todas as pessoas, mas apenas após ganhar a confiança. Esta família é formada pelo pai (Ronaldo), a mãe (Joana), um filho (Nailton) que estuda em Parnaíba e três filhas (Diana, Francisca e Lêda - apenas as duas primeiras participaram da pesquisa, a terceira não reside na casa da família), além de Maurício (marido de Francisca). Das três famílias, esta é a que reside mais distante da praia. Maurício e Francisca moram com duas filhas e um filho em uma casa construída no terreno (quintal) da casa da

família. Apesar de inicialmente terem resistido às entrevistas, todas as pessoas da família aceitaram participar da pesquisa, à exceção de Lêda (se recusou a participar) e Nailton, que durante o tempo da pesquisa estava estudando em outro município. O irmão de Maurício, Fernando - mesmo não morando na mesma residência e nem fazendo parte direta da família -, participou da pesquisa, tendo em vista sua posição na pesca e no turismo que alude aos fins da pesquisa. Assim, cinco pessoas desta família participaram das entrevistas.

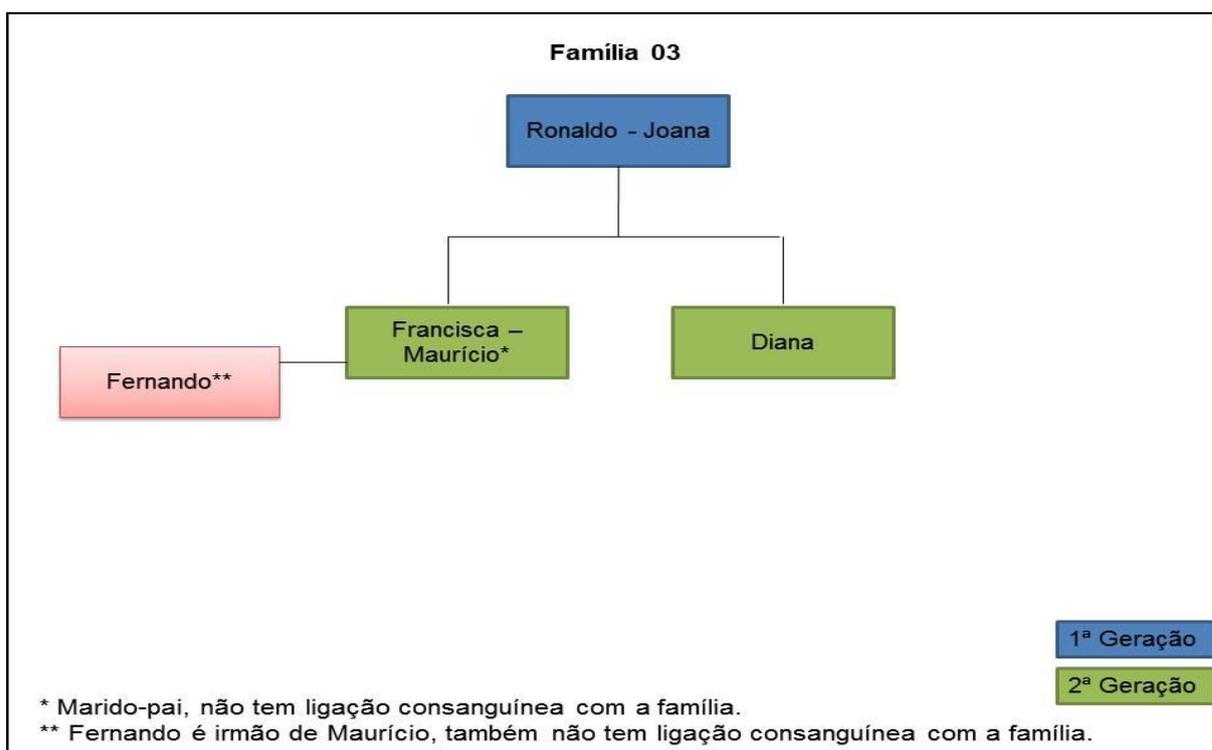


Figura 06: Estrutura da família 03. Elaboração: José Maria Alves da Cunha.

Todas as pessoas informantes serão descritas mediante seus nomes forem aparecendo junto à suas contribuições no texto, de forma que a pessoa leitora possa conhecer mais sobre cada participante da pesquisa, o que é necessário para compreender a posição social e familiar que ocupam.

Nas três famílias, participei diretamente do cotidiano de todas elas, apesar de ter permanecido mais tempo com a extensa. Assim, me fiz presente no dia a dia da pesca, junto a homens e mulheres, pais e mães, respectivamente. Senti de perto as peculiaridades das pessoas da pesca nas suas práticas laborais (a ida ao mar, o conserto das embarcações, a organização dos apetrechos); vivenciei o cotidiano das famílias interno e externamente (o amanhecer, as atividades domésticas, o trabalho

assalariado de mulheres e jovens); participei das sociabilidades (me sentia como um nativo), a comercialização e partilha do pescado, o lazer, etc. Em tudo, trabalhei com os atos cognitivos (OLIVEIRA, 1996), de modo a sentir o lugar e as pessoas. O olhar sensível sobre elas é capaz de revelar segredos ocultos; ouvir me possibilitou estar em vários lugares e conhecer as várias pessoas, inclusive suas intimidades e segredos de família; e, no exercício de escrever, passei ao papel (digo, à memória do aparelho celular) aquilo que se traduzia no contato, pela observação participante.

Quem pesquisa deve atuar com pauta na justiça, construindo com ética as informações da pesquisa. Assim, mantive esse critério. Porém, em certas ocasiões a gravação de áudio e o registro fotográfico se fizeram necessários, com informações úteis e que talvez nunca mais fossem reveladas. Diria que o ato de pesquisar requer malícia para detectar situações que são inéditas e únicas, não podendo desperdiçar a oportunidade; é uma prova que só existe uma vez. Diante da falta “justificada” de ética, as pessoas informantes foram amparadas pelo mesmo sigilo dirigido para com o conteúdo das entrevistas autorizadas, prezando pelo anonimato das pessoas, de modo a não gerar qualquer tipo de prejuízo presente ou futuro. Assim, os nomes das pessoas apresentam-se como fictícios, guardando suas identidades originais.

Algo a se colocar também é a forma como são atravessadas as pessoas que construirão as informações, contando inclusive com fatos sobre a característica da sociedade a qual se está pesquisando. Conforme Silva (1993), as sociedades que vivem da pesca são reconhecidas pelo franco machismo-conservadorismo, e isso ia me pregar peças na operacionalização da pesquisa porque tinha que ter estratégias pra vencer esses obstáculos a fim de ter contato com as mulheres e entrevista-las.

A segregação entre os gêneros acontece não apenas na pesca e no turismo, mas também no modo de vida das pessoas, e ficou mais evidente na realização das entrevistas. Os homens saíam de casa e concediam as entrevistas na frente de suas casas (era quase uma exigência), sem a presença de mais ninguém, somente eu e o informante. As entrevistas com mulheres, no entanto, predominaram no espaço da casa, a maior parte na sala de estar, na presença dos filhos e dos maridos. Em um caso, o próprio marido insistiu em responder pela mulher, até ser chamado atenção para dar liberdade à fala de sua esposa. Apesar disso, me foi impossível contornar a situação, o que implicou em perda de autonomia das mulheres para responder a seu modo as perguntas que lhes eram direcionadas.

No horizonte da observação participante, adverte Brandão (2007, p. 12), as informações são “tomadas como alguma coisa que faz parte da própria prática do trabalho de campo”, sem, contudo, comprometer minha participação de pesquisador com a das pessoas informantes. O que ocorre, pois, é uma construção dialógica, em que a confiança concorre para tornar a relação entre a pessoa pesquisadora e a informante estável e menos impessoal possível.

É nesse contexto que se dá evidência ao diário de campo, com atenção às bases metodológicas, teóricas e descritivas²⁰. Partindo disso, as anotações oriundas de minhas observações estavam pautadas na discrição, no intuito de causar a minha interferência e suspeita possíveis, com vistas a não modificar o comportamento das pessoas informantes e, com isso, prejudicar a construção das informações. Devido a isso, minha participação seguiu uma orientação que possibilitou tornar-me invisível (BRANDÃO, 2007), de modo que o registro das informações descreveu o cotidiano, as práticas, as feições e tudo aquilo que julgado relevante, internalizado pelos atos cognitivos ligados à minha sensibilidade no trabalho etnográfico, subjetivando a descrição mais coerente à realidade em curso.

Na prática do diário de campo, tomei algumas medidas que me ajudaram a me tornar mais invisível, e que de certa forma foi significativo para o resultado final aqui descrito. Ao entrar no campo de pesquisa, percebi que portar papel, caderno e caneta poderia assustar possíveis informantes, o que de fato aconteceu. Logo nos primeiros dias algumas pessoas me observavam, querendo saber o motivo de minha presença. O motivo da atração de olhares eram os papeis e as anotações que fazia. Então, não pensei duas vezes: “devo mudar a estratégia”. Lembrei que ao sentar na calçada e conversava com minha namorada pelo *smartphone* ninguém ligava, nem olhava para mim. Decidi, a partir disso, utilizar o aparelho celular *smartphone* como substituto do caderno e da caneta, e, assim, resolveu o problema inicial.

Utilizar a tecnologia a meu favor foi algo que ajudou bastante e de diferentes formas. Utilizei o *smartphone* para registro de imagens, gravação de áudios, escrita do diário de campo e, ainda, serviu para despistar a função de pesquisador: passei-me por turista. Este recurso tecnológico permitiu que eu fosse menos estranho. O *smartphone* causa menos estranhamento na hora de capturar uma fotografia do que com uma câmera profissional. As pessoas já estão habituadas com o aparelho e não

²⁰ Conforme as três espécies de distinções de Schatzman e Strauss (1955), citados por Jaccoud e Mayer (2008), quanto às anotações no caderno de campo.

sentem tanto desconforto (ou vergonha) como poderiam sentir se estivessem diante de um objeto diferente do cotidiano delas; o registro das entrevistas a partir de um aplicativo instalado no aparelho permitiu deixar as pessoas informantes à vontade, elas praticamente esqueciam o fato de estarem sendo gravadas, justamente por o aparelho ser comum a elas, o que poderia não ocorrer caso utilizasse um aparelho gravador específico e que fosse estranho aos seus cotidianos; escrever o diário de campo com o auxílio do *smartphone* foi imprescindível. Utilizei, ainda, o aplicativo de mensagens *WhatsApp* para enviar instantaneamente para o meu próprio contato o conteúdo das informações, sendo possível, inclusive, editar o texto final com adição de citação e referência, tudo com rapidez e a segurança de não perder o conteúdo.

Durante as entrevistas, inclusive, utilizei o aparelho para escrever alguma informação a partir da observação, sem para isso precisar interromper o diálogo, fato que novamente não causava olhares ou eventual surpresa por parte das pessoas informantes, pois convivem diariamente com alguém mexendo com *smartphones*, enviando e recebendo mensagens. Utilizando outros instrumentos, como o diário de campo, este podia chamar atenção e interferir na comunicação dialógica, podendo comprometer a fala de quem estava informando.

O lado ruim de utilizar essa tecnologia recai tão somente sobre a qualidade de captura de imagens. A resolução da câmera do *smartphone* é relativamente baixa (13 megapixels) se comparada a câmeras fotográficas profissionais. Ainda assim, foi possível fazer o registro fotográfico utilizando-se do aparelho em ambientes diurnos, além de ambientes noturnos, apesar de não obter a qualidade parecida.

Ouvir, ver e escrever: entrevistas e observações

Para aprofundar o conhecimento junto às pessoas informantes, utilizei-me de entrevistas semiestruturadas no âmbito do trabalho de observação participante, seguindo a orientação de Gaskel (2002, p. 64), o qual informa que a ênfase está em “absorver o conhecimento local e a cultura por um período de tempo mais longo do que em fazer perguntas dentro de um período relativamente limitado”. Isso porque as entrevistas são capazes de fornecer informações para o livre desenvolvimento e plena compreensão das relações entre pessoas e o contexto no qual vivem. Mais ainda, salienta Gaskel (2002, p. 65), a entrevista tem o objetivo de compreender em detalhes “crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos

das pessoas em contextos sociais específicos”, por isso escolhemos as entrevistas semiestruturadas com tópicos guia para construção das informações.

Partindo dessa perspectiva, as pessoas da pesca e informantes participaram da elaboração do conteúdo da pesquisa, num tipo de troca, em que eu, enquanto pesquisador, me mantive ético e esclareci a que se propunha a pesquisa. Desse modo, a pessoa informante pôde ter ciência do sentido que ela “faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que a levam a aceitar de participar da troca (BOURDIEU, 1997, p. 695), o que permitiu ser a comunicação menos violenta (ou “não violenta”), sem prejuízo para mim nem para as pessoas informantes. Diria, inclusive, que esse foi o modo mais honesto e correto de tratar as pessoas que viriam a ser não apenas informantes, mas pessoas amigas as quais mantenho contato até os dias atuais.

As entrevistas iniciaram a partir da segunda metade do mês de agosto e se estenderam até a primeira quinzena de outubro, espaço temporal que me foi muito revelador, dada as características particulares do lugar que vivencia a sazonalidade turística. O período em que permaneci na localidade ocorreu após a principal “safra” de turistas, que são as férias de julho; assim como se estendeu pelo período que antecede outra “safra” importante: as festividades de fim de ano. Esse período é interessante por marcar a época de baixas na pescaria, quando o turismo assume eventual importância para quem quer fugir da pesca. E isso, de certa forma, reflete sobre a noção de reflexividade das pessoas, porque os impactos do turismo estão mais evidentes e frescos na memória.

O recrutamento das pessoas às entrevistas ocorreu sem conveniência, sem precisar uma ordem. Comecei as entrevistas com o pescador Diego, e em seguida pedi pra entrevistar sua esposa, Mariana; depois fui à casa do irmão de Diego, João e o entrevistei, em seguida foi a vez da esposa, Elza. E dessa forma procedi, até consegui o maior número de entrevistas, nas três famílias. É importante destacar o caráter sigiloso das informações construídas e a garantia do anonimato de todas as pessoas informantes, eliminando qualquer tipo de prejuízo que possa acontecer.

Devido ao conservadorismo, optei por entrevistar primeiro os maridos e em seguida pedia autorização para entrevistar as esposas. Recorri a esse método para prosseguir com a técnica, pois notei resistência de mulheres em se aproximar e por

elas dificilmente terem participado de pesquisas outras²¹. Outro ponto a se considerar é que os homens concediam as entrevistas no espaço público da rua, e por essa razão não tinha contato com as esposas, motivo pelo qual fui forçado a pedir autorização para os maridos. Mesmo assim, antes de autorizar, perguntavam o que eu ia perguntar a elas, e ao informar que seriam “as mesmas perguntas” eles, então, autorizaram; um deles, porém, já tratou de dizer que sua mulher não seria entrevistada porque “*ela não sabe de nada de pesca*”, motivo pelo qual também negou que eu me aproximasse de sua mãe, alegando ela ser de idade e que não saberia responder. Nessa família, inclusive, não consegui falar com nenhuma das duas mulheres, por pura proibição do filho. A esposa dele eu nunca cheguei a ver, nos dois meses em que estive por lá, inclusive. A mãe dele eu até a abordei duas vezes em sua casa, mas ela disse não poder me dar entrevistas naquele momento porque estava ocupada. Na verdade, acredito que ela não me deixou entrar em sua casa por estar sozinha, e isso poderia causar algum desentendimento com o marido ou com o filho ou mesmo por medo de ser mal vista pela sociedade. Na tentativa de entrevistá-la trouxe minha namorada à localidade, pois com a presença de uma mulher pensei poder ter acesso a casa. Ledo engano! Depois de várias tentativas, tive que desistir, mas a própria dificuldade em entrevistá-la mostra um pouco o que é ser mulher em meio às famílias pesqueiras em Barra Grande.

Segui esse rito até quando pude, na tentativa de trazer mais vozes femininas à pesquisa. Mesmo assim, das 19 pessoas entrevistadas, somente 07 são mulheres.

Algumas dificuldades em relação às entrevistas devo aqui descrever, como forma de compreender aquilo que não aparece nos relatos. A primeira delas deriva da própria cultura conservadora-machista presente nas sociedades pesqueiras. Foi notório perceber a dominação masculina sobre a mulher na hora delas concederem as entrevistas. Apenas quando as mulheres eram entrevistadas havia algum homem do lado, situação que torno análoga à presença da prole junto à mãe quando estas vão para o rio pescar. Nas vezes em que o marido não estava perto, a entrevista era concedida no espaço privado da casa, mas nunca desacompanhadas. Havia sempre uma ou mais pessoas, à espreita das perguntas que lhe eram feitas. Um fato curioso

²¹ Tanto os homens como as mulheres ficaram surpresos quando informei que as mulheres também seriam entrevistadas, pois tanto elas quanto eles revelaram que as mulheres não eram procuradas para dar entrevistas ou participar de pesquisas com esse fim, uma vez que não eram pescadoras e por esse motivo não eram convidadas a dar entrevistas. Quase todas as sete mulheres participantes da pesquisa informaram ser a primeira vez que deram entrevistas para alguma pessoa de fora.

aconteceu com uma das mulheres entrevistadas. Enquanto as mulheres se valiam do espaço privado, Tatiana se valeu do espaço público da rua para conceder-me a entrevista. O curioso nisso é que ela está no segundo casamento (o primeiro marido faleceu), situação que pode estar ligada às circunstâncias do primeiro casamento ter sido firmado numa época em que predominava o modelo de família patriarcal, em que o homem era o chefe da família. Com o novo casamento, Tatiana parece seguir o dinamismo da moderna família conjugal, dispondo de certa autonomia e liberdade.

Os homens, porém, se valiam do espaço público e concediam as entrevistas sem a presença de qualquer outra pessoa. Houve casos em que estar sozinho era prerrogativa para a realização das entrevistas, do contrário não acontecia. Algumas entrevistas tiveram, ainda, que ser remarcadas devido à dificuldade de se estar sem ninguém próximo.

As entrevistas chegaram ao fim após conseguir o maior número de pessoas. Houve pessoas que se recusaram a participar da pesquisa, mesmo depois de várias tentativas. Sinto que perdi bastante com essas baixas, porque eram pessoas jovens e seus relatos poderiam ser relevantes, haja vista a pouca quantidade de entrevistas realizada com jovens. Mas, faz parte da construção das informações.

1 RURALIDADES E O TURISMO NA MODERNIDADE CAPITALISTA

De início, este capítulo apresenta as nuances em volta da atividade moderna do turismo e das transformações operadas no meio rural mediante a adoção de uma estrutura que altera os padrões tradicionais locais, com vistas à implantação de um modo de vida associado a culturas urbanas e globais. Nesse sentido, atenta-se às particularidades desse processo moderno sobre as pessoas nativas da pesca artesanal em um mundo de ruralidades marcado pela ausência estrutural de infraestrutura, resultado do aspecto residual que condiciona a imagem de “lugar do atraso”.

A presença de turistas, seja de qual for o segmento, provoca alterações num determinado lugar tradicional, assim como às pessoas que ocupam o espaço. Nesse plano, mudanças significativas recaem sobre os povos tradicionais²², cultivadores de códigos culturais com base nas relações de parentesco, pertencimento, simbolismo e solidariedade, em sociabilidades que permeiam a localidade onde vivem.

Sobre isso, Wanderley (2000b) argumenta:

[...] a presença marcante [de turistas], em uma determinada área rural, modifica profundamente não só a paisagem como também a natureza da vida social local, ao promover o surgimento de novas ocupações (como caseiros e jardineiros, cuja “reconversão” tem sido pouco estudada no Brasil), frequentemente recrutados entre os antigos moradores, e, ainda, ao afetar o ritmo de vida local, agora determinado pelo fluxo da população “de fora” nos finais de semana, nos feriados prolongados e nas férias, fluxo este gerador e multiplicador de novas atividades econômicas e de experiências de vida social que repercutem sobre o conjunto do município e não apenas sobre uma área rural diretamente beneficiada. (WANDERLEY, 2000b, p. 34).

Há, como se viu, uma imposição da estrutura moderna do turismo sobre as pessoas do lugar, as quais reagem pela integração à esfera turística do trabalho, de modo que as mudanças não são ligeiramente tomadas de forma consciente²³, pois o

²² Utilizando o termo empregado por Little (2002), em que o conceito de “povos tradicionais” vem a preencher os vários grupos humanos costumeiramente dispostos em categorias que os distinguem, como os indígenas, caboclos, babaçueiros, caiçaras, pescadores artesanais, etc., mas que aqui não possui este objetivo, pois serve para situar as pessoas que vivenciam a pesca artesanal como uma cultura específica de um povo tradicional.

²³ Inicialmente, parece não haver consciência discursiva acerca da atividade turística pelas pessoas nativas, tendo em vista a precariedade e a ausência de serviços públicos, empregos, estradas, etc. Nesse cenário, estas pessoas tendem a apoiar o turismo em suas localidades, em virtude dos poucos (mas que para elas são muitos) benefícios trazidos pela atividade.

espaço rural como lugar da ausência estrutural, *a priori*, parece impedir qualquer manifestação que conteste o avanço do turismo sobre as localidades exploradas.

Ao longo do litoral nordestino, há uma acentuada oferta de equipamentos e infraestrutura turística comum a várias partes do mundo. Em meio a esse cenário turístico artificializado, intensifica-se o aparecimento de não lugares (AUGÉ, 2012). É pela presença dos não lugares turísticos (hotéis e pousadas, bares temáticos, etc.) que se é descaracterizada a identidade do lugar tradicional. Assim, a paisagem do turismo global assemelha-se à propagada em destinos turísticos do segmento de sol e praia em todo o mundo.

Para jovens que residem nas ruralidades, o turismo em suas localidades surge como uma possibilidade de mudança de vida a partir do acesso a um trabalho assalariado (CARNEIRO, 1998b; 2002), diferente de sua labuta diária na terra ou nas águas que não remunera com dinheiro, mas que funciona como estratégia para a reprodução do grupo doméstico.

Os processos sociais contemporâneos da modernidade capitalista, explica Favareto (2006), auxiliam na integração do urbano com o rural, pela diluição rural-urbana. Com o tempo, o tecido urbano “contamina” os habitantes das ruralidades, iniciando extensos processos de racionalização da vida rural, deslocando de forma temporal e espacial o cotidiano do lugar onde vivem. As sociabilidades nas áreas rurais encontram-se, nesse plano, enfraquecidas, razão pela qual a coesão social que marca as ruralidades apresenta-se morbidamente fragmentada.

As perdas da cultura rural pela urbana (moderna) são tamanhas que culturas tradicionais, locais e homogêneas estão em vias de serem sobrepostas por outras, solapadas pela expansão urbana sobre as ruralidades. O comportamento de consumo nas ruralidades está se aproximando do urbano, com incentivo da grande mídia (televisão, rádio, Internet) e, também, do contato e interação com pessoas de outras culturas. Nesse âmbito, alteram-se gostos, sabores, sentidos, pensamentos, etc., estimulando a criação de culturas híbridas (CANCLINI, 2003), estruturas que combinadas geram novas estruturas.

Contudo, apesar da tempestiva modernização da vida nas ruralidades, não se deve apontar o fim do rural. Surge, assim, a revalorização do espaço rural, em que novas dinâmicas passam a fazer parte do rural modernizado.

Ainda que os efeitos da expansão da “racionalidade urbana” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam, de forma algum, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo. (CARNEIRO, 1998b, p. 54).

Assim, apesar da proximidade entre os dois mundos (rural e urbano), um não está em sobreposição ao outro, mas apenas desempenham situações e funções diferenciadas, apesar de as diferenças sinalizarem certas similaridades. O que não pode, argumenta Carneiro (1998b), é pensar numa completa urbanização do rural.

Ainda, a dinâmica rural-urbana apresenta-se em novas e modernas formas, podendo as análises espaciais e sociais ser levadas pelo âmbito das sociedades modernas, mas que isso não aponta para o fim do mundo rural, mas que sirva como a emergência de uma nova ruralidade, em que as relações modernas sobre o campo são colocadas como processo de modernização do campo (WANDERLEY, 2000a).

Apesar de Graziano da Silva (1997) acreditar na existência de um “novo rural”, consolidado pelo distanciamento cada vez mais evidente do rural marcado pela cultura setorial agrícola, deve-se também pensar nas pessoas que ocupam o lugar, as quais aglutinam uma diversidade de sentidos e atribuições ao espaço em torno de uma condição única, distinguindo-se, basicamente, por meio do acesso ao objeto de trabalho (terra, mar, floresta, rios, etc.), perfazendo a ideia sobre os povos e as populações tradicionais, condição também exposta por Little (2002).

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (IKEDA et al., 2009, p. 11, grifo nosso).

Por tudo isso, a prática do turismo no mundo rural²⁴ comporta diversas investigações, abrangendo desde aspectos associados à natureza, meio ambiente, sociedade, economia, cultura, etc., àqueles ligados às populações tradicionais que residem nas ruralidades as quais são fonte de vida, porque é da terra, dos rios e mares, das matas e das florestas que retiram e realizam a sua subsistência.

O turismo evidencia tais processos sobre localidades pesqueiras em maior monta, com o agravante de supor o fim por completo da pesca artesanal devido o iminente risco oriundo da modernidade capitalista presente na atividade turística e que diariamente corrobora para a criação de um “novo rural”, no sentido de Graziano da Silva (1997) em relação ao aspecto residual da pesca local.

Ainda assim, a reivindicação de uma nova ruralidade (WANDERLEY, 2000b) melhor comporta o cenário de transformações modernas sobre o mundo rural, com forte associação da diluição rural-urbana que compete novas formas de se pensar o rural, não mais atrelado às atividades do campo ou da pesca somente, mas por atividades enxertadas pelas mudanças em curso no tecido social das ruralidades.

O rural – ou as ruralidades – em Barra Grande é marcado pela característica da ausência, na sua forma residual que acompanha o rural Brasil afora. Destaca-se o aparelho do Estado com escolas (presente, sempre, em qualquer localidade rural), postos de saúde, energia elétrica, sinais de telefonia móvel, pavimentação poliédrica e alguma pouca infraestrutura de transporte, que está mais a atender as pessoas de fora do que as nativas. Do mais, este rural de Barra Grande se apresenta com pouca interferência do Estado, sendo mais forte o aparelhamento privado do turismo sobre o cotidiano das pessoas.

O modo de vida guarda semelhança com as ruralidades, apesar de já haver certa modificação no tempo do relógio. A leitura do tempo não acontece mais como antes da chegada da modernidade trazida com o turismo e pela própria evolução da sociedade brasileira, através da cultura do consumo.

O processo de modernização providencia o solapamento da sociedade, em que pessoas nativas aos poucos têm se percebido como participes da vida moderna, mesmo de forma compulsória. O ritmo do trabalho tradicional, marcado pelo tempo natural parecido ter sido superado pelo cumprimento das jornadas de trabalho.

²⁴ Não fazemos alusão ao turismo rural, agroturismo ou turismo no espaço rural (tipos e segmentos de turismo), mas à prática do turismo exercida sobre uma zona rural delimitada pelo Estado.

Políticas públicas criadas e implantadas ao longo dos anos 2000 possibilitou que a população enxergasse mudanças, tanto econômicas como sociais e culturais. Em vista disso, a própria natureza do rural acompanhou esse desenvolvimento na vida das pessoas, sobretudo pelo lado do consumo, seja de bens quanto de cultura.

Com isso, é evidente perceber alterações no rural de Barra Grande, que aos poucos parece estar marcado como uma localidade que vive na dependência da economia do turismo, podendo superar as atividades longínquas, tradicionais e culturais como a pesca e a agricultura.

O estreitamento das relações rurais-urbanas se deu por várias formas, tendo no turismo o principal responsável pelas gradativas mudanças ancoradas nos pilares econômicos, sociais e culturais. Ainda assim, apesar dos avanços, Barra Grande guarda as marcas que lhe confere como rural, com por exemplo a ausência de água potável, principal recurso para a vida humana, quando reduzimos apenas à questão da sobrevivência, esquecendo da parte subjetiva que compõe as relações humanas.

1.1 Modernidade e turismo

A modernidade e o turismo andam lado a lado, mas esquecem-se, propositalmente, de associar as pessoas nativas de modo democrático, afinal de contas elas que servirão de mão de obra barata para posterior maximização do lucro capitalista, por isso o cenário de inclusão (geração de emprego e renda) e exclusão concomitante. Ademais, na modernidade intensificam as alterações decorrentes da operacionalização do turismo sobre as destinações, sob os mais variados aspectos.

Os discursos do desenvolvimento e de sua sustentabilidade são os que vigoram, mas o social, o econômico, o ambiental e o cultural são penalizados diuturnamente pela atividade turística pautada no consumo e na posição social, o famoso *status*. O sinônimo de bem estar social e o revigoramento das capacidades físicas e psíquicas da pessoa turista ficou no pretérito. Atualmente, muito do turismo está apoiado na venda de sonhos, tornando a experiência turística uma verdadeira in experiência.

Assim, situando o turismo convencional (ou global)²⁵ enquanto atividade pautada nos princípios da modernidade, percebe-se uma relação de desigualdade social e econômica entre as pessoas que vivenciam o cenário turístico, incluindo turistas, pessoas nativas e proprietárias dos meios de produção turísticos. O turismo, então, condiciona às populações nativas uma série de impactos, transformando para sempre o lugar da tradição de uma determinada localidade rural tradicional.

Pensar o turismo convencional e a forma como é operacionalizado, é de se imaginar também na forma como as pessoas nativas reagem às imposições tomadas compulsoriamente. Sabemos que a modernidade é regida por um processo inteiramente globalizante, nos informa Giddens (1991). Globalizante porque somos forçados a aderir ao sistema econômico liberal-global, refletor da modernidade e da cultura do consumo. Fazemos parte, portanto, do mercado e da lógica mercantil.

Nesse meio, as pessoas nativas, agora do não lugar do turismo, vivenciam a ordem imposta por essa estrutura moderna, apoiada sob a égide do progresso e da geração de divisas. Nesse horizonte, a adesão de pessoas do lugar à estrutura do turismo pode ocorrer sem muitos questionamentos. Não apenas pela geração de emprego e renda, mas pela própria transformação cultural pela qual passa o lugar e as pessoas, assim como pela interrupção da tradição pesqueira que parece findar a qualquer momento, sem precisar uma renovação ou mesmo uma revalorização.

Como consequência, o turismo global, apresenta uma nova maneira de ser e de estar no mundo, implicando considerar novas regras e recursos (provenientes da estrutura) sendo impostos - vale dizer, de forma compulsória - às pessoas nativas. Estas pessoas, enquanto agentes, definem parâmetros e reagem às imposições da estrutura a partir das suas consciências prática ou discursiva, condicionando novas formas de organização às pessoas envolvidas acerca da prática do turismo global, o que requer considerações mais amplas e criteriosas.

O discurso político-capitalista engessado pelo turismo é extensamente reproduzido e defendido por meio de dois fatores principais: a geração de emprego e de renda. Em meio às perspectivas econômicas (capitais), parecem ser esquecidos os diversos impactos negativos causados à sociedade, ao meio ambiente, à cultura e à própria economia local, muitas das vezes de base não capitalista.

²⁵ Modelo de turismo praticado em todo o mundo, exercendo forte ligação com o consumo e o mundo do entretenimento. O contato e a interação turística (entre turistas e as pessoas nativas) são deixados de lado, tendo evidência a relação mercantil e empregatícia.

O turismo é, largamente, considerado massivo, desigual e excludente. Por outro lado, esse mesmo modelo de turismo condiciona uma série de transformações estruturantes às destinações: melhorias na infraestrutura local com a abertura, construção e reforma de estradas; postos e equipamentos de saúde; fornecimento de energia elétrica, água potável e esgoto sanitário, etc. Tais incrementos, portanto, fazem parte do processo de modernização trazido pelo turismo, impondo um novo modo de vida às pessoas nativas do lugar, que passa a ser o não lugar do turismo, reduzindo-se simplesmente a destinos receptores de turistas²⁶.

Em comunidades rurais, a preparação de lugares para o turismo instiga a desagregação do trabalho pautado na tradição, nas lides com a terra, com os mares e rios, com as florestas, etc. Nisso, a ideia do “novo rural brasileiro”, de Graziano da Silva (1997), entra em cena. Não apenas a labuta do trabalho pautado na tradição toma rumo distinto, mas o próprio modo de vida simples do mundo rural dá lugar a um cenário artificializado para consumo de turistas. As pessoas do lugar participam de forma ignorada, sendo atrizes e atores de uma novela na qual são coadjuvantes, sem exercerem sequer o papel secundário na trama da vida real. Nisso, as pessoas nativas são usadas como figurantes (SILVA, 2004), ou mesmo pertencentes ao exército de reserva para geração de lucros às empresas e equipamentos do turismo.

Nesse plano, Silva (2004) informa que a natureza do turismo é criar cenários para atrair turistas. Estes cenários reproduzem a artificialidade dos destinos, que se traduzem pela ausência de “qualquer vínculo com a cultura, identidade, história ou com a paisagem (referindo-se a elementos da natureza) original dos lugares” (SILVA, 2004, p. 29). Em meio à característica globalizante e moderna do turismo, pode-se concluir que o turismo global se afirma na produção de não lugares (AUGÉ, 2012), afirmando-se como atividade centrada tão somente em fins capitalistas.

Ainda, no turismo em meio à modernidade, tempo e espaço são deslocados. O tempo é padronizado a uma escala mundial, tendo o calendário fonte expressa de marcação. O lugar tradicional, de onde se tem (ou tinha) a marcação do tempo pela natureza, o advento do moderno traz o “esvaziamento do tempo”, que na verdade se configura pelo “esvaziamento do espaço”, separando o tempo e o lugar, condição de se estar e de se perceber na modernidade, informa Giddens (1991).

²⁶ Todo lugar que passa a ser frequentado por turistas e que é dotado de certa infraestrutura para atender a demanda de visitantes é considerado um destino receptor de turistas.

Por sua presença global e por fazer parte do cotidiano de consumo das pessoas na modernidade, o turismo assume considerável importância à elevação do PIB de inúmeros países, os quais criam leis de incentivos fiscais para atração de investimentos no setor. Isso porque, argumentam Santos e Kadota (2012), a cadeia produtiva do turismo movimenta cerca de 10% da economia mundial, atingindo setores estratégicos, como o de serviços, abarcando quase a totalidade da demanda por mão de obra na atividade. Por esse motivo, em muitos lugares onde a estrutura do turismo é imposta, para as pessoas do lugar “o turismo aparece como um fardo que a comunidade deve suportar” (BANDUCCI JÚNIOR, 2006, p. 28), tendo em vista a forma como se é operacionalizado. Ocorre que há uma elevação vertiginosa de pessoas de fora acessando o lugar das pessoas nativas, na busca por empregos e/ou oportunidades de investimento apoiadas pelo Estado.

Ancorando o turismo como atividade econômica presente na modernidade, estudar a economia do turismo vai muito além de concentrar as atenções na entrada de capital, tendo em vista o cenário de desigualdades e outras implicações de ordem negativa sobre as destinações, como a violência, a disseminação de drogas ilícitas, os processos de deslocamentos identitários e os conflitos socioculturais decorrentes do encontro entre o moderno e o tradicional.

O espaço do turismo na modernidade sofre transformações. Dando sentido a isso, Giddens (1991, p. 29) argumenta que “o advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face”, colocando o lugar cada vez mais distanciado do tempo em função determinada por influências sociais externas ao local.

Nisso, atores e atrizes que derivam do lugar são deslocados pelo tempo em função dos arranjos modernos aos quais lhe são ressignificados, provando existir uma separação entre tempo espaço, entre tradicional e moderno, entre local e global, que gera um “espaço vazio” (GIDDENS, 1991), onde não se há identidade, criando o que vem a ser um não lugar (AUGÉ, 2012), estrutura a qual o turismo se apropria para demarcar o seu modo de ser.

As implicações positivas do turismo, pensando pelos ganhos econômicos, ocorrem prioritariamente no espaço urbano das regiões emissoras e no centro das destinações receptoras. A partir da introdução de capital nos municípios e regiões próximas às destinações receptoras de turistas, a sociedade local atingida passa a

vivenciar uma experiência econômica que gera oportunidades diversas, tendo em vista a franca participação no mercado de trabalho em turismo. Por consequência, Vianna (2015) admite existir razoável aprovação do turismo pelas pessoas do entorno e do interior das destinações, as quais tendem a perceber somente o efeito positivo da multiplicação da renda local gerada pelo setor do turismo, enquanto que os prejuízos ficam para a destinação que recebe e acolhe o fluxo de turistas.

Sobre isso, Ferreira (2012) enfatiza que o discurso sobre a renda presente nas comunidades que recebem o turismo é moldado pela estrutura que organiza e operacionaliza o turismo, a qual é carregada de contradições e que visa ludibriar as pessoas nativas com promessas vazias e destoantes aos seus modos de vida. Com isso, Vianna (2015) acrescenta que o turismo tende a provocar uma dinâmica social e econômica específica e particular que permite a produção de novos espaços e cenários turísticos, de forma a assegurar a rentabilidade do investimento, sem haver preocupação com o lugar, com a identidade e nem com a cultura tradicional.

Nesses moldes, pode-se inferir, inclusive, certa dualidade na representação do turismo para as pessoas nativas. De um lado, segundo Lage e Milone (2001, p. 155), o “turismo pode levar a uma crescente compreensão intercultural, e à medida que pessoas viajam para diferentes partes do mundo, elas podem aprender mais e melhor sobre outras culturas”, tornando a pessoa turista mais tolerante e menos etnocêntrica. Por outro lado, pode ser que “um grande número de turistas deixe seu comportamento habitual, suas maneiras de agir e sua moral em casa, quando vão viajar” (LAGE; MILONE, 2001, p. 154), o que pode tornar a experiência turística um fardo, quando deveria ser harmônica e prazerosa.

Com isso, o fazer turismo se reduz a um simples contato mercantil, situação que pode gerar repulsa nas pessoas nativas. Isso se dá quando turistas são vistos como invasores pelas pessoas nativas, pois, argumenta Banducci Júnior (2006, p. 26), “ainda que seja uma importante fonte de renda, o turismo representa a perda da tranquilidade e da privacidade da população local”. É muito evidente, inclusive, o aparecimento de tensões e conflitos entre turistas e pessoas nativas, tendo em vista a relação pouco amistosa empreendida. Assim, percebemos a lógica destoante que conduz a separação entre tempo e espaço, levando ao aparecimento dos “espaços vazios”, que são preenchidos por ausentes (GIDDENS, 1991), no caso, por turistas.

O turismo, na sua essência, é marcado pelo encontro de pessoas e culturas antagônicas. Espera-se, assim, que a relação entre turistas e pessoas nativas seja

harmoniosa e que produza conhecimentos, o que nem sempre ocorre. As palavras de Krippendorf (2001) dão importância às interações oriundas do turismo e chama atenção ao fato de o turismo moderno distanciar o turista da pessoa nativa. Nesse plano, Krippendorf (2001, p. 82) escreve que na “descrição do turismo que traçamos, assistimos, quase que a cada passo, a fenômenos que comprometem qualquer oportunidade de encontro”. Porém, é importante salientar que não está em questão somente o contato entre culturas, mas, também, o físico, pela interação turística.

Essa característica, todavia, parte da ideia de um choque cultural, em que a concepção atual do turismo promove a segregação das pessoas nativas e turistas presentes na experiência e interação turísticas. Muito embora, a atividade do turismo pode contribuir, também, como forte componente à manutenção dos traços culturais de determinada sociedade tradicional que vivencia o turismo em seu cotidiano, mas desde que pautado com responsabilidade (LAGE; MILONE, 2001).

Neste relevo, portanto, ainda que contemplado no discurso dos governos e imbricado no pensamento das pessoas provenientes dos núcleos urbanos e rurais, a operacionalização do turismo requer constantes preocupações quanto a impactos e imposições da estrutura sobre a sociedade, a natureza e a cultura local, além de ações que garantam o respeito e o direito das verdadeiras pessoas “donas do lugar”, na perspectiva de um turismo menos degradante e mais responsável.

Através disso, prover formas de analisar o turismo e os impactos gerados na destinação receptora e a adoção de tipos de turismo mais equilibrados pode ser o caminho para se chegar (ou se aproximar) de um tipo de desenvolvimento mais sustentável, utilizando-se de uma visão geral e holística do setor, com planejamento participativo e reflexivo, fruto da consciência das pessoas nativas quanto aos riscos, os desafios e as oportunidades que a atividade moderna do turismo pode trazer à suas vidas.

1.1.2 Turismo e efeitos sobre localidades pesqueiras tradicionais

Uma localidade tradicional que experimenta certo tipo de desenvolvimento econômico por meio de atividades capitais modernas, como o turismo, concentra uma série de transformações de natureza social, cultural, econômica e territorial, podendo impactar consideravelmente o modo de vida das pessoas do lugar.

A atividade do turismo é tida como grande responsável por essas mudanças nas localidades onde explora, sobretudo por impor um modo de vida diferente do tradicional, em que pessoas do lugar figuram como exploradas pela ideia moderna de progresso, que se resume ao discurso da geração de emprego e de renda.

Nesse bojo, graves problemas sociais são sentidos pelas populações nativas das regiões infestadas com o aumento vertiginoso e descontrolado do turismo. Para grande parte das comunidades que vivenciam tais processos, sobram problemas associados ao consumo de drogas, variados tipos de poluição, aumento expressivo do preço de produtos de consumação básica (alimentos, produtos de limpeza e higiene, etc.), deficiências na infraestrutura básica como energia, água, saúde, etc.

No litoral potiguar, Miller (1992) sustenta mudanças significativas na cultura de uma comunidade de pescadores-agricultores, os quais deixaram de seguir as normas tradicionais para adotar condutas urbanas oriundas das práticas e dinâmicas do turismo. Para Calvente (1993), o contato de jovens de Ilha Bela com a televisão e a interação sazonal (mas direta) com turistas jovens, imbricou nos primeiros uma visão de mundo ampliada, aspirando vontades pela migração na busca de uma “vida melhor” nas cidades, em meio a um cenário que se quer conheciam em realidade.

Situações análogas a essa, para Hall (2015, p. 39), advêm de “um complexo de processos e forças de mudança, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo ‘globalização’”, podendo provocar o deslocamento de identidades culturais e rupturas na tradição local.

Nesse meio, Calvente (1993, p. 12) argumenta que “quando o turismo passa a ser um fenômeno de massas, a propriedade à beira-mar surge como uma lucrativa possibilidade de reserva de valor para negócios capitalistas”, ampliando, pois, o processo de especulação imobiliária, resultando na venda das terras e imóveis para pessoas de fora do lugar. A empreitada implica mobilidade espacial das pessoas da pesca para lugares mais afastados da praia. Por consequência, muitos pescadores abandonam a pesca e enveredem por outras atividades econômicas ou migram às zonas urbanas das cidades próximas. É importante refletir que, ao vender as terras próximas ao mar, as pessoas da pesca perdem parte de seus referenciais com o trabalho no mar, podendo afetar suas capacidades de reprodução social e familiar, ressalta Ramalho (2006).

Nas localidades pesqueiras em que homens e mulheres perderam a posse das terras e por terem se afastado da praia em razão da especulação imobiliária, em

vias de manterem-se nos lugares de origem, muitas pessoas passaram a “reforçar o contingente sempre crescente dos subempregados que vivem de pequenos serviços aos turistas” (DIEGUES, 1983, p. 165), as quais constituem um verdadeiro exército de pessoas vitimadas pelo desigual processo de exploração turística, que condiciona modos de vida distintos dos originais habitantes dessas localidades. Além disso, há fatores simbólicos que também contribuem para o afastamento da pesca por essas pessoas. Ainda, há pessoas que simplesmente abandonam a atividade, haja vista a variedade de empregos e atividades que podem desempenhar na proximidade do mundo moderno e urbano.

Em outra localidade do litoral potiguar, Woortmann (1991) observou como a pressão do turismo sobre comunidades pesqueiras interfere a organização local. Em seu estudo a autora constatou que as relações de gênero foram significativamente alteradas devido à compra de terras para instalação de equipamentos turísticos e a construção de casas de veraneio. A terra era de uso feminino, onde a mulher provia uma economia de complementaridade ao trabalho do marido, onde este utilizava o território aquático. Com a supressão das terras, a mulher perdeu sua autonomia, momento no qual se viu dependente do marido, pois sua forma de reprodução e autonomia não mais existia. Com isso, as mulheres perderam valor em seus grupos domésticos, sendo condenadas à violência pela dependência aos maridos, que as consideravam como preguiçosas e sem utilidade.

Da forma como está, segundo Knox e Trigueiro (2015, p. 45), persistindo os problemas, são desencadeadas extensas ameaças às formas de trabalho e ao modo de vida na pesca artesanal com a promoção de grandes e “violentas transformações socioculturais locais e, em vários casos, a expulsão dos residentes nativos junto com a emergência de conflitos socioambientais”, acentuando, ainda mais, o campo de conflitos e tensões na pesca artesanal.

Muitos pescadores, contudo, enxergam com bons olhos os frutos derivados da exploração do turismo em seus territórios. Na litoral pernambucano, pescadores reconhecem os efeitos negativos da construção de um *resort*, no entanto exaltam as vantagens, como relata um pescador suapense²⁷: “para a população de Suape, o hotel trouxe algum benefício, porque tem um pessoal, daqui, que trabalha lá, numa faixa bem maior do que as que trabalham no porto [de Suape]” (RAMALHO, 2006, p.

²⁷ Alberto de Paula, pescador artesanal embarcado em Suape, Pernambuco, em entrevista contida no trabalho de Ramalho (2006).

79). Em Ilha Bela, Calvente (1993) percebeu uma forte relação do turismo com a economia local, atividade esta ancorada como principal fonte de emprego e renda.

Grande parte disso ocorre com frequência nas mais variadas comunidades tradicionais pesqueiras que vivenciam de forma compulsória a atividade do turismo em seus territórios. Quando se consolida de forma hegemônica, o turismo tende a transformar rapidamente o lugar, promovendo alterações na dinâmica do trabalho pesqueiro e na própria atividade da pesca artesanal, tanto interna como externa.

Mais do que isso, a pesca artesanal agoniza quando da entrada dos projetos modernos no território de uma comunidade tradicional. A atividade pesqueira artesanal, pautada em laços de reciprocidade e de baixa capitalização, dá lugar a novas experiências, transformando a cultura do povo das águas que labuta dia a dia no meio aquático em busca de reproduzir-se, sem esquecer-se de sua família.

Nesses moldes, a resistência de pessoas nativas e de grupos contrários à maneira como o turismo tem se instalado nas localidades pesqueiras trava grandes lutas em busca de um equilíbrio maior da prática do turismo, de modo a resguardar a tradição e o patrimônio imaterial da pesca artesanal à atração moderna presente na atividade do turismo global.

1.1.3 Mudanças no trabalho da pesca em razão do turismo

O mercado de trabalho no capitalismo contemporâneo abarca não apenas o operário oriundo da era fordista-taylorista, resultado da hegemonia do trabalho produtivo industrial centrado nas fábricas. No século XXI, num movimento iniciado a partir da década de 1970 - era pós-industrial -, novas formas de trabalho têm se destacado, classificando as pessoas que trabalham como a “classe-que-vive-do-trabalho²⁸”, terminologia de Antunes (2002; 2009) para dar validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora, fato que engloba não apenas a massa

²⁸ A noção de classe-que-vive-do-trabalho inclui, de forma ampliada, todos “aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital” (ANTUNES, 2009, p. 103, grifo do autor). De modo geral, engloba a totalidade de trabalhadoras e trabalhadores que vivem da venda de sua força de trabalho para o capitalista, seja direta ou indiretamente.

de trabalhadoras e trabalhadores produtivos, mas, também, a de improditivos²⁹ ou não produtivos.

As novas formas de trabalho no século atual são compostas por um exército de pessoas assalariadas, inseridas “no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos, etc., até aqueles que realizam atividades nas fábricas, mas não criam diretamente valor” (ANTUNES, 2009, p. 102), formando o grupo de pessoas exercendo variados tipos de trabalhos improditivos, comumente conhecidos por “trabalhadoras e trabalhadores de serviços”.

Grosso modo, em comunidades pesqueiras as quais vivenciam o turismo em seus territórios, grande parte de membros das famílias pesqueiras (sobretudo a mãe e a/s filha/s) é deslocada para atividades pluriativas, garantindo ocupação funcional efetiva ou temporária em equipamentos turísticos, a exemplo do que aconteceu com pescadoras e pescadores caiçaras e familiares (CALVENTE, 1993). A diversidade de tipos de trabalhos improditivos associados ao turismo, muitas vezes, aparece como fator positivo às comunidades pesqueiras, porque “*se não é o turismo a gente não tem como trabalhar*”³⁰, remontando a percepção de que trabalhar na pesca ou nas atividades ligadas à agricultura já não é mais produtivo (no sentido de gerar meios de subsistência e excedente para comercialização), o que requer assalariar-se em atividades no setor de serviços.

A presença de pessoas de fora (turistas e excursionistas) constitui-se como fator de mudança nas relações sociais, econômicas e trabalhistas nas comunidades pesqueiras com foco no turismo, podendo ir além, quando da alteração dos padrões valorativo, simbólico e cultural (MILLER, 1992; CALVENTE, 1993). Sobre isso, no litoral pernambucano, a presença de um hotel possibilitou a abertura de dezenas de postos de trabalho, a maioria na etapa de construção. O empreendimento mostrou-se como celeiro de oportunidades para a juventude que buscava o primeiro emprego formal. Quando da operacionalização do empreendimento, grande parte das vagas foi ocupada por profissionais melhor qualificados, de outras regiões. À população nativa restou o subemprego, com jornadas de trabalho excessivas, baixos salários e em condições precarizadas, versa Ramalho (2006). Nessa monta, Maneschy (1995,

²⁹ Trabalho produtivo faz referência ao trabalho, geralmente industrial, de produzir mercadorias com valor de troca, servindo ao capital. Trabalho improditivo alude ao setor de serviços, sem produção de mercadorias, mas que faz parte da cadeia produtiva e que se reproduz por força das necessidades do capital, logo também serve ao capital (ANTUNES, 2009).

³⁰ Fala de Dona Benedita, caiçara informante na pesquisa de Calvente (1993, p. 45).

p. 160) acredita que a “subordinação feminina torna, pois, a mulher mais suscetível a aceitar condições menos favoráveis de emprego”. A partir disso, o cenário revelado apenas transporta a mulher do lugar privado para um lugar público com vistas à exploração, tendo como diferença básica a remuneração obtida pelo trabalho formal, o que inexistia no contexto da casa.

Esse cenário segue, simplesmente, o modelo liberal presente no cotidiano da sociedade, ainda mais quando se tem uma quantidade significativa de pessoas com necessidades urgentes de trabalho, desintegrando de maneira fácil membros de famílias pesqueiras que vivenciam a pesca enquanto atividade de reprodução do grupo doméstico.

[...] temos os efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, provocando o aumento do desemprego, e também, em determinadas situações, a destruição dos postos de trabalho não qualificados. Assim, ocorre também a redução dos salários em função do aumento da oferta de mão de obra, além das reduções de gastos com as políticas sociais. (OLIVEIRA, 2009, p. 85).

A noção acerca do trabalho assalariado no turismo, para as pessoas da pesca, nem sempre é positiva, sendo reforçada com o passar dos anos, quando há uma maior reflexividade sobre os processos engendrados por tal associação.

Do tempo que eu era menino, mudou muito. Primeiro a gente largava uma rede no mar e vinha muito peixe, agora não vem mais nada. Antigamente o dinheiro era pouco, mas dava, porque todo mundo plantava e agora ninguém planta mais nada, que o turismo acabou com nossa ilha, o povo se ilude com o dinheiro dos turistas e não quer plantar mais nada³¹. (CALVENTE, 1993, p. 54).

Entre pescadores-agricultores estudados por Miller (1992), a incidência do trabalho em atividades distintas da pesca e da agricultura era intensa. A maioria era composta por homens jovens em idade produtiva, que pescavam para o consumo doméstico ao tempo em que cumpriam jornadas de trabalho informal em atividades que originava o dinheiro para compra de produtos os quais não obtinham no trabalho pesqueiro e nem no roçado. Essa empreitada denota engajamento em atividades pluriativas paralelas às “aspirações de consumo” (WOLF, 1976) do grupo doméstico ou em estratégias de racionalização que marcam as ruralidades contemporâneas (FAVARETO, 2006), de forma individual ou coletiva.

³¹ Fala de Benedito, caiçara pescador de Ilha Bela (SP), informante na pesquisa de Calvente (1993).

Nas ruralidades contemporâneas o sentido de um “novo rural” (GRAZIANO DA SILVA, 1997) parece querer marcar seu tempo, em que o aspecto agrícola ou pesqueiro não domina mais o espaço rural. Como consequência, novas ocupações surgem no âmbito do trabalho. Em meio às ruralidades, presencia-se a combinação de atividades tradicionais com as modernas, oriundas do mundo urbano. Entre os principais cenários do “novo rural” está o aparecimento da pluriatividade, que, nas palavras de Carneiro (2012, p. 39), “é uma noção que resulta das evidências sobre a inserção plural dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho e sobre a diversificação dos usos dos espaços rurais”. Com isso, possibilidades de incremento de renda são ampliadas, com o trabalho plural na pesca e na construção civil ou nos equipamentos turísticos.

Para Carneiro (2002, p. 225), a prática da pluriatividade “pode significar tanto um mecanismo da estratégia de reprodução social de famílias sem condições de se manterem exclusivamente com a atividade agrícola [ou pesqueira], quanto também pode expressar uma mudança no padrão de exploração agrícola”, revelando o uso do espaço rural mais dinâmico, além da ampliação das possibilidades de fixação da população nativa no lugar de origem. Nesse plano, a pluriatividade pode concorrer para a reversão do esvaziamento rural, fator que atinge principalmente as pessoas jovens, sobretudo mulheres (WANDERLEY, 2000b), embora não se possa tomar tal aspecto como totalizador da inversão ou estancamento do êxodo rural.

O efeito multiplicador da economia do turismo estimula a criação de um mercado amplo, repleto de empresas prestadoras de serviços, de forma a atender a diversidade de turistas atraídos ao destino (TRIBE, 2003). Presume-se, com isso, que a maior oferta de formas de trabalho assalariadas decorrentes do turismo tem contribuído para a permanência de jovens no local de residência (CUNHA; SILVA, 2018). Esse movimento guarda estreita relação com as “novas ruralidades”, quando se observa uma mudança no ritmo do êxodo rural capitaneado pelo retorno (ou permanência) da população no meio rural, conforme Wanderley (2000a; 2000b).

Ademais, a pluriatividade tem provocado rupturas no processo laborativo das pessoas da pesca, sem, porém, causar a extinção da atividade, apesar da ameaça latente. A não combinação das atividades tradicionais com as assalariadas efetiva a existência de um campo de tensões geracionais. Isso porque, quando da existência de trabalho no mercado turístico, quem ocupa opta pelo abandono da atividade tradicional, como se observa nos estudos de Miller (1992, p. 98): “com o aumento do

número de casas de veranistas em construção, muitos jovens deixaram de pescar para ir trabalhar na construção”; e de Calvente (1993, p. 45): “ele [pescador-pai] está preocupado com a falta de interesse dos caiçaras mais jovens em aprender as atividades tradicionais, que necessitam de ‘ciência’, como o varal de peixes e a casa de farinha”. O caso possui associação com a pluriatividade ao manter o foco e se limitar com as atividades de trabalho, deixando para “segundo plano as relações sociais e os atores sociais envolvidos” (CARNEIRO, 2012, p. 39), parte disso, talvez, por experimentar a racionalização e os novos valores que permeia o mundo das ruralidades, ancorado em relações capitais individualistas.

A iniciativa de membros de famílias pesqueiras que aderem à pluriatividade, conforme Wanderley (2011, p. 103), demonstra a “existência de modos particulares de funcionamento, construídos em função das condições dadas, em geral adversas à sua estabilidade e ao progresso da família, mas também *em função do próprio projeto familiar que está em jogo*” (grifo nosso), o que sugere uma coesão maior do grupo doméstico no âmbito do trabalho, justificado pela necessidade da reprodução familiar, mas sem descartar a ênfase nos ganhos individuais.

Nesse meio, aos poucos a pesca artesanal tem se transformado unicamente numa atividade de “complemento à renda familiar através do consumo direto e da comercialização em pequena escala” (CARNEIRO, 2002, p. 227) em decorrência da redução da prática laboral tradicional pela proletarização das pessoas nas atividades do setor de serviços ligados ao turismo.

A iminente operacionalização da pesca industrial capitalista poderia significar não o fim, mas o início de um extenso processo que reduziria de forma significativa a população de pescadores artesanais, sobretudo pelo arruinamento das condições de reprodução social devido à incapacidade de produção e o esgotamento da produção e os efeitos negativos provocados pela atividade pesqueira industrial que dificultam ou inviabilizam a pequena pesca.

[...] um problema básico que se coloca é a possibilidade histórica de transformação do estrato de pescadores embarcados em trabalhadores-proletários de barcos de pesca, [...] ou, em outros termos, a transformação dos pescadores numa classe social ou uma parcela de classe; a dos trabalhadores-operários do mar, com uma ideologia de classe operária trabalhando num ramo específico da produção social. (DIEGUES, 1983, p. 257).

Cabe refletir sobre a modernização da pesca possibilitar que sujeitos alheios à pesca artesanal passem a dominá-la. Os instrumentos tecnológicos, por serem demasiadamente caros e de difícil manejo para quem não se habilita a isso, são acessíveis para pessoas não pescadoras que em geral estão associados de alguma forma com o mercado capitalista, seja direta ou indiretamente (MALDONADO, 1986), de tal maneira que as pessoas da pesca se veem obrigadas a sujeitarem-se a proprietários e donos de meios de produção enquanto assalariados da pesca ou a abandonam, simplesmente.

Do exposto, tem-se a atividade pesqueira e as pessoas da pesca que tomam a pesca como ofício no labor cotidiano com os riscos e perigos inerentes à prática no mar de fora. Acumulam sobre o trabalho pesqueiro o conhecimento do trabalho vivo que não permite a substituição pelo trabalho morto, representado pela ideologia da pesca industrializada. Análogo a isso, mas sem possuir relação direta e interna à prática pesqueira, o desenvolvimento turístico é marcador temporal das mudanças mais profundas e irreversíveis nas localidades reconhecidas pela tradicionalidade da pesca artesanal. Nesse sentido, surgem novas formas modernas e antagônicas de trabalho, extinguindo não apenas um tipo de atividade tradicional de trabalho, mas toda uma cultura imaterial rica em conhecimentos sobre a natureza.

1.3 Turismo e reflexividade

A análise do turismo – enquanto estrutura inserida num projeto de modernidade – mostra imposições ao modo de vida das pessoas nativas. Isso pode ser pensado e refletido à luz da teoria da estruturação de Giddens (2003). Assim, as pessoas nativas do lugar - consideradas agentes -, reagem à estrutura ditada pelo turismo, inaugurando novas formas de relações que vão mais além do que é determinado pelo mercado, posto que a ênfase, nesse caso, está no caráter ativo e reflexivo da conduta humana da pessoa agente.

A estrutura, tal como colocada por Giddens (2003), é composta por regras e recursos que definem formas e parâmetros para a ação da pessoa agente, de modo que forneça instrumentos necessários para a própria ação (DOMINGUES, 2008). Ou seja, é a maneira pela qual agentes acionam reações frente às imposições emitidas pelo turismo. Isso porque uma estrutura é vista por Giddens “como ‘real’, cristalizada

em ‘traços’ sociais de memória, incorporados nas instituições e na mente dos indivíduos” (DOMINGUES, 2008, p. 65), e que é ativada na constituição dos grupos e das sociedades, tradicionais e/ou modernas.

Na busca pelo equilíbrio da operacionalização da atividade do turismo, Irving (2007) acredita que o passo fundamental está na construção de um pensamento sustentável e crítico quanto à preparação do destino turístico. Assim, Irving (2007, p. 27) destaca que “as entidades voltadas ao ensino e estudo do turismo pesquisam novas abordagens e projetos referentes ao desenvolvimento sustentável”, dando relevância a iniciativas que priorizem a diminuição das desigualdades sociais pela redução da pobreza, da conservação ambiental, como também da preservação dos bens patrimoniais. É um modelo de turismo idílico e difícil de ser verificado, tendo em vista a participação massiva de capital envolvido nas negociações turísticas.

Não obstante isso, Irving (2007, p. 28) vincula o desenvolvimento do turismo a partir de uma demanda, e que em um primeiro momento deve, prioritariamente, haver a “preparação do lugar para aquela atividade e o tempo de resposta do lugar não é único”. Nesse plano, algumas destinações turísticas estarão mais preparadas que outras, capitaneadas por ações de planejamento específicas, o que requer uma “visão de turismo integrada a uma concepção de planejamento regional que tivesse a obrigação, o compromisso de preservar o patrimônio natural, valorizar o aspecto cultural e ser capaz, também, de promover o engajamento dos atores sociais no processo de tomada de decisões” (IRVING, 2007, p. 28), com respeito e consciência em relação aos efeitos que podem ser alocados sobre as comunidades tradicionais.

Do mais, nessa etapa de modernização do espaço social e de trabalho onde as pessoas nativas vivem e se reproduzem, o turismo, de um modo ou outro, passa a ser operacionalizado, na maioria das vezes, sem consentimento e entendimento prévios, sendo, assim, ludibriadas por discursos de progresso, com melhoria de vida, que têm na geração de emprego e renda quase única justificativa.

Nesse relevo, percebe-se quão ardiloso o turismo pode ser, tendo em vista o caráter “modernizante”. Mais do que isso, a modernidade embutida na atividade turística efetua a superação do estilo de vida tradicional pelo moderno, ainda que o discurso hegemônico de marqueteiros e investidores do turismo incida sobre o modo de vida tradicional de um determinado povo como uma possibilidade de atratividade turística, mas que na verdade trata-se, apenas, de um cenário artificial criado para ampliar a oferta de produtos turísticos e, conseqüentemente, prover maior demanda

e lucro (SILVA, 2004), sem responsabilidade sobre os possíveis efeitos indesejados que insistem em ocorrer.

A sobreposição do tradicional pelo moderno acontece junto às formas de globalização, ao tempo que Giddens (1991, p. 26) chama atenção ao fato de termos que “dar conta do extremo dinamismo e do escopo globalizante das instituições modernas e explicar a natureza de suas descontinuidades em relação às culturas tradicionais”, o que aparenta ser um processo sem volta e que o tradicional vai padecer frente às imposições e à forte atração contida na modernidade, na vida das pessoas que não vivenciaram o tipo de conforto oferecido pelos bens modernos.

A forma pela qual as pessoas nativas (agentes) podem melhor refletir sobre estes processos, competem acessar suas consciências práticas e discursivas, na perspectiva giddensiana. Isso porque, enquanto agentes reflexivas, estas pessoas podem alterar seus comportamentos a qualquer momento, produzindo um constante fluxo de mudança social, como fins de validar a proposta teórica de Giddens acerca da teoria da estruturação, comenta Domingues (2008). Desse modo, ao subdividir a consciência das pessoas agentes em discursiva e prática, Giddens (2003) informa elas refazem suas vias de pensamento e de ação no momento em que são afetadas pelos ditames da estrutura a qual estão submetidas, acompanhando um princípio de racionalidade. Com isso, as consciências prática e discursiva são reformuladas no decorrer dos tempos, a partir das várias inserções e imposições às quais as pessoas agentes podem estar inseridas ou submetidas. Isso acontece porque a “consciência prática permite-nos seguir regras e mudá-las sem que nos questionemos sobre seu significado e características” (DOMINGUES, 2008, p. 64), denotando um papel mais utilitário do que reflexivo, ao passo que a consciência discursiva assume um papel mais crítico, sendo capaz de “proporcionar a racionalização da ação por parte dos atores, possibilitando explicações e projetos definidos”, admite Domingues (2008, p. 65). Ou seja, há uma maior apropriação dos significados e dos interesses por trás das ações das pessoas agentes.

O turismo assume, assim, uma prática capitalista que inaugura um modo de vida novo ao local onde é operacionalizado, seja um município já em vias de pleno desenvolvimento, ou mesmo uma comunidade de pescadores artesanais, a exemplo do que já ocorre em Jericoacoara, no Ceará e, também, em Barra Grande, no Piauí. Ocorre porque, segundo Giddens (1991, p. 21-22), a rápida transformação da vida social moderna não deriva essencialmente da forte presença do capitalismo, mas do

“impulso energizante de uma complexa divisão do trabalho, aproveitando a produção para as necessidades humanas através da exploração industrial da natureza”, o que pode inferir que o turismo esteja envolto por uma produção de necessidades capitais de captura e compra do ócio, sendo vislumbrado como uma necessidade básica das pessoas, tendo a indústria do turismo como produtora da necessidade para posterior compra pelas pessoas, aprisionando-as ao consumo do turismo e do lazer.

Com isso, o turismo e a modernidade demandam uma nova ordem social em que se é preciso uma conexão entre os mundos local e global, como forma de se ter um produto para dar conta e manter-se reproduzindo perante o capital. Por isso, as “organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de formas que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas” (GIDDENS, 1992, p. 30), em qualquer parte do mundo, até mesmo nas mais distantes localidades do globo onde são vistas como propícias à expansão do mundo moderno e do lucro capitalista.

Assim sendo, criam-se as necessidades para o desencaixe do lugar perante a lógica global que lhe é atribuída. Quando isso ocorre, inevitavelmente se tem uma organização social complexa que desloca do lugar o seu tempo, tornando a situação um momento inexorável de vidas ausentes, que nada mais são que os desencaixes dos sistemas sociais (GIDDENS, 1991), como observamos na transição da tradição para o moderno e vice-versa, nesta última quando ocorre o reencaixe.

A natureza do desencaixe na sociedade moderna é oportunizada, segundo Giddens (1991), por dois mecanismos intimamente envolvidos no desenvolvimento das instituições modernas. O primeiro trata-se da criação das fichas simbólicas, que são os meios de intercâmbio entre os mundos moderno e tradicional a partir do seu antagonismo de simbolismo, como o dinheiro, por exemplo. O segundo versa sobre os sistemas peritos, que são o conhecimento perito, que têm a ver com a confiança dada aos sistemas modernos, como quando um turista compra um pacote turístico de qualquer parte do mundo para um destino onde quer que seja, utilizando somente a Internet. Por existir confiança no sistema, o turista sabe o que está fazendo. Ainda, este mesmo turista usa fichas simbólicas para que seu encaixe no lugar para onde será deslocado aconteça (GIDDENS, 1991). Deste modo, mecanismos de encaixe, desencaixe e reencaixe Da vida moderna estão dispostos numa mesma situação, relevando a natureza com a qual uma comunidade tradicional de pescadores artesanais lida com a entrada e saída do mundo moderno através do turismo.

Com isso, mais uma vez, as pessoas agentes são cooptadas à ação diante das imposições da estrutura moderna do turismo. Assim, são acionadas, novamente, as consciências prática e discursiva para dar conta da reflexividade que é ordenada e reordenada à luz da interação com outras pessoas agentes, na relação exercida com a estrutura e suas regras e recursos. Nesse sentido, torna-se mais evidente a busca pelo equilíbrio da atividade turística, em especial por atrizes e atores locais do processo que, naturalmente, sofrem, com maior força, a influência e os impactos resultantes da operacionalização do turismo em suas localidades.

Como todo processo requer a compreensão das pessoas acerca dos riscos, dos desafios e das oportunidades geradas pelo turismo, para isso as pessoas nativas devem possuir conhecimento e entendimento necessários sobre as mudanças oriundas da atividade turística, além de estarem conscientes sobre as implicações causadas no ambiente e no espaço de reprodução sociocultural, a partir da noção de reflexividade (GIDDENS, 2003), tendo em vista a maior autonomia das pessoas na modernidade, algo fundamental para intervir na discussão em torno da ocupação do território tradicional com vistas à introdução de uma perspectiva que instaura princípios de modernização numa proporção global - local.

Não por acaso, a academia vem demonstrando interesse em equilibrar a conta dos impactos gerados pelo turismo, pois, conforme Rezende (2012, p. 131), “até meados da década de 1980, os estudos de turismo eram mormente centrados na perspectiva do crescimento econômico, colocando em segundo plano os dilemas das comunidades anfitriãs”. Por sua vez, Irving (2007, p. 29), admite a existência, na cadeia produtiva e econômica do turismo, da “permanente hipótese de um turismo convencional [global], que detém a maior movimentação de recursos, turistas, mas, em compensação, possui um tempo mais curto de sustentação”. Isso, no sentido prático, guarda influência direta com o estudo acadêmico da atividade, surgindo, aos poucos, trabalhos preocupados com os interesses da região receptora e não mais de interesse econômico.

O turismo sob o arranjo do capital, assevera Krippendorf (2001, p. 84), anula qualquer tipo de interação entre as pessoas visitantes e visitadas e que os contatos são tão superficiais que “não resultam em nada mais do que sorrisos comerciais e polidez estéril”. Mais ainda, esse “encontro segue a lógica de um clichê, é artificial e enganador” (KRIPPENDORF, 2001, p. 83), ao invés de harmônico e humanizado. O

contato de maior expressão, pois, nesse sentido, tende a ser o econômico, por isso a tolerância entre as partes.

À realização do turismo são necessários deslocamentos geográficos que, conforme Trigo (1996), inevitavelmente acusa o contato entre pessoas e culturas distintas. Por consequência, Trigo (1996, p. 52) ressalta que “quem viaja não pode ser xenófobo ou etnocentrista”. É preciso compreender, portanto, que os costumes são diversos e que não são universais, mas também locais. Além disso, o mundo moderno é formado por integração e interdependência, onde a cultura orgânica e dinâmica não pode ser desassociada da história de seu povo e de sua tradição, que também não podem ser isoladas, mesmo em situações de dominação.

Na modernidade, então, Giddens (1991, p. 49) condiciona que o processo de reflexividade constitui-se pelo “fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”, e que todas as formas de vida social são parcialmente organizadas pelo conhecimento oriundo das próprias pessoas (agentes), constituindo assim o seu caráter perante as tomadas de decisão.

Em razão disso, com base nas práticas as quais as pessoas agentes sabem e fazem de forma consciente, estas se constituem e se utilizam da cognoscitividade para examinar e praticar suas ações, ou não. Assim, tais atitudes estão largamente inseridas na consciência prática das pessoas agentes, podendo ser encaradas como a “monitoração reflexiva da conduta por agentes humanos” (GIDDENS, 2003, p. 51).

A pessoa “consciente”, então, pode estar “apta a fazer um relato coerente de suas atividades e das razões que as motivaram” (GIDDENS, 2003, p. 51), o que de fato demonstra consciência discursiva perante a prática social. Com isso, as pessoas envolvidas e afetadas pelo turismo tendem a compreender tanto de forma discursiva quanto prática os riscos, os desafios e as oportunidades advindas dessa atividade, além de prover meios de avaliação e correção, tendo em vista que “a modernidade é uma cultura de risco” (GIDDENS, 2012, p. 11), e que, neste caso, deriva do caráter global da sociedade contemporânea, que torna arriscada a vida social moderna ante a tradicional.

A partir de uma visão mais ampla sobre o turismo, verifica-se a divisão da atividade por segmentos, numa perspectiva que visa subdividir os turistas de acordo com seus perfis, visando comportar a demanda de uma forma mais equitativa, com base nos perfis econômicos, com gostos e preferências intrínsecos a cada pessoa.

Atento a isso, o MTUR lançou, na década passada, uma série de cartilhas que aborda cada segmento. A cartilha do segmento ecoturismo, por exemplo, estabelece que “as comunidades devem ser devidamente inseridas na atividade e qualificadas para a gestão turística e ambiental, com foco na sustentabilidade e todos os seus eixos: ambiental, social, econômico e político” (MTUR, 2010, p. 71) e que, somente assim, a população receptora (nativa) pode reverter, de maneira equitativa, os prejuízos decorrentes dessa inserção, provendo, desde o início, a integração das pessoas nativas na execução e operacionalização da atividade turística.

A partir disso, é necessário refletir sobre a pressão que essa inserção pode significar às pessoas nativas, haja vista a lógica e a dinâmica capital no cotidiano da vida dessas pessoas. Sobre isso, Ramalho (2006, p. 127) mostra que o “crescimento populacional e a intensificação do turismo pressionam a atividade pesqueira para que se volte, em medida relevante, aos produtos pesqueiros desejados por esse mercado consumidor”, tornando-os trabalhadores subalternos e dominados pelas relações comerciais impostas pelo turismo como atividade econômica principal.

Depreende-se, a partir disso, que o modelo de vida urbano-moderno quando direcionado para o modo de vida rural-tradicional transforma significativamente o dia a dia das pessoas nativas. Ainda, quando se parte da atividade do turismo, é comum as pessoas participarem da cena, mas não como protagonistas. Aliado ao fetiche em torno da atividade moderna do turismo, as pessoas nativas tem servido como mão de obra barata e, também, como coadjuvantes de um cenário artificial criado para impressionar turistas, como observa Silva (2004).

O turismo, assim, torna-se uma atividade social e econômica globalizante, responsável pelo deslocamento de identidades. Além disso, comporta uma série de transformações ao modo de vida das pessoas nativas ao impor um comportamento diferente do tradicional, com base no projeto de modernidade presente nas práticas capitalistas e de consumo embutidas no discurso hegemônico do turismo. Assim, a noção de lugar no turismo é separada no tempo e espaço. O lugar está delimitado por vias locais, que se emolduram e formam identidades próprias e estreitamente ligadas entre as pessoas do lugar (GIDDENS, 1991), consideradas nativas.

Com isso, tomando as noções referentes ao processo de reflexividade que engendram atividades modernas do turismo numa localidade tradicional pesqueira, é interessante pensar as combinações para o ordenamento do processo reflexivo, que consiste no entendimento prévio e crítico das pessoas nativas acerca da forma como

está sendo pensado e operacionalizado o turismo. Disso, tomar os processos como são dimensionados o tempo e o espaço a partir do seu esvaziamento por ausentes e a compreensão acerca dos mecanismos de encaixe, desencaixe e reencaixe da vida moderna através das fichas simbólicas e dos sistemas peritos é estar consciente de forma discursiva e prática sobre os rumos pelos quais a condição moderna presente no turismo tem transformado o lugar da tradição para o não lugar do moderno, onde o deslocamento não é apenas do espaço e nem do lugar, mas das pessoas junto a suas identidades, conectadas pela cultura global do consumo de massa.

Neste capítulo, atentamos ao turismo enquanto fator de modernização das ruralidades, com fortes implicações às populações e povos tradicionais das regiões que convivem com a atividade econômica do turismo oportunizada pelo discurso hegemônico do desenvolvimento, que apela para a geração de emprego e de renda. Assim, a ênfase se deu no destaque dado pela estrutura do turismo e a imposição sobre as pessoas agentes, revelando uma série de contradições às quais impactam severamente o modo de vida tradicional das pessoas nativas. Por fim, mostramos como se articulam nas pessoas agentes as formas de reação à estrutura do turismo mediante a noção de reflexividade, quando as pessoas nativas impactadas acionam suas consciências prática ou discursiva, como fonte de atuação frente ao modelo de vida moderna a qual estão submetidas.

2 PARTICULARIDADES GERAIS DA PESCA ARTESANAL

Este segundo capítulo vai ao encontro das particularidades envolvendo o modo de vida de pessoas que praticam a pesca artesanal como recurso econômico principal, com atenção às formas de atuação de membros das famílias pesqueiras e a ligação com o trabalho na pesca, assim como em atividades modernas de trabalho geradas pelo turismo, além de trazer a perspectiva geracional para estudar a reprodução da atividade pesqueira em meio às transformações que ocorrem mediante a operacionalização do turismo em lugares tradicionais.

Mais ainda, acentua a participação de homens, mulheres e a juventude nas lides da pesca e do turismo, sobretudo pelas ocorrências sociais e econômicas que medeiam o cotidiano dessas pessoas, conforme acontece o avanço do capitalismo sobre práticas tradicionais que aludem a uma imposição compulsória do turismo às pessoas do lugar, principais atrizes e atores desse processo que regula suas vidas, mesmo sem terem sido consultadas.

2.1 Arte, ofício e liberdade na pesca artesanal

A atividade pesqueira, no Brasil, era praticada antes mesmo da chegada dos portugueses, em 1500, quando peixes, crustáceos e moluscos já faziam parte da dieta alimentar de indígenas, comprovada por artefatos arqueológicos encontrados ao longo da costa brasileira, utilizados na pesca, cata e coleta (DIEGUES, 1999).

Com o passar dos tempos, ao longo do extenso litoral brasileiro, a atividade da pesca artesanal deu origem a diversas culturas ligadas e sociedades, chamadas de “sociedades pesqueiras” (MALDONADO, 1994) ou “marítimas” (DIEGUES, 1983; 1999), entre as quais Diegues (1999, p. 362) destaca três: “a do *jangadeiro*, em todo o litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia; a do *caiçara*, no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo; e o *açoriano*, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (grifo do autor). As duas últimas praticavam, também, a agricultura, enquanto a primeira era fortemente dependente da pesca. Por sua vez, Silva (2014) revela duas outras culturas: pantaneiros, na região Centro-Oeste; e caboclos, na Amazônia.

Para Vasconcellos, Diegues e Sales (2005, p. 22), a pesca artesanal “não é homogênea e uma definição acurada de seu significado tem que levar em conta a diversidade regional”, conferindo diferenças internas desde *habitats*, ecossistemas e

espécies capturadas, até o modo de vida dos grupos pesqueiros. Ainda, há grande variedade quanto aos apetrechos utilizados, distinguindo-se conforme as marés e correntes, fundos de mares, comportamento das espécies, tipos de pescaria, etc.

As sociedades pesqueiras constituíram, historicamente, uma vivência com estrutura econômica distante da lógica capitalista, e, por viverem na/da natureza, estabeleceram um “*ethos* carregado de regras e práticas sociais de respeito ao ciclo vital dos recursos pesqueiros” (KNOX; TRIGUEIRO, 2015, p. 22), o que possibilitou lutar e resistir às pressões de atividades modernas como o turismo, principal fator de tensões e conflitos na pesca, segundo Vasconcellos, Diegues e Sales (2005).

As sociedades pesqueiras possuem aspectos intrínsecos a cada uma delas, constituindo-se como o “particularismo da gente do mar”³², em que se “sobressaem os aspectos simbólicos, mágicos e rituais de que se reveste, em muitas culturas marítimas, a relação homem/mar” (DIEGUES, 1999, p. 372), características as quais são responsáveis por diferenciar a diversidade das sociedades pesqueiras.

O trabalho na pesca assume com a natureza uma relação estruturalmente destoante das outras atividades laborais, como escreve Ramalho (2011, p. 337): “sons na água, sinais de cor, formações de nuvens, tipos de marés são decifrados como elos indissociáveis da relação humana com a natureza”. Assim, o conjunto de conhecimentos, símbolos e significados entre as pessoas da pesca e a natureza são componentes da formação do modo de vida³³ pesqueiro, um tipo de cosmovisão que ultrapassa os limites do conhecimento técnico e científico. São conhecimentos e segredos que garantem autonomia ao trabalho de homens e mulheres da pesca, tornando vivo o labor no meio aquático (ANTUNES, 2009).

Em definição atribuída à OIT, trabalhadoras e trabalhadores da pesca são as pessoas que se “dedicam à captura de pescado e exercem as funções de membros

³² O particularismo da gente do mar está relacionado com “o ambiente físico do mar, marcado pelas mudanças sazonais importantes, por fenômenos atmosféricos que operam transformações rápidas no corpo d’água (borrascas, tempestades, maremotos) e colocam continuamente em risco a vida dos que nele trabalham” (DIEGUES, 1995, p. 19), perfazendo um campo de intrínseco conhecimento às pessoas que trabalham na pesca.

³³ Silva (1993) circunscreve que o modo de vida do pessoal da pesca se constitui por meio de culturas específicas, as quais diferenciavam seus membros dos demais grupos existentes e que viviam de outras atividades. Com isso, o modo de vida presente nas sociedades pesqueiras artesanais advém dos hábitos e práticas sociais próprias de um determinado grupo (LOBO, 1992). Dessa forma, portanto, o modo de vida do pessoal da pesca articula conhecimentos, hábitos e práticas marítimas e terrestres, relações sociais, a arte do trabalho artesanal na pesca, etc. Essa articulação ocorre no interior de uma subcultura marítima de uma determinada sociedade pesqueira, o que faz pensar a pluralidade de modos de vida concernentes à atividade pesqueira ao longo da costa brasileira.

das tripulações de barcos, executando diversas tarefas de pesca de altura – no caso dos pescadores marítimos – ou tarefas específicas da pesca de água doce e águas costeiras” (MALDONADO, 1986, p. 11), assim como quem trabalha na “beira de rios e estuários na coleta de mariscos, sururus, caranguejos, ostras, utilizando para captura as mãos, pés e, no máximo, instrumentos como foices, facão, fiskas e outros” (RAMALHO, 2006, p. 24), podendo ser realizadas por homens e mulheres.

Tanto Maldonado (1986) quanto Diegues (1983) consideram haver três tipos de agentes da pesca: pescadores-agricultores, pescadores artesanais e pescadores industriais.

O primeiro tipo caracteriza-se por pescar e plantar com vistas ao consumo doméstico e à comercialização, praticando uma pesca relativamente simples e não capitalista. O trabalho com a terra resulta no pluralismo econômico³⁴, formado no interior da família, inexistindo assalariamento, tão pouco produção de excedente.

A exploração do mar e da terra, concomitantemente, garante possibilidades de subsistência muito maiores, tanto na temporada de chuvas como em épocas de baixa produção pesqueira. Com isso, pescadores-agricultores articulam o processo produtivo num calendário anual, composto por atividades complexas que oscilam entre as produções agrícola e pesqueira, de modo que são orientados pelas safras e entressafras de ambas as culturas (SILVA, 1993).

O segundo tipo - pesca artesanal - emprega baixa tecnologia nas pescarias, implicando reduzido custo de produção, embora predomine o uso de embarcações modernizadas (motor, radar, rádio, GPS, etc.). Nesse tipo de pescaria, os grupos de trabalho³⁵ são formados principalmente por referenciais de parentesco e/ou amizade (parcerias), inexistindo vínculo empregatício formal entre tripulantes e mestres. As pessoas que praticam essa pescaria têm a atividade pesqueira como principal fonte de renda, sendo a produção voltada para o consumo doméstico e à comercialização, com produção e geração de excedentes (MALDONADO, 1986).

Agentes da pesca artesanal encontram-se “subordinados por uma extensa rede de atravessadores” (RAMALHO, 2006, p. 24), podendo ser “tanto devido à perecibilidade deste (do pescado) como porque, geralmente, não dispõem de infra-

³⁴ Ocorre nas sociedades pesqueiras que combinam a pesca com outro tipo de produção, por exemplo, quando uma comunidade de pescadores-agricultores obtém renda a partir da pesca, da agricultura, da pecuária e do artesanato (MALDONADO, 1986; 1994; MILLER, 1992).

³⁵ São também chamados de equipes de trabalho, companhas ou rol (róis) de pesca. As pessoas da pesca da localidade Barra Grande chamam de “tripulação”.

estrutura para a sua conservação e de meios para transportá-lo aos mercados mais distantes” (MALDONADO, 1986, p. 15), além de não possuírem o “poder de recusa” (WOLF, 1976), o que condiciona-lhes baixa rentabilidade.

A figura do atravessador pode ser assimilada à do comerciante paraibano descrito por Woortmann (1990, p. 40), “percebido como ladrão porque o [seu] lucro depende, não do [seu] esforço físico visível, mas do monopólio de informações” e do resultado da produção alheia. No mesmo sentido, Diegues (1983, p. 167) sustenta que “a maioria dos pescadores vêem no atravessador a figura do explorador, o ‘tubarão’, o único a ganhar dinheiro com a pesca”. Em ambos os casos, é o não trabalhador quem lucra a maior parte do valor monetário do produto, não importando o lugar, a atividade ou agente da pesca.

Para tornar-se pescador ou pescadora artesanal, admite Ramalho (2006), é preciso portar conhecimento e patrimônio sociocultural que permita à pessoa que se orienta como pescadora, homem ou mulher, a conduzir-se diante do ofício na pesca, de modo a apreender os caminhos e os segredos das águas, com vistas ao amparo dos atos de uma complexa e extensa cadeia de inter-relações ambientais intrínsecas aos recursos naturais do território aquático, o objeto de trabalho na pesca: o mar.

Por fim, o terceiro tipo, formado por pescadores industriais (ou embarcados) que trabalham na pesca industrial (ou empresarial-capitalista), atividade oposta à pesca artesanal. Nessa, as atividades básicas da pesca (captura, industrialização e comercialização) são realizadas de forma separada, restando ao pescador industrial somente o obedecer de ordens vindas da terra, por profissionais especializados e não pescadoras, como num ambiente fabril. Nesse tipo de pesca, o predomínio das pessoas embarcadas é masculino, havendo quantidade significativa de mulheres nas unidades em terra, em setores de pesquisa e comercialização, por exemplo.

Na pesca industrial, o pescador participa “apenas da captura do pescado, sem tomar qualquer decisão, seja sobre a constituição das equipes de trabalho, seja sobre a escolha das rotas de pesca e a duração da jornada desta” (MALDONADO, 1986, p. 16), reduzindo o pescador a simples trabalhador assalariado, em que sua atividade visa unicamente a produção de mercadorias, distanciando o pescador do pescado, prevalecendo as relações patronais formais (MALDONADO, 1994), sendo regidos por contratos próprios, sem a prévia consulta do pescador-trabalhador.

Assim, o pescador industrial é um agente alheio e estranho ao processo de produção, porque a “decisão do que produzir não lhes pertence” (ANTUNES, 2002,

p. 117), efetivando a separação total do ato da pescaria, ao tempo que lhe retira a liberdade e a autonomia, características intrínsecas à pesca artesanal.

Do exposto, a pesca possui variantes que vão desde a simplista, rudimentar e cada vez mais escassa pesca-agricultura, passando pela pesca artesanal e tendo como limite a pesca industrial. Os três tipos de pescaria se diferenciam de acordo com o capital empregado. A primeira é anticapitalista e tem nas atividades aquáticas e terrestres a sua subsistência. A pesca artesanal dialoga com o mercado, estando a ele, inclusive, subordinada, mas detém certa autonomia à medida que as pessoas da pesca detêm capital suficiente para livrar-se de atravessadores e armadores de pesca. A pesca industrial guarda total relação com o mercado capitalista, sendo por ele regido. A decisão sobre o que pescar é ditada pelo mercado e não pela natureza, sendo o resultado da pesca industrial condição análoga a um produto fabril.

2.1.1 Pessoas da pesca e pessoas do campo

Grande parte dos estudos relacionados ao modo de vida de pescadoras e pescadores está centrada na Sócio-Antropologia Marítima (ou da Pesca), havendo preocupação de autoras e autores específicos - como Diegues (1983; 1995; 1999) e Maldonado (1986; 1994) - em analisar as sociedades pesqueiras separadamente das rurais, por haver particularidades que as distinguem.

O estudo das sociedades pesqueiras faz corriqueira (e relevante) associação sobre o modo de vida e de organização das sociedades camponesas. Embora haja diferenciações no interior das duas atividades, o estudo sobre a pesca relacionada ao campo é importante, porque, argumenta Ramalho (2006, p. 39), a explicação das categorias analíticas das sociedades pesqueiras pela teoria camponesa possibilita discutir amplamente os “elementos diferenciadores dessas duas formas de produção social, permitindo, com isso, aprofundar o debate teórico-metodológico relativo à organização social dos pescadores”, tornando abrangente e firme a compreensão acerca das formas de organização social, familiar e econômica dessas sociedades.

Por isso, assim como nas populações campesinas, as pessoas da pesca, por meio da venda do excedente, criam um fundo de manutenção (WOLF, 1976), necessário tanto para conserto e reposição dos meios de produção quanto à compra de produtos destinados à sua reprodução.

Para Diegues (1995), havia uma ausência nas ciências humanas em estudar as populações que viviam direta ou indiretamente em função do mar, sobretudo porque as Ciências Sociais relacionava o estudo das sociedades marítimas ao das sociedades camponesas, a partir do “mundo rural”.

O litoral, a costa, o mar e o oceano eram simplesmente extensões do continente e as populações que viviam desses ecossistemas eram consideradas “camponeses” e assalariados marítimos (no caso da navegação costeira ou oceânica) para os quais as cidades litorâneas e as zonas costeiras representam espaço de moradia. (DIEGUES, 1995, p. 14).

É correto escrever as características que as diferenciam, porém muitas são as semelhanças entre quem vive das águas e da terra (RAMALHO, 2006). Mais do que isso, muitas das comunidades pesqueiras estão localizadas nas zonas rurais normatizadas pelo Estado, permitindo informar a existência de problemas parecidos, independente do grupo, atento ao aspecto residual do meio rural brasileiro (BLUME, 2004), por isso a necessidade de se analisar comunidades marítimas e litorâneas³⁶, também, por meio do estudo das ruralidades.

Para Timm (1978), existe uma aproximação muito estreita entre as pessoas da pesca e do campo, sobretudo quando se faz alusão à definição de camponeses, proposta por Wolf:

[Camponeses são] cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços (WOLF, 1976, p. 16).

Neste relevo, há a reconfiguração do objeto de produção (água para pescar, terra para plantar) e o cultivo, ao passo que ratifica as demais características que as aproximam, sobretudo quando faz menção ao destino da produção (família), assim como a venda ou não do excedente, seja na pesca ou na agricultura. Por outro lado, Maldonado (1986) sustenta diferenciar agentes da pesca e do campo, informando a distinção pelo significado do trabalho realizado: enquanto a pessoa que pesca retira sua produção a partir da água, quem planta, por sua vez, retira-a da terra.

³⁶ Comunidade marítima indica um modo de vida predominante com a cultura do mar; comunidade litorânea, por sua vez, demonstra uma vivência complementar entre o mar e a terra (DIEGUES, 1983; MILLER, 1992).

No acesso ao objeto de trabalho existem especificidades que diferenciam as pessoas da pesca e do campo, pelo caráter público e privado do objeto de trabalho:

O caráter público da praia e do mar requer a existência de sistemas de direito temporários que regulem sua apropriação, efetuada em caráter privado, pelos grupos de pesca, e que encontra sua legitimidade no próprio consenso do grupo, diferindo dessa forma da apropriação efetuada na agricultura. (LIMA, 1997, p. 133).

Os limites entre a suposta “campesinidade dos pescadores” podem assumir dois quesitos básicos. O primeiro, afirma Maldonado (1994, p. 28), é sobre “o modo como a situação econômica é modelada pela dependência dos recursos marinhos e dos recursos agrários. O outro é a prevalência praticamente universal da família como unidade de produção e de consumo”, implicando num campo dicotômico entre quem pesca e quem planta, mas não distinto.

A divisão sexual do trabalho e o espaço destinado aos gêneros também são compatíveis no âmbito da pescaria e do campesinato, conforme argumento de Beck:

A roça e a pesca são espaços concebidos socialmente como masculinos, isto é, como trabalhos que pertencem ao homem. Definem o espaço da produção e, conseqüentemente, o da comercialização de parte da produção, como a farinha e o peixe. A casa é o espaço concebido como feminino. É o espaço do consumo: na casa a mulher executa o artesanato da renda-de-bilro e, no seu interior o comercializa. (BECK, 1991, p. 12).

Para Maldonado (1994, p. 29), a “coexistência da agricultura com a pesca foi um dos fios condutores para a conclusão pelo uso do conceito de camponês para pensar os pescadores”, sem falar a constituição e o uso do parentesco nos grupos de pesca, denotando analogias com as pessoas do campo. De modo parecido, Silva (2014, p. 15) argumenta que “a pesca sempre foi exercida por pequenos produtores rurais”, reiterando a ideia acerca da dupla identidade das pessoas da pesca.

Nesse sentido, Loureiro (1983) descreve três características comuns e que são compartilhadas por quem vive dos ambientes aquático e terrestre: o primeiro diz respeito ao trabalho familiar direcionado à prática produtiva; o segundo tem relação com a produção direcionada à subsistência da família; e, por último, a ausência de acumulação de capital. As características supracitadas reforçam a proximidade entre

as pessoas da pesca e do campo e suas respectivas atividades laborais, tanto na base econômica como familiar, além das formas e condições de trabalho³⁷.

O que difere de maneira mais contundente, segundo Loureiro (1983), recai sobre a constituição e a atuação de membros familiares da pesca e do campo para o trabalho em conjunto, a partir do envolvimento coletivo.

[...] o nível de envolvimento do trabalho da família camponesa é maior e se faz de forma diferente do que na família do pescador, onde as unidades produtivas não se estruturam para fins do processo produtivo propriamente dito com base no núcleo familiar. (LOUREIRO, 1983, p. 27-28).

O fato é que a pesca, devido às condições diferenciadas em que é realizada (artesanal ou industrial), recebeu variações ao longo do tempo, o que gerou (e ainda gera) tipologias reducionistas e incapazes de dar conta de sua conceituação, pois o caráter improdutivo e indiscriminado como é tratada resultou em “estereótipos como pescadores agricultores, pescadores artesanais, pequenos pescadores, pescadores profissionais, pescadores assalariados ou camponeses marítimos” (MALDONADO, 1994, p. 25), aproximando ainda mais a diversidade de agentes para um mesmo conceito (apesar das particularidades) - o que não está errado -, sobretudo quando são realizadas análises de sociedades pesqueiras e camponesas de forma conjunta, em favor das similitudes existentes.

O próprio PESCART³⁸, inclusive, foi pensado com base em metodologias destinadas para a agricultura, tamanha a proximidade entre as pessoas do mar e do campo (SILVA, 2014). O Plano, contudo, na prática não obteve o êxito esperado.

A pessoa que pesca constitui-se de hábitos cotidianos apreendidos no mar. Promove, assim, certo “distanciamento da ‘terra’ enquanto lugar de trabalho e vida e com a apropriação econômica e sócio-cultural do meio marinho” (DIEGUES, 1995, p. 19) restabelece, quando retorna ao continente, as sociabilidades, o convívio social e familiar, o sistema econômico de consumo, partilha e comercialização.

Seja no mar ou na terra, quem vive da pesca vivencia dois mundos. Mesmo assim, a pessoa que pesca tem o mar como seu lugar de trabalho; na terra vive-se o complemento da pesca. Ou seja, a terra é extensão do trabalho que é realizado no

³⁷ Loureiro (1983) presenciou um intenso fluxo entre os atores das duas ocupações, mas principalmente ex-agricultores que se tornaram pescadores, sem muitas dificuldades laborais.

³⁸ O PESCART, criado em 1973, é considerado o primeiro grande plano nacional de extensão destinado às sociedades pesqueiras (SILVA, 2014).

meio aquático, sendo utilizada para reproduzir-se e a se organizar para as próximas pescarias (MALDONADO, 1994).

Entretanto, pode-se afirmar que numa comunidade pesqueira com relações capitais ancoradas no turismo, muitos pescadores, principalmente aqueles prestes a mudarem para uma atividade assalariada, podem tomar o espaço em terra para um maior dimensionamento de seu tempo de trabalho, além dos ganhos capitais da cadeia produtiva do turismo (MILLER, 1992). Logo, a relação estreita com o mar não é o principal instrumento catalizador e constituinte dessas comunidades. Por conta disso, os pescadores artesanais distinguem propriamente o “mundo da terra” e o “mundo do mar”, desfrutando de autonomia no primeiro, enquanto no segundo estão sob a sujeição do mercado (RAMALHO, 2006), sentida sempre com mais força.

Para Ramalho (2006, p. 113), as pessoas da pesca artesanal se reproduzem no “contato com uma realidade social mais ampla”, implicando considerar também os campos político, econômico e cultural que participam. Assim, são considerados relações e posicionamentos construídos no meio marítimo e terrestre, marcando os dois mundos onde a figura de quem pesca se faz presente.

Produz-se, assim, a pescadora e o pescador em suas “culturas marítimas”, nas feições e nas artes do ofício pesqueiro, nas águas e na terra. As pessoas que pescam são marcadas por crenças e religiosidades, pelo saber, fazer e o conhecer do mar, dos segredos e símbolos, da sorte que ajuda e atrapalha; quem é da pesca se faz no mar - onde se é livre -, e na terra - onde se está sob a sujeição do mercado capitalista (SILVA, 1993).

2.1.2 Pesca artesanal: campo de tensões e conflitos

No âmbito da pesca artesanal são percebidos diversos tipos de tensões e conflitos, internos e externos, de natureza econômica, ambiental, social e cultural. As situações conflitivas se acentuaram nas últimas décadas, e as causas são oriundas do avanço do capitalismo, tanto no mar quanto na terra, intimando com o cotidiano de vida e de trabalho das pessoas da pesca.

A escassez crescente dos recursos pesqueiros litorâneos causada principalmente pela sobrepesca gerada por grandes barcos de arrasto, a especulação imobiliária e a expropriação crescente das terras e praias dos pescadores, aliadas à poluição urbano-industrial fez com que surgissem inúmeros conflitos e experiências para solucioná-los a partir da ação de

grupos e organizações não-governamentais. (VASCONCELLOS; DIEGUES; SALES, 2005, p. 3).

Grosso modo, a cultura das sociedades pesqueiras artesanais tem passado por profundas transformações em suas formas de organização social e econômica, o que gerou rápidas e irreversíveis mudanças no modo de vida de quem vive a pesca.

Os fatores internos concernentes ao tema versam, sobremaneira, à atividade pesqueira industrial, à aquicultura empresarial (fenômeno mais recente), além do uso de artes de pesca proibidas por parte de agentes da própria pesca artesanal, em estado mais ampliado dos efeitos do mercado capital sob suas formas de trabalho.

No estado do Espírito Santo, informam Knox e Trigueiro (2015), pescadores reclamam ter de navegar sempre mais longe da costa, porque barcos catarinenses destinados à pesca da tainha estão “varrendo” o fundo do mar e, como denunciou um pescador, a “pescaria que você consegue fazer em quarenta anos, uma vida de pesca, em um dia eles conseguem fazer todo esse pescado”³⁹. Em Cananéia, no estado de São Paulo, Diegues (1983) encontrou processo análogo, no qual barcos catarinenses foram acusados pelos pescadores de “raspam” o fundo do mar com o arrastão, causando a mortandade de filhotes de peixes e destruindo aparelhos fixos instalados pelos pescadores.

Em decorrência disso, Silva (2014) admite que o principal motivo da redução nos volumes de pescado está associado à exaustão dos estoques pesqueiros em decorrência da sobre-exploração, configurando-se como ameaça constante⁴⁰. Este fator provoca um impacto negativo sério para o futuro da pesca artesanal, pois, com a redução dos estoques pesqueiros, as pessoas da pesca - em vias de garantirem a subsistência de suas famílias - capturam peixes menores e jovens, marginalizando boa parte das pessoas que só têm na pesca o seu sustento, admite Cordell (2001).

Problemas diretamente relacionados à atividade pesqueira são apontados, por Knox e Trigueiro (2015), como responsáveis pela dissolução de famílias que abandonam a pesca e enveredam por outras atividades não pesqueiras, muitas das

³⁹ Entrevista de um pescador capixaba, descrito em Knox e Trigueiro (2015).

⁴⁰ Além da sobre-exploração dos recursos pesqueiros pela pesca industrial, outros impactos de natureza antrópica põem em risco a perpetuação da atividade: poluição agrícola por fertilizantes e defensivos; poluição industrial e urbana; destruição de matas ciliares; ocupação desordenada da orla marítima, causando a supressão vegetal de manguezais, dunas e restingas; descaracterização de comunidades pesqueiras em decorrência da migração profissional e do reordenamento territorial, entre vários outros (SILVA, 2014).

quais ligadas ao turismo (BECK, 1991; CALVENTE, 1993), além, claro, do fenômeno da migração, pois muitas comunidades de pescadores encontram-se localizadas em zonas rurais, amplamente conhecidas pelo aspecto residual e por reunir uma série de ausências, invocando o “rural profundo”.

Figurando como fator externo, o turismo é qualificado como principal vilão da pesca artesanal no Brasil. Presente em 86,5% dos conflitos (números de 2004), o turismo afeta dezenas de áreas de pesca (VASCONCELLOS; DIEGUES, SALES, 2005), causando expulsão de milhares de famílias pesqueiras e a descaracterização de suas comunidades e culturas marítimas, muitas das quais amargam expressivos aumentos no custo de vida, além da especulação imobiliária que envolve tanto a compra/venda de terras como também o aluguel de residências e casas de veraneio (CALVENTE, 1993; KNOX; TRIGUEIRO, 2015; RAMALHO, 2006; MILLER, 1992), como vimos na seção “1.1.2”, no capítulo anterior.

A pesca artesanal, então, é atravessada por tensões e conflitos internos e externos, concorrendo para tornar a vida de quem pesca ainda mais dependente da sorte, tendo em vista as intervenções dessas atividades capitalistas na própria pesca artesanal e industrial e do turismo impactar sensivelmente o objeto de trabalho, sem falar nas mudanças em terra, que também ancora novas percepções à vida de quem vida da pesca, sobretudo as pessoas jovens e as mulheres.

A seção seguinte discute as famílias pesqueiras, com ênfase nas relações em torno da mudança no conceito de família (patriarcal e conjugal), assim como na divisão sexual do trabalho (sobretudo na emancipação da mulher) e a participação da prole nos ditames da vida moderna associada às formas de reprodução social e familiar através do trabalho.

2.2 Famílias pesqueiras artesanais

Para pensar em um tipo ideal tradicional de família pesqueira⁴¹, levamos em consideração a família nuclear ou conjugal formada pelo homem e mulher casados e sua prole, além das famílias extensas agrupadas em uma estrutura única, com certa quantidade de famílias nucleares (WOLF, 1976).

⁴¹ Ao utilizar o termo “família pesqueira”, faço referência a esta família como possuidora de uma função econômica originária da pesca, porque o chefe da família (geralmente o pai) constitui a renda familiar exclusivamente através da pescaria, embora a esposa tenha função importante na renda, em alguns casos superior a do marido.

Em tempos de modernidade, a organização familiar doméstica pautada nos princípios da família patriarcal⁴² dá lugar a um modelo dinâmico de família conjugal moderna, em que a finalidade da união entre as pessoas transcende à necessidade de manutenção da propriedade comum da família ou de interesses políticos, tendo como parâmetros à realização plena dos cônjuges, nessa nova dinâmica familiar, a “satisfação de impulsos sexuais e afetivos que na família patriarcal eram satisfeitos fora de ser círculo imediato”, assevera Corrêa (1981, p. 6).

Sobre a instituição família, há uma imprecisão acerca da própria noção em volta do termo, embora se saiba visualizar uma organização familiar quando se parte de olhar pelo senso comum. Ainda assim, quando se pensa em uma família deve-se tomar algumas referências, pois famílias são

[...] grupos sociais estruturados através de relações de afinidade, descendência e consanguinidade (grupos domésticos, grupos residenciais, reconhecidos pelos próprios membros). Ao mesmo tempo, família quer dizer também um conjunto de regras, padrões e modelos culturais e, nesse caso, passíveis de mudança, não podendo ser consideradas uma síntese da sociedade inteira. Os grupos sociais concretos são, por assim dizer, construções que se utilizam dessas regras ou padrões para organizar a vida coletiva. A família patriarcal, por exemplo, seria aquela cujo modo de ordenação das relações de afinidade se centrava na figura do homem/patriarca. Somente a ele cabia a regulação das relações no seio da família. Assim, estamos falando de um modelo cultural e de sua representação e reprodução. (COSTA, 2009, pp. 358-359).

Em meio às mudanças tecnológicas, da globalização e da urbanização, é que os novos arranjos domésticos são costurados (OLIVEIRA, 2009). Atualmente, há modelos e dinâmicas de famílias em números vários, destoando das diferenças do modelo patriarcal. Nisso, Oliveira (2009, p. 78) argumenta sobre a necessidade de se pensar a família e de “reaprender o que significa ser família, entender que ela possui suas especificidades e suas complexidades”, porque, assim, pode-se ter domínio sobre o conhecer e as particularidades das modernas dinâmicas familiares, não ficando presos a uma única classificação, a exemplo da família nuclear formada pelo homem e mulher casados e sua prole.

O conjunto de pessoas trabalhando e consumindo conjuntamente forma um grupo doméstico. São pessoas que, pelo trabalho, buscam “assegurar a reprodução

⁴² Referenciada como uma organização familiar que torna fixos os personagens, que, após suas definições, apenas são substituídos no decorrer natural das gerações, sem ameaçar sua hegemonia, tendo um tronco em que se brotam todas as demais relações sociais (CORRÊA, 1981).

física e social de cada um e do coletivo” (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009, p. 225) no qual fazem parte. Nessa perspectiva, o trabalho familiar constitui-se em oposição ao trabalho assalariado⁴³ (WOORTMANN, 1990). Nesse plano, a família se constrói por relações de produção (TEDESCO, 1998), sendo as atividades de trabalho definidas e diferenciadas por idade e sexo. Tal organização demonstra existir particular grau de heterogeneidade interna às famílias, sendo evidente o aparecimento de conflitos acerca do trabalho, de gerações, da cultura e de valores, além dos econômicos.

Essa organização bem definida de unidade de economia familiar perde efeito quando a família passa a fazer parte da modernidade, motivo pelo qual a aspiração conjugal é refletida por ideais individualistas, sobressaindo a busca pela estabilidade financeira e a satisfação pessoal, com impacto no cotidiano familiar, admite Oliveira (2009). Mesmo assim, compete dizer que a individualidade necessária ao livramento das necessidades humanas não pode confundir-se com o individualismo, que induz a sociedade a atitudes egoístas, aumentando o abismo social entre as pessoas.

Isso porque, assim persistindo, a perda da instituição família como referência à prole pode levar a família a uma participação residual na formação e orientação das filhas e dos filhos, que poderão buscar orientação em outras pessoas e espaços de socialização coletiva, como escola, igreja, clubes e afins. Por isso, a instituição família se constitui como recurso imprescindível à “formação da pessoa nas mais diversas dimensões de sua existência” (COSTA, 2009, p. 359), tanto no plano das atividades internas à família como na experiência para a vida social em grupo.

Com a família voltada à produção, Almeida (1986) considera os membros das famílias pesqueiras como algo intrínseco e ligado a um determinado conjunto de parentes (consanguíneos e fictícios), levando em conta a estrutura interna da família enquanto unidade de produção, admitindo a entrada de parentes e/ou amigos para compor uma parceria, a exemplo dos pescadores paraenses (LOUREIRO, 1983).

A pesca artesanal, então, melhor se efetiva com a utilização do parentesco enquanto critério de organização e de divisão do trabalho pesqueiro, tendo em vista que a admissão de parentes na pesca tende a minimizar “os *riscos* de conflitos e de brigas interpessoais facilitando os pactos e informando afetivamente as tomadas de decisão” (MALDONADO, 1994, p. 56, grifo da autora), condição essencial para a

⁴³ O trabalho associado às famílias de pescadores concentra-se no grupo doméstico. A oposição referida diz respeito ao trabalho familiar como um “valor-família”, diferente de qualquer atividade remunerada, muito embora Woortmann (1990) não trate dessa forma.

realização de uma pescaria produtiva, muito embora haja um conjunto de conflitos e tensões no interior dos grupos de trabalho, formados por parentes ou não.

Assim, os grupos de pesca são formados ora por parentes de sangue ora por parentes fictícios arrumados através de rituais, em que se considera “familiares não só os compadres, mas também as tripulações que pescam juntas há muito tempo” (MALDONADO, 1994, p. 72). A vizinhança é também recrutada para compor uma tripulação em alguns tipos específicos de pescaria (SILVA, 1993), como a de curral, em que quase toda pessoa pode pescar, devido à baixa especialização desse tipo de pescaria. Os grupos de trabalho, então, são constituídos como parte de “um ‘ofício’ no qual a confiança, a cooperação e a competência dos participantes constroem condições de trabalho e de produção” (MILLER, 1992, p. 74) igualitárias, mesmo havendo o predomínio de relações capitalistas.

Contudo, quando a pesca artesanal ganha contornos de produção mercantil ampliada, novas dinâmicas surgem limitando a participação do grupo familiar como unidade produtiva nos grupos de trabalho, além de se tornar menos igualitária para novos membros das tripulações, cada vez mais atrelados ao mercado.

O grupo doméstico, ainda que importante na atividade pesqueira, não constitui mais a base das unidades de produção e cooperação. À medida que a pesca deixa de ser uma atividade complementar para tornar-se a principal fonte de produção de bens destinados à venda; à medida que surge um excedente utilizado na compra de embarcações motorizadas que exigem certos conhecimentos, a mão-de-obra mais apropriada nem sempre é a familiar. (DIEGUES, 1983, p. 154).

A base da produção pesqueira, quando voltada para o mercado, luta por capitalizar as pessoas da pesca, de modo a cumprir com as obrigações decorrentes da modernização da embarcação, bem como dos demais meios de produção. A pescaria modernizada, então, requer uma maior especialização da tripulação. Por isso, o recrutamento de membros familiares na pesca sofre alterações, uma vez que o fator parental deixa de ser preponderante na composição dos grupos de trabalho, regida agora por fins de especialização e técnicas mais modernas de captura do pescado (MANESCHY, 1995). Em razão disso, a preferência é por pessoas melhor qualificadas para operar a embarcação e os instrumentos modernos ora acrescidos.

A modernidade inaugura anseios de vida individual, projetos que distanciam o aspecto coletivo presente no trabalho familiar. A estrutura globalizante do turismo pressupõe um modo de vida racional à população nativa, de modo que alterações de

ordem social e econômica penetrem rapidamente, alterando relações de trabalho pautadas em formas tradicionais. Seguramente, tomando as palavras de Oliveira (2009), é a partir da modernidade e pensando os novos arranjos familiares que houve um maior redimensionamento nas famílias, tirando a hegemonia do modelo patriarcal para um mais atual e conciso de se pensar a família, ancorado em novas dinâmicas de perceber e de visualizar uma estrutura ou modelo de família conjugal.

As atividades da pesca que exigem maiores dispêndios de força física são resolvidos pela organização de mutirões, reunindo parentes, vizinhos, amigos num extenso laço de solidariedade pela ajuda mútua. A existência dos mutirões, grosso modo, serve como estratégias para suprimir “limitações de atividades individual e familiar” (CANDIDO, 2010, p. 81) de pequenos grupos domésticos, resultando em forte mobilização local com vistas à complementaridade de atividades, pressupondo contato direto entre participantes.

Um aspecto comum entre as famílias nucleares versa sobre o fato de serem conduzidas por um “cabeça”, em geral o homem-pai⁴⁴, com a atribuição de organizar a atividade econômica do grupo doméstico (ALMEIDA, 1986; WOLF, 1976). Esse modelo composto por pai e mãe biológicos e a prole dá lugar a novas dinâmicas familiares, predominante maior autonomia e liberdade aos cônjuges, tornando mais igualitária as relações familiares (COSTA, 2009). Assim, o modelo familiar patriarcal tradicional perde força fazendo aparecer novas e modernas dinâmicas familiares.

Há casos, porém, em que a mulher assume o comando efetivo (quando da morte do marido) ou temporário (quando o homem sai para a pescaria) da família (BECK, 1991), embora, neste último, seus poderes sejam limitados ou subordinados às ordens do marido dadas em terra, antes da saída para o mar. Destarte, conforme Tedesco (1998), o papel econômico de reprodução social da família subsiste por relações de poder, dependência e autoridade, que normalmente atuam em desfavor da mulher, uma vez que, em termos econômicos, a maioria das mulheres no mundo, sobretudo as mães, é dependente dos maridos (CONNELL; PEARSE, 2015).

Tal atitude mostra as fragilidades e a trinca do modelo de família tradicional patriarcal, ainda presente na amplitude de organização do modelo contemporâneo de família, onde há uma redistribuição sexual das tarefas, associada a uma melhor e

⁴⁴ A estrutura da família segue o modelo patriarcal dominante, no qual a esposa e os filhos ocupam posições hierarquicamente inferiores ao chefe da família (CASTRO, 2009).

mais igualitária distribuição de poder entre marido e mulher; mesmo assim, não se pode esperar melhorias grandiosas.

As relações, comparadas com as estabelecidas no modelo tradicional, estão modificadas, os próprios membros integrantes da nova família estão diferenciados, a composição não é mais a tradicional, as pessoas também estão em processo de transformação, no sentido da forma de pensar, nos questionamentos, na maneira de viver nesse mundo em processo de mudança. (OLIVEIRA, 2009, p. 68).

O grupo doméstico responde pela totalidade ou pela maior parte dos bens materiais consumidos pela unidade produtiva. Nesse sentido, a unidade de produção inscreve-se no âmbito do sistema de mercado no seio de uma economia capitalista, prevendo a sistemática da compra e venda de mercadorias, porque requer capital financeiro para aquisição de produtos que não produz, resultando numa economia de excedentes.

O grupo doméstico materializa-se como unidade de produção em configurações particulares, como também é o caso de sua materialização como unidade de consumo, mas a circulação dos bens e das pessoas admite perfeitamente trocas mercantis e conhecimento da flutuação dos preços. (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009, p. 224).

Nesse relevo, as famílias pesqueiras vivem em uma economia assentada na força de trabalho do grupo e orientada por suas necessidades de consumo enquanto estratégia de reprodução familiar. Com isso, nas práticas cotidianas para reprodução sociofamiliar, membros do grupo doméstico são agentes reflexivos, porque dispõem de conhecimento ampliado sobre mercados interno e externo, fato que lhes garante consciência acerca não apenas do mercado, mas também de ações concretas frente à economia capitalista, possibilitando-lhes autonomia na produção para o consumo interno e externo, abrangendo produção, consumo e comercialização.

Existe, nesse âmbito, um inter-relacionamento de pessoas nos territórios em que participam, sendo acionadas pela economia do excedente, tendo como grande monta a articulação com o mercado capitalista em rede (MELO, 2012). Na pesca artesanal, a organização das pessoas da pesca parece ser ainda mais frágil, dada a incapacidade de armazenamento da produção a qual não permite a agentes e suas famílias dispor de uma produção significativa que lhes garanta capital mais elevado, porque praticamente tudo o que se captura é vendido quase que imediatamente, tornando a atividade pesqueira desprovida de acumulação capitalista.

Predomina na pesca artesanal, historicamente, uma clara divisão acerca dos espaços social e de trabalho do homem e da mulher: homens, no mar; mulheres, na terra⁴⁵. Apesar da divisão ora estabelecida, as relações de gênero e a participação da mulher no âmbito das famílias pesqueiras seguem como de complementaridade (WOORTMANN, 1991), em que a esposa-mãe produz unicamente para o consumo doméstico e por ventura associa sua renda à do marido, condição de subordinação que acompanha o cotidiano de muitas mulheres da pesca artesanal (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012).

Antes disso, porém, é atribuída à força física a separação entre os gêneros no exercício do trabalho tradicional na pesca, devido à “necessidade” de se justificar e de se definir as diferenças entre eles (CARDOSO; SOUZA, 2011). Nesse sentido, as mulheres são consideradas frágeis e incapazes, enquanto os homens fortes e ágeis. Isso, pois, longe de ser considerado fator diferenciador concreto, não passa de simples construção social sobre os gêneros (CONNELL; PEARSE, 2015).

A pesca artesanal, contudo, necessita da participação integral de homens e mulheres em muitas das etapas de sua realização, pois as atividades produtivas no seu interior “decorrem de um conjunto de funções e de relações, envolvem mulheres e homens, tarefas associadas a saberes diversificados, a sociabilidades e a espaços interacionais específicos” (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 722).

É relevante clarear a impossibilidade de se tomar as relações de trabalho, os lugares e os espaços entre o homem e a mulher como de oposição, pois na prática estão mais para a complementaridade (BRANDÃO, 1998). Ainda assim, as mulheres são diminuídas a simples “ajudantes ou companheiras de pescadores” (LEITÃO, 2015, p. 143-144), posição subalterna que abarca lugares e espaços de trabalho e de atuação das mulheres pescadoras, revelando a histórica invisibilidade e exclusão feminina em torno do trabalho pesqueiro.

O trabalho da mulher na pesca se reduz à esfera da ajuda, sendo visto como força de trabalho marginal em complemento à do homem, detentor do trabalho total. Assim, por o trabalho feminino não ser considerado enquanto trabalho, as mulheres também não recebem a devida remuneração (CONNELL; PEARSE, 2015).

⁴⁵ Woortmann (1991), Beck (1992) e Motta-Maués (1999) chamam atenção para o domínio das terras pelas mulheres, em oposição aos homens, que dominam o mar. Nessa situação, doravante o avanço do turismo e conseqüente especulação imobiliária, as mulheres perdem o domínio destes espaços, restando os cuidados domésticos em casa ou a venda de sua força de trabalho aos novos proprietários das terras que lhes foram tomadas.

Mostrei (se referindo a estudo numa comunidade potiguar) como a mulher foi “incluída” no homem, como seu “braço”, quando as terras soltas foram privatizadas. Mas, do ângulo que tomo agora, poderia dizer que a mulher sempre foi “incluída”, na medida em que o homem “é” a totalidade. Aquilo que engloba é mais importante que o englobado, assim como o todo é mais importante que a parte em sociedades tradicionais. A complementaridade era, então, entre englobante e englobado. (WOORTMANN, 1991, p. 31).

Ainda, quanto às formas de trabalho formal, o cenário de crescente geração de empregos na modernidade não consegue acompanhar a valorização do trabalho da mulher, criando margem à desigualdade de gênero no trabalho.

Apesar de todos os avanços familiares, a desvalorização do trabalho da mulher ainda ocorre nitidamente, principalmente entre as pessoas que não possuem acesso às políticas públicas, à escola e às condições dignas de sobrevivência, fatos estes que propiciam à mulher a má remuneração por sua mão de obra. Paralelamente à má remuneração, existe também a má formação para as tarefas a serem realizadas [...]. (OLIVEIRA, 2009, p. 75).

A divisão social do trabalho dá-se em decorrência da limitação individual dos trabalhadores em relação à realização das atividades laborais, com forte vínculo às capacidades e habilidades profissionais das pessoas ou às suas especializações. A base fisiológica, porém, é colocada, no senso comum, como “diferença natural entre homens e mulheres” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 85), situação determinante para a realização de diversas atividades, sobretudo as que requerem maiores dispêndios de força física, a exemplo das agrárias e pesqueiras e de algumas industriais – além do atributo do provimento das necessidades para o grupo doméstico.

Assim, nessa determinação, os corpos, tanto masculinos quanto femininos, são construídos por processos sociais, sendo resultado expressivo do crescimento e funcionamento a que estão submetidos. Por essa razão, conforme Connell e Pearse (2015, p. 93), “o modo como nosso corpo cresce e funciona é influenciado pela distribuição de comida, costumes sociais, guerras, trabalho, esporte, urbanização, educação e medicina, para citar apenas as diferenças mais óbvias”.

A sociedade em geral informa deliberadamente que a mulher não suporta a pesca, afirmação tão equivocada quanto dizer que o homem não consegue lidar com o trabalho doméstico, porque não há determinação por corpo ou sexo, mas sim por meio da construção social sobre o gênero, com vistas a dirimir ações de exploração-dominância masculina sobre as mulheres. Assim, conforme Saffioti (2011, p. 135), o

“gênero não se reduz ao sexo, da mesma forma como é impensável o sexo como fenômeno puramente biológico”.

O corpo da esposa-mãe de família pesqueira, pois, é direcionado para o trabalho doméstico e sem a devida remuneração, posto que o trabalho das mulheres tem sentido e guarda relação “a uma definição cultural das mulheres como pessoas cuidadas, gentis, diligentes, estando sempre prontas para se sacrificarem pelos outros” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 33), rebaixando o labor da mulher na pesca ou na casa à ajuda ou simples complementaridade.

Contudo, a produção pesqueira não é pensada de forma ampla, o que torna invisível as atividades inerentes às etapas da pesca realizada pelas mulheres. Nisso, a mulher se ocupa de várias frentes, como o preparo e a organização de apetrechos e instrumentos de pesca, assim como o processamento do pescado, características que por si só explicam a presença da mulher da pesca (MANESCHY, 1995).

Em meio à sociedade machista-conservadora, muitas mulheres reproduzem a ordem patriarcal pela “lei do pai” (SAFFIOTI, 2011), importando informar que nem todas as mulheres atribuem sentido positivo às mudanças pelas quais as mulheres têm passado em decorrência da ascensão econômica, conferindo-lhes autonomia.

Quanto a isso, Saffioti (2011) argumenta que a “lei do pai” pode ser acionada pelas mulheres, embora esta funcione como uma engrenagem quase automática em virtude da exposição familiar e social machista em que foram submetidas durante grande parte da vida, sendo inclusive internalizada como cultura.

[...] imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo. (SAFFIOTI, 2011, p. 102).

A produção capitalista tem sido responsável por causar a segregação dos espaços de trabalho por gênero e classe, momento no qual tem sabido se beneficiar dessa divisão sexual do trabalho que se inicia no seio da família e no cotidiano da escola, perpassando à vida pública numa construção social sem precedentes.

As relações entre *gênero* e *classe* nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma *construção social sexuada*, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, *diferentemente* qualificados e

capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 109, grifo do autor).

De modo mais enfático, o capital tem incorporado cada vez mais o trabalho feminino à sua reprodução, mas de forma desigual e diferenciada na divisão social e sexual do trabalho (ANTUNES, 2009; CONNELL; PEARSE, 2015). Tal situação não consegue promover a ascensão e emancipação da mulher por completo somente a partir do acesso ao emprego e renda, tendo, por outro lado, possibilitado maximizar sobremaneira o lucro capitalista pela exploração frequente e regular da mão de obra feminina, considerada abundante e barata.

Em meio a isso, é através do capital que a mulher consegue ser incluída no espaço público, não porque aconteceram mudanças na sociedade incorrendo no equilíbrio de poder entre homem e mulher, mas porque a mulher foi incorporada ao consumo de bens e serviços, movimentando parte significativa da economia, sendo atriz indispensável ao mercado capitalista⁴⁶.

A expansão da economia acelerou o processo de retirada da produção de casa para o mercado, e a pressão pelo consumo de bens e serviços, características inerentes ao capitalismo, anteriormente produzidos no espaço doméstico, passa a apertar os orçamentos familiares, e o trabalho assalariado passa a ser um instrumento também utilizado pelas mulheres. (OLIVEIRA, 2009, p. 65).

O controle masculino sobre a mulher seja no âmbito econômico, social e/ou sexual firma-se como “valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal” (SAFFIOTI, 2011, p. 122), perpassando os limites e áreas de convivência social em que a mulher faz parte.

A pesca artesanal, pois, se constitui em uma intensa e extensa desigualdade de gênero em seu interior, tendo em vista o elevado machismo-conservadorismo em vigor nas sociedades pesqueiras (SILVA, 1993; WOORTMANN, 1991; MOTTA-MAUÉS, 1999; BECK, 1991; LEITÃO, 2015). Por consequência, a pesca feminina “tende a ocorrer em águas próximas” (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 717), resumindo o local de trabalho das pescadoras às margens de rios, lagos e praias, na companhia da prole que figura como vigilante.

⁴⁶ A perda das terras soltas e seus roçados também contribuíram à proletarianização das mulheres, que se viram sem espaço para complemento de renda familiar a partir das estratégias tradicionais com o avanço do capitalismo sobre as localidades em que vivem, como colocado anteriormente e reforçado por Woortmann (1991).

O mar, tanto o de-fora como o de-dentro, é o ambiente de trabalho masculino por excelência, não se permitindo o emprego da atividade feminina na pesca embarcada. Ao longo do tempo, as mulheres foram catadeiras ou marisqueiras. Junto com seus filhos e filhas ocuparam as margens das regiões estuarinas, dos rios ou dentro dos mangues, com a pesca da ostra, siri, sururu e mariscos de modo geral. (RAMALHO, 2006, p. 29).

Na pesca feminina, inclusive, a mulher não dispõe de um amplo “conjunto de conhecimentos acerca do meio ambiente, das espécies procuradas e das técnicas” (MANESCHY, 1995, p. 146). Por isso, é possível inferir que a pesca da mulher não pode ser diretamente comparada a do homem, haja vista o nível de complexidade que as diferem, mas nem por isso deve haver o menosprezo do trabalho feminino, o qual comporta relativa importância para o consumo doméstico e o breve livramento da sujeição e subordinação ao marido, mas desde que a renda de sua produção lhe seja capaz de prover suas despesas, o que quase sempre não acontece.

O resultado da pesca feminina comporta valor comercial tão inexpressivo que não compensa vendê-lo, tendo serventia somente para o consumo doméstico, tanto pelo baixo volume da produção ou como por encargos adicionados às etapas da pescaria. Com isso, em termos de reconhecimento social, as atividades femininas na pesca “não gozam do mesmo *status* das exercidas pelos homens” (MANESCHY, 1995, p. 156), sendo concebidas unicamente como complementares.

Por isso, Maldonado (1986) afirma haver um tipo de pescaria que denomina de “pesca feminina”, em que as próprias mulheres fabricam seus instrumentos de trabalho, chegando a entrar no mar, mas sem ultrapassar o limite do mar de dentro, em razão dos riscos e perigos da pesca⁴⁷, sentido atribuído pelos próprios homens.

Ademais, a mulher possui exímia habilidade para a prática de diversos tipos de pescaria. A disposição corpórea da mulher somada a movimentos executados na lida com a casa e o quintal denota confiança à mulher para a pescaria, que assume a atividade pesqueira sem muitos percalços.

Um simples olhar à tecnologia dos gestos [...] revelaria o quanto a pesca de anzol e mesmo a pesca de tarrafa aproximam-se em quase tudo do domínio de conhecimentos e de manuseios que as mulheres exercitam em outras atividades da casa e, sobretudo, do quintal. (BRANDÃO, 1998, p. 143).

⁴⁷ Convém observar que, embora a pesca seja uma atividade considerada de risco em virtude dos perigos da própria natureza, a aludida prática pelas mulheres pode revelar um medo ainda mais presente no dia a dia das mulheres, quer seja o simples fato de serem mulheres e estarem em total vulnerabilidade, ainda mais quando afastadas da terra.

No entanto, a maior parte das mulheres é impedida de pescar no mar, tanto no de mar fora como no mar de dentro (BECK, 1991) sem causa aparente a não ser a proibição imposta pelo marido⁴⁸, ou devido aos cuidados prestados à família, sem perceber remuneração, figurando como “boas mães” (CONNELL; PEARSE, 2015).

Em comunidades pesqueiras nas regiões Norte e Nordeste, as atividades da pesca exercidas pelas mulheres se alternam em “tecer redes, beneficiar pescado, coletar mariscos e algas e pescar nas proximidades, aliadas a outras tarefas em terra, todas instáveis” (MANESCHY; ÁLVARES, 2010, p. 2). O resultado de tudo isso contribui para o pluralismo econômico das famílias pesqueiras. Entretanto, está claro que ao trabalho da mulher compete baixa renda e pouca (ou nenhuma) visibilidade.

O fato de terem de compatibilizar os vários empregos domésticos e a geração de renda, enfrentando o peso das concepções relativas aos papéis de gênero, concorrem para reforçar tanto o baixo valor monetário dos trabalhos “femininos” no setor pesqueiro, quanto sua pouca visibilidade (MANESCHY; ÁLVARES, 2010, p. 3).

Grosso modo, para algumas sociedades pesqueiras, a presença da mulher nas margens de rios e mares denuncia a iniciação dos filhos na pescaria (DIEGUES, 1983; RAMALHO, 2006), embora não seja exatamente essa a finalidade. Em grande parte das sociedades pesqueiras, o primeiro contato e socialização da prole com o ambiente pesqueiro é feito pela mãe, embora a vigilância da prole sobre a genitora predomine nessa atribuição⁴⁹.

As mulheres possuem uma restrição muito maior quanto à conquista de autonomia e independência. A maior parte delas, por exemplo, só exercem alguma atividade assalariada fora do lugar onde vivem quando do pleno desenvolvimento da prole e de sua inserção no grupo doméstico enquanto força plena ou marginal.

⁴⁸ Beck (1991, p. 14) argumenta que a “proibição ostensiva de participação da mulher na pescaria, ao contrário do que acontece na roça, pode ser explicada pelo caráter público da primeira. Enquanto a roça reúne os membros da família nuclear – pai, mãe, filhos – a pescaria ajunta, nas companhas, camaradas e ajudantes que vêm de várias famílias e são, por vezes, oriundos de várias comunidades [...] Não devem as mulheres ter proximidade física, em público, com homens que não são os de sua própria família e com homens que não são seus maridos ou possam vir a sê-lo”. Dessa monta, experimenta-se o controle das mulheres pela dominação masculina (SAFFIOTI, 2011), revelando o poder do patriarcado arraigado nas sociedades pesqueiras.

⁴⁹ Tal situação guarda estreita relação com o fato de as mulheres não dominarem o conhecimento pesqueiro acerca do meio ambiente, dos cardumes, das espécies, das técnicas e da própria natureza da pescaria marítima (MANESCHY, 1995), espaço no qual são excluídas.

Mulheres com crianças pequenas têm dificuldades ocupacionais externas, o que é revelado por muitas delas, as quais nos contaram que as deixavam para sogras, pagavam a vizinha para cuidarem-nas, levavam-nas a creches na cidade, etc. Mãe e filha acabam racionalizando a saída e a não-saída em função do padrão doméstico e demográfico e também do nível ideológico, que atribui papéis sexuais às atividades, o que demonstra a fragilidade que imprimem em seu espaço do lar. (TEDESCO, 1998, p. 213).

Do mesmo modo, mesmo quando conseguem a efetivação no emprego, são as mulheres quem assumem o trabalho doméstico em casa. Por isso, indica Antunes (2009, p. 108), a “mulher *trabalhadora*, em geral, realiza sua atividade de trabalho *duplamente, dentro e fora de casa* [...]” (grifo do autor), o que compete deduzir que são duplamente exploradas e subjugadas, elevando a desvalorização para dentro de casa, onde são submetidas ao desgaste cotidiano do trabalho doméstico.

Desvalorizada no mercado de trabalho, ao chegar em casa, a mulher continua esse processo, a dupla ou a tripla jornada de trabalho pode ocasionar um desgaste à mulher, que não tem seu potencial de dona de casa, esposa, mãe e profissional reconhecidos. (OLIVEIRA, 2009, p. 75).

Em meio a isso, é expressivo notar, pois, que o “homem vem passando por transformações em decorrência dos avanços sociais, e a mulher passa a assumir papéis que, anteriormente, eram de exclusividade dos homens” (OLIVEIRA, 2009, p. 73). Por isso, renegam o trabalho doméstico invisível e sem remuneração, enquanto que os homens são levados a assumir tarefas antes exclusivas às mulheres.

O elemento principal de força e poder parece ser o capital; mas para isso é preciso tê-lo. O trabalho exercido em casa pelo pai e filhos não é o representativo maior do processo de transformação ora evidenciado, mas a importância econômica da mulher em assumir o conjunto da unidade familiar como co-provedora, saindo da complementaridade para posição de destaque. Devido às mudanças que as famílias vêm passando na modernidade, as mulheres participam “mais intensamente nas atividades de mercado de trabalho e na renda monetária familiar, compartilhando com o chefe as responsabilidades de manutenção da família, e promovendo uma redefinição nos padrões de hierarquia e sociabilidade” (GOLDANI, 1994, p. 8), o que gera redefinições internas nas famílias e redistribuição de poder, estimulando o favorecimento e protagonismo feminino.

Nesse sentido, a posição da esposa-mãe é redefinida no interior da família, diminuindo a centralidade autoritária do marido-pai e propiciando, ao mesmo tempo, “um (re)arranjo cotidiano adaptado ao processo doméstico” (TEDESCO, 1998, p.

253) produtivo. Mesmo assim, apesar das mudanças visíveis, denota ao homem a responsabilidade pela organização da produção, da parte considerada “pesada”, ao passo que a mulher é responsável pelo consumo (MILLER, 1992).

Para Tepicht (1973), no interior do grupo doméstico há distinção clara entre “forças plenas” e “forças marginais”. Na prática, tal diferenciação é responsável por viabilizar o desenvolvimento de atividades específicas realizadas no interior do grupo doméstico pela utilização das “forças marginais”, oportunidade que aparece como de baixo custo, enquanto o trabalho de produção faz uso de “forças plenas”. As “forças plenas” são atribuídas aos homens adultos em idade produtiva, enquanto as “forças marginais” são atribuídas a crianças, pessoas idosas e mulheres, e compete às tarefas domésticas, que são imprescindíveis à reprodução social das famílias.

De forma a pensar o trabalho de produção (produtivo) e de consumo (não produtivo) no seio das famílias pesqueiras, faz-se mister salientar um ponto da teoria econômica do campesinato considerada por Chayanov (1966)⁵⁰. O autor sustenta dois tipos de trabalho, tendo como base a divisão sexual do trabalho: o primeiro seria “produtivo” e faz referência à produção de homens adultos em idade produtiva; o segundo seria “não produtivo”, associado às tarefas domésticas realizadas em casa, pelas mulheres, comenta Woortmann (1995).

É evidente a utilização da força plena na produção pesqueira com vistas à reprodução familiar. Por outro lado, merece destaque a utilização das forças de mulheres e crianças no trabalho não produtivo – sem minimizá-las enquanto força marginal - figurando como central à reprodução do grupo doméstico, bem como do próprio trabalho na pescaria. Mais do que isso, argumenta Maneschy (1995, p. 147-148), o concurso de atividades e tarefas realizadas por “mulheres e crianças, longe de serem marginais, têm uma funcionalidade para a organização da produção pesqueira artesanal, notadamente no que diz respeito a sua capacidade de reduzir custos quando diminuem as capturas ou os preços do pescado”. Dessa maneira, um não se faz dissociado do outro.

Em ambos os casos, tanto das forças marginais e plenas consideradas por Tepicht (1973) quanto do processo produtivo e não produtivo pensado por Chayanov (1966) prevalece a construção social sobre os gêneros, a qual condiciona à mulher o

⁵⁰ Tanto Tepicht (1973) quanto Chayanov (1966) foram consultados em Woortmann (1995), não tendo sido possível o acesso aos originais.

papel de fragilidade enquanto ao homem é atribuído o vigor presente na força física, conforme argumentam Connell e Pearse (2015) e Saffioti (2011).

A participação dos filhos no trabalho produtivo da pesca ocorre ao atingirem idade e capacidade físicas suficientes para suportarem as atribuições inerentes à atividade pesqueira artesanal. No geral, o ingresso na pescaria se dá por intermédio familiar e em decorrência das necessidades de reprodução do grupo doméstico.

A formação dos pescadores fica a cargo da família, num primeiro momento, quando participam desde muito crianças das tarefas que, estando ligadas à pesca, se estendem até à família, como o permanente conserto de redes, bóias e outras peças que mesmo a longa jornada de trabalho dos profissionais não logra dar conta, e posteriormente, já maiores, quando começam a fazer incursões pelo mar, a títulos diversos, seja para aprenderem um ofício, seja para substituírem pai ou irmão que se encontram impossibilitados de partirem numa determinada viagem. (LOUREIRO, 1985, p. 53-54).

Um fator limitante da própria atividade, porém, pode causar o impedimento do ofício pesqueiro, qual seja: a presença de enjoos e vômitos (LOUREIRO, 1983; MILLER, 1992). Nisso, Ramalho (2011, p. 324) sustenta: “a não adaptação orgânica obriga o deslocamento para outro trabalho, realizando quase que uma ‘seleção natural’ entre os próprios pescadores”. Pode ocorrer, também, de algum potencial pescador utilizar essa restrição para desistir da pesca, antes mesmo de iniciar.

Além da adaptação do corpo à pescaria, faz-se referência à “educação dos sentidos humanos” descrita por Ramalho (2011). Para ser pescador e ter a profissão como ofício é necessária uma correta leitura do meio aquático, alcançada através das capacidades cognitivas presente nas pessoas que pleiteiam acessar a pesca, quando passam a atingir idade suficiente para o amadurecimento dos sentidos do corpo. Do mesmo modo, a educação corporal

[...] começa a se desenvolver cedo dentro da própria família, fundando-se no trabalho. Inicialmente, tarefas menores são repassadas aos filhos, que ainda não têm a estrutura física exigida para suportar tempos maiores nas águas, nem detêm força suficiente para puxar e retirar redes do mar. (RAMALHO, 2011, p. 326).

A partir disso, jovens que não se orientam como pescador encontram outros meios para trabalhar, assalariando-se em atividades modernas ligadas ao turismo e na construção civil, por exemplo. A última foi a saída encontrada por muitos jovens, como os que Miller (1992, p. 99) estudou, uma vez que “a grande quantidade de

veranistas construindo casas engajou muitos jovens filhos dos pescadores, que por isso não têm nenhum interesse em seguir o 'ofício' dos pais, preferindo trabalhar na construção [civil]" (MILLER, 1992, p. 99). Entre os jovens caiçaras de Ilha Bela (SP) ocorreu processo análogo (CALVENTE, 1993).

Para jovens que praticam a pesca e que o lugar onde vivem experimenta um processo de exploração turística, muitos podem abandonar a pesca ou praticam-na concomitantemente a outras atividades, de modo a complementar a renda familiar ou mesmo a busca pela simples capitalização, a partir dos já adotados princípios de racionalização nas ruralidades (FAVARETO, 2006).

O êxodo da população nativa, sobretudo de jovens em busca de emprego nas cidades, constitui-se como ameaça ao dinamismo das ruralidades, provocando o esvaziamento do meio rural (WANDERLEY, 2000b). Por outro lado, admite Loureiro (1983), há também o processo de migração de atividades, quando as dificuldades econômicas de um setor força a migração para outro. Nesse sentido, mas fazendo referência à pluriatividade, esta aparece como uma espécie de solução para o efeito do êxodo rural, mantendo o jovem trabalhando no lugar onde vive.

Muitas famílias têm dinamizado suas economias com o trabalho pluriativo de algum (uns) de seus membros, principalmente jovens e mulheres. O mesmo ocorria já na década de 1970-1980 com os pescadores artesanais caiçaras do litoral de São Paulo, sendo o turismo, também, o principal indutor dessas transformações.

Os pequenos produtores litorâneos se comportariam diversamente em relação ao turismo. A fímbria inferior da camada caiçara que constituía o maior núcleo dos pequenos pescadores, à medida que as casas de veraneio invadiam suas praias, foi se incorporando a atividades ligadas ao turismo: a construção civil, caseiros (especialmente), passando a pescar muito ocasionalmente. (DIEGUES, 1983, p. 188).

As novas possibilidades de proletarização junto ao turismo contribuem para a ruptura com o trabalho na pesca, impedindo até mesmo a sua continuidade⁵¹. A juventude é facilmente atraída por uma vaga de emprego com renda determinada e com uma jornada de trabalho que implica hora para início e término, distinto da pescaria, em que o tempo é marcado pelas condições inerentes ao trabalho com um tipo de atividade específica feita no mar (MALDONADO, 1994).

⁵¹ Embora a proletarização possa afastar o pescador e seu filho da prática pesqueira, ser um trabalhador pluriativo não significa deixar de ser pescador.

Por tudo isso, as famílias extensas e nucleares junto a seus membros têm experimentado mudanças significativas em meio à modernidade capitalista presente na atividade do turismo. As transformações no interior da família, a reorientação dos papéis sociais do casal, o comportamento da prole e demais implicações modernas sobre a vida tradicional faz com que percepções múltiplas passem a ser construídas no cotidiano dessas famílias, reorientando-as a viver um novo modelo de sociedade, agora com a imposição de uma cultura global e urbana.

A próxima seção discute o trabalho no âmbito da tradição pesqueira e sobre as novas formas de trabalho na modernidade capitalista. Nisso, é desenhado o ofício pesqueiro e a relação como identidade pesqueira, comportando aspectos de intensa subjetividade presente do trabalho vivo, sem condições de se passar para o trabalho morto. Por fim, discute a atual concepção do trabalho no turismo e na pesca.

2.3 Trabalho e pesca artesanal

O trabalho na pesca artesanal liga-se intrinsecamente à família, por isso a discussão em torno do trabalho como fato cotidiano no grupo doméstico, sobretudo nas famílias rurais e pesqueiras. Mais ainda, para estas famílias a realização do trabalho não se distingue por gênero e nem por idade, tendo em vista a produção se completar na reprodução do grupo doméstico como um todo, embora processos racionalizantes quebrem essa rotina devido à maior individualização de membros nas famílias.

Longe de reduzir-se apenas à esfera do capital, o trabalho é fonte de renda, sobrevivência e luta por dignidade e humanidade, além de prover a felicidade social da pessoa trabalhadora, assim como é o responsável, também, pela distinção entre humanos e animais, no âmbito de sua realização, tendo como base o pensar sobre o trabalho, diferente dos animais que o fazem instintivamente (ANTUNES, 2008).

Ainda, Antunes (2009, p. 139) informa que o trabalho constitui-se enquanto “elemento mediador introduzido entre a esfera da necessidade e a realização desta”, comportando o ser da pessoa consciente na produção e na realização do trabalho, expresso na relação metabólica entre o ser social e a natureza do trabalho realizado.

As formas tradicionais de trabalho na pesca artesanal são assentadas em laços de reciprocidade, contidos na lógica da companhia⁵² e no regime de parceria (RAMALHO, 2006; 2007; LOUREIRO, 1983; MALDONADO, 1986; 1994; DIEGUES, 1983; 1995; SILVA, 1993). Nestas, inexistem o predomínio do trabalho assalariado, uma vez que o trabalho familiar toma a maior parte do trabalho na pesca, sendo os laços pessoais fundamentais para o sucesso na pescaria, tanto por exigência da confiança como pela gestão e ordenamento do território aquático, com destaque para o bom funcionamento da tripulação (RAMALHO, 2007). O capitalismo, contudo, transforma o sentido do trabalho ao convertê-lo em trabalho assalariado, alienado e fetichizado (ANTUNES, 2008), expropriando o trabalhador de reproduzir-se, tanto no provimento das necessidades cotidianas de alimentação, lazer, moradia, etc. quanto na felicidade social que confere o seu trabalho, base de sustento e de subjetividade que o acompanha nos afazeres que lhe é atribuído.

A pesca artesanal garante às pessoas da pesca a liberdade e a autonomia na realização do trabalho, diferente de outras atividades produtivas. O mar, sendo o objeto de trabalho, constrói-se de um ambiente comum e indiviso, ideal para livrar o pescador da sujeição, embora dependa de meios de produção próprios para captura do pescado, os quais nem sempre possui⁵³. Nesses moldes, o mundo do trabalho na pesca constitui-se como “construtor de autonomias possíveis” (RAMALHO, 2007, p. 58). Vê-se, porém, que essa autonomia parece ter ficado no pretérito, suprimida pela ordem da moral capitalista, que subordina quem pesca aos ditames do mercado. Ou seja, a pesca artesanal, tão simplesmente utilizada enquanto recurso para prover a pessoa da pesca de alimentos e excedente para aquisição de produtos os quais não se produz, esvai-se na lógica capital-industrial, uma vez que o pescador não possui sequer autonomia para decidir sobre o que e quando pescar, o que é ligeiramente distinto na pesca artesanal, onde o pescador detém autonomia para decidir sobre a sua pescaria.

O desenvolvimento do conhecimento técnico-científico condiciona entraves ao trabalho humano, mas nunca deve dissociar-se totalmente do saber tradicional. Conforme Antunes (2002, p. 11), há uma interpenetração dos saberes e a ocorrência

⁵² Reunião de pescadores que formam uma tripulação para compor um grupo de trabalho na pesca, também conhecidos por rol de pesca ou grupo de pesca.

⁵³ O controle e a posse dos meios de produção no âmbito da pesca artesanal (embarcação, redes, apetrechos, etc.) são feitos, geralmente, pelo mestre e/ou armador.

se dá de forma simultânea, ou seja, “o saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo contemporâneo, sem que o primeiro se sobreponha ao segundo”, tamanha a dependência de um ao outro e vice-versa.

De acordo com Ramalho (2007, p. 121), “em contraposição à supremacia do trabalho morto, tem-se na pesca artesanal a supremacia do vivo”. Em decorrência da peculiaridade da pescaria e da presença do pescador na captura do pescado, o trabalho vivo continua acentuado e de difícil conversão para o trabalho morto⁵⁴, pois o pleno desenvolvimento de máquinas cada vez mais inteligentes destinadas aos barcos fábricas (da pesca industrial) não consegue suprimir por completo o trabalho de captura realizado por humanos, embora promova a separação do pescador dos meios de produção.

[...] a estrutura altamente complexa de um barco pesqueiro moderno faz com que ele se aproxime de qualquer unidade industrial em outros setores, onde as tarefas se tornam cada vez mais especializadas e impostas pelo ritmo das máquinas. O recolher da rede não é mais ditado pela cadência do braço humano, e, sim, pelo número de rotações do guincho... O ritmo da filetagem a bordo não é mais imposto pela habilidade do pescador em manejar a faca, mas pela máquina filetadora. (DIEGUES, 1983, p. 73).

O pescador artesanal completo⁵⁵, conforme Ramalho (2007, p. 97), “imprime em seus instrumentos e ‘ferramentas’ de pesca o trabalho humano, sua supremacia em detrimento do trabalho morto”, não separando “o caracol de sua concha”, como nas palavras de Marx.

Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permanecem colados um ao outro como o caracol e sua concha, faltando, assim, a base principal da manufatura, a independentização dos meios de produção como capital diante do trabalhador. (MARX, 2015, p. 433).

Para trabalhar na pesca não basta somente o compreender do mar e saber capturar o pescado, é preciso também conhecer o ofício pesqueiro. O pescador tem que ser completo, tem que possui o saber-fazer nato da pesca.

⁵⁴ O trabalho vivo é sempre realizado por pessoas, no desempenho de suas capacidades física e intelectual; o trabalho morto, por sua vez, constitui-se pela substituição por máquinas das tarefas executadas pelo trabalho vivo (ANTUNES, 2002).

⁵⁵ É o “pescador mesmo”, aquele que conhece profundamente o seu objeto de trabalho, que conserta e fabrica seus instrumentos de produção, que repara e faz manutenção em suas embarcações, que sabe capturar as mais diversas espécies de pescado, que domina os vários tipos de pescaria.

[...] exercer destreza e conhecimentos relativos ao fabrico e conserto dos seus instrumentos de produção (redes e demais armadilhas como linha, covo, puçá, confeccionar as próprias agulhas para costurar as redes e outros), além de saber realizar o reparo de embarcações (pintura, ajustes e pequenos consertos). (RAMALHO, 2007, p. 96-97).

Distante disso, a pessoa da pesca não poderia jamais ser considerada apta para acessar o mar de fora e obter sucesso no ofício pesqueiro. A pescaria sugere apreender um cabedal de informações que vai além do simples ato de manusear os instrumentos de pesca. Isso, sustenta Ramalho (2007, p. 97), é fator de destaque para que quem é “pescador ganhe respeito entre os seus e o adjetivo de bom, feito e independente”. Por isso que o trabalho na pescaria se confunde com arte liberta, em que pescadores artesanais são considerados artistas do mar.

O trabalho na pescaria constitui-se, assim, como parte de um labor difícil de ser apreendido e apropriado pelos instrumentos de produção modernos. Trabalhar na pesca é lidar com arte, um modo de ser e fazer próprios, distinto de outras formas clássicas ou contemporâneas. Prova disso é que a arte pesqueira é fator principal de resistência e luta contra a proletarização, pois provém a autonomia pesqueira pela posse dos seus conhecimentos, do saber-fazer sobre o objeto de trabalho.

É essa arte que possibilita – dentre outras coisas – forte resistência à proletarização, que significaria a perda de autonomia e poria em xeque a força da sociedade do trabalho, pois a ideia de liberdade dos pescadores nasce, em suas representações, vinculada à noção da arte da pesca e das suas objetivações. (RAMALHO, 2007, p. 128).

Na pesca industrial - como mostramos no início desse capítulo - há a efetiva separação do pescador e a produção, formalizando o processo de estranhamento (ANTUNES, 2002). Nos dizeres de Ramalho (2006, p. 54-55), a realização do trabalho tradicional pesqueiro “confere sentido à própria existência do ser social e à vida cotidiana, colocando-as num constante e rico intercâmbio com a sociedade e as forças da natureza”. Contudo, com o desenvolvimento capitalista no setor pesqueiro, o sentido do trabalho ganha novas ressignificações, sendo reduzido a uma forma de trabalho assalariado como qualquer outra, em qualquer atividade industrial, transformando-se num simples “fator material de produção” (ANTUNES, 2009).

A história premente do trabalho justifica a realização do ser social que se objetiva na produção e reprodução de sua existência. Para Antunes (2002, p. 122), é a partir da cotidianidade do trabalho que “o homem torna-se ser social, distinguindo-

se de todas as formas não humanas”, permitindo informar a existência de um laço profundo de cooperação social na realização do trabalho. A desrealização do ser social diante de seu trabalho, por sua vez, ocorre na sociedade capitalista, quando o “resultado do processo de trabalho, o produto, aparece junto ao trabalhador como um ser alheio, como algo alheio e estranho ao produtor e que se tornou coisa” (ANTUNES, 2002, p. 125), reduzido o pescado a mera mercadoria capitalista. Além disso, os processos e a gestão do trabalho, os instrumentos de captura, os meios de produção e o produto estão apartados do pescado. A pesca é uma mercadoria.

Relacionando ao trabalho na pescaria, este pode ser estranhado quando o resultado da pescaria equivale a quem pesca como uma simples mercadoria. Assim, a pessoa que pesca especializa-se na captura de determinada espécie e não mais pelo volume de produção. Nisso, “as escolhas sobre os tipos de pescado que serão capturados passam pelo diálogo íntimo e forte com as dinâmicas mercadológicas” (RAMALHO, 2007, p. 86), levando o pescado à lógica capital.

Apesar disso, os efeitos da associação do trabalho artesanal pesqueiro com o mercado capitalista - muitos dos quais influenciados pelo turismo - pode favorecer o princípio de racionalização do trabalho diante da pescaria.

A racionalização própria da indústria capitalista moderna tende, ao ser movida pela lógica do capital, a eliminar as propriedades qualitativas do trabalhador, pela decomposição cada vez maior do processo de trabalho em operações parciais, operando-se uma ruptura entre o elemento que produz e o produto desse trabalho. (ANTUNES, 2002, p. 129).

De modo semelhante, completa Diegues (1983):

Se na pesca artesanal o pescador estava unido à sua profissão e aos meios de produção como um caracol à sua casca, se a produção do armador na traineira transforma o pescador em trabalhador parcial, a captura industrial-capitalista é o ponto final de um processo pelo qual o conhecimento, a ciência, se separa do trabalho como poder independente de produção, passando para o lado do capital. Efetivamente, na pesca industrial o pescador lança a rede acionando uma alavanca que põe em movimento um motor, controla a sua posição na água através de vigias eletrônicos e a recolhe mecanicamente. O pescado capturado é filetado e congelado no próprio barco por métodos industriais sem que o pescador ponha nele a sua mão. A ferramenta, a rede, se converte em máquina quando passa das mãos do pescador a uma pesca de mecanismo. A partir desse momento, o homem deixa de agir diretamente sobre o objeto de trabalho. A introdução da máquina na pesca supõe uma grande concentração de meios de produção e já escapa ao armador industrial ou à empresa familiar requerendo uma produção em escala. (DIEGUES, 1983, p. 248-249).

Quando o pescado torna-se mercadoria capitalista, dá-se início ao processo de separação do produto das condições de realização do trabalho. Nesse sentido, nas palavras de Diegues (1983, p. 96), não apenas “os objetos da natureza se transformam em mercadoria como também a força de trabalho se destaca de sua situação primitiva de condição natural de produção para se tornar, ela mesma, objeto de compra e venda”. Surge, então, o trabalho excedente, o sobretrabalho que é apropriado pelos detentores dos meios de produção, marcando o início da exploração da força de trabalho e efetivando a extração do mais-valor do pescador.

A pesca artesanal possui produção direcionada para o mercado, porém o ritmo e a ordem de trabalho das pessoas da pesca não são geridos de forma direta pelo mercado, apesar das semelhanças. Com uma maior racionalização na pesca decorrente de processos modernos ora instaurados para garantia das necessidades básicas e de provimento do sustento das famílias, além da imposição do mercado ao qual é subordinado, quem pesca tem direcionado suas pescarias a peixes de maior valor de mercado, muitos dos quais não fazem parte de sua dieta alimentar, servindo unicamente de mercadoria com valor de troca.

As modernas formas de trabalho na pescaria artesanal são resultado das transformações estruturais presente no modo de produção capitalista. Estas, versa Ramalho (2006, p. 42), “se traduzem também na incorporação de novas tecnologias no trabalho da pesca (barcos mais potentes, melhores armadilhas e condições de armazenamento do produto e outros) e mudanças no tipo de pescado a ser priorizado”. Nessa altura, o pescador artesanal que se identifica como possuidor de uma profissão e de um ofício próprios (DIEGUES, 1983) vê-se diante de um cenário de racionalização do seu modo de vida e de trabalho (FAVARETO, 2006) objetivado pela força do mercado, podendo comprometer suas estratégias de reprodução social ou mesmo marcar o início do fim da tradição pesqueira artesanal.

O processo produtivo na pesca, quando direcionado para produção de meios de subsistência, não se constitui enquanto custo de produção ou valor de troca, mas valor de uso, necessário à reprodução do grupo doméstico. Essa situação pode ser visualizada com maior afinco na pesca artesanal, inclusive, porque o fator trabalho não é visto somente como mercadoria, mas como um labor requerido à família.

[...] no processo de trabalho dos pescadores artesanais existe a produção parcial dos meios de subsistência pelos próprios pescadores. Ao lado da quase totalidade da produção levada ao mercado, os camaradas levam

para casa a mistura ou o peixe consumido como prato de base da família. A produção dos valores de uso é no entanto limitada, concentrando-se os pescadores artesanais na produção da mercadoria. O peixe é aí um valor de troca, mas o trabalho não se transformou ainda em mercadoria, em objeto de compra e venda. Daí não existir a extração da mais-valia absoluta, mesmo quando no processo de trabalho os agentes de produção permaneçam no mar por mais tempo que o previsto, tendo encontrado um bom cardume. (DIEGUES, 1983, p. 259).

Na produção capitalista, todavia, o valor de uso está subordinado ao valor de troca, revelando a sua face e as contradições. Dessa relação, Antunes (2009) afirma fazer referência à “tendência decrescente do valor de uso das mercadorias”⁵⁶, fator que garante a expansão incomensurável do capital ao longo dos tempos, resultado do modo de ser próprio do capital, o qual provoca o “aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas [valor de uso] e as necessidades de autorreprodução de si próprio [valor de troca]” (ANTUNES, 2009, p. 28). Nesse horizonte, Ramalho (2007, p. 82) garante que o “pescador transforma os peixes e o mar em utilidades humanas (valor de uso como suportes do valor de troca) e opera, por conta disso, mudanças em seu próprio mundo, pondo-os em movimento”.

A produção capitalista, maximizando o lucro, baseia-se na superexploração da forma de trabalho, bem como na exploração desenfreada das forças produtivas da natureza, provocando a ruptura dos complexos processos responsáveis pela produção e reprodução natural da vida de agentes que têm no acesso aos territórios aquáticos e terrestres seus objetos de trabalho (DIEGUES, 1983). Nesse horizonte, o capitalismo é o principal indutor do arruinamento da saúde física de trabalhadoras e trabalhadores, gerando também o esgotamento da natureza.

Na pequena produção mercantil, por outro lado, há uma respeitabilidade do tempo e das condições de reprodução natural das espécies de pescado e do objeto de trabalho⁵⁷, e que a eficácia da produção é obtida pelo conhecimento das pessoas

⁵⁶ Nessa tendência, amplia-se o valor de troca sobre o valor de uso das mercadorias. Isso ocorre quando as mediações (necessidades) de primeira ordem são superadas pelas mediações de segunda ordem, marcando a separação entre valor de uso e valor de troca. Assim, deixa de ser prioridade a satisfação das necessidades vitais de reprodução individual e coletiva para dar lugar à prioridade da produção de mercadorias, tidas como fetichizadoras e alienantes para o trabalhador (ANTUNES, 2009). Antunes apoia-se nas fundamentações de Mészáros (2002) para falar sobre a “tendência decrescente do valor de uso das mercadorias”, presente em: MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

⁵⁷ Na pequena produção pesqueira mercantil, o trabalho é destinado para a produção de meios de subsistência do grupo doméstico, tendo-se a percepção de que “os recursos naturais deviam ser utilizados com cuidado, evitando-se o desperdício” (DIEGUES, 1983, p. 101).

da pesca acerca do meio aquático e pela própria força reprodutiva da natureza, que deve estar em perfeito equilíbrio em sua forma de exploração.

O trabalho na pesca exige conhecimento aprofundado do ambiente aquático e das espécies de peixes, dos ciclos da natureza, das condições antrópicas e do próprio saber-fazer presente no ofício pesqueiro. À realização do trabalho pesqueiro, homens e mulheres da pesca “elaboram ferramentas de trabalho, armadilhas (redes, covos, linhas, agulhas) e compreendem a funcionalidade das embarcações, para executar da melhor forma possível sua atividade no mar” (RAMALHO, 2007, p. 82), nos rios, nos mangues e na beira das praias, de modo a equacionar as capacidades subjetivas e objetivas que compõem o trabalho na pesca artesanal.

A realização do trabalho pesqueiro artesanal como parte de uma cosmologia já existe desde muito tempo, fazendo do trabalho na pesca uma profunda e intensa relação com a natureza.

Por conhecerem o *espaço* que exploravam, por regularem, via conhecimento das espécies e das estações, o *tempo* da captura, os pequenos pescadores de então pareciam ter uma grande *liberdade* – pelo menos no que se refere ao modo pelo qual efetuavam seu trabalho. (SILVA, 1993, p. 5, grifo do autor).

Contudo, a concorrência e a competição também fazem parte do cotidiano de trabalho das pessoas da pesca, tendo em vista o objeto de trabalho constituir-se de forma comum e indivisa, mas capaz de, ao mesmo tempo, assegurar a liberdade e a autonomia de quem trabalha no mar (MALDONADO, 1994). Tal competição do trabalho pesqueiro é transferida para o mercado, obrigando pescadores, argumenta Loureiro (1983, p. 60), “a submeterem-se a condições de exploração e desempenho do trabalho bastante adversas”, podendo, inclusive, ser agravadas quando quem pesca encontra-se paulatinamente assujeitado ao mercado capitalista pela figura do atravessador ou do armador de pesca.

As formas de produção e de trabalho na pesca guardam características que lhes são intrínsecas e que se diferem das outras formas de trabalho e atividades:

[...] a ausência de posse do recurso explorado, o fato do trabalho não se incorporar ao recurso, a ausência de assalariamento, a perecibilidade do produto que requer distribuição ou processamento imediato e o fato de ser necessária uma tecnologia específica para perseguir e alcançar o pescado. (MALDONADO, 1994, p. 29-30).

A pescaria representa para as pessoas da pesca, na maioria das vezes, a possibilidade única e exclusiva de prover a sua reprodução e a de sua família, o que é prática difícil ou até mesmo impossível de ocorrer em outros tipos de trabalho por não conseguirem produzir aquilo que se consome.

A pescaria ainda significa a captura de um tipo de alimento variado (peixe, camarão, lagosta e outros) e rico em proteína, que acaba atuando como escudo consistente para resguardar a família em termos de dieta, diminuir custos financeiros e, com isso, proteger, em medida importante, os pescadores de desventuras e maior dependência externa nesse aspecto. (RAMALHO, 2007, p. 89).

O próprio pescado presente na casa do pescador sugere uma redução para a família em termos de aquisição de alimentos, uma vez que “o consumo regular de peixe é a confirmação da sua autonomia” (MALDONADO, 1986, p. 64), livrando o pescador e sua família da dependência e da sujeição.

As principais mudanças no sentido e na prática da pescaria acontecem com o advento do modo de produção capitalista, quando o resultado do trabalho ganha sentido de mercadoria, ampliando o valor de troca sobre o valor de uso, gerando sobretrabalho e produção de mais-valor.

Na produção capitalista a expropriação do sobretrabalho se faz com a separação do trabalhador dos instrumentos de trabalho e com a perda do controle do processo de trabalho. Já em formas não-capitalistas de produção, essa extorsão do sobretrabalho se faz sem que o trabalhador direto tenha perdido totalmente a posse ou o controle dos meios de produção. (DIEGUES, 1983, p. 207).

Ademais, a noção de trabalho na pescaria reside sob os traços constituintes das sociedades pesqueiras e está “articulada a todo um modo de vida e intimamente associada à sua respectiva esfera cultural” (SILVA, 1993, p. 17). Nesse sentido, é comum cada sociedade pesqueira possuir uma forma particular de explorar o objeto de trabalho, as espécies a serem capturadas, os tipos e meios de produção a serem empregados, a composição dos grupos de trabalho, a remuneração, etc.

No trabalho da pesca, pescadores artesanais não são empregados formais com carteira de trabalho assinada, assim como não possuem vínculos empregatícios legais, podendo ser considerados trabalhadores informais. Nesse sentido, Loureiro (1983) identificou entre pescadores paraenses um tipo de “acordo verbal”, que têm a

vigência coincidente à duração de cada pescaria, findando-se com a repartição do produto pescado e o acerto de contas, quando retornam ao continente.

Muitos pescadores artesanais vendem sua força de trabalho, assalariando-se em barcos destinados à pesca industrial ou mesmo à pesca artesanal, fomentada por armadores. Para pescadores artesanais da Paraíba, assalariar-se num barco de pesca pode representar a ruptura com a ideologia do ser pescador, logo “percebem o trabalho na empresa como semelhante ao trabalho na terra, ambiente este mais facilmente divisível e apropriável” (MALDONADO, 1986, p. 40), situação na qual os assalariados são “condenados” ao cativoiro.

O processo de modernização do trabalho na pesca acomete as pessoas da pesca de maneira análoga ao trabalho na agricultura: possibilidades de aumento de produção, jornadas de trabalho menores, elevação da renda líquida, diminuição da mão de obra, etc. (KNOX; TRIGUEIRO, 2015). A modernização da pesca resulta em melhorias quanto aos “conhecimentos, tipos de pesca e a organização do calendário de pesca, elementos inscritos na tradição e ordenados em torno de um espaço marítimo historicamente explorado” (SILVA, 1993, p. 115). Grosso modo, estava em parte alterados os símbolos e as formas tradicionais da pesca, e que agora passam por um princípio de racionalização voltado ao aumento da produtividade, indicando a individualização ou a diminuição dos grupos de trabalho⁵⁸, uma vez que o trabalho na pesca pode ser menos complexo, podendo ser realizado por um número reduzido de tripulantes, excluindo da pescaria muitas pessoas.

Para pescadores mestres e proprietários de embarcação, tal consequência significou a redução da jornada de trabalho assim como a elevação da renda da produção, que também experimentou acréscimos (LOUREIRO, 1983). Para Silva (1993, p. 112), este processo culminou na “ruptura com o sistema de valores anterior (tradicional), ou o triunfo do individualismo”, seja pela moderna racionalização da produção ou pela própria vantagem atribuída à motorização dos barcos, que podem atingir maiores distâncias da costa e, conseqüentemente, a captura de espécies de pescado de maior valor de mercado.

Com isso, pode-se atestar, portanto, que a modernização das embarcações representou - pelo menos para os pescadores caiçaras estudados por Silva (1993) - a resistência ao pauperismo e a não proletarização nos barcos de pesca industrial,

⁵⁸ Nesse caso, pode-se tomar como exemplo o grupo de trabalho comandado por Maurício, em que os tripulantes pescam para si, sendo cada um deles responsável direto por sua produção.

além da exclusão do intermediário das negociações. Contudo, entre os jangadeiros pernambucanos, o processo de modernização da pesca possibilitou rupturas sociais e familiares, além de marcar a individualização de muitos pescadores.

[...] foi exatamente este novo tipo de aquisição de embarcações, agora motorizadas, que permitiu não apenas que muitos pequenos pescadores se livrassem dos intermediários, mas também que os mesmos passassem a ter relações pouco amistosas com seus próprios companheiros – e o fim da organização dos róis de pesca com base em critérios familiares parece ser o melhor exemplo deste fato. (SILVA, 1993, p. 119).

Em busca de maximizar a produção, muitos pescadores artesanais fazem uso de artes de pesca predatórias e proibidas, dificultando o trabalho de pescadores que utiliza baixa ou nenhuma modernização.

O uso de certas artes de pesca próprias da pesca artesanal tem gerado uma série de conflitos dentro do próprio setor. Assim o arrasto de camarão-sete-barbas e camarão-rosa realizado por pequenas baleeiras motorizadas tem criado conflitos com pescadores de rede e de outras artes passivas (e.g. aviãozinho, saquinho), principalmente no Sudeste/Sul. Algumas situações conflitivas também existem entre pescadores artesanais que realizam a pesca com rede de cerco de praia e os que usam rede de espera, como é o caso na pesca da tainha no sul do país. (VASCONCELLOS; DIEGUES; SALES, 2005, p. 39).

Nesse relevo, Knox e Trigueiro (2015) atribuem esse fato à racionalização presente no homem *economicus* moderno, preocupado em aumentar seus ganhos sem, porém, constituir preocupação com as futuras gerações, nem da localidade. De forma ampla, a modernização não se restringiu ao aparelhamento das embarcações e à incorporação de instrumentos destinados à melhoria da captura do pescado. Grosso modo, a modernização (não apenas da pesca, mas da própria sociedade) proporcionou mudanças significativas de natureza social e simbólica, direcionadas para questões no mundo do trabalho, como “o assalariamento e o cooperativismo, que incidem sobre disposições mais profundas: por exemplo, noções de tempo e liberdade” (MALDONADO, 1986, p. 36). Na prática, marcou novo ritmo de trabalho no interior da pequena pesca não capitalista, tornando-a mais produtiva e menos arriscada (SILVA, 1993), mas mais desigual e propensa a riscos pela flutuação do mercado, podendo tornar o pescador cativo do seu próprio ofício, antes liberto.

Poder-se-ia pensar, no caso acima, em duas vertentes: elevação do tempo livre ou, por outro lado, aumento na exploração da força de trabalho das próprias

peças da pesca em virtude da possibilidade de maximização da produção, quando há um princípio racionalizante sob o modo de vida do pescador artesanal, cada vez mais subordinado ao capital.

A modernização do setor pesqueiro, assim como aconteceu na agricultura, segundo Wanderley (2011, p. 47), aprofundou “o processo de expropriação, gerando um tipo de trabalhador necessário às novas exigências do processo produtivo”. Com isso, em muitos casos, o pescador encontra-se mais subordinado e dependente ao capital e ao mercado, perdendo a liberdade e a autonomia que o mar lhe possibilita na pequena pesca. O resultado tem sido a pauperização progressiva tanto de quem pesca quanto das espécies de peixes, pela superexploração (DIEGUES, 1983).

O aumento considerável do lucro capitalista pela extração do mais-valor com uso do sobretrabalho concorre, por consequência, ao aumento da produção. Isso, no entanto, não guarda relação com a realidade da pesca artesanal, muito menos para as pessoas da pequena pesca mercantil. Trabalhar na pesca artesanal possui suas particularidades intrínsecas, apesar da vida de incertezas da modernidade capitalista e do mercado influenciem no resultado da pescaria e na vida das pessoas, mesmo sem ligação direta com o mercado capital. Ainda assim, o trabalho na pescaria se efetiva como arte liberta. O recurso à pesca é livre; o objeto de trabalho na pesca é comum e indiviso, inexistindo dono ou proprietário (embora o Estado possua leis que regulem o objeto de trabalho). Com isso, quem pesca se orienta pelo conhecimento e o saber-fazer presentes na identidade pesqueira, demonstrando com segurança a autonomia e a independência que dispõem ao trabalho no meio aquático.

2.4 Juventude e geração: o futuro da pesca artesanal

A partir das novas formas de trabalho decorrentes da modernidade, surgem preocupações inerentes à continuidade da pesca artesanal, tendo em vista o cenário de descontinuidades em torno do trabalho tradicional pela juventude. Corrobora ao fato o contato cada vez mais próximo de culturas tradicionais e globais, perfazendo um campo ideal para hibridação de culturas, conforme Canclini (2003).

As transformações ligadas à modernidade são responsáveis por “libertar” as pessoas das amarras estáveis nas tradições e nas estruturas (HALL, 2015), individualizando-as, indicando o surgimento de mudanças na sociedade moderna,

reelaborando e reorientando as sucessões geracionais, a formação de grupos e a construção de identidades, etc.

Nesse âmbito, a compreensão de aspectos associados às gerações possui estreita relação com fatores sociais e, não, biológicos, vide exemplos de movimentos ideológicos e/ou políticos. Assim, pessoas nascidas numa mesma época participam de uma mesma geração não pela questão biológica do nascimento ou da velhice, mas por estarem na mesma situação comum na dimensão histórica-social, salienta Mannheim (1982). Contudo, essas pessoas, embora compartilhem de uma mesma situação comum, vivenciam tempos interiores diferentes, apesar de viverem período cronológico análogo. Nesse meio, explica Weller:

O que caracteriza uma posição comum⁵⁹ daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico é a potencialidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante. (WELLER, 2010, p. 212).

Uma situação de geração comum, *a priori*, não se define de maneira isolada. Para Domingues (2002, p. 75), é na “interação com outras gerações que cada uma delas delinea sua identidade e contribui para a produção das outras”. Na prática, é a partir do processo interativo que as diferentes gerações se moldam e são moldadas, absorvendo e repassando informações, códigos, valores e identidades presentes na tradição. De forma análoga, Eisenstadt (1976) informa que o processo de maturação das qualidades biológicas de uma pessoa é lento e depende, em larga medida, de interação constante e de aprendizagem que só se fazem perante outras pessoas, no cotidiano da vida social, em grupos de amigos, na família, na escola, etc. O autor atribui esta condição à “plasticidade da natureza humana”, inerente capacidade da pessoa em apreender e adquirir padrões de comportamento, cerceada pelo extenso período de dependência da criança em relação ao adulto.

Gerações funcionam como uma espécie de “círculo contínuo”, obedecendo a quatro características básicas: novos participantes do processo cultural surgem em substituição aos antigos participantes; membros, tanto das novas quanto das antigas gerações, podem participar brevemente e de forma limitada do processo histórico da transição cultural, sendo participantes intermediários; a transmissão da herança

⁵⁹ O conceito de posição comum em Weller (2010) possui o mesmo sentido de situação comum em Mannheim (1982).

cultural acumulada é mantida ininterruptamente; por fim, a transição é completada, mas sem precisar um fim (MANNHEIM, 1982).

Na transmissão da tradição pesqueira, a pessoa que detém a mestrança é a responsável por conduzir tal processo. As pessoas jovens, por outro lado, têm a incumbência de assimilar a herança acumulada que lhes será repassada, fazendo surgir, continuamente, novos grupos etários na pesca artesanal. Quando a criança é socializada no ofício pesqueiro, dá-se início, quase naturalmente, ao processo de transmissão da tradição, incorporado pela educação corporal, sensitiva⁶⁰ e informal.

A formação constante de novos pescadores, recrutados entre os jovens envolve a transmissão de um conjunto de conhecimentos gerais e habilidades desenvolvidas fisicamente, que são transmitidas de uma geração a outra, via *educação informal* que é abrangente, prática e constante [...]. (LOUREIRO, 1983, p. 53, grifo nosso).

De acordo com Ramalho (2011), a transmissão da tradição pesqueira se dá através da aquisição do saber sensitivo pesqueiro, socializado no ambiente marinho. Essa etapa, entretanto, é longínqua temporalmente (DIEGUES, 1983; RAMALHO, 2006; 2011; MALDONADO, 1994), além de depender de vários fatores, como o tipo de pesca, as espécies capturadas, o tipo de sociedade pesqueira, etc.

No âmbito das gerações, é comum pessoas de certa gradação etária sentir (ou querer) pertencer à outra gradação. Muitas dessas pessoas são ligadas pelos traços constitutivos de experiências estratificadas mais gerais, de forma que não abrange apenas o caráter contemporâneo, mas a consciência das pessoas sobre a situação similar a qual se encontram, produzindo a situação de geração comum.

O fato de as pessoas nascerem ao mesmo tempo, ou de que a sua juventude, maturidade e velhice coincidem, não envolve por si só uma similaridade de situação; o que realmente cria uma situação comum é elas estarem numa posição para experienciar os mesmos acontecimentos e dados, etc., e especialmente que essas experiências incidam sobre uma consciência similarmente “estratificada”. (MANNHEIM, 1982, p. 79-80).

Por isso, embora pessoas velhas e jovens experienciem certos processos históricos de forma conjunta, não se pode deduzir que vivenciem a mesma situação de geração comum, o que pode ser explicado pela estratificação diferente a qual suas vidas foram/estão submetidas. Nesse plano, pessoas jovens, adultas e velhas

⁶⁰ Sobre educação corporal e sensitiva, ver Ramalho (2011).

podem ter perspectivas distintas para um mesmo evento. Assim, quando pescadores adultos ou velhos informam que o turismo possibilitou maiores ganhos monetários com a venda do pescado, jovens também o referenciam de forma positiva, mas por outro sentido, qual seja o acesso a tecnologias, experiências e empregos que lhes trouxeram maior autonomia, por exemplo.

São experiências diferentes em contextos similares que geram uma situação comum, podendo ocorrer em gradações etárias distintas. Por isso, a experiência comum partilhada numa mesma posição de classe torna-se familiar pela repetição. O que muda, entretanto, é como a abordagem será assimilada e aplicada pelas pessoas, pois deriva de fatores sociais determinados, geralmente, pelas “tradições específicas do estrato social” (MANNHEIM, 1982, p. 73) que toma a abordagem para si, lançada por membros da sociedade através de situações de geração comum.

Nas comunidades tradicionais, quanto à sucessão geracional, “o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações” (GIDDENS, 1991, p. 47), que nada mais é do que a identidade do grupo. Por isso, nas palavras de Giddens (1991), a tradição é um mecanismo de integração das ações dentro da organização da comunidade, onde as formas de reprodução da cultura tradicional fazem parte do código moral das populações tradicionais.

Desse modo, pode-se inferir que a racionalização da vida moderna provoca rupturas na tradição e, por conseguinte, alterações na sucessão dos traços culturais pelas gerações⁶¹. Como consequência, novas formas de proletarização - a exemplo dos registros de Silva (2013; 2016), com agricultores no Sudoeste Piauiense; Miller (1992), com pescadores-agricultores potiguares; e Calvente (1993), com os caiçaras paulistas - mostram que as relações de trabalho ancoradas no capitalismo têm propiciado tal processo de ruptura da transmissão da tradição, sobretudo pela não reprodução das formas tradicionais de trabalho⁶², via sucessão geracional.

Quanto à manutenção e continuidade da herança cultural, um dos pontos principais a se examinar é quando a pessoa jovem (crianças e adolescentes) incide em seu desenvolvimento “expectativas com relação a seus futuros papéis de adulto,

⁶¹ Tal processo, no entanto, não é geral, pois em meio à globalização as identitárias nacionais e locais podem ser fortalecidas, tanto pela mercantilização quanto pelo apego à tradição, etc. (HALL, 2015), que, por consequência, não produz sempre rupturas nos processos de sucessão geracional.

⁶² Uma das principais queixas relacionadas à ruptura da sucessão geracional, sobretudo em sociedades tradicionais, dá-se pela não reprodução das atividades de trabalho tradicionais (MILLER, 1992; CALVENTE, 1993).

para incluí-los em sua perspectiva de vida, em sua própria percepção de seu futuro” (EISENSTADT, 1976, p. 8). Com isso, a ausência de expectativas, percepções e aspirações simétricas pode, por meio de conflitos geracionais, colocar em risco uma diversidade de tradições que se mantêm preservadas pela transmissão geracional. Mesmo assim, Eisenstadt (1976, p. 5) considera que a pessoa em nos momentos de vida “não só desempenha determinados papéis e interage com outras pessoas, mas é também obrigado a garantir, por seu desempenho, certo grau de continuidade do sistema social”⁶³, assumindo importância à sobrevivência da cultura de seu povo.

Tal perspectiva, porém, é mais aceita nas sociedades tradicionais, em que a coesão social é mais aguda e a transmissão da tradição apresenta maior eficiência. Entretanto, essa perspectiva começa a perder validade quando se observa uma comunidade tradicional afetada pela estrutura moderna do turismo, motivo pelo qual a transmissão da tradição deixa de ser exequível pelo surgimento de nuances de cunho social, econômico e cultural que forçam novas redefinições na cultura local. É iminente o risco da perda da identidade local pela cultura global de consumo trazida por turistas. Soma-se isso ao forte poder da mídia televisiva e da própria Internet em influenciar facilmente o tecido social jovem, mais suscetível e vulnerável a mudanças devido à maior ociosidade presente no individualismo da vida moderna.

Há grupos e sociedades que o prestígio social cabe às pessoas mais velhas, enquanto as pessoas jovens são percebidas como recurso latente⁶⁴, imprescindíveis às funções e necessidades da sociedade. Quanto a isso, Mannheim (1973, p. 50) argumenta que “as reservas vitais e espirituais da juventude serão deliberadamente negligenciadas”, instrumento responsável por estancar o processo de transmissão da tradição. Continuando, a juventude - enquanto recurso latente - constitui-se como relevantes propulsores da dinâmica social, sendo apontada como oportuno recurso de mudanças e de transformações culturais (WEISHEIMER, 2015).

⁶³ O termo “continuidade do sistema social” (EISENSTADT, 1976) possui sentido análogo aos termos “transmissão cultural”, “transmissão da tradição”, “transmissão da herança cultural”, entre outros.

⁶⁴ Recurso latente funciona como uma espécie de recurso disponível, em que “a juventude faz parte daqueles recursos latentes que cada sociedade tem à sua disposição e de cuja mobilização depende sua vitalidade. Nunca houve melhor oportunidade para compreender-se a verdade desta afirmação do que a situação atual de tempo de guerra, quando a sobrevivência dos países depende da mobilização de seus recursos latentes” (MANNHEIM, 1976, p. 92). No caso em questão, os jovens são percebidos como uma reserva vital, de modo que são recrutados de acordo com as necessidades da sociedade.

Para Eisenstadt (1976), a diferenciação etária é fator básico para a interação de membros diversos entre os graus etários⁶⁵, porque possibilita o desenvolvimento de mecanismos de encaixe. Na pesca artesanal isso se dá de maneira prática, como um *habitus*, atingindo várias etapas da pesca, seja na socialização, na limpeza das redes e das embarcações na própria praia ou nas casas das pessoas da pesca onde são ensinados inúmeros conhecimentos pesqueiros, como o entralhe das redes e o delicado trabalho de dar voltas nos anzóis (adaptar anzóis para a captura de peixes específicos), fazendo a interação necessária para transmissão do conhecimento aos pescadores iniciantes, dando continuidade ao ofício pesqueiro.

Para Mannheim (1982), a formação de uma unidade geracional não leva em conta totalmente o vínculo social presente num dado grupo concreto, ainda que o sentimento que leva à formação de uma unidade geracional possa estar associado ao desejo consciente por trás da formação dos grupos. Logo, sobressai-se como característica principal e distintiva na criação de grupos concretos a consciência de pertencer a uma geração, ao invés da definição por objetivos práticos.

Nesse caminho, Mannheim (1982) argumenta sobre um fator preponderante de forma a compreender a natureza de uma geração e que é componente de caráter e semelhança estrutural: a posição de classe que uma pessoa ocupa na sociedade. Por assim dizer, a posição de classe significa a situação comum (econômica e de poder, por exemplo) a qual membros distintos congregam-se na estrutura de uma sociedade. Porém, apenas a posição de classe é insuficiente para definir a situação das pessoas na sociedade, dada a necessidade de haver, por parte das pessoas, uma consciência de classe acerca de sua situação⁶⁶.

A unidade de uma geração, então, constitui-se pela “similaridade de situação de vários indivíduos dentro de um todo social” (MANNHEIM, 1982, p. 71), sendo representada por pessoas que possuem vínculos mais efetivos e concretos que o todo de uma geração maior, uma unidade forte e coesa dentro de uma geração mais ampla, a qual está contida. Na origem de uma unidade de geração, sobressai-se a larga semelhança das informações (características e comportamentos) presentes na constituição da consciência das pessoas.

⁶⁵ Graus etários faz referência aos grupos definidos por meio da idade (EISENSTADT, 1976), ou seja, uma sociedade é marcada por diversos graus etários, que vai desde a infância até a velhice.

⁶⁶ A consciência de classe leva as pessoas a agruparem-se por meio de uma base de solidariedade grupal, por isso a necessidade de tomarem consciência de sua situação de classe ante a posição de classe, apenas (MANNHEIM, 1982).

[...] dentro de qualquer geração podem existir várias unidades de geração diferenciadas e antagônicas. Juntas, elas constituem uma geração “real” precisamente por estarem orientadas umas em relação às outras, mesmo se apenas no sentido de se combaterem entre elas. (MANNHEIM, 1982, p. 89).

Sobre isso, Giddens (1991) conclui que a tradição não é totalmente estática, muito menos a unidade de geração. A tradição, então, pode (e deve) ser reinventada a cada geração, de maneira a assumir plenamente a herança cultural da geração precedente, atualizando-se às mudanças advindas da própria modernidade, sem preciso por fim à tradição. Tal questão não pode ser colocada como um processo de sobreposição de uma cultura por outra, mas de assimilação ou mesmo de hibridação de culturas (CANCLINI, 2003), em que uma cultura pura mescla-se a outra, de forma a gerar novas estruturas. Dessa forma, Giddens (1991, p. 48) admite que a “tradição não só resiste à mudança como pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa”. Por consequência, Foracchi (1972, p. 22) informa que a “continuidade das gerações é fundamental para assegurar a criação cultural e a transmissão da cultura”, e que sem a sucessão geracional as culturas tradicionais estariam fadadas ao fracasso pelo esquecimento, levando-as ao desaparecimento e, por assim dizer, sucedidas por outras, muitas das quais de natureza global.

A sucessão geracional, pois, possui estreita associação com as relações familiares e de parentesco, sendo elemento decisório na medida em que o grupo apresenta coesão e comunga da mesma locação similar. Para Domingues (2002, p. 75), são as “vivências individuais e coletivas dos agentes e dos processos reflexivos associados a essas vivências, às experiências que constituem a própria vida social”, malgrado ocorra no âmbito das relações internas familiares e de parentesco, porque denotam ser mais fortes e menos frouxas do que em outros tipos de grupos, além de propiciar maior estabilidade emocional e segurança às pessoas.

Da mesma forma, Eisenstadt acrescenta:

[...] a família constitui um grupo ou sistema social que mantém um constante equilíbrio entre estes vários tipos de atividades que, desta maneira, supera as tensões originadas da necessidade de regular as atividades instrumentais e que, conseqüentemente, mantém a estabilidade emocional e a segurança do indivíduo, bem como a solidariedade e a continuidade sociais. (EISENSTADT, 1976, p. 18).

Ainda assim, a família moderna parece incapaz de garantir a manutenção da tradição pesqueira, pois o destino da juventude também muda com as mudanças no lugar da tradição. Por conta disso, a (des)continuidade da pesca surge como fator de conflito e de tensão entre pessoas de gradações etárias diferentes, velhas e jovens.

Diferente das sociedades camponesas, não é verificado entre as sociedades pesqueiras um sucessor da herança material da família, logo o objeto de trabalho é o mar, ambiente natural indiviso e livre como as terras soltas. Nesse sentido, não se discute no âmbito da pescaria a pessoa sucessora à herança deixada após a morte do pai e da mãe. A embarcação e os apetrechos são os únicos bens materiais deixados, muito embora os bens mais significativos sejam de natureza cultural.

A continuidade da pesca artesanal, pela sucessão geracional, se constitui, assim como o é para as pessoas do campo, como “um compromisso moral com um certo modo de vida” (ABRAMOVAY, 1998). Esta situação ladeia as aspirações de filhos e filhas de famílias pesqueiras, desde a infância. No mundo do trabalho na pesca, a transmissão do conhecimento laborativo se dá por intermédio do mestre, após iniciação do aspirante pescador em pescarias realizadas no ambiente marinho, atribuição assumida pelo pai e também parentes homens (RAMALHO, 2006; 2011; DIEGUES, 1983; 1999; MALDONADO, 1986; 1994). Contudo, a atribuição de educar para a vida e para a pesca não passa apenas pela figura do mestre-homem-pai, mas também a toda unidade familiar, sobretudo as mulheres, pois

Independentemente das múltiplas maneiras de se organizar, de se constituir enquanto família, ela possui um papel de socialização importante e primordial na vida das pessoas. Entendê-la, como espaço de construção da iniciação dos afetos e de todo aprendizado que esses afetos podem trazer a seus componentes, é ímpar na sociedade. Essas construções rebaterão na construção dos sujeitos históricos da sociedade. (OLIVEIRA, 2009, p. 83).

A partir da modernidade instaurada por via do turismo, a estrutura da pesca artesanal apresenta fragilidades, se observando com dificuldades a continuação da tradição pesqueira via sucessão geracional.

Na sociedade moderna, como se sabe, essa transição é especialmente difícil devido à complexidade das formas de organização social, à variedade das alternativas de vida que se oferecem para o jovem, às contradições inerentes à passagem da família de orientação para a família de procriação, às incertezas quanto ao próprio destino pessoal, etc. (FORACCHI, 1972, p. 22-23).

Tal processo, pois, impõe processos e dinâmicas sociais sobre as pessoas do lugar tradicional, modificando significativamente o saber-fazer contido nelas. Em alguns casos, a mudança maior recai sobre as mulheres.

Com a modernização da vida, a substituição de um saber tradicional pelo saber científico está expropriando um domínio de conhecimento e uma esfera central do reconhecimento social das mulheres, transferindo-o para o médico ou para outras mulheres, as enfermeiras, agentes de um universo cognitivo estranho à cultura e à sociedade locais. (WOORTMANN, 1991, p. 16).

Além disso, formas modernas de trabalho presentes no mundo rural têm contribuído sobremedida para a quebra da transmissão do conhecimento pesqueiro, atingindo com maiores proporções as formas de trabalho tradicionais. Entretanto, a simples transformação de uma comunidade rural pela intensificação das trocas materiais e simbólicas com o tecido urbano não é capaz de atenuar tal ruptura, uma vez que inexiste a descaracterização total da organização social e cultural vigente apenas pelas implicações aludidas (CARNEIRO, 1998b).

Tomando como exemplo a iminente capitalização de jovens do município de Sebastião Leal, no Sudoeste Piauiense, pelo agronegócio, é colocada em evidência a influência irrestrita da independência financeira desses jovens no que se refere à diferenciação de *status* e a acepção de novas identidades, uma vez que tal realidade suscita, segundo Silva (2013, p. 2062), “importantes mudanças para os modos de vida, as culturas locais e as posições dos sujeitos, em especial, para os jovens locais, principais implicados no referido processo”. Assim, o assalariamento em atividades distintas das tradicionais constitui-se como âncora para novas orientações sociais e identitárias acionadas pela juventude.

Em meio à sociedade moderna capitalista, o contato e a interação ditam os costumes das pessoas. Os laços que orientam as pessoas na modernidade, apesar de mais requentes, tendem a ser mais frágeis, se estendendo também aos valores e relacionamentos (BAUMAN, 2004), que começam e terminam com mais facilidade e rapidez ao tempo que novos são imediatamente iniciados.

Em sociedades que são regidas por critérios universalistas [modernos] e valores que, por sua própria natureza, diferem dos da família e das unidades de parentesco, os membros da sociedade desenvolvem, no ponto de transição de papéis característicos das relações entre parentes a outros institucionalizados segundo diferentes critérios, uma necessidade de interagir e estabelecer relações sociais reguladas segundo critérios e

qualidades difusos e adscritos diversos dos estabelecidos por laços de consanguinidade, que podem ser comuns a todos os membros da sociedade. (EISENSTADT, 1976, p. 29).

Em sociedades tradicionais que vivenciam os ideais da modernidade, parece existir maior dificuldade na distribuição de papéis no interior dos grupos domésticos. Os laços de solidariedade que regem essas estruturas encontram-se fragilizados ou mais enfraquecidos, mormente o avanço vertiginoso da globalização acompanhada pela mídia televisiva e de outras formas contemporâneas de propagação da cultura mundial de consumo, além da associação de culturas globais às locais, sobretudo em destinações turísticas com grande fluxo de turistas estrangeiros.

Com base nisso, Carneiro (1998a) considera que o contato de pessoas de áreas rurais e urbanas, em grande medida pela interação turística⁶⁷, inspira na juventude das ruralidades a imagem de vida atraente, instaurando processos de individualização mais acentuados e com forte associação de valores assimétricos, alterando o comportamento dessas pessoas as quais vislumbram projetos de vida cada vez mais racionais, análogo ao estilo de vida de jovens urbanos.

Para Abramovay (1998), nas ruralidades existe a “ausência de juventude”⁶⁸, uma vez que jovens são tratados como pessoas adultas na socialização e realização do trabalho. O próprio ingresso no trabalho é visto como elemento de transição da fase juvenil à adulta, pela autonomia relativa gestada no trabalho perante a família (WEISHEIMER, 2005). Por consequência, ocorre “uma transição direta da infância à vida adulta pela incorporação precoce do indivíduo no mundo do trabalho e, sobretudo, pela intensidade da ligação à ordem social comunitária – o que já não existe entre jovens urbanos” (ABRAMOVAY, 1998, p. 35-36).

Nas sociedades pesqueiras, o êxodo rural juvenil⁶⁹ aparece como ameaça constante, sendo mais um fator inviabilizador da transmissão da tradição pesqueira.

⁶⁷ As relações entre turistas e moradores locais são, na sua imensa maioria, assimétricas. O contato resume-se ao aspecto comercial, logo, conforme o sociólogo suíço Jost Krippendorf (2001, p. 83), a “liberdade e o prazer de um [turista] são o fardo e o trabalho do outro [nativo-trabalhador]”, informando que o principal contato de ambos é justado via comercial, ao invés da interação que prevê relações e trocas culturais.

⁶⁸ Abramovay (1998) espelha-se em Mannheim (1973) para fazer tais considerações acerca da ausência de juventude no meio rural.

⁶⁹ O êxodo rural juvenil pode ser explicado por diversos fatores, dentre os quais destacamos os seguintes: mudanças nas regiões de origem dos migrantes, por introdução de relações capitalistas no campo ou mesmo por expulsão; pressão sobre as terras agricultáveis; especulação de extensas áreas de terra; depredação e super-exploração do mar, etc. (BRUMER, 2014). Entre os pescadores,

Nesse relevo, tanto Abramovay (1998) quanto Brumer (2014) asseveram que esse movimento migratório nas ruralidades acontece de modo seletivo⁷⁰, por idade e sexo, atingindo, principalmente, jovens de 15 a 24 anos⁷¹, do sexo feminino. O que implica considerar um maior envelhecimento e masculinização da juventude nessas atividades, ainda mais a pesca artesanal, considerada exclusiva dos homens.

Na modernidade, este mecanismo (de transmissão da tradição) parece estar sob ameaça. Os anseios do tecido social urbano são pautados por normas distintas (a exemplo da educação liberal), que, no cotidiano da vida moderna, não possuem relação intrínseca com o passado, ainda que renovado à luz do conhecimento obtido pela reflexividade das pessoas agentes (GIDDENS, 1991). Quanto a isso, Foracchi (1972) é irredutível. Segundo a autora, quando a juventude de camadas populares acessa a escola, a situação é vista como oportunidade de ampliação de melhoria de vida. Por isso, para a mesma juventude, o “nível das aspirações, das oportunidades de vida e de carreira se projeta no plano da sociedade, mundo desconhecido que conflita com as atuais condições de existência, modeladas basicamente pela estrutura das relações familiares” (FORACCHI, 1972, p. 41).

Com as mudanças em curso, a sociedade tradicional passa a aderir a ideais modernos. Nesse meio, o campo está apto para o conflito de gerações⁷². Ou, explica Foracchi (1972, p. 25), é como se “uma geração ‘cobrasse’ à outra a *fidelidade* ao

a migração ocorre com menor frequência, estando mais associado aos pescadores artesanais que, ao se deslocarem à pesca industrial, acabam migrando, muitas das vezes, dos seus municípios de origem (DIEGUES, 1983).

⁷⁰ No que se refere à migração seletiva, Abramovay (1998, p. 74) alerta para a incapacidade de tentar explicar tal processo por meio de “uma suposta atração especialmente favorável que o mercado urbano de trabalho seria capaz de exercer sobre as moças em detrimento dos rapazes”. Na verdade, argumenta o autor, são as perspectivas oriundas do interior das unidades familiares de produção, diferenciadas para rapazes e moças, que são o estopim da distinção de gênero nos processos migratórios.

⁷¹ A definição de juventude, para muitas pesquisas, passa pelo crivo da idade, o que varia de acordo com a fonte pesquisada. Segundo Castro (2009), uma definição muito usada estabelece um recorte etário que vai de 15 a 24 anos, que foi adotado por organismos internacionais, como a OMS e a UNESCO. No Brasil, explica Weisheimer (2005), o IBGE considera como “grupo jovem” indivíduos de 15 a 24 anos, divididos em três recortes etários: jovens-adolescentes (15 a 17 anos), jovens-jovens (18 a 20 anos) e jovens-adultos (21 a 24 anos); O ECA considera adolescente quem tem entre 12 e 18 anos. Outras faixas etárias mais extensas também são utilizadas, a exemplo da SNJ e pelo Conjув, que utiliza as idades de 15 a 29 anos. Em alguns casos, explica Castro (2009), a variação etária pode sofrer ainda mais dilatação, a depender de qual contexto a juventude está inserida. A juventude trabalhadora e sindicalizada rural ou urbana, por exemplo, considera a idade máxima de 32 anos, definição também adotada pela Contag e CUT.

⁷² O conflito de geração surge quando uma geração não sabe ou não quer preservar os valores básicos da geração passada, o que pode causar a perda da identidade e dos traços culturais de uma dada sociedade tradicional, a exemplo das sociedades pesqueiras (FORACCHI, 1972).

conjunto de problemas que a marcou como geração” (grifo nosso). Por conseguinte, tanto Miller (1992) quanto Calvente (1993) identificaram cobranças das pessoas mais velhas sobre as jovens a respeito da sucessão geracional, uma vez que jovens filhos de pescadores buscam proletarizar-se nas novas formas de trabalho. Dessa forma, é explícito o cenário de cobranças e incentivos que permeiam o meio rural, na perspectiva cultural que marca a transmissão do conhecimento pelas gerações.

O mundo moderno no qual fazemos parte, além das inovações tecnológicas trazidas, nos possibilitou contatos com pessoas de todas as partes do mundo, seja pela interação física ou virtual. Essa interação arregimenta nas pessoas formações identitárias que preenchem espaços entre o indivíduo e a sociedade, ocasionando deslocamentos de identidades as quais se encontram deslocadas e fragmentadas em razão da exposição à modernidade, versa Hall (2015). A modernidade reconstrói a tradição no instante em que a dissolve (GIDDENS, 2012), estando em oposição à tradição, tendo em vista a volatilidade do tempo no qual as mudanças na sociedade são rápidas, constantes e permanentes. Apegar-se à tradição, então, evidencia um modo efetivo de autoidentidade frente às grandes transformações da sociedade.

Essa situação causa a impressão de que as pessoas nativas fazem parte de um zoológico vivo num cenário artificial criado para o turismo (SILVA, 2004), dando razão à construção dos não lugares (AUGÉ, 2012) turísticos. A identidade local (nativa e pesqueira) é criada artificialmente para servir de amparo e atração para turistas (SILVA, 2004). Talvez, por isso, exista a segregação dos espaços, que, de um lado, se mostra o não lugar com infraestrutura adequada para acomodar turistas, e, do outro, o “lugar da ausência”, onde vivem e trabalham as pessoas nativas.

O trabalho assalariado exercido por jovens rurais tem o poder de condicionar novas identidades, embora não se possa atribuir tal condição simplesmente ao fator renda. Entre jovens filhos de agricultores familiares do município de Sebastião Leal (PI) podemos fazer uma leitura mais apurada desse processo.

Rompidos os vínculos de pertença a uma coletividade, a um código cultural, a um fazer e a uma família, passam a se reconhecer apenas a partir do trabalho que realizam conjuntamente como peões. Como não se conheciam e não passam a se conhecer para além disso, haja vista o isolamento em que permanecem, no ambiente diaspórico distinguem-se a partir das denominações implicadas no fazer laboral imediato, naquele mínimo que os vincula, que os torna um grupo, construindo alguma possibilidade de vínculo/diferenciação: rabicheiros, bazuqueiros, muqueiros, pessoal da semente. *Nada mais os identifica, nada mais os distingue.* (SILVA, 2013, p. 2069, grifo nosso).

Análogo a isso, Woortmann (1990, p. 56) argumenta que o trabalho coletivo realizado em âmbito familiar ao fragmentar-se pela livre individualização da prole “pode representar a dissolução da ordem moral” vigente, fato sobejamente ligado à proletarização da força plena transferida para outros setores que não o familiar.

Para tanto, Cucho (2002, p. 182) admite que a “construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas”, pois é a partir do contato com pessoas de grupos diversos e a vinculação a outros tantos que as acepções identitárias são construídas, produzindo efeitos sociais reais. Diante do exposto, a escolha de outros caminhos ante a pesca informa a construção de identidades distintas da originária. Assim, a partir de novos contextos sociais a juventude poderá passar a marcar suas identidades. Seja através da escola, do trabalho assalariado ou no *kitesurf*, a juventude construirá sua identidade através da posição que ocupa.

A juventude transita na diluição das fronteiras dos mundos rural e urbano, alterando substancialmente as identidades, em virtude da frequente participação em grupos urbanos e no pertencimento a uma localidade rural⁷³. Por isso, Cucho (2002) argumenta que esse caráter flutuante da pessoa jovem condiciona interpretações ou manipulações que são características da construção de novas identidades, o que dificulta sobremaneira uma definição mais clara sobre o termo aludido. Mais ainda, pessoas na sociedade moderna podem se identificar por múltiplas identidades, (re)elaboradas temporalmente.

[...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de *identidades possíveis*, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas – ao menos temporariamente. (HALL, 2015, p. 12, grifo nosso).

As observações de Silva (2013) sobre a situação de jovens rurais piauienses caracterizam estas identidades possíveis (HALL, 2015), as quais se firmam nas idas e vindas do contrato de trabalho temporário, quando jovens trabalhadores “retornam para o grupo de origem, onde reatualizam o seu próprio percurso identitário anterior”

⁷³ Carneiro (1998b) explica que ao se estabelecer relações de alteridade com grupos urbanos ou mesmo com cidadãos (podendo ser, também, turistas) no meio rural, reside grande possibilidade do grupo dos rurais em definir suas identidades conforme o pertencimento a uma localidade, estando sua identidade em referência ao lugar de origem. Assim, a diluição não ocorre sempre e nem possui sistemática que influencie uma mudança por completo de identidade.

(SILVA, 2013, p. 2069), encrustado no pertencimento à localidade de origem. Poder-se-ia, nesse caso, pensar inclusive em “identidades mistas” (CUCHE, 2002), tendo em vista o caráter duplo assumido de jovens que partilham vivências e experiências distintas, nos trânsitos identitários entre o luxo das pousadas e a simplicidade das casas onde residem, tomando o turismo como pano de fundo.

A identidade não pode ser absoluta ou fixa, mas relativa. Por conta disso, a construção da identidade pelas pessoas, conforme Cuche (2002), segue uma lógica estratégica, de modo que o recurso à identidade seja acionado conforme a avaliação que a pessoa faz da situação, tornando-a dinâmica e multidimensional, de acordo aos interesses individuais, numa espécie de “jogo identitário”.

A ruralidade em meio à diluição com o urbano nos permite pensar, conforme Carneiro (1998b), em dois conjuntos atenuantes de fenômenos de ordem econômica e social: a pluriatividade e a neoruralidade. Tais fenômenos têm mudado o cenário rural brasileiro, seja na questão agrária ou pesqueira ou na ocupação do território, incidindo na construção e deslocamento de identidades. Neste cenário, inexistente o comprometimento do labor com a terra e/ou com o mar que marcou a identidade das gerações pretéritas. Após proletarizarem-se em atividades não tradicionais, mudam as rotinas internas e cotidianas às famílias, passando pelo crivo da orientação pelo tempo do relógio obedecendo a jornadas de trabalho regulares, reelaborando seus modos de vida, com consequências identitárias. A pluriatividade pode apresentar-se, inclusive, como responsável pelo definhamento da pesca. A garantia de salários e jornadas de trabalho fixas corrobora à atração da juventude para o trabalho nos equipamentos turísticos. Assim, novas profissões são atribuídas, como ocorreu entre os jovens estudados por Silva (2014).

Por outro lado, mas de maneira semelhante, o movimento neorural mostra-se bastante efetivo, de forma que promove o encontro – cada vez mais expressivo e permanente – dos mundos rural e urbano, ao passo que produz efeitos sensíveis para a população que vive nas/das ruralidades, quais sejam: “a ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada quase exclusivamente à agricultura [ou à pesca], e a maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos” (CARNEIRO, 1998b, p. 56-57).

É claro e evidente que a integração entre os diferentes sistemas culturais vai gerar implicações sobre as identidades da juventude rural, uma vez que a mancha do tecido urbano atua de forma mais intensa, compactuando com a aceitação dessa

juventude em mudar de vida e em se orientar por novas perspectivas, distintas das originárias, porque foi atizado nessas pessoas jovens o tino de viver algo para si, de forma individualizada. Com as mudanças nas ruralidades pela integração ao sistema cultural urbano e moderno, poder-se-ia pensar numa segregação do rural, colocando em oposição os habitantes do lugar. De certo modo pode até ser verdadeiro, todavia pode ocorrer uma reafirmação de identidades apoiada em valores tradicionais de pertencimento a uma determinada localidade e cultura (HALL, 2015). Tal lógica pode garantir a manutenção e o fortalecimento das identidades, explica Carneiro (1998b), sendo corroborada por Hall (2015). Isto, portanto, nem sempre ocorre a diluição.

A pesca artesanal é uma atividade encravada na identidade da pessoa que a vive, sem perceber um fim. Ou seja, por mais que a pessoa da pesca abandone a atividade, esta será sempre invocada pela pessoa quando de se identificar perante a sociedade. A pessoa da pesca nunca deixa de ser do meio aquático, das lides com o trabalho baseado na tradição, na leitura das condições do tempo, da cosmologia do cotidiano do seu trabalho. O trabalho na pesca artesanal, assim, se é apreendido num extenso processo cultural. No entanto, em meio às mudanças impostas pelo turismo, todo o cabedal de informações inerentes ao trabalho pesqueiro parece ser facilmente deixado para trás, cedendo lugar a atividades modernas e longe da lógica tradicional. A juventude, então, é a principal cooptada para descontinuar a pesca.

As mudanças na cultura global de consumo causam reviravolta nas pessoas que vivem o lugar da tradição. De um lado ficam pessoas resistentes às mudanças; do outro, pessoas mais acessíveis e inclusivas a ditames da modernidade capitalista que lhes são apresentadas. A dualidade está no confronto entre pessoas e mundos diferentes. Pessoas nativas e turistas se cruzam, o choque e a assimilação cultural se apresentam. Mais ainda, novas ressignificações são feitas de modo a buscar uma adequação que aproxime o mundo e as pessoas, se é que isso possa ser realizado diante de tantas mudanças sobre o lugar da tradição e o não lugar do turismo.

3 RELAÇÕES ENTRE TURISMO E PESCA ARTESANAL EM BARRA GRANDE

Este capítulo, *a priori*, realiza um apanhado acerca das particularidades mais significativas em torno da atividade pesqueira artesanal na localidade Barra Grande. Situações corriqueiras e intrínsecas aos cotidianos de vida e trabalho na pesca local são colocadas de maneira que sirvam para melhor visualização do lugar frente ao cenário teórico abordado.

Nisso, são colocadas em evidência as relações comerciais na pesca local, com atenção à participação do turismo enquanto fator de transformação da pesca e das mudanças acometidas às pessoas nativas, bem como aspectos da ausência de agentes externos à pesca, como pessoas atravessadoras e armadoras da pesca.

Também, discute conflitos e tensões internas e externas à pesca artesanal, com ênfase na atividade industrial da pesca e principalmente o turismo, responsável por grande parte das mudanças nos ambientes aquático e terrestre, bem como pelos impactos causados sobre o modo de vida das pessoas, com sensíveis alterações na família, no trabalho e inclusive na própria atividade pesqueira.

Assim, o capítulo segue dividido em quatro distintas seções. A primeira toma as particularidades gerais em torno da pesca local para dar luz ao que conversamos nos dois capítulos anteriores. A seção segunda abarca as relações sobre as famílias pesqueiras e suas nuances frente às transformações em andamento sobre o modo de vida local atravessado pelo turismo e pela pesca, digladiando gerações em torno da forma de trabalho que exercem no lugar da pesca ou no não lugar do turismo. A terceira seção discute as formas de trabalho engendradas localmente, abrangendo tanto homens, mulheres e a juventude. Assim como na segunda seção, discutimos aqui como tem se dado o trabalho mediante as mudanças ocorridas na localidade, sobretudo pela ótica moderna da diversidade de empregos e funções disponibilizada para as pessoas nativas. A quarta e última seção evidencia aspectos mais profundos que versam sobre a atualidade da pesca e do turismo na localidade, com ênfase no papel da juventude para a continuidade ou o iminente fim da atividade pesqueira.

3.1 Particularidades da pesca artesanal em Barra Grande

3.1.1 “A única coisa que favorece nós aqui é a venda de peixe”: atualidade da pesca artesanal em Barra Grande

A pesca artesanal em Barra Grande guarda particularidades que a difere de outras sociedades pesqueiras, apesar de compartilhar inúmeras semelhanças. No trabalho com a pesca, não basta às pessoas da pesca apenas o conhecer sobre o objeto de trabalho, as artes de pesca e a cosmologia acerca do labor pesqueiro. Há que se contar, também, com a sorte, componente do cotidiano de trabalho de quem o ambiente livre e indiviso do mar escolheu para exercer o ofício pesqueiro.

Em meio às particularidades natas de quem pratica a pesca, os segredos do ofício são a grande vantagem do trabalho vivo na pesca. Através dos segredos, as pessoas da pesca têm autonomia e independência garantidas para o enfrentamento do mar e das condições inerentes ao trabalho pesqueiro artesanal.

Tem muito segredo, sabe por quê? Depende da maré: se a maré vai amanhecer o dia cheia ou seca; do vento; se tá chovendo... É muita coisa, muita coisa. A gente tem tanta experiência que a gente conhece até a água que é boa pra peixe, pela cor da água que tá lá no mar, e diz assim: “essa água aqui tá muito bonita pra serra”, por causa da cor, aquela água branca, uma água branca que tem, e tem [peixe]. Quando a gente vê aquela água limpa que é da cor de anil, né boa pra peixe, não. Tem [peixe], mas num cai (não consegue capturar). Aí é onde todo peixe de fora vem, peixe lá de dentro vem por que aquela água limpa vem pra cá e a comidinha que tá lá vem, e o peixe vem junto, [o peixe] acompanha. Por que esse ano não deu sardinha nas marambaia⁷⁴? Porque aquela água limpa num veio de fora, aí o sardinhal num veio, num ficou nas marambaias, porque a sardinha, aonde tem pedra ou madeira que nós bota, a sardinha é um peixe que gosta da sombra... Por que enche de sardinha nos curral das Almas? É porque

⁷⁴ A marambaia “é como se fosse uma moradia” (Diego, 35 anos), é um pesqueiro (arte de pesca) feito pelos pescadores. A construção de marambaias consiste no corte de madeira verde (geralmente de pés de azeitona, porque esta planta libera cheiro específico que atrai os peixes quando instalada no fundo do mar), em que os troncos são levados pelas embarcações para um determinado local marcado anteriormente por GPS - em geral a localização ideal se dá onde foram capturados peixes da espécie ariacó, pois, segundo os pescadores, indicam local propício para ocorrência farta de alimento para peixes. O transporte de todo o material necessita de em média cinco viagens. No local predeterminado, o material é cuidadosamente despejado, estando algumas madeiras presas por cordas para a devida acomodação no fundo do mar, uma vez que não se pode jogar o material de qualquer jeito. Feito o serviço, a partir de 30 dias já se pode pescar na marambaia. Recomenda-se a manutenção dessa arte de pesca pelo menos uma vez por ano, de modo que os materiais sejam renovados, pois a madeira perde o sabor (o cheiro liberado diminui com o passar do tempo). Essa arte de pesca é proibida pelos órgãos ambientais fiscalizadores quando feita com pneus, pedaços de ferro (como carcaças de geladeira) e madeira de mangue, como feita em décadas anteriores.

aquele curral é feito alí daquela sombra toda e o sardinhal invade mesmo. (João⁷⁵, 37 anos).

Tem muito segredo. Pra ter sucesso o cara tem que saber pescar, tem que saber altura do peixe, o vento, a gente sai daqui em maré baixa e o cara tem que sacar essas coisas, tudo. Por exemplo, se eu pescar um peixe aqui, quando der no outro dia tem muitos que já vai atrás arriar [as redes] bem pertinho um do outro. Às vezes eu nem falo qual é a altura do peixe, num é por ruindade não, é por que às vezes eu falo “eu peguei aquele peixe em tal altura, hoje eu peguei um bocado de peixe”, aí eu vou falar pra algum pescador. Aí no outro dia vai querer arriar [as redes] no mesmo lugar, aí nem eu pesco direito e nem ele num pesca, porque as redes tão tudo pertinho umas das outras. (Maurício⁷⁶, 32 anos).

Em meio aos segredos da pesca, o que não é segredo nenhum são pessoas externas atuando sobre a pesca artesanal, de maneira a explorar a mão de obra de quem vive no cotidiano do trabalho no mar. A presença de pessoas atravessadoras e armadoras de pesca denuncia a existência de um mercado capitalista funcionando diariamente, corrompendo com as possibilidades de autonomia e independência que marcam o trabalho de homens e mulheres das águas.

Todavia, a presença de atravessadores em Barra Grande ocorre com menor frequência⁷⁷, resultado da baixa produtividade⁷⁷ dos grupos de trabalho e da ausência de gelo, pois a fábrica da localidade está fechada há mais de uma década.

É difícil [vender pra atravessador], mais é pra comunidade mesmo, pro pessoal daqui mesmo. Às vezes o pessoal de Teresina compra da gente na praia. Não é atravessado, não tem atravessador a gente, é difícil [sobrar pra vender pro atravessador]. Tá com dois dias que vendi pra atravessador, mas é um pouquin que sobra. (Maurício, 32 anos).

⁷⁵ Pescador desde os 10 anos, João atualmente tem 37 anos e junto com o pai, Marcondes, forma um grupo (ou dupla) de trabalho. Devido à idade avançada do pai, que pela experiência é o mestre na embarcação, João conta que o respeito à hierarquia é que mantém a mestrança nas mãos de seu pai, mas é João quem dá as ordens no barco, fazendo a função de mestre, apesar do *status* de mestre do pai prevalecer. João é casado com Elza e tem uma filha e um filho adolescentes. Assim como boa parte dos jovens do sexo masculino, João adota visual de cultura urbana, com bonés modelo aba reta, relógio de pulso grande e dourado, camisetas e bermudas de seda de marcas famosas (originais ou réplicas) e corte de cabelo “estilizado”. Entre os homens entrevistados, João é o único que desempenha atividades domésticas em conjunto com a esposa.

⁷⁶ Casado com Francisca, Maurício é pescador mestre e tem 32 anos. Seu grupo de trabalho na pesca é formado por um irmão e mais outro homem, sem vínculo familiar. De todos os pescadores participantes da pesquisa, Maurício foi aquele que demonstrou maior contentamento com a pesca, adotando-a como atividade econômica altamente rentável. Maurício pesca diariamente, guardando para descanso apenas o dia de domingo. Maurício também foi o único a mostrar artes de pesca predatórias a exemplo do espinhel, condenado por outros pescadores.

⁷⁷ O aparecimento de atravessadores está condicionado às boas pescarias. Somente quando há uma produção elevada e que a população local não dá conta de comprar toda a produção é que se chama um comprador externo, com o fim exclusivo de comprar o pescado oferecido. Quem regula o preço do pescado, porém, é o próprio pescador, cabendo ao comprador apenas o aceite e o pagamento.

É, coloca aqui [pra vender]. Quando a gente chega aqui [na pesqueira] a gente tem que despachar primeiro os daqui, né? Primeiro os nativos. Aí depois é que tem a sobra é que vem o comprador pra revender, ele revende aqui mesmo. (João, 37 anos).

Primeiro vende para os nativos, sabe? (Diego⁷⁸, 35 anos).

[...] a gente vende aqui (em casa), a gente não vende mesmo para eles (atravessadores), a gente vende para a própria população, a própria comunidade compra o peixe. (Mariana⁷⁹, 42 anos).

Nota-se que a prioridade na venda do pescado é para a população nativa. Quando da existência de sobras⁸⁰, esta é repassada a atravessadores - ou simples revendedores de peixe⁸¹. Tal característica pode, pois, derivar de duas situações: a primeira é que durante o período sem chuvas (de agosto a dezembro) a produção pesqueira apresenta forte queda em razão das condições climáticas desfavoráveis impostas pelo vento, restringindo a pescaria de rede, mais produtiva; a segunda é que o pescado é vendido primeiramente a pessoas nativas, além de excursionistas⁸² e, encerrando a venda direta, para representantes de bares e restaurantes da praia.

⁷⁸ Diego é pescador mestre, filho de Marcondes e Manoela. Pescador desde criança, atualmente tem 35 anos. Antes formava grupo de trabalho na pesca com o irmão João e o pai; agora tem sua própria embarcação (canoa) e pesca com mais dois tripulantes, que são amigos arrumados na pesca. Diego é casado com Mariana e o casal tem uma filha adolescente e um filho criança.

⁷⁹ Mariana é casada com Diego, tem 42 anos e realiza serviços autônomos, como fabricação de quentinhas. Mariana também trabalha com a pesca, tanto na mariscagem quando em casa, nas etapas que seguem ao trabalho do marido na pesca, como a limpeza do pescado e a comercialização. Mariana nunca trabalhou diretamente com turismo de forma assalariada, mas possui uma barraca de lanches próximo à praia, a qual só abre em períodos de grande fluxo turístico.

⁸⁰ Não presenciei sobras fortuitas de pescados, uma vez que a produção, em sua quase totalidade, é vendida imediatamente após a chegada dos pescadores às pesqueiras.

⁸¹ Durante o tempo da pesquisa de campo não presenciei nenhuma negociação ou venda de pescado para atravessador, muito menos indícios da presença de armadores de pesca. O simples revendedor de peixes é algum nativo que com pouco dinheiro compra alguns peixes e sai pela localidade em busca de alguém para comprar. Existem, ainda, algumas pessoas que oferecem o serviço de venda direta do pescado. Nesse, eles pegam o pescado direto do pescador e saem às ruas para vendê-los. A cada peixe vendido lucram cerca de 20%, porcentagem acordada entre o pescador e o vendedor, que em geral é um dos "ajudantes".

⁸² Na comercialização do pescado, aluguel de casas e chalés, prestação de serviços de alimentação e transporte, além da interação turista, há uma clara distinção dos papéis desempenhados por turistas e excursionistas (apesar de não seguirmos exatamente o conceito de excursionistas para a própria definição). O excursionista possui relação mais próxima com a população nativa, enquanto os turistas mantêm certa distância, ou distância tolerável para sua permanência e usufruto do espaço. Utilizando-se do conceito, excursionista é a pessoa viajante que permanece menos de 24 horas no destino e que não pernoita. Apesar de a definição não contemplar de forma irrestrita o excursionista de Barra Grande, porque não pernoita e sua estadia tem duração maior que 24 horas, é interessante perceber que a forma como viajam (em ônibus fretado) e a hospedagem coletiva/familiar comprova que se trata de excursionistas. Excursionistas são chamados localmente de "teresinenses", porque grande parte das pessoas excursionistas tem como origem a capital do estado, Teresina.

Aqui, da parte do turismo aqui, nós pescador, nós num tem quase vantagem de nada, não. Sabe por quê? Porque a única coisa que favorece nós aqui é a venda de peixe. Então aqui a gente pega uma cavala, pega um ariacó, pega esses peixe, quem compra mais só é os que já tava aqui mesmo (representantes de bares e restaurantes à beira da praia). Sempre a quantidade de peixe grande (de maior valor de mercado) que vale pra eles (representantes das pousadas grandes): ariacó, pescada amarela, cavala, beijupirá... Esses peixes tudo eles compram, as “pousadas mesmo”⁸³, os restaurantes, mas mais é os que já tinham aqui: é o Tutuca, Mário Júnior... Mais é o da nossa região que já tinha mesmo aqui, antes de vim essas “pousadas grandes”. Essas pousadas grandes nenhuma chega aqui pra comprar um quilo de peixe, eles traz tudo de fora. Agora esses pequeno, que é mais menor, alí que nem alí é o Tutuca, Mário Júnior, já tem o Sarney, já tem a Marilene, o Capucho... Esse pessoal sempre ele compra, num deixa empancar não, quando tem mesmo eles compram. Agora essas pousadas zonas grandes, eles não chegam aqui pra comprar nada, não. (Tião⁸⁴, 54 anos).

A pesca artesanal local vivencia fortes oscilações, tanto de natureza interna (obedecendo ao calendário anual natural da pesca) quanto externa (sazonalidade turística). A primeira natureza marca o ritmo de trabalho no objeto de trabalho, tanto no mar quanto na terra, para homens e mulheres. A segunda acompanha o mercado do turismo, momento no qual se consegue auferir maiores lucros com o aumento da produtividade e a rápida liquidez do pescado.

Ainda, o turismo condiciona a pesca de muitas tripulações, pois, por haver número considerável de turistas na localidade, “*tinha dia (pescaria) que nós passava o dia todo [pescando], só passava dois dias no mar e só voltava no outro (terceiro dia), com a intenção de vender a [maior] produção*”, recorda Diogo⁸⁵ (28 anos) quando ainda pescava, com seu tio e seu avô. Nesses moldes, a pesca antevia os princípios da racionalização capitalista, impacto derivado da maior exposição dos pescadores à estrutura do turismo sobre a forma e os objetivos da pesca local.

⁸³ O termo “pousada mesmo” se refere a bares e restaurantes à beira da praia, de propriedade de pessoas nativas; já “pousada grande” se refere a bares, restaurantes e pousadas de propriedade de empresários de fora da localidade.

⁸⁴ Tião tem 54 anos, e há 14 anos mora em Barra Grande. Casado com Matilde, irmã de Manoela. Tião é pescador mestre e um dos mais experientes da região. O grupo de trabalho de Tião é formado com o enteado Carlos e o pescador Sabiá. Tião não tem filhos com a atual esposa.

⁸⁵ Filho do meio de Tatiana, Diogo tem 28 anos. Praticou regularmente a pesca até o primeiro trimestre de 2017, formando grupo de trabalho com seu avô, Marcondes, e o tio, João. Após convite para realizar um trabalho de carpintaria há uns dois anos atrás e sua posterior especialização, migrou totalmente para a construção civil especializada na construção de chalés para o turismo. Não pensa em voltar à pescaria, que ficou apenas no pretérito. Realiza também a pesca da tarioba, em lazer com a família. Diogo adota estilo de se vestir com base na moda urbana vigente, empregando parte de sua remuneração em roupas de marca, bonés aba reta e motocicletas, além do gasto considerável com festas. Diogo é casado e pai de duas meninas.

A transformação da pesca artesanal local, *a priori*, segue marcada por dois momentos: primeiro, pelo fechamento da fábrica de gelo, que significou o desmonte da pesca capitalista (mas não industrial), composta por atravessadores e armadores atuantes, levando à diminuição considerável da produção pesqueira local; segundo, através do turismo, quando houve o renascimento da atividade pesqueira, mas sem a presença de armadores ou atravessadores.

Antigamente tinha mais peixes, era mais fácil pegar o peixe e agora está mais difícil. Antigamente as pescarias eram mais para pegar pargo, então para poder ir pegar pargo, de ida e vinda não dá, porque antigamente nós só íamos com gelo, e agora aqui não tem mais fábrica de gelo. A gente, então, deixou de ir, porque agora só tem gelo em Bitupitá ou Luís Correia, mas a gente num vai lá pegar, não. (João, 37 anos).

O ruim daqui é uma fábrica de gelo que não tem, é por isso que a falta de peixe é mais porque não tem a fábrica, tem que ir e vim no mesmo dia. E quando chega com peixe mais (grande quantidade de peixes) a gente tá já com as garrafa pet tudo cheio de água pra virar o gelo, aí você quebra e bota dentro [do isopor] pra aguentar até dois dias, três dias. É por isso que o peixe tá tendo pouco, porque não tem gelo. [Se tivesse gelo] fazia uma pescaria de três, quatro dias, chegava e dava pra todo mundo o peixe comprar, porque tem muito turista, o peixe é bem vendido agora. Aí todo mundo que chega pergunta “por que a pescaria aqui é fraca?”, é porque não tem gelo. (Manoela⁸⁶, 65 anos).

Rapaz, mudou quase tudo, ficou pior, porque eu me lembro quando meu vô ia pescar, ele passava uns sete dias, meu pai também pescava com ele, e quando chegava era com duas ou três toneladas de peixe, e peixe bom, era pargo, era só peixe bom. E hoje em dia vão e pegam 10 quilinhos, tem vezes que pega 20 quilos, 30 quilos, têm vezes que não pegam nada. Às vezes só dá o do almoço de casa. [Piorou] demais! (Miguel⁸⁷, 30 anos).

É o que tá faltando pra gente aqui, é a fábrica de gelo, porque nesse período que passou, que é no inverno, a gente precisa muito, porque a gente quer ir e passar uma noitezinha (pescar durante a noite) que traz mais peixe. É melhor [pescar no inverno], muito melhor, com chuva e tudo, mas é melhor. (Maurício, 32 anos).

Neste segundo momento (com o turismo), apesar de realizarem a pequena pesca, os pescadores trabalham menos e lucram mais, porque se consegue a venda

⁸⁶ Manoela tem 65 anos e está aposentada. Não pratica mais a pesca, que aprendeu no convívio com o marido, Marcondes. Atualmente trabalha nas lides de casa, vivendo na companhia do marido e dos filhos Sávio e Basílio.

⁸⁷ Miguel é o filho mais velho de Tatiana, tem 30 anos. Funcionário público municipal, Miguel também possui uma loja de artesanato no início da Rua das Pousadas, localização privilegiada no não lugar do turismo. Em épocas de maior fluxo turístico vende sua força de trabalho para restaurantes da localidade exercendo a função de chapeiro, figurando como trabalhador pluriativo sazonal. Miguel não chegou a pescar regularmente com o pai, que era pescador, pois o pai alegava que a vida na pesca era difícil e queria que o filho estudasse para ser alguém melhor na vida. Atualmente apenas faz a pesca de lazer da tarioba. Miguel adota vestimentas comuns e mantém um estilo de vida espelhado em sua localidade, sem aderir à moda urbana. Miguel é casado e pai de uma menina.

direta do pescado a compradores finais (turistas/excursionistas e pessoas nativas), praticando preços mais justos para ambos. Com isso, somente a partir da economia gerada pelo turismo que se conseguiu acumular maior rendimento monetário com a venda do pescado, sem para isso precisarem passar mais tempo no mar.

Rapaz, só a venda que é mais fácil, a venda dos peixes, porque tem mais turistas. Consegue vender porque tem mais demanda. A negrada já chega [da pescaria], já tem o dono do restaurante que compra, o dono de uma pousada que compra. Antigamente era bom porque dava muito peixe, mas o comprador num tinha muito; aí hoje em dia o comprador já é melhor, mas o peixe já sumiu mais. É desse jeito, é uma inversão do negócio. O cara chega agora com 10 quilos, 20 quilos de peixe e vende em dois tempos. (Miguel, 30 anos).

Creio que, pro pescador, [o turismo] é um pouco positivo, mais positivo do que negativo, porque é renda, né? Antes era só para o consumo, agora vende para os restaurantes. (Diana⁸⁸, 24 anos).

Rapaz, pra gente, pelo menos para mim, o turismo eu acho bom, porque o peixe que a gente pega eles compram, né? [Vende] para as pousadas, para os bares, para os turistas... (Diego, 35 anos).

Veio bastante melhoria, porque os teresinenses (excursionistas) compra bastante peixe da gente, na beira da praia mesmo, que é pra eles levar pra comer lá mesmo. Eles compra bastante. Não, não, [turistas (internacionais e domésticos)] não compra, só os de Teresina, esses mais próximos da Barra Grande. Eles vão logo direto pra comprar peixe, num quer saber que peixe é não, vão logo comprar peixe, num importa qual o peixe, não. (Maurício, 32 anos).

O turismo para nós aqui é bom, porque quando vem muitos turistas para cá, quando a gente tem peixe eles compram. Turistas de Teresina, Parnaíba... Para nós, geralmente, aqui nós damos mais valor aqueles "turistas mais baixos", aqueles que chamam de "farofeiros", de excursão. Para nós eles compram peixes mesmo, quando chegam. Agora esses mais ricos é difícil. (João, 37 anos).

A iminente presença do atravessador no mercado pesqueiro é um indicativo direto à elevação do preço do pescado, sem que haja, porém, qualquer intervenção quanto ao aumento da produção. O atravessador é figura primeira na exploração de quem pesca, afetando a cadeia produtiva pesqueira por completa, até mesmo quem faz o consumo final, que pagará mais caro pelo pescado.

Por sua vez, a economia do turismo tem recebido franco apoio da maior parte das pessoas da pesca, tendo em vista que foi a partir dessa atividade moderna

⁸⁸ Diana tem 24 anos, é filha de Ronaldo e Joana e é solteira. Trabalha no setor de alimentos e bebidas na mesma pousada que as duas irmãs. Nunca praticou a pesca ou a mariscagem como atividade econômica, mas apenas em atividades de lazer com a família.

que o ganho capital decorrente da venda direta da produção pesqueira possibilitou maiores rendimentos, colocando o turismo no centro da economia pesqueira local.

É importante clarear que, por mais que o turismo tenha possibilitado maior rendimento capital àqueles que continuaram a pescar após o fechamento da fábrica de gelo, assim como as transformações oportunizadas nas últimas duas décadas, as mudanças em curso na localidade são, também, decorrentes de políticas públicas específicas para o campo, além de políticas sociais (CRAS, CREAS, PBF, Conselho Tutelar) e educacionais, sem falar na política de expansão do consumo às classes menos favorecidas contida nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016).



Imagem fotográfica 31: Instalações prediais da antiga fábrica de gelo da localidade. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.

Com o fechamento da fábrica de gelo e a posterior redução do número de embarcações - resultando em quedas na produtividade -, houve a diminuição do trabalho e da renda das pessoas da pesca. O atravessador deixou de existir. Nisso, a expansão do turismo promoveu uma reviravolta na pesca local, ampliando a renda de quem pesca, sem carecer de produção excessiva, como era feito para atender o atravessador no passado, quando a fábrica de gelo funcionava.

Ficou [melhor com o turismo] porque um peixe melhor a gente vende, num chega (não sobra)... O serra grande, o ariacó, o pargo, é pescada amarela, camurim, num esquentá, não (vende rapidamente). Antigamente tinha

[atravessador] aqui, mas [o pescado] era [vendido] baratin. (Marcondes⁸⁹, 69 anos).

Quando da existência de um mercado diversificado e em rede, com poder de compra das pessoas nativas e a presença constante de turistas e excursionistas, a venda do pescado passa a ser lucrativa para quem pesca, que, sem o atravessador, consegue ampliar seus rendimentos, não necessitando elevar o preço do pescado além do necessário para obtenção de lucro.

Melhorou a renda, né? Também melhorou a questão da venda de peixes, quando a gente chega com peixes, assim, de qualidade: cavala, robalo, pescada amarela... A gente vende aqui mesmo por um preço bom, eles (turistas/excursionistas e representantes de barracas da praia) procuram. Em termos de venda mesmo [melhorou], mas em relação à pesca mesmo, não. (Carlos⁹⁰, 34 anos).

Para nós eu achei foi bom, porque quando eles (turistas/excursionistas) vêm, não são todos [os tipos de turistas], mas quando eles vêm e a gente tem peixe, a gente sabe que vamos vender os peixes, porque eles vêm dia de sexta e passam sábado e domingo. Quando é domingo meio-dia eles sempre compram para levar. (João, 37 anos).

Agora é melhor, porque tem mais comprador de peixe. A gente vende mais, com preço melhor. E hoje cada qual tem seu freezer pra guardar seu peixe, você num precisa vender na mesma hora com preço mais baixo. Só abaixa de preço quando dá muito, muito, muito mesmo, aí abaixa o preço. (Fernando⁹¹, 38 anos).

Com a ampliação do lucro líquido obtido pela ausência do atravessador, as pessoas da pesca conseguem dinamizar melhor suas economias, melhorando, com isso, os instrumentos de trabalho e, também, dispondo de condições para prover os recursos que necessitam. Cenário parecido foi encontrado por Calvente (1993) em Ilha Bela (SP), quando pescadores artesanais conseguiram ampliar a renda a partir do incremento do turismo, sem depender tanto do intermediário. Para pescadores

⁸⁹ Marcondes tem 69 anos e há oito está aposentado, mas pesca diariamente em seu barco, que tem como tripulante um de seus filhos, João. Marcondes é o pescador mais antigo em atividade na localidade. Pesca desde criança, ofício que aprendeu com o pai. É casado com Manoela.

⁹⁰ Carlos tem 33 anos e pesca desde a adolescência. Casado, Carlos é pai de uma adolescente de 14 anos. Além de pescar, Carlos é tesoureiro da Colônia de Pescadores Z-6, com sede na localidade.

⁹¹ Fernando tem 38 anos, e é irmão de Maurício. Fernando é funcionário público, possui chalés e casa para aluguel, além de um pequeno comércio administrado por sua esposa. Fernando faz a pequena pesca na beira mar, sozinho em sua canoa. Dentre todos os pescadores participantes da pesquisa, Fernando foi aquele que maior apoiou a atividade do turismo, tendo em vista sua participação direta na atividade. A pesca, para Fernando, tem sido reduzida a atividade de produção de consumo unicamente para sua família, tendo em vista a produção incipiente para comercialização.

paraenses, por outro lado, a dependência a intermediários é constante, contribuindo para o baixo rendimento na pesca, admitem Vasconcellos, Diegues e Sales (2005).

Com o melhor resultado decorrente da venda direta a agentes locais, parte dos recursos é destinada para o fundo de manutenção, responsável por zelar com pela reposição e o conserto dos instrumentos e apetrechos utilizados na pesca, bem como a embarcação.

E outra coisa: quando chega [da pescaria], vai pesar o peixe e tem muita gente que acha caro, viu? Eles alegam: “rapaz, o peixe é livre, vocês não dão ração”, entendeu? Rapaz, o negócio é ir pegar, meu amigo. Se a pessoa for anotar no caderno as coisas que a pessoa compra, o material de pesca... Éh, é caro! Tem a manutenção da canoa. A pessoa tem que tirar daí (do resultado da pescaria) pra poder [fazer a manutenção]. (Diego, 35 anos).

Tem o que vende pra pagar um talão de luz, pra comprar uma água pra se beber, pra comprar o material escolar dos meninos, pra pagar alguma continha mais assim, e até mesmo pro próprio material dele. (Mariana, 42 anos).

Só dá pra se manter, não dá pra juntar dinheiro, só dá pra se manter. O cara sabendo controlar, não gastando muito, ele vai e compra uma canoa e ajeita as redes [inaudível], tem o seguro defeso também que ajuda, o cara tira uma parte pra comprar o material, pra mandar fazer um serviço numa canoa, comprar uma fila de rede. É como se fosse um emprego, com seus altos e baixos. (Carlos, 34 anos, pescador).

Nesse relevo, além do fundo de manutenção, a venda do excedente garante a compra de produtos destinados à reprodução do grupo doméstico, preocupação que aparece na fala da mulher, enquanto o pensar do homem está direcionado ao seu ofício de pescador.

Quando do funcionamento da fábrica de gelo e da existência de estrutura de pesca consolidada, predominava barcos com motorização central e baú para armazenamento de gelo, além de espaço coberto com beliches e a cabine para o mestre. Após o fechamento da fábrica de gelo, estas embarcações deixaram de existir no cotidiano da pesca local, sendo levadas para outras localidades. Também, havia embarcações menores, que eram canoas de 07 a 09 metros de comprimento e com motor de rabeta. Estas permaneceram, compondo a atualidade da pesca local, dividindo a praia com apenas três dos barcos que restaram. Entre barcos e canoas, todos tinham uma vela de pano, ajudando a diminuir os custos das pescarias. Todas estas embarcações realizam o mesmo tipo de pesca, saindo inclusive nos mesmos horários, à exceção de um barco que é carregado com gelo no município de Luís

Correia, e realiza às vezes pescarias que duram mais de um dia. Durante o período de ventos fortes (agosto a dezembro), em dias de muito vento e mar revolto, canoas não conseguem partir e realizar pescarias devido o risco de acidentes, o que não ocorre com os barcos, que possuem condições de navegar em meio ao mau tempo.



Imagem fotográfica 32: Tipos e modelos das embarcações utilizadas na pesca artesanal em Barra Grande. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.

Os apetrechos mais comuns e utilizados na pesca local são as redes de emalhar, a linha de náilon, o manzuá e o espinhel, este último usado por somente um grupo de trabalho. O uso de apetrechos está ligado ao tipo de pesca realizada, variando desde o tempo de chuva e de ventos, até aos diferentes tipos de pescado. Assim, algumas espécies de peixes requerem armadilhas próprias, como a pescaria de camurupim, em que os anzóis são modificados (adaptados), de forma a alargar o anzol para que seja possível a fixação na boca do animal. As redes e a linha de náilon são as mais comuns, sendo usados para pescar peixes e camarões, principalmente. O manzuá é usado para pescaria de lagostas, apesar de seu uso ser muito pouco, pois não há pescadores especializados na pesca do crustáceo na localidade. O espinhel também é usado para capturar peixes.

O ato de pescar compete o saber-fazer pleno das artes de pesca, do objeto de trabalho e das demais habilidades necessárias ao sucesso da pescaria. Contudo, o desafio maior vem da natureza, situação a qual as pessoas da pesca não têm total

autonomia, devido os riscos inerentes às incertezas com o tempo natural. Embora as adversidades naturais, há dois momentos que são de grande monta ao trabalho com a pesca local, dividido naturalmente pelo período das chuvas (janeiro a julho) e dos ventos (agosto a dezembro).

Os meses que vão de janeiro a julho são os mais propícios à pesca no mar de fora, uma vez que “*é melhor [pescar no inverno], muito melhor, com chuva e tudo, mas é melhor*” (Maurício, 32 anos). Pescar no inverno, para os pescadores locais, é melhor “*porque o vento é bem brandin e num tem onda. Eu prefiro pegar a chuva do que vento. Só quando dá um aguaceiro mesmo, chuva com vento, muito tempo*” (Fernando, 38 anos). Além disso, no inverno “*é que tem muito peixe, mas agora, não. Agora é mais sofrido pra pegar o peixe*” (Francisca⁹², 27 anos).

Os fortes ventos, então, são o grande desafio natural para quem é pescador, implicando sobre a atividade pesqueira de modo direto.

Rapaz, por um tempo desses (de agosto a dezembro), o nosso desafio mesmo é o vento. O desafio é a natureza mesmo. (Diego, 35 anos).

[...] o risco que eu acho mesmo é agora, no verão, porque é muito arriscado, é muito vento. Aí de repente a gente pode ir, e não pode vim. Eu não tenho medo, mas de repente, ninguém sabe, porque é bastante vento, e a gente a vela é perigoso, só que a gente enfrenta mesmo. O risco é esse, o vento que quando começa a soprar, que nem tá agora é perigoso. (Maurício, 32 anos).

O risco é grande demais. O risco do mar é muito... O mar é aquela coisa: não tem ninguém valente pro mar. O mar, ele, quanto mais você é valente, mais ele acha bom lhe judiar. Olha, inclusive nesse período que nós tamos agora, hoje tá bom, o vento tá brando, aí tá calmo, mas daqui de agosto até dezembro a pancada de vento é uma só. Tem dia que a gente se acorda aqui de madrugada com vontade de ir e num pode ir por que tá voando poeira aqui. Muito vento! Então, quando tem muito vento, é um risco grande que você tá correndo, viu? (Tião, 54 anos).

O desafio é enfrentar o mar, a natureza, o vento. Esse é o maior desafio de todo pescador. É como na vida de qualquer profissional, tudo tem que ter um desafio. (Fernando, 38 anos).

Os desafios impostos pelo vento não são simples preocupações dos homens que pescam no mar de fora, mais uma realidade de risco iminente e comum a todas as pessoas que navegam, sobretudo àquelas que já naufragaram.

⁹² Francisca é filha de Ronaldo e Joana, tem 27 anos e é casada com o pescador Maurício, com o qual tem uma filha e um filho, ambos ainda crianças. Trabalha como camareira numa pousada. Praticou a pesca como marisqueira junto com a mãe e o pai, mas desistiu rapidamente. Entrou ao mar somente duas vezes na companhia do marido, mas não seguiu com a pesca artesanal marítima.

Agora arriscado, é. É muito arriscado. Você pode naufragar, por exemplo, é o maior perigo esse. Sofrer um acidente nessa época agora de muito vento... Eu naufraguei era 9:00 horas da noite de um dia, aí a gente foi encontrar uma canoa, ela pegou a gente lá em frente o Coqueiro, às 4:00 horas da tarde do outro dia. Foram 19 horas de [naufrágio]... O perigo é esse, o perigo é de vida mesmo. Pode rolar de repente um acidente, uma canoa quebrar o mastro, uma coisa... (Carlos, 34 anos).

É interessante perceber a peculiaridade de Barra Grande quanto à natureza e suas formas de aproveitamento por inúmeras pessoas que a utiliza como fonte de renda. O vento que atrapalha e condiciona riscos ao trabalho pesqueiro no mar de fora é o mesmo utilizado na promoção do destino turístico para atração de turistas e praticantes do *kitesurf*, gerando emprego e renda para as pessoas do lugar.

Rapaz, acho que depende da época, da temporada. Tem a temporada que tem turista, aí tem tempo que é o da pesca. O da pesca mais é quando não tem muito vento e época de inverno que dá peixe, quando a água fica mais suja. Fica ruim pra gente [do turismo] no inverno, por causa da chuva. Uma atividade vai ajudar a outra, quando uma tá fraca a outra tá forte e vice-versa. Aí eles (pescadores) acham ruim: “num sei o que, tem que chegar o inverno”, aí a gente do bar já acha bom, porque está tendo lucro naquele momento, quando não é o inverno. (Sávio⁹³, 33 anos).

Quando condições climáticas adversas afugentam os pescadores do mar de fora tementes aos riscos e perigos, estes se deslocam para outro tipo de pescaria, considerada menos arriscada e que é praticada à beira mar, chamada de “pesca de praia”, e com a produção destinada ao consumo doméstico, principalmente.

No inverno eu pesco com o Teobaldo (irmão) lá mais no alto mar, aí quando o vento começa a balancear, como é o caso agora que é muito vento, aí eu pego as minhas redes e boto na canoa do Maurício (outro irmão) e eu pesco só aqui na beira mar. (Fernando, 38 anos).

Mais ainda, a pesca de praia reúne pescadores de rio⁹⁴, mulheres e jovens, além de servir como opção de lazer para quem trabalha formal e informalmente, e que antes praticava de maneira regular a pesca artesanal.

⁹³ Sávio tem 33 anos e é um dos filhos do casal Marcondes e Manoela que se embebedaram quando tentou iniciar a vida de pescador, de forma compulsória. Possui uma barraca na praia e aluga um chalé construído no terreno da família, motivo inclusive de conflito com seu irmão, Diego, porque este último é mais velho e casado e não ganhou terra para construir sua casa. Por muito tempo Sávio realizou trabalho doméstico junto com a mãe, razão pela qual virou chacota para outras pessoas. Sávio é homossexual e foi através do trabalho no turismo que ganhou autonomia e independência financeira, culminando na sua liberdade para expressar sua sexualidade. O modo de se vestir é informal, não aderindo à moda como seus irmãos João e Basílio. Sávio é solteiro e não tem filhos.

Aqui a facilidade é a praia, porque o cara numa praia dessa daí, o que ele quiser comer da praia ele vai lá e é de graça... Passa meia horinha, uma horinha e ele pega um siri, um caranguejo, um marisco, um sururu, um peixe, uns búzios... (Miguel, 30 anos).

Sou funcionário público, mas de vez em quando eu caio nas águas. É a mesma pescaria dos outros... É mesmo artesanal, porque a gente vai, pega o serra, a gente solta a rede, deixa a rede armada e mais ou menos uma hora, duas horas (depois) a gente puxa ela. É a pesca de praia, aquela lá (artesanal) já é mais alto mar, e essa aqui é mais na beira mar que é chamada, que é bem próximo aqui. (Fernando, 38 anos).

A pesca de praia, embora prejudicada pela prática do *kitesurf*⁹⁵, viabiliza um tipo de atividade necessária ao complemento alimentar de muita gente, dispondo de recurso livre e de fácil acesso. Ainda, na pesca de praia, “*dependendo do tanto [que se pesca], dá pra vender um pouquinho*”, pois, “*quando eu vou eu faço 50, 60, 40, 10 reais, às vezes não vende nada. De qualquer forma ajuda já no fim do mês. Querendo ou não já garante o de comer*”, revela Fernando (38 anos).

O trabalho na pesca segue, pois, ditado pela natureza, numa relação em que às pessoas da pesca é dado todo o conhecimento possível para domar a natureza e suas condicionantes. No entanto, as próprias adversidades definem estratégias para ressignificação do trabalho pesqueiro. Dentre elas, tem destaque o uso de artes de pesca construídas artesanalmente (marambaias), de forma natural e sustentável, de forma a causar o mínimo de impactos negativos possíveis ao objeto de trabalho⁹⁶.

Dispondo de um cabedal de conhecimento apurado, o pescador artesanal do mar de fora, então, provem formas artificiais para lidar com o insucesso de pescarias devido a condições naturais desfavoráveis, figurando-se como efetivo instrumento para livrar o pescador da sujeição à natureza. A marambaia, portanto, foi criada para esse fim, porque “*se não fosse a marambaia, a gente ia depender da natureza. A marambaia [...] é pra salvar o dia. Por um tempo desse aí (de muitos ventos), se não fosse a marambaia nós tava sofrendo*” (João, 37 anos).

⁹⁴ Muitos pescadores artesanais são chamados de “pescadores de rio”, porque se embebedam (embebedam) no mar com o balanço das ondas e das condições adversas encontradas, o que causou sua exclusão da pesca marítima. “*O embebedar é vomitar, ficar tonto, começa a ficar logo amarelo*” (João, 37 anos). Este fator é comumente utilizado por pescadores para justificar a ausência da mulher na pescaria marítima, assim como pelos jovens para justificar a desistência da pesca, porque esse fator é limitante à prática do ofício pesqueiro.

⁹⁵ Na seção 3.1.3 discutimos a problemática envolvendo a pesca e o esporte *kitesurf*.

⁹⁶ Na seção 3.3.1 damos maior ênfase à relação do pescador com a natureza e as marambaias.

Dos males à pesca artesanal, a pesca industrial concorre como principal. Os sinais da devastação ocasionada pela pesca predatória industrial e outras formas de captura desordenada trazem consequências graves para quem trabalha com baixa produção, porque qualquer diminuição de um recurso pesqueiro pode comprometer suas estratégias de reprodução, como tem acontecido com as pessoas da pesca em Barra Grande, que há anos não mais capturam o camarão, por exemplo.

De primeiro tinha muito, mas agora num tem mais não, num tem mais camarão. [No rio] é só uma coisinha (muito pouco). Mas de primeiro era demais aí na beira, oh. Todo pescador aqui tinha um landuá (apetrecho utilizado para pescar camarão) pra dois arrastar, até essa largura aí as negada pegava de saco de camarão, do piticaia, o sete-barbas. (Marcondes, 69 anos).

A pesca artesanal em Barra Grande, mesmo configurando-se como pequena pesca não capitalista, sem existir nenhuma embarcação destinada à pesca industrial na localidade, é penalizada pelas agressões cometidas ao objeto de trabalho pelos barcos da pesca industrial que varrem o fundo do mar. Nesse cenário, o camarão foi praticamente extinto do mar, tanto de fora quanto de dentro. As pessoas da pesca atribuem o fato à ação predatória dos barcos industriais, que exploravam dia e noite o mar com redes e instrumentos de pesca considerados devastadores.

Observando o campo, percebe-se o espaço da praia (tanto o mar próximo à praia quanto a faixa de areia) inutilizado por crianças e mulheres, pois é um local exclusivamente laboral dos homens (pescadores e ajudantes). Nos rios e mangues não se vê mais jovens e mulheres. A grande concentração da juventude é a praça principal, com jovens munidos de *smartphones* conhecendo o mundo pela Internet enquanto exercitam suas individualidades; alguns ainda arriscam brincadeiras de pega-pega ou atividades com bola, outros praticam atividades esportivas no recreio do colégio, sem falar nos namoricos. Quanto às mulheres, estas já não estão mais presentes e fixadas em suas casas como no passado, porque atualmente “a maioria das mulheres dos pescadores trabalha nas pousadas” (Carlos, 34 anos). Por isso, a pesca não faz mais parte do cotidiano delas.

Como em praticamente todas as sociedades pesqueiras, a pesca artesanal em Barra Grande apresenta segregação por gênero quanto ao acesso ao objeto de trabalho (mar, rio, mangue, praia). O espaço marítimo é ocupado por homens para a realização do seu trabalho, predominando a pescaria no mar de fora. Nisso, utilizam-

se embarcações motorizadas e com propulsão à vela para a pescaria de rede e/ou de anzol, realizadas a partir de seis milhas náuticas mar à dentro.

As mulheres ocupam as margens de rios, os manguezais e/ou as beiras das praias, mas com menor frequência quando comparamos a anos anteriores, devido à forte empregabilidade feminina nos equipamentos turísticos⁹⁷. Dentre os tipos de pescaria feminina, tem destaque a da tarioba (marisco conhecido nacionalmente por taioba), mas que não é exclusiva das mulheres⁹⁸.

Como hoje, eu trabalho, mas eu gosto muito de andar nessas coisas (pesca de rio – tarioba), eu gosto muito, muito, muito mesmo de andar nessas coisas. Quando a gente tem assim uma chancezinha (nas folgas do trabalho dela, geralmente)... Às vezes eu convido é muito ele – né não, João? (marido dela), pra gente descer pro rio, pra pegar marisco, essas coisas aí, o João é que num [tem muito interesse em ir]... Eu gosto muito de andar nessas coisas assim (pesca de lazer⁹⁹), principalmente quando é assim o tempo das lagostas, dos polvos, que é maré grande e eles (geralmente os homens da família) gostam de ir, aí eu vou também, eu acho muito bom, eu gosto muito dessas coisas. (Elza¹⁰⁰, 34 anos).

Não importando a sociedade pesqueira ou a região do país a qual pertença, a sina da mulher é de perda de liberdade e autonomia pela subordinação ao marido. Em razão disso, em quase toda prática pesqueira, a mulher não goza de liberdade plena para realização de sua pesca sem a presença de um homem ou parente que exerça determinada vigilância. Para Antunes (2009), esse público tem servido para o setor de serviços como estratégia de maximização do lucro capitalista, pois paga-se

⁹⁷ Equipamentos turísticos dizem respeito a toda oferta de bens e serviços disponíveis à demanda do turismo direta e indiretamente, como pousadas, bares, restaurantes, lavanderias, transporte, etc.

⁹⁸ A pescaria da tarioba é descrita como forma de lazer e que é praticada por praticamente todos os membros da família. O resultado desse tipo de pescaria é relativamente pouco (um balde plástico com capacidade de 15 litros, cheio com o marisco, depois de cozinhar e retirar a casca gera de dois a três quilos do marisco) e o valor pago é considerado baixo (cerca de 10 a 15 reais o quilo) pelas pessoas da pesca, por isso o resultado do trabalho não é destinado à venda, mas para o consumo doméstico, além de ser distribuído a parentes e amigos.

⁹⁹ Com o fim da pescaria para homens e mulheres após ingressarem num emprego formal, no tempo livre (folga, férias) costumam praticar a pescaria da tarioba ou outros tipos de pescaria simples as quais se configuram como de lazer, porque não há produção significativa para o consumo doméstico, muito menos excedente para venda. Tudo que é capturado ou pescado é preparado e consumido na hora, como parte do lazer.

¹⁰⁰ Elza tem 34 anos e trabalha de camareira numa das principais pousadas da localidade. Casada com João, Elza deixou a cata do marisco para assalariar-se nas atividades ligadas ao turismo, com vistas a ter renda fixa mensal. Nas horas de folga pratica a pesca da tarioba junto com o marido e parentes próximos, figurando como atividade de lazer.

salários baixos utilizando-se do discurso de autonomia e empoderamento feminino, que na prática se configura como forma de exploração dessas pessoas.

É, pra mulher tem. Só fica mesmo sem trabalhar se quiser, porque nessas pousadas aí num falta serviço, não. Têm uns [tipos de trabalho nas pousadas] que é cansativo, como o dela aí [apontando pra Diana, sua filha]: sai 5:00 horas da manhã, chega meio dia, às vezes chega 7:00 da noite, quando tem muita gente mesmo (alta estação). (Joana¹⁰¹, 48 anos).

Isso acontece, segundo Connel e Pearse (2015, p. 32), porque “as mulheres são parte substancial da população economicamente ativa, sobretudo nos empregos menos valorizados”, tornando-se alvos fáceis às empresas do mercado do turismo.

A percepção quanto à empregabilidade feminina sustenta sentidos diversos e antagônicos, sobretudo quando há mudanças na estrutura e no padrão das famílias tradicionais que vivem da pesca, as quais passam por novos arranjos internos, com divisão e distribuição de tarefas e poder mais igualitárias. Os maridos-pais passam a realizar atividades antes exclusivas das mulheres (TEDESCO, 1998).

Assim quando eu comecei a trabalhar, ele (marido) num sabia fazer comida, não. Hoje faz, e faz melhor do que eu. Esse daí faz uma comida... (Elza, 34 anos).

Eu saio pra ir pro mar 1:00 hora da manhã, aí ela fica em casa. Quando é 8:00 horas da manhã ela vai pro serviço, e aí é o horário que eu já venho voltando [da pescaria]. Quando eu chego o café já tá no ponto, ela já faz antes de sair. Aí quando ela vem pro almoço aí já é eu quem faço. E hoje eu sei o que a mulher faz dentro de casa. “Ah, a mulher num faz nada dentro de casa!”, faz nada (em sentindo contrário, acompanhado de risos). (João, 37 anos).

Na família de Elza e João, o casal se associa e juntos organizam as lides da casa. Em muitas pescarias, João sai para pescar nas primeiras horas da manhã, entre uma e três horas da madrugada, retornando entre oito e nove horas da manhã. Enquanto pesca, Elza prepara as primeiras atividades da casa pela manhã, além do café, que já deixa pronto para o marido. Enquanto Elza trabalha, é a vez de João dar sequência às atividades da casa. Este cuida da limpeza da casa e também prepara o almoço para quando a esposa chegar do trabalho, por volta das onze horas.

¹⁰¹ Joana tem 48 anos e atualmente trabalha em casa, cuidando das lides domésticas e das netas e dos netos, sem receber remuneração. Durante muito tempo Joana foi marisqueira, mas o decréscimo da atividade de mariscagem e o baixo rendimento monetário do marisco a fez desistir da prática tradicional. Outro fator que desencadeou a desistência da mariscagem foi o trabalho assalariado das filhas nas pousadas.

Apesar disso, a mulher ainda continua a exercer duplamente sua força de trabalho, porque à mulher é destinada a maior parte do trabalho doméstico. Mesmo assim, há de se presumir um efetivo aumento do poder das mulheres no espaço familiar, denotando maiores competências e utilidades além de relevante autoridade perante a família, ainda que não alcancem a autoridade máxima que continua a ser do marido-pai.

No entanto, para algumas pessoas da terceira idade, a empregabilidade das mulheres ganha sentidos antagônicos e negativos, motivando raiva e indignação.

Antigamente as mulheres ficavam dentro de casa cuidando das coisas e o homem trabalhava [fora, na pesca]. Onde ela (uma das noras que trabalha em uma pousada) aprendeu essas coisinhas assim foi no serviço dela, ela aprendeu foi lá. [O turismo] acaba mudando o comportamento [das mulheres]. Mudou, mudou, mudou demais (o tom da voz é perverso, demonstrando muita irritação). Se não fossem as pousadas as mulheres continuavam a fazer os serviços dela dentro de casa, só não tem (tinha) o dinheirinho. [O trabalho] trouxe muito comportamento diferente [para as mulheres]. Vish Maria, pra mim é péssimo, pra mim é péssimo (demonstrando muita zanga). O trabalho dela, pra ela ganhar o dinheiro dela é bom, mas trabalhar e o dinheiro pra gastar pra fazer essas coisas aí (beber), [sou] mais antes ela tá na casa dela. Mas agora é difícil, é difícil fazer isso (demonstrando muita raiva). A pessoa se habitua numa coisa... (Manoela, 65 anos).

É relevante informar, nesse sentido, o machismo-conservadorismo presente nas sociedades pesqueiras (SILVA, 1993), a partir de ressignificações das formas de pensar e de agir resultantes da diluição das fronteiras do isolamento a qual vivenciou não apenas Barra Grande, mas muitas localidades com características semelhantes. A cultura urbana-global trazida por turistas e difundida também através dos meios de comunicação de massa - além, claro, da Internet, facilmente utilizada pelas pessoas da localidade - tem possibilitado transformações internas às famílias, embora tenha sido o trabalho das mulheres que forçou novas configurações no âmbito da divisão sexual na labuta diária do grupo doméstico. Esse tem sido, pois, o cenário médio do que encontra em Barra Grande nos tempos atuais.

Ainda, é importante relatar as mudanças em torno do papel da mulher na realidade local não somente pelo viés economicista atrelado ao turismo, mas por uma série de transformações da própria sociedade, além do avanço de um ideal de empoderamento feminino, compreendido tanto no mundo virtual como no real, tendo em vista a presença de associações e organizações não governamentais discutindo o tema com maior assiduidade e com ações concretas.

3.1.2 “*Tem que saber trabalhar*”: o ofício pescador

Pertencer à pesca significa vivenciar dois mundos, estar em duas realidades, ocupar dois espaços que são produtivos econômica e socialmente: o mar e a terra. A pessoa que pesca possui um passado sócio-histórico, que se apropria de forma peculiar de um conhecimento e de um recurso ecológico particular, garantidor de vida e do viver das/nas águas.

Nessa perspectiva, ser pescador ou pescadora é ter liberdade e autonomia, é ser artista como o seu trabalho, que também é uma arte, como lembra Ramalho (2006). Dispor do ofício de pescador, então, é ser um “*guerreiro e possuir um tipo de conhecimento, [uma] coisa que nem todo mundo faz*”, admite Ronaldo¹⁰² (51 anos). É preciso ser guerreira ou guerreiro mesmo, porque as condições de trabalho no mar de fora não são fáceis; antes de tudo, requer aptidão física, sensitiva e mental para o suporte daquilo que nem todo mundo faz, tamanha as dificuldades.

O homem pescador do mar de fora tem a sua pescaria marcada pelos riscos e perigos inerentes ao ofício pescador, inscritos como limitantes à atividade, muito embora os riscos e perigos sejam aliviados pela confiança conquistada na profissão, durante o tempo necessário ao acúmulo e aquisição do conhecimento com o mar.

[O trabalho na pesca] é arriscado, é perigoso. A pesca é bastante perigosa. A gente vai mesmo... Mas só que é tipo assim: eu gosto de pescar e já eu não me sinto muito arriscado lá. Eu não acho muito arriscado, porque eu não tenho medo, eu pesco tranquilo, eu confio no meu trabalho, mas só que é perigoso, mas só que eu confio. (Maurício, 32 anos).

Pra mim, apesar do perigo, apesar de ter época que a gente faz um dinheirozin bom e tem época que ninguém faz nada e fica aperreado, mas é uma profissão boa pra mim, eu num considero como uma profissão ruim, não. (Carlos, 34 anos).

Tem vários riscos. Você está sujeito um peixe voar e atravessar, que nem o marlin, que é o agulhão de vela, que é muito perigoso. Uma cavala mesmo você pegando ela dá um corte muito [inaudível]. A arraia também, você escorrega ali e um esporão daquele grande afetar você em qualquer lugar você pode morrer. Tem muito risco, a pesca tem risco. Você tem que tá

¹⁰² Ronaldo tem 51 anos e pesca desde criança, ofício aprendido com o pai. Durante a maior parte da vida pescou para si mesmo, mas agora tem pescado para barcos de armadores de pesca no município de Luís Correia, apesar disso não abandona a pequena pesca em Barra Grande. Ronaldo tem associado suas folgas com o trabalho no turismo, levando turistas na embarcação de um irmão para conhecer o trabalho pescador no mar. Transporta turistas até as marambaias e mostra um pouco da labuta diária na pesca. Devido à inconstância dessa atividade, Ronaldo não pensa em partir direto para o turismo, mas não descarta esta possibilidade. Ronaldo é casado com Joana, tem três filhas e um filho.

ativo de tudo que tá acontecendo. [...] Você tem que ter muito é golpe de vista. (Ronaldo, 51 anos).

Constituir-se no ofício pesqueiro é viver na insegurança, tanto dos perigos do mar de fora, quanto da alienação à natureza que faz de quem pesca dependente das condições climáticas, além da instabilidade do mercado, por isso a constante preocupação com a produção dos demais grupos de trabalho: “fulano vem chapado de peixe’, o que significa, não somente uma boa pesca, mas também a possibilidade do rebaixamento do preço” (DIEGUES, 1983, p. 194) do pescado devido à produção excedente.

Um fator de grande destaque nas sociedades pesqueiras artesanais reside sobre a função capitalista, porque possibilita um dinamismo maior da atividade em comparação a outras sociedades, que não experimentam relativo desenvolvimento econômico-capitalista¹⁰³. Esse movimento é percebido em Barra Grande quando o excursionista passa a figurar como impulsionador da venda do pescado, podendo fazer com que o pescador racionalize sua pescaria em busca de capturar peixes de maior valor de mercado, suprimindo a necessidade imediata de venda direta.

No mesmo cenário, acompanhei o pescador Tião na repartição (pesagem) de um camurupim (espécie de médio valor comercial) por ele capturado. Enquanto cortava o peixe com o auxílio de um facão enferrujado e cego (sem estar afiado), percebi que a peça do peixe que deveria pesar dois quilos, depois de cortada, pesou dois quilos e meio. Questionado sobre a (grande) diferença no peso, o pescador ponderou que quando a venda do peixe é para parente, compadre ou amigo, só se vende mesmo porque não pode dar de graça, por isso entrega mais pescado ante o valor recebido, confirmando o valor simbólico sobre o negócio.

¹⁰³ Apesar de a pesca artesanal se configurar como atividade capitalista por envolver-se diretamente com o mercado, esta pode ter diferentes graus de desenvolvimento capital. Algumas sociedades pesqueiras possuem vínculos mais estreitos com o mercado em rede, enquanto outras têm sua base num mercado de valores simbólicos (WILKINSON, 2008), fornecendo proteína para a própria comunidade, sem maiores preocupações com o valor de mercado de sua produção.



Imagem fotográfica 33 e 34: Retalho e pesagem de peixe da espécie camurupim por pescador na sua pesqueira, imagem 27. A imagem 28 mostra o pescador exibindo uma arraia de 52 quilos. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.

Quando assujeitadas ao mercado capitalista em rede, as pessoas da pesca descobrem que os “preços não são mais regulados pelos costumes e exigências locais, determinados pelas relações pluridimensionais de seu mundo local” (WOLF, 1976, p. 66), mas por exigências do mercado ao qual estão subordinados. Com base em valores, por outro lado, o mercado simbólico sustenta relações de pertencimento, reciprocidade, compadrio, amizade e parentesco, sem a presença e/ou a presunção do vigor capitalista sobre o preço, que é marcado por simbolismo.

As pessoas da pesca veem-se afetadas pelos ditames do mercado sobre o preço da produção e quanto aos tipos de espécies pescados, embora se utilizem de estratégias próprias para conviver com a situação, gerando dois fatos passíveis de observação: a ausência da racionalidade capitalista aliada com a pouca (ou quase nenhuma) estrutura da pesca local. Em razão disso, não há entre as pessoas que

praticam a pesca um espírito capitalista em suas pescarias¹⁰⁴, ainda que a maior parte da produção pesqueira seja destinada à comercialização.

Tinha vez que, por exemplo, nós chegava de noite, umas 10:00, 11:00 horas, quando fosse de manhãzinha já tava saindo de novo, era todo dia. A mamãe dizia assim: “meu filho, tu não cansa de trabalhar, não?, num vai hoje não, meu filho, num sei o que”, aí eu dizia assim: “mamãe, eu vou num é por causa do dinheiro não, eu vou é por que eu gosto, pra mim tanto faz eu fazer dinheiro, como não”. Eu pesco porque gosto. (João, 37 anos).

A baixa racionalização capitalista sobre a pesca pode ter ligação com a (falta de) estrutura adequada para a pesca local, uma vez que a fábrica de gelo local não está funcionando e as embarcações são de pequeno porte (canoas de até 09 metros de comprimento), à exceção de três barcos¹⁰⁵.

Eu não pesquei mais (não aumentou a produção) por que não tem mais gelo aqui, a fábrica fechou, tem mais de 15 anos ou mais. Tem que ir e voltar no mesmo dia, porque eu nunca gostei de pegar gelo fora. Em Luís Correia dei umas poucas viagens, chegava lá num tinha, tinha num sei quantos barcos na frente, era assim. Aí era obrigado vim embora [no mesmo dia], porque num ia preparado pra vim no outro dia. (Marcondes, 69 anos).

Assim, com baixa produção, praticamente todo o pescado é vendido na beira da praia, no trajeto entre a praia e as pesqueiras ou mesmo nas próprias pesqueiras, gerando poucas sobras para atravessar eliminando as interferências no preço, que segue precificado pelos pescadores a partir de cálculos objetivos, que envolvem a dificuldade e esforço de captura, os apetrechos utilizados, a espécie, o sabor, sexo, tamanho e peso do pescado, etc.

¹⁰⁴ Dentre os grupos de trabalho os quais tive contato, somente o grupo de Maurício possui certa racionalidade capitalista, mas nada que o faça pertencer inteiramente à pesca capitalista. Maurício exerce com muita vontade o seu trabalho, indo pescar diariamente, aproveitando o bom momento da pesca para quem ainda continua no labor com o mar, tendo em vista os poucos grupos de trabalho atuando atualmente.

¹⁰⁵ Apesar de haver três barcos na localidade, apenas um deles funciona e pesca regularmente, mas com alcance limitado em razão do motor que é pequeno para o tamanho da embarcação e também pelo estado de conservação do barco. Conforme João (37 anos), “aqui mesmo só tinha esse [barco] aí do papai, aí agora o cara já fez um, que é o cara alí da Colônia, e tem outro cara que comprou outro, então tem três. Só que aqui mesmo só é dois, só o do papai e esse daí do cara daqui, porque o outro de lá ele trabalha em Parnaíba, o barco trabalha pra lá, pesca pra lá. [As 11 canoas] é nesse porto daqui, mas no outro porto de cima tem também, é na Barra Grande também, é depois da [pousada] Manati, que é dos moradores lá da rua de cima, tem no rio também as canoas. Alí no rio tem mais canoas da associação do que dos pescadores (risos). Lá é os que faz passeio da associação deles, da BarraTur”.



Imagem fotográfica 35: Pescadores transportam a produção às pesqueiras. Boa parte do pescado é vendida no trajeto entre a praia e as pesqueiras. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.

A reivindicação da população nativa é, também, motivo para regulação do preço: *“às vezes têm pessoas que acham o peixe caro, aí a mamãe coloca uma placa: ‘ó, o quilo de bonito está a cinco reais’”*. (Sávio, 33 anos), indicando que no mercado de valores há indícios da lei de mercado, mas sem haver predomínio desta (rede) por aquela (valores). São atribuídos aos valores do pescado, ainda, os riscos e perigos existentes na pescaria. Ainda assim, os preços praticados são condizentes à realidade da renda da população nativa, sem mencionar os pescados doados às pessoas mais carentes e que naquele momento não dispõem de dinheiro.

À realização do trabalho pesqueiro é necessário, antes de qualquer coisa, coragem. Não é qualquer pessoa que se assujeita às condições encontradas no mar de fora, há milhas de distância do continente, numa embarcação pequena e sem os equipamentos mínimos de segurança, a não ser um simples aparelho de localização GPS, que num momento de aperreio serve senão para apontar o destino de retorno. Realizar a pesca artesanal requer coragem e vontade, haja vista as adversidades físicas, orgânicas e mentais que competem ao ofício pesqueiro. A coragem, sustenta Loureiro (1983), pode ser adquirida no passar dos anos, semelhante à superação do embebedar-se na pesca, que é suplantada na prática pesqueira.

A inexistência de coragem por parte de um pescador principiante não pode ser considerado um interdito a priori e sua bravura condição de ingresso na atividade, posto que a coragem em muitos casos decorre da prática

cotidiana após o ingresso no ofício e é desenvolvida pela articulação e conhecimento da natureza. (LOUREIRO, 1983, p. 59).

A coragem é muitas vezes conquistada pela ingestão de bebida alcoólica e o consumo de maconha, integrantes da rotina de ajudantes e de alguns tripulantes dos grupos de trabalho, porque “*como já tão lombradão, enfrentam mesmo [o mar], mas têm vez que eles aberam (desistem). [A maconha] dá coragem, dá coragem.*” (João, 37 anos). A maconha, apesar da proibição legal do Estado e da criminalização pela maior parte da sociedade, é utilizada regularmente e sem muita preocupação, tanto por pessoas nativas¹⁰⁶ quanto por turistas, principalmente na praia e no entorno da área que concentra o maior público turístico, próximo às pousadas.

O alcoolismo, nesse plano, em Barra Grande, tem sido forte componente à marginalização dos homens pescadores, atingindo também os jovens aspirantes a pescadores, mais vulneráveis ao consumo de substâncias ilícitas, como o crack. Em geral, é a partir do consumo de álcool sem limitação que a juventude dá início ao mundo da drogadição. Isso, certamente, traz consequências diretas à continuidade da atividade pesqueira, porque tanto os antigos pescadores quanto os jovens têm sido alvos fáceis, levando-os à situação de “ajudantes”.



Imagem fotográfica 36: Trabalho de limpeza das redes de pesca sendo realizado por ajudantes no Porto de Baixo. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.

¹⁰⁶ A composição dos usuários de maconha é feita por homens jovens, filhos e/ou de pescadores, além dos ajudantes.

O domínio do ofício pesqueiro é conquistado plenamente quando o pessoal da pesca consegue a “apropriação real dos meios de produção; o controle do como pescar e do que pescar, o controle da arte de pesca” (DIEGUES, 1983, p. 198). Tais elementos formam a verdadeira corporação do ofício pesqueiro. É mais do que um saber-fazer, é um “conhecer” que se forma no cotidiano de trabalho na pesca. Em razão disso, quando o pescador industrial possui ao seu alcance todo um aparato tecnológico para realização de sua função no barco industrial, este não terá a pesca como ofício, porque não utiliza (ou não possui) o completo domínio que se tem das técnicas de captura, do conhecer que é propriedade intelectual de quem pesca com arte, sendo um artista liberto do/no mar. As pessoas da pesca se fazem na arte do seu ofício, fato que as faz possuir noção própria de trabalho associada a uma cultura também específica.

Em decorrência da criação ou adaptação de técnicas, instrumentos, embarcações e conhecimentos ao meio natural que exploravam, os sujeitos históricos em questão fizeram emergir, ao longo do período de constituição de suas comunidades, uma noção de trabalho própria, ora situada nos marcos de uma cultura também específica. (SILVA, 1993, p. 4).

A habilidade e a arte de quem vive da pesca reside nos segredos do ofício pesqueiro, que consiste em guardar na memória os pontos de pesca mais favoráveis para o lance da rede, a localização dos cardumes, a orientação por objetos fixos na praia, etc., fatores que, associados, propiciam o sucesso na pescaria.

Só na experiência mesmo. A gente marcava os pontos em cima de um coqueiro, um cajueiro, numa coisa mais alta, numa serra, em cima numa duna... Corria por que você vai subindo [o mar] e vai se aproximando, e de lá marcava a duna. Vamos supor, “eu tenho uma duna tal, um cajueiro tal, eu vou correr com a ponta da serra ou o meio da serra em cima daquele ponto xis, aí corria e ele ia correndo e ele ia ver outro ponto lá, que é o afundador, que nem o Macapá... Rapaz, tá enxergando um pé lá em cima dum morro tal, ou um pé de manga, pronto, aí se balizava. Era a baliza cega, chamada. A baliza luminosa é que nem farol e farolete, “aqui você tá correndo pelo farol, sabe onde é e tal... Até ela não sumir aí é luminosa, porque tu tá vendo e tal”. É segredo, é segredo, é a experiência. (Ronaldo, 51 anos).

São muitos [pesqueiros]... Às vezes a gente passa o dia inteiro só num. Deixa eu te falar: a gente tinha uma marambaia, e a gente num vê o lugar, não. E num tinha isso aqui (GPS), mas todo dia a gente ia pescar lá. Só [conhecia o lugar] pelo saber mesmo. A gente marcava pela serra, na hora que ia chegando tinha um monte de peixe em cima d'água: sardinha, agulha... A gente dizia: “é aqui!”. Jogava o ferro (âncora) e ia pescar. (Diego, 35 anos).

A modernização da pesca com adoção de motor nas embarcações e o GPS possibilitou melhorias ao trabalho pesqueiro, porque se chega aos pesqueiros com maior rapidez e precisão. Apesar da pouca tecnologia empregada (motor e GPS), ela tem ajudado sobremaneira o trabalho na pesca, principalmente na marcação dos pesqueiros, que no passado era feita utilizando apenas a experiência do mestre¹⁰⁷.

Não, esse pesqueiro é mesmo na ideia, pesqueiro feito é a marambaia, que a gente monta. O GPS ajuda você a marcar os pontos, o sonar ajuda na profundidade e pra saber o [relevo do] terreno. O terreno é onde é pedra, alto e baixo. Ele (sonar) dá a profundidade. (Ronaldo, 51 anos).

O grosso do trabalho pesqueiro em Barra Grande, porém, continua sendo feito exclusivamente com base no conhecimento acumulado e nas artes de pesca confeccionadas (e adaptadas) por eles mesmos¹⁰⁸, denotando expressiva autonomia quanto ao seu trabalho e aos meios de produção.

Dessa monta, tem-se o personagem central que guarda os segredos e a simbologia da pesca, o qual, nas palavras de Ramalho (2006, p. 112), se a “pesca é arte e criação, o mestre é o seu maior artista, e seu cérebro diariamente lapidado pelo tempo da sua vida nas águas”. Chegar ao posto e ser mestre, porém, não é para todos. De acordo com Ramalho (2011, p. 333), existe pescador de habilidade extremada, um exímio artista do mar, contudo, é desprovido de “talentos sensitivos e abstratos”, inabilitando-o à mestrança.

Para o pescador Maurício, ser mestre requer “*saber trabalhar*”:

[A minha função] é só governar, colocar a rede pra [...], indo todo tempo acompanhando a rede com o motor ligado. E saber as marcação, porque pra trabalhar, não... Por exemplo, o cara ele quer ir pro mar, aí ele quer ir de mestre, que é o piloto, aí num adianta ele ir sem saber, tem que saber trabalhar (saber trabalhar, para Maurício, é saber as marcações, as posições, o saber-fazer pesqueiro). Tem toda uma ciência por trás disso. (Maurício, 32 anos).

A arte na pescaria instrui o pescador a conhecimentos náuticos e pesqueiros decorrentes de uma educação dos sentidos humanos. Com isso, afirma Ramalho (2011, p. 316-317), constituir-se enquanto pescador completo passa por “adquirir

¹⁰⁷ Na seção 3.3.2 discutimos melhor os aspectos da modernização da pesca em Barra Grande.

¹⁰⁸ Mesmo havendo redes, anzóis e demais apetrechos industrializados, há adaptação por todos os pescadores desses instrumentos de pesca, de modo que sejam adequados aos tipos de pescaria e espécies de peixe a serem capturados, porque da forma como são comprados não tem serventia.

consciência cada vez mais sofisticada do próprio corpo, de suas possibilidades de aprimoramento, de autocriação”, de modo a se tornar um exímio artesão do mar com sentidos bastante aguçados, quer seja “no tato, na visão, na destreza manual e no manejo do equilíbrio das pernas, na audição e, às vezes, no olfato” (RAMALHO, 2011, p. 339), possuindo um conhecer próprio, “constituído por um conjunto de ideias sobre o navegar, o movimento das marés, os tipos de fundo propícios à vida de certas espécies de pescado, noções empíricas sobre os hábitos dos diferentes peixes, etc.” (DIEGUES, 1983, p. 199), algo que só se aprende na ida à pesca e no ouvir atento aos mais velhos. Ser pescador completo é ser “pescador mesmo”, como se é conhecido o pescador mestre pelas pessoas da pesca em Barra Grande.

Uma basilar diferença advém duma espécie de ingrediente na arte da pesca, compondo a parte essencial do trabalho pesqueiro: o corpo. O uso correto do corpo é fundamental não apenas à apropriação do ofício de pescador, mas pode significar o início ou fim da pescaria, recurso pelo qual nenhum pescador deve abster-se, tão grande a sua utilidade na labuta cotidiana com o mar. A falta de ginga¹⁰⁹ do corpo na pesca pode impedir o exercício profissional das pessoas que querem ascender ao mar, fato que, segundo Ramalho (2011, p. 324), “obriga o deslocamento para outro trabalho”. Dessa maneira, ocorre certo tipo de “seleção” entre as pessoas da pesca pela não adaptação. Assim, quem não possuir a ginga própria para a pesca, tem que mudar de profissão.

Segundo Carlos, o tempo é encarregado de dar ginga ao corpo das pessoas aspirantes à pesca, “*aí depois ele vai se soltando*”, tornando-se aptas à pescaria:

Aí é com o tempo, o cara vai pegando as manhas, é tipo como aprender a andar de bicicleta, no início o cara é todo duro aí depois ele vai se soltando, até ele se soltar por completo. Tem uma ginga, tem o balançado. Aí de repente, nos primeiros dias o cara anda se segurando e tal, aí depois ele vai se soltando, vai pegando a manha do balanço da canoa, do barco. (Carlos, 34 anos).

O embriagar (ou embebedar) na pescaria é sinal de que o corpo não suporta o balanço do mar, sendo indicador corpóreo para a desistência da pesca. Trabalhar no mar requer adaptação progressiva do corpo, pois um considerável número dos atuais pescadores (pra não dizer todos) também se embriagou quando dos primeiros

¹⁰⁹ A falta de “ginga” refere-se a não adaptação orgânica do indivíduo ao mar, porque o balanço do mar pode provocar situações de enjoo, vômito, entre outras condições adversas à saúde do possível pescador (RAMALHO, 2011; LOUREIRO, 1983; MILLER, 1992).

contatos com o mar de fora. Mais ainda, há quem se aproveite dessa condição para justificar o desinteresse pela pesca, porque hoje já há mais possibilidades para a juventude, quando no pretérito só existia a agricultura e/ou a pesca.

Ele não quer [ser pescador] por que ele se embriaga, tu sabe que no mar a pessoa se embriaga, né? E ele se embebeda, ele já tentou, andou querendo, mas ele se embebeda. (João, 37 anos).

Não [segui com a pesca] porque era duro, eu me embriagava, num deu pra mim, não. Eu ia por necessidade. (Miguel, 30 anos).

O desafio maior é esse, é você se adaptar, é o enfrentamento das condições, é a adaptação. Se você for pegar aqui gente que nunca foi ao mar, se tu levar 10 pessoas eu acho que 09 vai se embriagar. E a embriaguez é tão ruim que dessas 09, umas 08 vão desistir. E aí, a maior dificuldade, o maior enfrentamento é esse, é a adaptação, é o mar. (Carlos, 34 anos).

O objeto de trabalho dessas pessoas da pesca continua sendo também o grande fator de limitação de quem tem que seguir com o ofício pesqueiro, mas não impossível. Estar e pertencer à pesca é saber lidar com as incertezas e dificuldades próprias do ato de pescar, é estar sujeito à sorte, mas é também saber contar com a autonomia que só o trabalho com arte pode garantir. Segundo Diegues (1983), ser da pesca é laborar em liberdade, porque o trabalho na pescaria é arte, inexistindo em outras atividades produtivas assalariadas (RAMALHO, 2011). Assim se faz o “conhecer” do “mundo do mar”, da “cultura marítima”, espaço aquático em que “a liberdade caminha junto com o conhecer adquirido ao longo de anos de experiência” (DIEGUES, 1983, p. 195), estando presente mais acentuado entre as pessoas mais velhas, guardiãs da sabedoria maior, a mestrança.

A mestrança é carregada pelos pescadores mais experientes, que realizam a leitura da pesca a partir de códigos culturais apreendidos no passar dos tempos, a partir de conhecimentos derivados de seus antepassados. Possuir a mestrança é ser dotado de educação sensitiva e corporal para realizar procedimentos cosmológicos que evidenciam o cotidiano na pesca marcado no saber-fazer próprio da atividade pesqueira artesanal.

Saber trabalhar na pescaria, então, é praticar com excelência e possuir com destreza a experiência e o conhecimento pesqueiros. A mestrança, pois, é garantia de se ter adquirido aquilo que poucas pessoas conseguem ter, tendo em vista ser a posição maior na arte da pescaria artesanal.

3.1.3 “*Eles querem saber que estão é ganhando dinheiro*”: tensões e conflitos na pesca e no turismo

O adiantamento do capitalismo sobre a pesca artesanal traz consequências variadas para as sociedades pesqueiras. São de grande monta os enfrentamentos de comunidades pesqueiras ao longo da costa brasileira sobre as atividades capitais que modificam as relações em torno da pesca artesanal.

A pesca industrial e o avanço do turismo figuram como duas entre as muitas preocupações pelas quais passam as pessoas da pesca. A primeira atividade atinge de modo direto o trabalho pesqueiro no mar de fora, sendo a predação do objeto de trabalho o grande desafio enfrentado por essas comunidades. A atividade do turismo é a responsável pela fragmentação social, econômica e cultural de uma comunidade pesqueira com maior êxito por possuir relativa capacidade de transformação tanto dos territórios aquático e terrestre, com alterações no modo de vida das pessoas nativas, acompanhando de forma marginal as mudanças impostas à sua localidade.

Diante disso, apesar da inexistência de barcos de pesca industrial em Barra Grande, os pescadores da localidade percebem os efeitos dessa atividade. Nesse sentido, João, Diego, Marcondes e Carlos descrevem a predação oriunda da pesca industrial e a utilização de artes de pesca proibidas por pescadores artesanais da própria localidade:

Eu sei que nós acha assim tão chato quando chega umas embarcação de fora e que vêm pescar aqui na frente. É complicado, porque uma embarcação dessa daí que passa 15 dias no mar, num é nada não, mas é duas toneladas, três toneladas de peixe que tira [do mar]. E aquilo alí tudo era pra gente. A gente num podia pegar tudo [de uma vez], mas só que o peixe era todo tempo aumentando. Mas, não! Aí chega um barco, dois, três, cinco, seis barcos, que nem a maré passada tinha sete, oito barcos aqui na frente, alí quantas toneladas de peixe num tira [do mar]. E num acontece nada, não (não há fiscalização do Ibama). (João, 37 anos).

Eu passei um tempo pescando pra Tutóia, no Maranhão... Eu nunca tinha visto sardinha na minha vida como eu vi num barco de Santa Catarina chegar lá... É desses barcoszão grande e tinha outro barcozinho dentro. Eles pescaram [inaudível]... E tinham dado só uma puxada e tinham pegado 16 mil quilos. Aí acabou! Os pescadores de lá botaram eles lá pra correr, rapaz! E alí (nos barcos de pesca industrial) pega é tudo mesmo, num passa nada. (Diego, 35 anos).

Era muito camurupim, rapaz! Quando nós começamos a pescar [camurupim] era demais, aí foi tempo que o Clodoaldo das Almas invadiu

com espinhel¹¹⁰, acaba, espanta... Eles botam um espinhel de 200 anzóis, pega cinco, seis peixe, e o tanto que vai embora, que rasga... [O espinhel] é tipo uma grozeirona, só anzolção doido, oh. É um impuzão assim, oh, doidão. (Marcondes, 69 anos).

Se for 100 anzol, 100 isca; 200 anzol, 200 isca (comentando sobre o espinhel). Aí fica lá, se passar algum [peixe], pega na hora. Aí a gente fica de três pescador, aí cada um bota duas linhas, seis linhas, aí quer comparar seis linhas pra 200 linhas que tem embaixo? Alí cada anzol é uma linha. Eles ficam lá esperando, eles despescam a noite. Aí eles despescam uma vez na noite, 10:00 horas, 11:00 horas eles vão e despescam, a noite todinha. Acabar vão e soltam de novo, aí puxa de novo de manhã. É de canoa, lá de Bitupitá, pessoal das Almas (comunidade de pescadores), cearenses. O pessoal bota logo é pra acabar, o pessoal de lá num tem paciência, não. (Carlos, 34 anos).

O espinhel é uma arte de pesca considerada predatória, seu uso é proibido e condenado pelas pessoas da pesca. Em meio a isso, quando Maurício comentou durante a entrevista sobre o uso de espinhel, este indagou se ainda estava sendo gravado, demonstrando preocupação por reconhecer o uso de uma arte de pesca proibida e que traz consequências para a pesca local.

Eu tenho espinhel, espinhel que é a grozeira (?) com bastante anzol. Tá gravando, né? O meu é cabo, é umas cordaszinhas assim de seda, aí o meu é, deixa eu ver, 550 metros. Aí 550 metros é 250 anzol. (Maurício, 32 anos).

Nas tensões internas, as pessoas da pesca são extensamente prejudicadas, pois reclamam sobre a atuação da pesca industrial como causadora da escassez do pescado, o que implica considerar mais tempo no mar para capturar uma quantidade suficiente de peixes que garanta a subsistência da família e o excedente para venda, no mínimo.

¹¹⁰ O espinhel é uma arte de pesca produzida pelos pescadores, que consiste em uma linha comprida de náilon que pode chegar a medir 500 metros. A cada duas braças (cerca de 2,5 metros) é feita uma emenda de um ramal com cerca de 2,5 metros de comprimento, fixando anzóis nas extremidades. Após concluído o espinhel, este possui de 200 ou 300 anzóis, e por isso é considerado predatório, pois fisga todo e qualquer tipo de peixe ou animal marinho, sobretudo aqueles que se arrastam pelo fundo do mar. O espinhel é deixado em repouso no fundo do mar, por períodos que variam conforme a pescaria, sendo visualizado a partir de boias. Assim, o espinhel é instalado enquanto se pratica outras pescarias, como a de rede. No final desta última, é a vez de despescar o espinhel.



Imagem fotográfica 37: Espinhel armazenado em uma caixa de isopor, pronto para ser levado ao mar. A imagem mostra a grande quantidade de anzóis (perfurando a parte superior da caixa de isopor), a linha e a corda usadas para confeccionar a armadilha. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.

De uma maneira ou de outra, vivenciar o modo de produção econômica da pesca artesanal com riscos e dependência à sorte - sem mencionar as dificuldades internas e os impactos causados pelos fatores internos e externos - faz com que muitas pessoas optem por seguir atividades distintas da pesca.

A gente sabe que [a pescaria] dá fraca hoje, mas amanhã pode melhorar. Se passar dois, três, quatro dias ruins, mas depois pode passar três, quatro dias bom. A gente já se adaptou com isso aí. Faz parte do serviço na pescaria. Vai passar uma semana todinha dando, vai passar outra semana sem dar. Se fosse todo o tempo dando, aí todo mundo ia querer ser pescador. (Carlos, 34 anos).

Antigamente nós botava um quilômetro de rede ou menos, e pegava o peixe quase o dobro. E hoje você bota isso no dia a dia, duas vezes. Aí você traz duas toneladas, traz uma, dependendo, às vezes não traz¹¹¹. Aí é isso aí. Aí vai, é a sorte. Vamos mudando de pesqueiro e tudo. (Ronaldo, 51 anos).

Às vezes eu faço uma coisa, faço outra, ganho um trocado e assim vai indo. Eu não espero apenas pela pesca dele (marido), não, porque a pesca dele é um trabalho que a gente não confia: hoje tem, amanhã não tem; hoje vai, dois, três, quatro dias não vai. E assim não dá para confiar. (Mariana, 42 anos).

Tem vez que você vai e você pega, tem vez que você vai e num traz nada. (Tião, 54 anos).

¹¹¹ Ronaldo faz referência à pescaria artesanal fomentada por armador de pesca, em que participa com certa frequência.

Tipo assim, por exemplo, se eu não pegar nada, aí eu já sei que hoje não deu, mas amanhã pode dar, outro dia pode dar. É uma coisa que faz parte. “Se a gente vai aqui hoje, a gente não pega nada, no outro dia não pega nada, pesca cinco, seis dias, mas no outro dia a gente já tira pelos dias que não pegou”. Por exemplo, se nós pesquemos quatro dia e não pega nada, aí nos cinco a gente pega, às vezes tira por esse quatro dia que a gente não pegou, é assim. No dia que eu não faço nada, eu faço cinquenta reais. Traz a comida de casa e ainda traz um dinheirinho. (Maurício, 32 anos).

Nesse relevo, por depender da sorte e da instabilidade inerentes à pescaria, muitas pessoas jovens e adultas optam pela proletarização nos equipamentos do turismo. Além disso, empreendem formas autônomas e associativas ligadas ao setor em questão, seja pela maior possibilidade de estabilidade econômica ou porque a pesca não é mais atrativa como foi nas gerações anteriores¹¹², por várias razões, inclusive pela valorização social de pescador.

Mais ainda, reside sobre a pesca artesanal preocupação latente acerca do seguro defeso¹¹³. Segundo as pessoas informantes, mais de duas mil pessoas estão filiadas à Colônia de Pescadores Z-6, localizada na própria localidade. Desse total especulado, menos de dez por cento dessas pessoas verdadeiramente trabalham na pesca artesanal, causando insatisfação nos “pescadores mesmo”, os quais se veem prejudicados.

Aqui, sobre, por exemplo o seguro [defeso], eu e Elza tiramos o seguro, aí depois que ela começou a assinar a carteira [de trabalho], o seguro já foi cortado. Só que aqui tem muitos deles que trabalham assalariado, mas num querem assinar a carteira pra poder não perder o seguro no final do ano. Eles trabalham nas pousadas. Uma coisa dessas eu acho errado, nera pra ser assim, não. Se saiu da pesca, tem que sair, alí né pra receber mais nada de [seguro defeso]. Mas como pagam a Colônia, aí têm direito a receber. É complicado. A Elza, não. A Elza ela trabalhou um ano sem ser de carteira assinada, aí foi e exigiram lá pra assinar, aí ela até me perguntou, aí eu: “rapaz, assina logo, porque esse seguro aí ninguém num sabe se vai continuar ou se vai parar algum dia”. Porque pararam mesmo, um ano foi cortado, tem um ano que nós num recebemos não (ano de 2015), tá na justiça, dizem que vai sair. Quem se prejudica é o pescador mesmo, num é isso? Quem fica com raiva é nós que pesca todo dia, e os que é de dentro da Colônia num tão nem aí, não, porque é entrando dinheiro na Colônia, entrando, entrando... Tão nem aí, não. Tão sabendo que tá entrando dinheiro e recebe o seguro todo ano. Todos eles botam [o pagamento em dia], que é pra poder receber [o seguro]. É dinheiro mesmo. Num tem 200 pescador não que tá alí, na ativa, na pesca. (João, 37 anos).

¹¹² Nas seções 3.4.1 e 3.4.2 tratamos melhor sobre o tema.

¹¹³ O SDPA trata-se de uma assistência financeira temporária concedida a pescadores artesanais, que, durante o período de defeso, são obrigados a parar as atividades em função da preservação das espécies de pescado. Para ter direito ao seguro defeso, é necessário comprovar o exercício da pesca de forma ininterrupta, podendo ser sozinho ou em regime familiar. É preciso, ainda, estar com cadastro ativo no RGP há pelo menos um ano, como pescador profissional artesanal (INSS, 2018).

Tá diminuindo porque falta pessoas pra incentivar, porque aí a gente vai ficando mais velho e cadê os outros? O cara tem uma carteira de pesca e num influi, num vai pescar nem nada, só pra dizer que é pescador [e receber o seguro]. Aí cria o nome pescaria em cima do pescador, do cara que é nativo mesmo, o cara que é formado em pesca. Num tem nem 50 [pescadores na ativa em Barra Grande]. É dois mil [filiados], mas pega (abrangendo) Barra Grande, Cajueiro e essa região aqui todinha. Só quem se dá bem é o presidente [da Colônia], que pega o dinheirão de todo mundo aí, e num faz porra nenhuma. É rio, água doce, maré, lago, lagoa... (Ronaldo, 51 anos).

É uma coisa que quando está errada a gente tem que falar, né não? E outra coisa, no dia que vier fiscalização quem vai pagar o pato é o próprio pescador mesmo, é a gente, viu? Esses outros que não são pescadores e que estão só recebendo, num estão nem aí. Do jeito que está, se eles quiserem fazer um documento desse cachorro pra ele receber, ele recebe. Está muito fácil! (Diego, 35 anos).

Vai se acabar a pesca, mas o seguro num se acaba, não (risos). É muito pouco pescador pra ir pro mar, mas pro seguro tem demais. (Marcondes, 69 anos).

Para Marcondes, a pesca em Barra Grande chegará ao fim, mas as pessoas para receber o seguro defeso, não. São centenas de “pescadores fantasmas” que sacam o recurso anualmente, com a complacência da entidade que deveria regular a pesca artesanal local.

A atividade do turismo e as políticas públicas nas áreas da assistência social, saúde e educação, há cerca de duas décadas ditam o ritmo da economia local, embora a primeira figure com a principal transformadora da natureza social, espacial e cultural. Nesse horizonte, o modo de vida das sociedades modernas foi ligeiramente imposto às pessoas nativas. Nisso, a ampla oferta de emprego retirou muita gente nativa da pesca. Entre seus efeitos, tem destaque o aumento do preço dos produtos básicos, que figura como um grande desafio para a população nativa, que não dispõe do mesmo poder de compra dos turistas, uma vez que no comércio vigora o “preço de turista”.

Agora o lado ruim também é que os comércios aqui é preço de turismo, e eles, na temporada, porque aqui existe a baixa e a alta temporada, os preços são os mesmos, e a gente que mora aqui é que sofre com esses valores, né? A gente vai no comércio ali e “vap!”. É o triplo do valor que é cobrado em Parnaíba e em outros lugares. Aí esse preço permanece, ele é o preço de turista e a gente que mora aqui... (Basílio¹¹⁴, 23 anos).

¹¹⁴ Basílio é o filho caçula do casal Marcondes e Manoela, com apenas 23 anos. Assim como o irmão Sávio, Basílio também se embebedou quando tentou a pesca. Basílio teve sua infância acrescida da Internet no seu cotidiano, assim como por um cenário diferente do vivenciado pelos outros irmãos, em que a escola já era mais presente e as políticas públicas mais eficazes no meio rural, como o PBF. Entre irmãos e a irmã que residem na localidade, Basílio foi o único que foi mais longe nos estudos,

Aumentou, muita coisa na Barra Grande está um absurdo de caro. Muita gente fala que é por causa do turismo, né? Por isso que eles (comerciantes) aumentam tudo, e aí... (Mariana, 42 anos).

Rapaz, as coisas agora aqui aumentaram, viu? É tudo, tudo, tudo [muito caro]. (Diego, 35 anos).

Nessa situação, comerciantes reclamam das baixas vendas na maior parte do ano. Questionados sobre se o preço tinha como objetivo a realidade da renda das pessoas nativas, estes informavam que o comércio funcionava para pessoas de fora (turistas), não compensando baixar o preço para atender a população nativa.

Mais ainda, o turismo ainda apresenta outras complicações à vida de quem pesca, mas essa guarda íntima relação com a própria prática do turismo e da pesca. O problema mais expressivo do turismo de forma direta sobre a pesca artesanal, no estágio atual da exploração turística, reside sobre a prática do *kitesurf*. O esporte é responsável, segundo as pessoas da pesca, por espantar os peixes da praia, local onde mulheres, homens e pescadores de rio¹¹⁵ realizam um tipo de pescaria simples (pesca de praia), destinada para o consumo doméstico.

Rapaz, aqui pra nós, pra gente (falando baixinho, em forma de segredo)... Mais é sobre esse negócio desses kite, porque pra eles que têm pousadas (donos de pousadas), eles querem saber que estão é ganhando dinheiro. Já para nós que somos pescadores, eles espantaram muito peixe aí de perto [da praia], o movimento [dos kite] acaba afastando [os peixes da praia]. O rio [Camboas] é local de desova. A maioria desses gringos vem só para andar lá... Era pra Colônia proibir, mas a Colônia num tá nem aí, o cara (presidente) da Colônia num tá nem aí... (Diego, 35 anos).

O Diego não pesca aqui onde os kites ficam, a pescaria dele é mais longe, mais distante... Ele pescava aqui às vezes quando era sauna, esse peixezinho ele dava muito aqui. Depois dos kites os meninos não pescam esses peixes aqui, agora é lá para acolá (apontando para o mar de fora). (Mariana, 42 anos).

Rapaz, aqui mesmo, aqui na nossa beira de praia, antigamente a gente queria pegar um peixe, num queria ir pra fora (mar aberto), a gente pegava

terminando apenas o ensino médio. Trabalha com o irmão Sávio em sua barraca na praia, alugando pranchas de *stand-up padle* (tipo de esporte em que se pratica remando em pé sobre uma prancha maior e mais larga que uma prancha de *surf*) e algumas vezes trabalha de garçom, a depender do movimento de turistas na barraca. Enquanto a pesquisa de campo era realizada, Basílio abriu um pequeno espetinho, mas com atenção somente ao público de turistas, com preços elevados e abrindo somente de quinta a domingo. Assim como o irmão João, Basílio utiliza vestimenta que segue a moda urbana, com camisetas, bermudas e bonés de marcas famosas. O corte de cabelo é feito com base em artistas da televisão, como ele mesmo citou. Assim como o irmão Sávio, Basílio também é solteiro e não tem filhos.

¹¹⁵ Apesar de se identificarem como pescadores de rio, estes pescam também na praia, fazendo uma pequena pesca simples. A maior parte são pescadores que se embriagam no mar, sendo a pescaria de rio apta a receber as pessoas excluídas da pesca marítima.

uma redinha e botava aí na frente, nós pegava era de 10 quilos de peixes, de tainha. Hoje em dia se pegar um quilo, dois quilos é muito. Eu acho que é por causa dos kites, a movimentação atrapalha, é muito trânsito de turistas [nos kites], aí isso assusta o peixe. (Miguel, 30 anos).

Mudou pro pequeno pescador. Nesse tempo agora (de fortes ventos), nessa temporada agora daqui até dezembro, pro pequeno produtor aqui mudou porque o peixe de perto aqui [da praia] eles não pegam, por causa dos kites e tudo, aquela parada toda. Aí mudou. Antigamente você pegava tainha bem aí assim, hoje não pega mais por causa do bate-bate dos kites. [Os peixes] só encostam a noite, aí de dia não pode pescar. Aí quer dizer que o turismo só vai dar pras pousadas, pros restaurantes, mas aqui pra nós, não. (Ronaldo, 51 anos).

Para quem tem o labor no mar, há a possibilidade de pescar no mar de fora, local onde a prática do *kitesurf* não atrapalha, mas quem pesca na praia e/ou no rio os efeitos negativos do esporte são inevitáveis, porque “*atrapalha muito*”:

Pra gente que pesca aqui no mar [de fora], o turismo quase não afeta. O turismo aí, se você for partir mesmo pra água, tem só o kite, o turismo não tem como atrapalhar nada lá no mar [de fora], só o kite mesmo. Agora no rio, como a pesca é calma, o peixe é a tainha, peixe assim que é bastante espantado, se ele ver qualquer movimentozinho ele já vai fugindo, ele (o kite) atrapalha muito, quando eles andam lá no rio, mais pra quem pesca no rio. Eu, particularmente, dificilmente eu pesco no rio; no mar [de fora] não atrapalha em nada, não. (Carlos, 34 anos).

Praticado na praia, o *kitesurf* é considerado pelas pessoas da pesca como responsável por afastar os peixes e o pescador da praia, levando o segundo para pescar no mar de fora. A prática marcou, profundamente, a pequena pesca realizada por mulheres, tirando-as da praia e direcionando-as para o trabalho nas pousadas, onde atendem os mesmos praticantes do esporte que as retirou da pesca.

Rapaz, vou te falar aqui, tipo assim, os kite no começo todo mundo queria proibir, porque espantava isso, espantava aquilo. Só que agora, através desses kites, muita mãe de família daqui trabalha nessas pousadas, a maioria toda aqui trabalha. A maioria é mulher, tem homem também, mas a grande parte é mulher. Então, por causa desses kites começou, vieram os turistas de fora, e está aí: pousada para todos os lados. (João, 37 anos).

Este cenário, para quem pesca, significou mais trabalho, porque a pesca na praia foi inviabilizada, tendo que se aventurar em pescarias mais distantes e com maiores riscos; para a mulher significou a independência financeira, reorientando papéis dentro da família com a participação no sustento do grupo doméstico, além da redistribuição de poder, antes concentrado no marido.

Para quem é nativo e dispõe de interesse capital por possuir equipamentos turísticos¹¹⁶, no entanto, o *kitesurf* não é apenas um esporte praticado por turistas de determinada classe social. O esporte, nestes moldes, condiciona larga oportunidade de mudança de vida para o jovem que opta pelo esporte¹¹⁷, além de garantir, ainda, a multiplicação da renda na localidade a partir da economia do turismo, porque com o *kitesurf* “dá mais serviço pras pessoas”:

Atrapalha não, até porque... O pessoal diz que o kite atrapalha os peixes aqui na beira mar, as tainhas. Mas, não. O pessoal pesca mais em alto mar, o kite num vai pra alto mar, só é aqui mesmo. Então faz é ajudar vim mais turistas pra gente, no caso que eu tenho casa de aluguel e tenho chalé, faz é ajudar mais a gente, dá mais serviço pras pessoas. (Fernando, 38 anos).

Ademais, outra situação conflituosa reside sobre a pesca e o turismo – ou sobre as pessoas da pesca, que reclamam lugares para si, seja tanto para pesca ou mesmo para convívio social, enquanto que turistas querem os lugares preservados, o que necessariamente vai de encontro às perspectivas das pessoas nativas, porque “eles (turistas) querem ter a área preservada e a gente (pescadores) num pode tá naquela área que a gente tá”, aponta Ronaldo (51 anos).

Mais ainda, capitalistas do turismo pressionam a classe política para manter inalterada a infraestrutura local no que se refere à pavimentação das ruas, criando um cenário idílico para atração turística (SILVA, 2004). No período chuvoso, as ruas de areia pisada¹¹⁸ se transformam em extensos lamaçais, enquanto nos meses de sol forte predomina a poeira, causando insatisfação por parte das pessoas nativas, que preferem pavimentação poliédrica ou mesmo a tradicional rua de areia da praia, a qual foi gradualmente substituída pelo piso atual de piçarra.

[...] se não fosse os turistas já tinham passado calçamento. O calçamento é melhor, porque não teria poeira, num teria lama, mas os empresários acham que é mais ruim pra eles, porque os gringos quando chegam querem andar é descalço, no calçamento não [tem como]. É sério (risos). Se tu ver os gringos aí, de 100 gringos aí, 10 andam de chinela, o resto tudo é descalço.

¹¹⁶ Fernando é funcionário público e possui equipamentos turísticos e um comércio, além de realizar a pesca de praia. Assim, a lógica capital está mais presente para ele do que a outros pescadores.

¹¹⁷ Para mais informações, ver seção 3.4.3.

¹¹⁸ A pavimentação das ruas com “areia pisada” é feita com a colocação de piçarra e em seguida o seu nivelamento e compactação por máquinas patolas. Inicialmente, esse tipo de pavimentação vem a atender representantes de equipamentos turísticos, porque a antiga cobertura das ruas de areia da praia impossibilitava o trânsito de veículos que se dirigia às pousadas, principalmente.

Aqui já tinha o projeto pra passar calçamento, mas eles (empresários) vetaram. (Miguel, 30 anos).

Tu acredita que esse pessoal “mais ou menos”, que a gente chama de classe mais alta, eles querem um lugar mais simples, entendeu? Nós, que somos moradores daqui, nós queríamos que passasse calçamento nessas ruas aqui, mas eles [proprietários de pousadas] num querem. Querem, não! Querem que fique é assim simples mesmo. (João, 37 anos).

O turismo faz com que continue assim (sem pavimentação), por causa dos influentes lá, os grandes empresários: “o fulano tem uma casa bem ali e num quer que passe calçamento, quer que seja areia e esse tipo de coisa”. (Carlos, 34 anos).



Imagem fotográfica 38: Máquina patrula nivelando uma rua aberta ao lado da praia com piçarra. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.



Imagem fotográfica 39: Diferença do terreno de areia da praia e areia pisada pode ser conferida pela tonalidade do primeiro tipo de areia acima esbranquiçado, enquanto a areia de baixo é avermelhada. Ao fundo da imagem tem-se o mar. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.



Imagem fotográfica 40: Quando chove a água fica empossada no local onde foi colocada a piçarra compactada (areia pisada). José Maria Alves da Cunha, janeiro de 2018.



Imagem fotográfica 41: Poça de lama resultado de chuvas ocorridas há mais de 48 horas - Rua das Pousadas. José Maria Alves da Cunha, janeiro de 2018.

Ainda sobre o turismo, a venda de terrenos intensificou-se no momento em que a atividade moderna dava sinais de crescimento, a partir dos anos 2000. Desde então, praticamente todo o espaço da orla foi vendido, servindo à construção de pousadas, situação que culmina em especulação imobiliária. Nisso, algumas poucas

peessoas nativas controlaram a demarcação e venda dos terrenos, cercando à revelia “terras atrasadas”¹¹⁹, com as quais lucraram muito dinheiro.

Mas tem caboco hoje que tá gordo (rico) só de [vender] terreno, tá gordo o Pescada, viu? Até há pouco vendeu um [terreno] por 500 mil reais, acolá pra riba tem... [...] Aqui era limpo, sem ter dono, aí quando começou a aparecer comprador aí todo mundo começou a fazer cerca. Metia um pau aqui, outro acolá e pronto. Tipo uma invasão, sabe? [Era gente] só do lugar (nativos), só do lugar, de fora num chegava, não, porque a negrada botava pra correr. Terreno tudo atrasado (sem registro no cartório), que num tinha documento. Quem invadia ganhava o pedaço de terra, aí tu botava uma estaca aqui, outra aqui, outra acolá, outra acolá e aquele [pedaço de terra] é teu, já. (Marcondes, 69 anos).

A maioria das vendas desses terrenos era assim: antigamente uma mulher comprava na orla de praia dessa 50 x 50 metros, ela via a orla livre e cercava 200 x 200 metros. Quem que ia impatar (impedir)? Quem que ia dizer que não era pra ela cercar isso? Tinha dono, os nativos eram os donos... Mas e pra dizer: “quem é o dono?”, dos pescadores, “quem é o dono?” Num tem dizendo assim: “olha, fulano é o dono”. Aí, quem que ia arrumar confusão? O cara vivia só pra pesca, aí chegava um empresário desse daí e cercava... la fazer o que? la atrás de que? De advogado? Aonde? (Miguel, 30 anos).

Venderam [terrenos] por uma mixaria, vendiam um pedacinho... Quando não tinha União¹²⁰, nem nada, cada qual comprava um pedacin, baratin na época, e tomaram aquilo alí tudinho. Fazia um pedaço. (Manoela, 65 anos).

Aqui já tão vendendo é a mata todinha aí pra dentro, porque aqui num tem mais aonde acolher ninguém. (Tião, 54 anos).

A venda de terrenos próximos à praia dificultou o acesso de homens e de mulheres da pesca a seus locais de trabalho na praia. Com a construção de muros e cercas, chegar à praia ficou mais dispendioso, pois restaram poucos caminhos para se chegar ao mar, evidenciando certa “privatização da praia”.

O meu caminho era aqui (apontando para um acesso à praia cercado pela construção de um imóvel), bem desse portão de lá, lá pra praia, nós furava aí, passava aí. Hoje, quem é que vai passar aí? Você vê uma grande casa que tem aí dum rapaz lá de Teresina que é o Wilson Martins (ex-governador do Piauí). Então, o nosso caminho era aí, tudo caído, tudo caído... Hoje, não. Hoje já tem uma mansão, uma casa muito boa. (Tião, 54 anos).

¹¹⁹ São as terras que não possuem registro de imóveis e escritura no cartório.

¹²⁰ Manoela faz referência à SPU.



Imagem fotográfica 42: Construções de equipamentos do turismo ao longo da praia, demonstrando a privatização da praia. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.

À medida que se vendia terrenos, a população nativa era forçada a explorar novas áreas, cada vez mais distantes da praia, criando um novo lugar. Ausente de qualquer tipo de infraestrutura - à exceção das ligações clandestinas de energia com postes feitos de madeira, e a água encanada -, esse novo lugar possui dois nomes: Nova Barra Grande e (ou) Favela.

Mudou bastante aqui. Praticamente, agora, que o povo está dizendo “a Nova Barra Grande”, que é pra lá, lá onde abriram os terrenos pra ali. Lá estão chamando de Nova Barra Grande, porque lá ainda é rua de terra, num tem essas coisas que tem por esses lados. Ainda é bem pacata. Na Nova Barra Grande, as ruas que abriram são bem pacatas. O pessoal que morava pra cá (na região onde ela mora) vendeu os terrenos, a maioria foi vendida os terrenos. O pessoal tinha terreno pra lá (na Nova Barra Grande) e construíram as casas, agora estão morando pra lá. A maioria das pessoas que moram aqui, na Barra Grande, muitas delas venderam seus terrenos, suas casas e construíram pra lá. Aí foram abrindo os matos, foram abrindo ruas, aí por isso que chamam a Nova Barra Grande. (Diana, 24 anos).

Por força do capital, muitas das pessoas nativas deixaram os seus lugares de história para se aventurarem por terras em meio ao mato, dispondo apenas do parco recurso oriundo da venda dos terrenos ou das próprias residências, tendo que iniciar tudo do zero: “aqui tem muita gente na Barra Grande que tinha muito terreno, hoje em dia só tem o lugar da casa, vendeu tudo”, afirma Joana (48 anos).



Figura 07: Divisão espacial da localidade Barra Grande, com destaque para o crescimento territorial distante da praia com a Favela e a Nova Barra Grande. Edição: José Maria Alves da Cunha. Fonte: Google Maps.

É interessante perceber que a venda das terras significou muito para quem comprou, mas pouco para quem vendeu. Por isso, grande parte dessas pessoas que se desfez de seus imóveis não auferiu lucro algum, pois gastaram praticamente todo o dinheiro na construção de suas novas casas, na Nova Barra Grande ou na Favela.

A ausência de estudos sobre capacidade de carga impacta comunidades pesqueiras que vivenciam o turismo. Com o aumento do fluxo de pessoas, quedas contínuas de energia elétrica são comuns, podendo durar dias de interrupção no fornecimento. Isto acontece porque a rede elétrica é antiga e o acréscimo de turistas culmina em sobrecarga no consumo de energia, ocasionando o desligamento do sistema. Dessa maneira, as pessoas nativas sentem, com relativa frequência, efeitos negativos desta problemática, acumulando perdas de alimentos por inexistência de refrigeração. Tudo isso ocorre com regularidade na localidade Barra Grande, tendo sido acentuado nos últimos cinco/dez anos quando da consolidação de forma mais hegemônica da estrutura dos equipamentos do turismo, que não foi acompanhada de investimentos público e/ou privado em infraestrutura energética que pudesse suprir o aumento da demanda, o que transformou rapidamente o lugar e promoveu alterações na dinâmica do trabalho pesqueiro, tanto interno como externo. Por isso é que *“a Barra Grande de hoje está muito mudada. Aqui na Barra Grande está uma loucura!”*, denuncia Mariana (42 anos).

Ademais, as transformações competem para o fim da pesca, a exemplo do que vem ocorrendo há cerca de duas décadas pelo avanço da atividade do turismo, bem como pelas transformações decorrentes da própria sociedade. Atualmente, vê-se de maneira residual a pesca em Barra Grande, que conta com cerca de quinze pequenas embarcações e pouco mais de vinte pessoas no trabalho diário, indicando grandes baixas no corpo de pescadores ativos na pesca. As mulheres, por sua vez, desfizeram-se sobremaneira da praia e dos outros ambientes em que pescavam. As filhas e os filhos das famílias pesqueiras, por assim dizer, só conhecem a praia como espaço de lazer, assim como o mangue e o rio. Assim, o mar e os demais ambientes naturais de trabalho deslocaram o sentido para lazer, enquanto a casa passou a ser espaço de trabalho para muitas pessoas que vivenciam a pesca, além de membros das famílias, que exercem também atividades extraordinárias à pesca.

A seção seguinte traz aspectos em torno da família, com associação à pesca e ao turismo enquanto fator de mudanças internas à organização interna familiar, assim como às reorientações pelas quais passaram membros dessas famílias, que agora arregimentam novos sentidos em meio aos ditames da vida moderna.

3.2 Família, pesca e turismo em Barra Grande

Como vimos na seção anterior, as transformações afetam o modo de vida da população nativa que vive na/da pesca artesanal e que nas últimas duas décadas presencia mudanças na rotina do trabalho pesqueiro artesanal por consequência da imposição da vida moderna trazida pelo turismo.

Esta seção versa sobre a participação de membros das famílias pesqueiras de Barra Grande acerca das estratégias usadas para reprodução sociofamiliar diante da vida moderna trazida pelo turismo, com atenção às formas de articulação para a vivência em meio às transformações que lhe foram impostas.

Assim, são tomadas como fundo de análise os papéis de homens, mulheres e da prole no que se refere ao trabalho interno e externo à família, além do convívio e articulação com o mercado capitalista dinamizado pelo turismo.

3.2.1 “Cada um agora tem uma tarefa pra fazer”: articulação e estratégia de membros de famílias pesqueiras na modernidade do turismo

Para pensar as famílias pesqueiras de Barra Grande devemos ter em mente o modelo tradicional patriarcal de família com a liderança centralizada no homem-pai, assim como as modernas dinâmicas de famílias conjugais, que se multiplicam por entre o antigo e o moderno da localidade.

O modelo dinâmico de família conjugal surge no seio da industrialização e urbanização da sociedade, razão pela qual a localidade Barra Grande experimenta com mais rapidez as mudanças no interior das antigas famílias pesqueiras. Nisso, a mulher foi quem mais acumulou transformações de várias naturezas, sobretudo pela autonomia e independência financeira conquistada, condição primeira para busca e livramento da insubordinação aos maridos, antes chefes absolutos das famílias.

Em meio às mudanças oriundas do turismo, o acesso ao emprego formal fez com que o trabalho familiar direcionado à produção pesqueira sofresse alterações. Nesse horizonte, membros do grupo doméstico (principalmente mulheres) cumprem jornadas de trabalho regulares em empresas do turismo, as quais são incompatíveis com o trabalho na pesca. Com isso, a maior parte do trabalho destinado ao grupo doméstico na pesca é assumida quase que exclusivamente pelo próprio pescador, sendo ele quase sempre o único representante na atividade:

É difícil [eu trabalhar na pesca], mas às vezes, sim. Não é toda vez, vamos dizer assim “frequentemente, ele chegou eu vou e faço”. Não, mas de vez em quando, sim. E logo pelo meu horário [de trabalho]. Quando eu chego às vezes ele (pai) já tem chegado, a mãe já tem limpado [o peixe] e já tá guardado. Muitas vezes ele já traz o peixe no ponto, todo consertado. Às vezes [ele vende], sim, quando dá pra vender, ele vende. O que sobra fica pro consumo familiar mesmo. (Diana, 24 anos).

Agora ela (esposa) não está fazendo [a pesca], porque agora ela está de carteira assinada na pousada. Ela trabalha de 07:00 às 13:00 e de 14:00 às 17:00, sabe? Antigamente ela trabalhava, ela sempre ia também quando nós íamos pescar no rio, aqui também (no mar), mas era mais difícil, porque no mar é mais complicado, porque enjoa, mas às vezes ela ia. (João, 37 anos).

Como vimos, a reunião do grupo doméstico para as lidas na pesca não mais existe como no passado, tornando residual a participação de membros da família na atividade pesqueira. O trabalho assalariado de membros das famílias provoca a ruptura da organização da pesca. Como consequência, percebe-se que é a condição

precarizada do trabalho nos equipamentos do turismo que inviabiliza as estratégias familiares de reprodução da atividade tradicional na pesca.

Tá com uns quinze dias que a gente foi pra uma praia e a gente acabou pegando tanto marisco, em Camocim. Sei [fazer a pesca do marisco]. É a mesma coisa da tarioba, o sururu que é dentro da lama, dentro do mangue. É o que chamam de “sururu de dedo”, porque coisa (mete) o dedo e puxa, só que hoje em dia o pessoal num usa mais o dedo, leva uma faquinha, um pedaço de ferro, porque corta muito os dedos. Tipo assim, hoje não tá tão [frequente] como antes. Antes iam umas duas, três vezes na semana, agora tá meio difícil. Principalmente porque hoje em dia muitos dos filhos trabalham, aí tem aquela tarefa de ficar com os netos. Vai quando a filha tá de folga agora, é assim. Cada um agora tem uma tarefa pra fazer. (Diana, 24 anos).

A pesca artesanal necessita de força de trabalho a sua realização. Com isso, em muitos casos, grupos de trabalho são formados para dar conta das atribuições do labor da pesca no mar, assim como na terra, antes e depois do exercício diário pesqueiro. Nesse âmbito, a parceria entre pessoas são feitas para cumprir as várias demandas da pesca. Para quem pesca em Barra Grande, a parceria possui sentido distinto ao da parceria exercida na pesca paraense: “[...] a gente num pode ir só uma canoa, e convida uma parceria pra ir, outra canoa pra ir junto. Ele (Elivelton, tio) quer ir mais nós [pra pescar no mar de fora], de parceria, em outra canoa”, explica João (37 anos). Enquanto a parceria na pescaria paraense se dá pela união de pessoas para a formação de grupos de pesca e a utilização compartilhada da embarcação (LOUREIRO, 1983), em Barra Grande a parceria é destacada para acompanhar uma embarcação principal, de maneira que pesquem no mesmo pesqueiro, mas não na mesma embarcação. Percebi que esse fato acontece pela justificativa do risco e do pequeno número de embarcações para socorro em caso de acidentes.

Os requisitos para composição dos grupos de trabalho seguem orientação racional, embora a prioridade seja para um parente próximo. Mormente o avanço da racionalização capitalista sobre a pesca artesanal, a admissão de pessoas para esse fim seguem parâmetros de responsabilidade para com o trabalho e o mérito, diminuindo a possibilidade de um parente integrar novas tripulações.

Das poucas embarcações na praia, somente o barco de Marcondes e João possui tripulação inteiramente familiar (até o mês de março de 2017, o grupo tinha contava com a participação de Diogo, neto de Marcondes e sobrinho de João – eram três gerações de pescadores num único grupo). Os demais grupos são compostos, em geral, por dois parentes (sendo um mestre) e outro não parente, como Maurício

(mestre) que pesca com o irmão e mais um tripulante sem vínculo familiar. O grupo de Tião (mestre) é composto por Carlos (enteado) e Paulo, da vizinhança.



Imagem fotográfica 43: Tripulante de grupo de trabalho realizando uma etapa pós-pescaria. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.



Imagem fotográfica 44: Grupo de trabalhando se preparando para iniciar mais uma pescaria, nas primeiras horas da manhã. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.

É nesse rumo que projetos individuais racionalizantes se fazem presente e deslocam identidades (VELHO, 1999), reconfigurando nuances do trabalho familiar, porque “*aqueles filho de pescador mais novo num quer [pescar], num querem não*”

(Tião, 54 anos), pois estão estudando com o objetivo de “se formar, ganhar o próprio dinheiro dela, ter o próprio trabalho dela” (Mariana, 42 anos), pois completa Mariana, “hoje em dia com esse turismo cada qual tem seu emprego”, situação que marginaliza ou exclui a pesca do cotidiano da população nativa.

Através disso é que a família se modifica para dar conta das exigências individuais, não somente para “garantir a autonomia dos sujeitos, mas para produzir indivíduos submetidos às exigências modernas de independência e realização pessoal” (COSTA, 2009, p. 361). Por consequência, caminham rumo à inventiva do turismo, alterando a organização tradicional da família no trabalho pesqueiro.

Nessa maré de projetos individuais com aporte racional capitalista, filhas e filhos oriundos de famílias pesqueiras encontram no turismo um potencial “campo de possibilidades” para iniciar negócios (VELHO, 1999)¹²¹. Foi assim que Basílio iniciou as atividades de seu espetinho¹²², conciliando com o trabalho que exerce na barraca de seu irmão, Sávio. Esse último, inclusive, está ampliando seus negócios, prevendo um futuro promissor: “*não, não pesco. Trabalho mesmo aqui (na barraca da praia) e tenho um chalé que alugo, mas mais em alta temporada, quando tem mais gente. Tenho os dois negócios, aqui e lá*” (Sávio, 33 anos).

Impulsionados pelo aporte do turismo é que os projetos individuais surgem, gestados no vislumbre de auferir maiores lucros ou de simplesmente possuírem uma renda que lhe possibilite consumir o que está na moda, por exemplo, pelo acesso e compartilhamento dos gostos de turistas, principal vitrine para olhares diversos.

Aqui, queira sim ou queira não, o contraste da cidade está mudando, né? Antes a gente pegava qualquer roupa e saía, e hoje ninguém quer usar mais qualquer roupa, porque a gente vai ali em cima (na Rua das Pousadas) e a galera tá usando tudo roupa bacana e a gente acaba vendo (ficando com vontade de usar). Todo mundo passa aí de carro massa e a gente fica ligado: “ah, o carro é massa e tal”, e a galera: “eu vou comprar um desses aí”. (Basílio, 23 anos).

A lógica do turismo é o lucro capitalista. Nesse caminho, a racionalização do mercado em rede está em oposição ao mercado de valores simbólicos e afetivos que marca a pesca artesanal. As pessoas que não seguiram a pesca e partiram para

¹²¹ Sobre campo de possibilidades e projetos de vida, ver seção 3.4.2.

¹²² Basílio deu início a um pequeno negócio de venda de churrasquinho. O público-alvo buscado pelo estabelecimento é o turista doméstico e internacional (excluindo o excursionista), em razão da prática de preços elevados e por abrir somente nos dias de maior fluxo turístico.

projetos próprios parecem ter esquecido os valores simbólicos usados por seus pais no mercado de valores e passaram ao regime capital, desmerecendo a população nativa que é prioritária na pesca artesanal, mas não no mercado capitalista.

Às vezes os meninos reclamam, porque chegam [na barraca] e as coisas são caras, porque a maioria da gente que mora aqui e tem os bares, a maioria da gente trabalha mais é pro turismo de fora, pras pessoas de fora, porque eles vão achar que são caras as coisas aqui da gente, os meninos daqui, né? Por isso que a gente evita mais [vender pros nativos], a gente trabalha mais pro turista mesmo. (Sávio, 33 anos).

Ainda criança, aos nove anos de idade, Sávio (33 anos) experimentou a sua única pescaria, feita de forma compulsória, a mando do pai. Embebedou-se e nunca mais pescou. Se tivesse continuado na pescaria poderia ter vencido a embriaguez, mas cresceu longe do mar e foi na terra (ou melhor, no turismo) que se encontrou. Com o trabalho no turismo, conseguiu “*dinheiro, independência financeira, agora eu posso me virar sozinho*”, argumenta Sávio. Foi somente a partir da aceleração do capitalismo, da globalização e da pluralização das relações afetivas que os modos de ser e de viver a família em sociedade foram modificados e atualizados, aponta Oliveira (2009). Tais considerações têm sentido quando ligamos à orientação sexual. Sávio é homossexual e durante muito tempo de sua vida esteve atrelado ao cuidado com a casa, sina parecida a de muitas mulheres. Dessa forma, Sávio somente pôde desfrutar da sua liberdade sexual, familiar e social quando os princípios capitalistas passaram a marcar seu cotidiano.

Quando o Sávio não tinha a barraca dele, ele aqui era de tudo: ele varria, ele ia no banheiro, ele passava o pano, ele fazia tudo. Era, o Sávio [me ajudava]. Agora, não. Agora ele tem a vida dele, se habituou naquela vida, e eu dou graças a Deus. Ao invés dele tá cuidando aqui, ele já tá é lá e tudo mais. (Manoela, 65 anos).

Foi com o trabalho desenvolvido em sua barraca de praia que Sávio garantiu o direito e a liberdade de ser quem em real ele é. Atualmente, Sávio é respeitado e consegue lidar com a homossexualidade, apesar de ser diariamente vítima de atos homofóbicos transvestidos em forma de piadas preconceituosas.

Nessa perspectiva, percebemos que não são somente mulheres as vítimas do machismo-conservadorismo contido nas sociedades pesqueiras (e brasileira, em geral). Possuir a orientação sexual homossexual também é motivo de chacota para as pessoas da pesca, uma vez que o trabalho pesqueiro é feito por homens e quem

nasce com a genitália masculina e não a pratica é chamado de “menina”, em tom de desrespeito. Flagrei por diversas vezes esse tipo de tratamento contra Sávio, tanto é que ele, inicialmente, se recusou a falar sobre pesca, temendo, possivelmente, vir à tona a sua orientação sexual enquanto tábua de questionamentos.

As práticas de ajuda mútua (mutirão) são enfraquecidas mediante o aumento da racionalização da vida e do trabalho pela aproximação e dependência ao capital, diluindo a coesão social em que são ancoradas relações sociais tradicionais. Assim, conforme Marcondes (69 anos), no passado, as pessoas se reuniam para realizar a salga dos peixes, em uma atividade que envolvia a todos, uma vez que dependia de muita mão de obra, não sendo possível de somente uma familiar realizar.

Naquele tempo o robalo num tinha preço, era salgado (tinha que salgar para não estragar devido à falta de refrigerador). Eu comecei a pescar o pargo no “alto do salgado” (época em que só existia a salga como estratégia de conservação), rapaz, mas é muito ruim, oh. O camarada pescar na linha, aquele montão de peixe cada um, aí quando for uma hora da manhã, “rumbora todo mundo salgar”, aí vamos retalhar, escalar, acabar empilha todin. (Marcondes, 69 anos).

Tais práticas parecem ter ficado somente no passado, seja porque se tem o refrigerador para a conserva do pescado ou porque não se tem o trabalho coletivo e na forma de mutirão como parte das estratégias locais, que agora residem pelo viés economicista das relações. Por essas razões, talvez, não consegui observar durante o período da pesquisa de campo sequer um tipo de ajuda mútua entre as pessoas da pesca. Tudo é ditado na base monetária, até mesmo as atividades características e simples do cotidiano do trabalho coletivo na pesca - como a limpeza das redes e o desembarque e transporte da produção às pesqueiras - realizadas por ajudantes, que não realizam sem a devida remuneração, embora recebam muitas vezes peixes de forma gratuita, conferindo ao sentido de ajuda, dadas as condições de exclusão as quais se encontram.

Agora eu acho chato deles (dos ajudantes) é assim, por exemplo, quando nós vamos pro mar que é umas maré que corre muito, que é a maré grande, a maré [grande] tem mais força d’água, aí tem vez que a gente pega muito lodo na rede, aí como a gente toda vez quando chega do mar eles tãõ aí e a gente dá um peixe pra um, dá um peixe pra outro, quando a gente pega lodo e quando no outro dia ninguém num vai pro mar, aí tem que botar aquela rede todinha pra fora pra limpar, aí eles vão ajudar, mas a gente paga, dá 20, 30 reais pra eles. Aí tem vez que eu reclamo por causa disso: “rapaz, toda vez quando nós chega do mar que vocês pede o peixe a gente

dá, e aí pra fazer o serviço vocês ainda quer que a gente pague”, “não, rapaz, é só pra nós comprar nosso litrozín”. (João, 37 anos).

O turismo é um dos responsáveis por possibilitar aspectos da modernidade à população nativa de Barra Grande, acostumada com uma vida simples. A cultura do consumo veio acoplada à noção da vida urbana. Da mesma forma veio o emprego, e com ele as alterações familiares, posto que a capitalização da mulher e da prole retirou do pai a centralidade econômica, o que de certa forma foi um ganho para a família, mas principalmente para mulheres. Estas últimas saíram da subordinação aos maridos, posição a qual sempre detiveram (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012). Através do assalariamento da mulher-esposa-mãe nas empresas turísticas, esta passa a ter maior autonomia no interior da família. A renda atribuída ao seu trabalho consegue dar conta da manutenção da casa. Em casos de insucesso na pescaria do marido, é a remuneração da mulher a única renda da família, enquanto o homem responde pelo complemento, oposto ao observado por Woortmann (1991).

Só benefícios, [o turismo] ajudou muito a comunidade de Barra Grande, melhorou muito. Agora mesmo, antigamente as mulher do pescador num tinha nenhuma renda, só esperava pelo marido. Hoje, não! O marido pesca e ela trabalha nas pousada, um ajudando o outro. (Fernando, 38 anos).

Há certa individualidade na renda do casal. O marido continua assumindo as mesmas responsabilidades anteriores ao emprego da esposa, de forma a suprir com as necessidades básicas para reprodução da família. A mulher também contribui nas despesas domésticas, empregando considerável parte de seu salário na compra de alimentos e insumos de higiene/limpeza¹²³. Além disso, a outra parte do salário vai para uma poupança própria, sem falar os gastos pessoais. Quanto a isso, inexistem opiniões contrárias do marido, porque o “*dinheiro é delas*” e elas fazem o que quiser.

Com isso, é inegável a redistribuição de forças e de poder dentro da família pesqueira, tirando do marido-pai a histórica centralidade, podendo tornar as relações intrafamiliares menos desiguais, sobretudo na divisão sexual do trabalho doméstico. Nesse sentido, Diana (24 anos) salienta que “*num tá igualado (a divisão das tarefas*

¹²³ Durante o período da pesquisa de campo, viajei com João, Basílio e Miguel para Parnaíba, a fim de realizar compras num supermercado. Era a primeira vez que João entrava num supermercado, curiosamente. Nessa viagem, Elza (esposa de João) foi quem deu o dinheiro para a compra no supermercado. Indaguei a ele se era sempre assim, e ele respondeu que ela era responsável pelas compras do supermercado, exceto as misturas para as refeições, que é responsabilidade de João.

domésticas) ainda, não, mas tá quase (risos)”, demonstrando ser questão de tempo a equidade das forças no interior das famílias, apesar da dificuldade em acontecer.

A produção pesqueira - assim como a camponesa - tem no grupo doméstico o seu referencial. Apesar de pescar com o objeto da comercialização, as pessoas da pesca destinam a produção primeiramente ao consumo de casa, após a partilha.

Com meu pai eu divido, é meio a meio, porque lá o material lá, as redes, é bem dizer minha, o barco é dele. Antes de fazer as contas ele tira logo o do óleo [diesel] (risos), ou então quando a gente tá pescando a produção ele já separa, ele vai comprando logo o óleo (antes da pescaria). [...] É por isso que eu gosto de pescar com ele, porque tudo é aqui pra dentro de casa, porque aí eu sei que eu ganho, e se eu sair daqui pra ir pescar em Parnaíba, em outro barco... As pescarias de lá (de Parnaíba) é boa, mas eu prefiro essas nossas. (João, 37 anos).

É, porque alí é de casa, cada vez que ajuda a gente alí, cada um fazendo um serviçozinho já me ajuda, porque a gente já chega cansado, aí uma ajuda de cada um... Até o pequeno (filho mais novo) já ajuda. É a função da família, eu pesco pra todo mundo. (Maurício, 32 anos).

Porém, no vigor da sociedade capitalista, a individualidade de membros das famílias faz surgir fragmentações quanto à ordem e à estrutura econômica familiar. A afirmação da individualidade capitalista tende a sintetizar os sentidos práticos de tais mudanças, motivo pelo qual o referencial de trabalho para o grupo doméstico sugere novas redefinições (OLIVEIRA, 2009). Dessa forma, estando a família de Manoela e Marcondes como exemplo, percebe-se que os filhos jovens (Sávio e Basílio), assim como os netos (Diogo e Miguel), não seguiram as atividades tradicionais da família, partindo para outras atividades assalariadas. A justificativa não pode ser sustentada apenas nos riscos inerentes à pesca artesanal, mas, assim como jovens agricultores piauienses (SILVA, 2013; 2016), pela capitalização imediata, situação que aparece nos ideais juvenis como âncoras para novas orientações.

Eu trabalho com carpintaria, na construção, na área de hotelaria. (Diogo, 28 anos).

Tinha a ideia mesmo de colocar uma barraca na praia, antes eu trabalhava num firma de camarão, tive uns problemas lá, saí e virei empresário (risos). (Sávio, 33 anos).

Trabalho com turismo também, no stand-up [paddle] e na barraca do Sávio. (Basílio, 23 anos).

Nesse plano, Diana acredita que o resultado da pesca artesanal tem servido tão apenas para o consumo de casa, enquanto que o trabalho no “*turismo tá melhor do que na pesca*”, revelando o aumento da expressão capitalista sobre o modo de vida das pessoas nativas em Barra Grande.

Quem trabalha no turismo tá melhor do que na pesca, hoje em dia eu posso dizer que sim. Hoje em dia eu creio que a pesca seja mais pra família. Vende aqui, de vez em quando dá pra vender, vende sim. Mas a pesca tá se encaixando mais pro consumo próprio do que pra melhoria de vida. Aqui num tem uma peixaria que pega o próprio peixe daqui [pra vender], geralmente é comprado fora, num é daqui mesmo. Tipo assim, o meu cunhado (Maurício) pesca pra ele, só que ele não tem uma peixaria. O peixe que ele pega, ele vende. E nas peixarias aqui, eles vendem o peixe de fora, não é o peixe que o pessoal pega aqui, eles compram de Camocim, de Luís Correia, que já vem de outros lugares, né? Aqui num tem uma pessoa, uma cabeça que montou uma peixaria, que montou um grupo de pescadores pra montar uma peixaria, num tem. Tem assim, como ele aqui (Maurício), vai pescar... Mas num tem uma peixaria, o que ele pega, ele vende tudo e pronto. (Diana, 24 anos).

O estoque de pescado (resultado da não comercialização) pode significar a não pescaria no dia posterior, pois com a capacidade do congelador exaurida, não faz sentido capturar mais pescado, uma vez que não haverá espaço para armazenar a produção. Dito isso, por vezes notei o semblante triste de Marcondes em razão da possibilidade de não poder pescar devido à fraca venda do pescado ou por excesso de produção. Mesmo assim, tal situação não pode ser motivo de preocupação para Marcondes, porque, pela rápida liquidez do pescado no mercado local, “*se hoje você não vender, amanhã quando você for para o mar e depois de chegar num tem mais nenhum*” (Tião, 54 anos) peixe no estoque.

A maior dependência à natureza cria um risco a ser considerado no âmbito econômico das famílias pesqueiras artesanais: a baixa acumulação de riqueza¹²⁴. As famílias camponesas, por exemplo, possuem um mecanismo de reserva eficiente no enfrentamento de situações adversas: a criação de animais, servindo como refúgio quando das ruins condições da produção (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009). Contudo, é na lógica do mercado de turismo que as novas estratégias de renda surgem na localidade Barra Grande. Com o assalariamento das mulheres e de membros jovens em atividades diretas e indiretas no turismo, a dependência à natureza cedeu lugar à

¹²⁴ É importante destacar que, apesar de possuírem um fundo de manutenção, não há como pescadores artesanais constituírem uma riqueza em cima disso, tendo em vista a baixa acumulação que muitas vezes chega a ser insuficiente para a reposição dos apetrechos utilizados na pesca.

dependência do mercado de trabalho e aos ganhos capitais, conforme Mariana (42 anos) informou anteriormente.

Com isso, depreende-se um cenário urbano na vida das famílias pesqueiras. A mulher e o homem realizam trabalhos no turismo e na pesca, respetivamente. Em casa, o trabalho doméstico é predominante para as mulheres, assim como a criação da prole por quem não é assalariada, embora se observem mudanças pequenas no que se refere à participação do marido nas lides domésticas. As famílias pesqueiras de Barra Grande não possuem o hábito de criar animais, seja qual porte for; alguns cultivam e vendem cheiro verde e pimenta de cheiro, mas o grosso da produção tem como destino o consumo de casa.

É importante reter a expressão que tem o turismo e as políticas públicas na atualidade da localidade. Enquanto o turismo surge de uma perspectiva imediatista pela empregabilidade, fator que o torna ligeiramente visto e associado aos ganhos materiais, as políticas públicas possuem sentido mais amplo e de maior efetividade, porque os resultados são sentidos a médio e longo prazo e, por conta disso, não são colocadas como fatores para melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, haja vista os objetivos das políticas públicas serem também mais amplos e sentidos com uma forma distinta do imediatismo do rendimento monetário.

3.2.2 “Agora as meninas estão tudo trabalhando”: gênero e perspectivas locais na pesca e no turismo

O trabalho da mulher de família pesqueira é invisível e na maioria das vezes tratado como ajuda, sem perceber remuneração. Mais ainda, a invisibilidade não se restringe ao trabalho na pesca, visto que em negócios familiares no setor de turismo, a mulher, mais uma vez, tem sua força de trabalho desmerecida e desvalorizada.

De qualquer forma ela (esposa) ajuda, às vezes ela vai pros marisco, às vezes ela vai aqui pro mangue tirar siri aqui, às vezes ela ajuda lá em casa. Quando num tô em casa ela já me ajuda a vender os peixe, quando num tô, quando tô em outro lugar. Ela me ajuda, ela me ajuda mais na parte de vender quando eu num tô em casa, ela já vende, já. (Fernando, 38 anos).

Às vezes me ajuda a tirar a tripa dum peixe, lava que é pra gente guardar no congelador enquanto chega a freguesia pra comprar, o pessoal. Ela ajuda, ela participa. Nem toda vez, mas participa, até porque ela trabalha [assalariada] também. (Maurício, 32 anos).

Nota-se que o trabalho feminino nas etapas da pesca se restringe a limpeza e venda do pescado, realizados em casa, em geral nos tempos de intervalo ou fim das jornadas de trabalho cumpridas no trabalho formal. Nesse plano, tais tarefas são assimiladas ao complemento do trabalho doméstico ou mesmo obrigação familiar. O marido também realiza tais tarefas, mas a obrigação dele é a captura do pescado. A diferença está no resultado de seu trabalho, que é convertido em dinheiro, enquanto o da esposa, não. Com isso, são instaurados lugares de gênero na pesca. O lugar de domínio do homem é o mar; a mulher, por sua vez, tem seu lugar estabelecido no espaço privado da casa.

Embora os avanços da mulher em razão da breve capitalização, esta ainda é subsumida dos espaços públicos, que são regularmente frequentados por homens, a exemplo do espaço livre do mar, de uso exclusivo deles: “*eu quero ver uma mulher pra enfrentar o mar (suscitando dúvidas)*”, zomba João (37 anos), acompanhado por Diogo (28 anos) quando informa que na pesca num “*tem [espaço pra mulher], não, porque é muito sofrimento. Suportar num suporta, não. Num tem como, não*”.

Nos comentários dos dois percebe-se a construção social que fazem sobre as capacidades físicas da mulher e o seu reducionismo diante da prática pesqueira. Assim, são desmerecidamente desqualificadas e desvalorizadas sem haver qualquer associação senão o uso do senso comum para inabilitar as mulheres à atividade na pesca.

A mulher, ao ser excluída da pesca por supostamente não possuir estrutura para suportar as adversidades do mar, consegue facilmente encaixar-se num tipo de trabalho formal, nos vários equipamentos turísticos funcionando na localidade.

Mudou assim, porque agora as meninas estão tudo trabalhando, aí a gente já num tem mais tempo. Eu mesmo num tenho tempo mais de ir pescar, de ir pros mariscos, porque tem os meninos (netos) pra ficar olhando. (Joana, 48 anos).

A partir do trabalho formal da mulher, novas pessoas agentes são recrutadas para o cuidado com a casa, tarefa exercida geralmente pelas mulheres de gerações mais antigas, as mães ou avós das atuais assalariadas. Nisso, são inviabilizadas as atribuições destas últimas na pesca, haja vista que elas têm por excelência maior vivência na atividade pesqueira, como no relato de Joana acima.

Nesse horizonte, compete acrescentar que não presenciei - e muito menos ficou subentendido pelas observações -, que a mulher trabalha no reparo ou na manutenção e na organização dos instrumentos de pesca dos maridos. Nesse meio, pode-se concluir que - ao menos nessa questão - com o assalariamento da mulher, segue cada um o seu rumo: o homem na pesca e a mulher no turismo. Pode-se até ariscar, inclusive, que o maior empoderamento da mulher fez com que diminuísse possíveis situações tensas e conflituosas por parte do marido quando da realização do seu trabalho fora de casa. Em razão disso, o trabalho assalariado da mulher vira tabu, desmerecendo o interesse do marido, uma vez que “*minha mulher trabalha lá, [mas] eu num sei nem qual o serviço dela (risos), ela trabalha tipo varrendo os chalés, zelando*”, ironiza João (37 anos) em tom de brincadeira.

O desmonte dessa estrutura conservadora-patriarcal guarda relação com o maior acesso à informação pelas mulheres, tanto pela mídia como por ações de organizações não governamentais, associações e grupos feministas, como também pelo turismo ao transformar a vida de muitas mulheres pela geração de emprego, muito embora não se possa esquecer as condições desiguais e precarizadas a que são submetidas.

Há também emprego no turismo para homens, embora os “contratos” sejam temporários, ocorrendo nos meses de grande fluxo turístico. Ainda assim, o trabalho temporário não consegue dar garantias a quem opta por desistir da pesca, fator que torna baixa e dificultosa a integração de homens nas lides da atividade moderna. Além disso, sobre os homens pesa um fator agravante: a falta de habilidade para o trabalho no turismo, tornando mais difícil a admissão de homens. Como as mulheres já realizam o trabalho doméstico desde criança em suas casas, nas pousadas e nos restaurantes lhe são dadas oportunidades análogas, eliminando qualquer dificuldade de adaptação das mulheres, sendo facilmente admitidas.

Antes de todas as transformações evidenciadas, contudo, a pesca em Barra Grande seguia traços parecidos com os encontrados entre as famílias pesqueiras de comunidades paraenses, conforme contribuição de Maneschy (1995).

A pesca representava então um processo amplo de trabalho que ultrapassava, de muito, a simples captura. A família, nestas condições, atuava como uma unidade técnica de produção. Com o refluxo daquelas atividades pré e pós-captura, desapareceu em grande parte o trabalho direto das mulheres na pesca. (MANESCHY, 1995, p. 162).

Nesses moldes, foi na ausência da pesca que a mulher pôde livrar-se da subordinação ao marido. Atualmente, com as mudanças também empreendidas pelo turismo, a mulher dispõe de maior autonomia, liberdade e independência. Com isso, eleva sua participação direta na renda familiar, que, de certa maneira, fez com que angariasse certo poder perante o grupo doméstico (WOORTMANN, 1991).

São iguais, eu posso dizer que por que “eu tô trabalhando tem que ser só a minha responsabilidade e a dele, não”, são tudo igual. Num tem o dizer: “ah, o dinheiro é meu, eu compro isso e você compra isso”, num tem nada a ver, não. É uma coisa só, um complementa o outro. Eu mais ele o dinheiro é da casa. (Elza, 34 anos).

Mesmo assim, apesar das transformações em curso, a nova família conjugal conserva leituras e traços da família patriarcal, em que predomina o controle sobre a sexualidade feminina e a preservação das relações de classe (OLIVEIRA, 2009), as quais estão muito bem distribuídas e segredadas quando se observa os espaços público e privado ocupados pelo homem e pela mulher. A situação é determinada de forma compulsória pelo constructo social de que o “espaço público é o espaço dos homens e o doméstico pertence às mulheres” (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 722).

No interior da pesca e das famílias pesqueiras, esse tratamento decorre da ação de controle e manutenção de poder exercidos pela dominação masculina. Com isso, a mulher é retirada do espaço do mar em que a pesca é realizada, situação a qual a deixa sem renda e sem utilidade diante das tarefas que requer remuneração.

Não, não, [a esposa] só ajuda quando eu vou pra outro tipo de coisa, por exemplo: esse tipo de pescaria (no mar de fora) num dá, isso aqui num dá, porque mulher num vai. Mas aí quando a gente vai pro marisco, pro sururu, elas vão demais, todo mundo junto. Fazemos de vez em quando, a gente vai pro sururu, pro marisco, pras tariobas... Basicamente a gente vai mais é pra comer mesmo, a renda mesmo é só a minha, só a do peixe. Aqui elas participam de tudo, da limpeza, principalmente elas. Aí quando chegam aqui é só elas mesmo, elas tomam de conta. (Carlos, 34 anos).

A literatura dá conta de que a socialização dos filhos na pescaria é realizada pela mãe, quando esta é acompanhada pelos filhos para a pesca no rio, no mangue ou na praia (DIEGUES, 1983; RAMALHO, 2006). Porém, na pesca em Barra Grande a mulher não teve o mesmo costume de ser acompanhada pelos filhos. Sempre que participava da pesca, a mulher a realizava com a presença de pessoas adultas, até

porque o pai sempre era o encarregado de ensinar as crianças a pescar, haja vista serem eles os mestres e que possuem o conhecimento a ser repassado¹²⁵.

Já sim, já pesquei, até grávida, com nove meses ainda fui. Botar a rede, eu já fui. [A pescaria] era na prainha (pequena pesca), pra cima do quebrador. Não, em alto mar, não. Só do quebrador pra cá. Era de vez em quando que eu ia [pescar], por aventura mesmo. Ia com o Maurício, tinha vez que ia o irmão dele, aí eu ia também. Nós ia pros mariscos e eles iam pescar. (Francisca, 27 anos).

Não, eu ia mais com o Ronaldo. [Quando era pequena] eu num ia, não. Só quando eu era maior, porque eu num gostava muito de tirar era marisco, só essas coisas mais por perto [de casa]. Pra pesca mesmo eu já fui já grande (mais velha). (Joana, 48 anos).

Ajudava, ela (esposa) ia colher o marisco comigo, né? (Diogo, 28 anos).

Eu era pescadora, sim, mas era de negócio de sururu, marisco, caranguejo, essas coisas. [Eu era] marisqueira, minha carteira era de marisqueira. Aí tudo isso eu ia (pesca no rio). Não, nunca pesquei no mar, não. Sempre que tinha umas pescariaszinhas aqui por dentro do rio mesmo, “pegava aquelas canoaszinhas, pegava umas redinhas”. (Manoela, 65 anos).

Minha mulher ela até pesca comigo quando eu tô de folga assim, aqui em baixo, no rio. No mar [ela não pesca], não. É perigoso! (Ronaldo, 51 anos).

Como já era de se prever, nenhum homem ou mulher mencionou o fato das crianças serem socializadas pelas mães na pescaria. Essa função coube ao pai, que levava as crianças para o dia a dia da pesca na praia, realizando os primeiros testes de resistência ao mar.

Desde os oito anos, eu ia com o papai. Foi só com o papai mesmo, já ia para o marzão. (João, 37 anos).

Rapaz, desde os meus dez anos que eu pesco. Aprendi com o papai. (Diego, 35 anos).

Tenho, tenho contato [com a pesca]. [Aprendi] com o meu pai, ele era pescador. Com uns nove anos, dez anos. (Miguel, 30 anos).

[Comecei] com dez anos. [A entrada foi] só um pouco enjoativa, mas só que a gente enfrentou, né? Meu pai, com dez anos ele me colocava na canoa e nós ia. (Maurício, 32 anos).

Eu ia mais o meu avô (Marcondes) e meu tio (João) no barco deles. O João e o vovô. Eu tinha mais ou menos quinze anos. (Diogo, 28 anos).

¹²⁵ As mulheres também pescam e possuem conhecimento pesqueiro e com as artes de pesca, mas de forma limitada, tendo em vista a pequena amplitude do trabalho feminino na pesca, por isso não são consideradas aptas a transmitir o ofício, situação que somente cabe ao mestre.

Apesar das informações indicarem a predominância do pai na socialização dos filhos na pesca, pode estar invisibilizada a informação de que primeiramente a mãe os levou a ter os contatos iniciais com a pesca no rio, no mangue ou na beira da praia, tendo o pai posteriormente inserido os filhos de fato nas pescarias no mar de fora, sendo ele então lembrado como o responsável pela admissão das crianças na pescaria, como revelaram os informantes. Isso por si só já indica que ao levar os filhos para atividades de pesca com a justificativa de socializá-los, as esposas-mães estavam levando seus vigilantes, pois nenhum dos informantes contou ter sido com a mãe que aprendeu a pescar.

A situação da pesca feminina é bastante desigual. Raramente (para não dizer nunca) a mulher é a protagonista. A realização, o prestígio e a renda da pesca são sempre do homem, invisibilizando todo o trabalho despendido antes e depois da pescaria, pela esposa-mãe e a prole.

Tudo no mundo tem aquele negócio que a mulher faz, e pra pesca nunca vi dizer assim: “tem uma mulher pescando, ela tem um barco, ela é mestre”, num tem, num tem de jeito nenhum. (Elza, 34 anos).

Ela (esposa) também é marisqueira, ela cata no rio, só tem [trabalho pra mulher] no rio... (Diego, 35 anos).

Eu acho que ia sair até em jornais (caso alguma mulher fosse “pescadora mesmo”), porque num encontra [pescadora], não. Encontra [pescadora] de rio. De rio encontra, do mar, não. (João, 37 anos).

Ainda assim, há mulheres que se aprontam e realizam a pesca. A pescaria mais comum é a mariscagem, um tipo de trabalho demorado (passa-se praticamente o dia inteiro na mariscagem) e de baixa rentabilidade, incapaz de livrar a mulher da subordinação do marido, bem como garantir-lhe autonomia financeira.

[A mariscagem] é muito trabalho e pouca renda. É um trabalho muito pesado, o marisco é bem dizer uma pedra, ele é muito pesado. Aí o que acontece, você arruma um grupo de mulher, aí eles (elas) contrata um carroceiro, aí quando chega lá eles (elas) pegam aquela canoa, aí a canoa já tem uma parte. Aí elas vão pagar aquela carroça pra vim deixar em casa. E pra você conseguir um litro de marisco é [tem que catar] muito marisco. E acontece que eles (elas) vende o quilo por 15 reais. [Passa o dia inteiro] pra juntar dois litros, que vende é litro, nem em quilo não é. Já vai pagar a carroça pra trazer, aí às vezes ainda dá pro dono da canoa, aí a renda é muito pouca, eu acho muito pouca. Mas [elas] vão [mariscar] porque elas gostam de comer. Elas vão pra pegar mais é pra comer. (Tião, 54 anos).

O marisco, quando da para ir a gente vai, quando não, tem um amigo meu que às vezes vai e traz para mim. É assim! Quando dá para eu ir, eu vou!

Quando não, ele vai e traz para mim! É no rio [Camboa] que faz a mariscagem. Eu já fui muito pescar marisco, com a mãe dele aqui que é a minha sogra. (Mariana, 42 anos).

A atuação das mulheres na pesca guarda estreita relação com o acesso aos espaços público e privado, demarcados por gênero. Por esse motivo, o mar é taxado como sendo “*lugar pra homem (risos). Agora no rio é bom pra pescar, no rio é bom, dá pra mulher pescar, num tem onda, é tranquilo*”, acredita Joana (48 anos). Para o marido, Ronaldo (51 anos), isso ocorre “*porque a área num é apropriada pra mulher, não. É só pra macho mesmo, é pro bicho homem mesmo*”. Nesse sentido, está clara a posição do homem e da mulher na realização da pesca. Porém, os papéis mudam no trabalho assalariado nos equipamentos do turismo: a mulher passa a ter acesso ao mundo público enquanto boa parte dos homens fica restrita à pesca.



Imagem fotográfica 45: Casal pratica a cata da “moelinha”, marisco coletado nas pedras quando a maré está baixa. A produção é totalmente destinada para consumo doméstico. José Maria Alves da Cunha, janeiro de 2018.

As mulheres que (ainda) praticam a pesca são as marisqueiras, que de início tinham a função de complementaridade, mas pelo aspecto residual da própria pesca a produção pesqueira feminina destina-se para o consumo doméstico, inviabilizando qualquer forma de economia feminina na pesca.

Eu [pescava], sim. [Era] no rio pegar marisco, a gente ia nas pedras (na praia) pegar búzios, moelinha, na praia mesmo. É uns búzioszinhos,

redondinhos, que a gente chama de moelinha. É pra consumo mesmo, pra gente comer mesmo, pra gente mesmo. (Elza, 34 anos).

Mas “pescadora mesmo”, não tem. É inegável a inexistência de uma única mulher no mar de Barra Grande para o trabalho na pesca. Atualmente, mais do que nunca, o mar é de excelência espaço dos homens, que dividem com quem pratica o esporte *kitesurf*, apenas.

Não, aqui pra pescar, mulher nunca teve, porque mulher pesca mais é em embocadura de rio. Agora já alí no Macapá tem, porque é só no rio. Tem mulher hoje alí no Macapá que apanha mais é búzio, eles vendem aqueles búzios também. Aí pega siri, vai pescar o camarão... Eu já tenho visto muito delas pescando, mas só no rio, no mar num vai não, pra mulher é muito perigoso, o mar é muito brabo. É um desafio muito grande pra uma mulher enfrentar o mar, é um desafio grande. (Tião, 54 anos).

Um entre os entraves à pesca feminina versa sobre o valor da produção, que não angaria valor de mercado suficiente para suprimento das necessidades básicas.

Na pesca, se a gente tivesse um comprador pra gente pescar um marisco desse e tivesse um comprador, já era mais uma vantagem, já valia a pena, porque se você pegar um marisco desse aí você vai pegar pra você consumir mesmo, pra você mesmo comer. (Elza, 34 anos).

Em virtude disso, o trabalho em atividades do turismo torna-se mais atrativo que a pesca, motivo pelo qual há interrupção do trabalho feminino na pesca, levando muitas mulheres à proletarização. Desse modo, as palavras de Francisca (27 anos) sustentam as razões pelas quais a pesca tem diminuído: “*foi quando eu comecei a trabalhar, aí eu num fui [pescar] mais não. Teve [vantagem], porque eu ia [pescar] só pela aventura mesmo, eu não vivia da pesca*”.

As condições de trabalho das mulheres não são as melhores, pois exercem excessivas jornadas de trabalho, além de remuneração inferior a dos homens, apesar de realizarem tarefas equivalentes. Na afirmação de Tatiana¹²⁶ (48 anos), as funções empregatícias nas pousadas são “*mais de mulher*” e não de homem, pois o “*homem num vai pegar um rodo e uma vassoura, limpar um quarto, lavar...*”, porque

¹²⁶ Tatiana é a única filha do casal Marcondes e Manoela a morar na localidade. Já participou da pesca, mas atualmente vive do aluguel de chalés e da renda do arredamento de um restaurante. Era casada com um pescador que faleceu há 04 anos, e atualmente está no segundo casamento. O atual marido não era da localidade e não tem relação nenhuma com a pesca. O casal, porém, pratica a pesca da tarioba, que figura como pesca de lazer. Tatiana é mãe de três filhos adultos, resultado do primeiro casamento.

na construção social dos gêneros esta tarefa, via de regra, é dever da mulher. Nessa perspectiva, depreende-se que a mulher tem largado o trabalho tradicional na pesca para assalariar-se nas atividades ligadas ao turismo, embora permaneça a desigual remuneração por gênero (GOLDANI, 1994), além da percepção de que os cargos e funções análogas aos cuidados com a casa devam ser ocupados pelas mulheres¹²⁷.

Após acompanhar o trabalho nas pousadas das três filhas, Joana passou a enxergar dificuldades no retorno delas à pescaria, haja vista as condições na pesca serem mais severas, destinadas “*só pra quem tem coragem*” mesmo.

Essa daí (apontando pra uma das filhas) ela num aguentava era nada ir pra pesca, porque a pesca é só pra quem tem coragem. Sair às vezes na hora da maré, que é de noite, muitas vezes é muito cedo [do dia] também. Às vezes passa o dia todinho no sol quente... É pela hora da maré! Nenhuma delas aguentava pescar hoje, não. (Joana, 48 anos).

Durante a maior parte da vida as mulheres exercem o papel de “boas mães” (CONNEL; PEARSE, 2015), por isso são impedidas pelos maridos de trabalhar, até mesmo na pesca, sobretudo no mar, a exemplo de mulheres numa localidade de Santa Catarina (BECK, 1991)¹²⁸. Não existe outro motivo senão a não autorização dos maridos, revelando a histórica dominação masculina sobre as mulheres. Essa situação, porém, aos poucos vai ficando no pretérito, lembra Ronaldo:

O meu pai era pescador, a minha mãe não, só cuidava dos produtos. No tempo da minha mãe ela cuidava da família muito grande, porque a família do meu pai era muito grande, nós somos duas famílias. Então, não tinha como [ela pescar]. [Ela] já cuidava do peixe, tratava... Naquela época não tinha gelo, não tinha nada. Ela salgava, ela fazia parte da pesca. (Ronaldo, 51 anos).

¹²⁷ Sobre isso, nas entrevistas, as mulheres que trabalham nos equipamentos do turismo apontaram que recebem remuneração menor que a dos homens, não apenas pela comparação entre os mesmos cargos ocupados, mas sobretudo porque as mulheres ocupam as posições de menor complexidade, como os cargos de serviços gerais e camareiras, enquanto eles são contratados para ocupar cargos e funções mais expressivas e que, por consequência, são melhor remunerados.

¹²⁸ Beck (1991, p. 14) argumenta que a “proibição ostensiva de participação da mulher na pescaria, ao contrário do que acontece na roça, pode ser explicada pelo caráter público da primeira. Enquanto a roça reúne os membros da família nuclear – pai, mãe, filhos – a pescaria ajunta, nas companhas, camaradas e ajudantes que vêm de várias famílias e são, por vezes, oriundos de várias comunidades [...] Não devem as mulheres ter proximidade física, em público, com homens que não são os de sua própria família e com homens que não são seus maridos ou possam vir a sê-lo”. Dessa monta, experimenta-se o controle das mulheres pela dominação masculina (SAFFIOTI, 2011), revelando o poder do patriarcado arraigado nas sociedades pesqueiras. Em Barra Grande o processo parece ter seguido passos semelhantes, uma vez que não se observa diferenças entre homem e mulher quando da realização da pesca artesanal, a não ser as proibições impostas pelos maridos, ora apresentadas por Beck (1991), reforçada pelo poder patriarcal.

Atualmente Ronaldo tem três filhas adultas e nenhuma trabalha na pesca, não cuidam da casa e nem de crianças, porque estão trabalhando nas pousadas. Se no passado as mulheres não pescavam porque tinham que trabalhar em casa, no presente também não, embora a razão seja outra: o trabalho assalariado, provendo mudanças significativas na organização das atividades domésticas. Ressalta-se que a lida da casa é feita pela esposa-mãe, Tatiana (48 anos), a qual cuida também das netas e dos netos enquanto as filhas trabalham.

No âmbito dos direitos, a mulher pescadora também teve atendidas algumas de suas demandas, como a licença para pescar através do RGP no final da década de 1970, afirma Leitão (2015). Em sentido análogo, as pescadoras conquistaram espaço, direitos e estão mais conscientes acerca de seus papéis social, econômico e familiar, porque foi no acesso à renda que conquistaram maior poder, liberdade, autonomia e independência. Dos fatores que devem ser levado em conta, nesse sentido, destacam-se as políticas públicas de distribuição de renda¹²⁹, além das políticas específicas do setor pesqueiro.

A minha mulher é daqui, a minha mulher num tem emprego nenhum, o que ela recebe é o Bolsa Família, só isso mesmo. (Tião, 54 anos).

O Bolsa Família ajuda [a mulher], sim. Quando eu tinha o Bolsa Família me ajudou muito. Depois que eu me aposentei é que foi cortado. É bom, o Bolsa Família ajuda muito, o Bolsa Família ajuda demais. Pra quem não tem nada [inaudível]... (Manoela, 65 anos).

Tem, também, o Bolsa Família que a gente recebe, que já ajuda um pouco. (Mariana, 42 anos).

A geração de empregos fez surgir uma situação de franco assalariamento às mulheres, muitas das quais experimentando o primeiro emprego e a primeira renda. Vale lembrar, inclusive, que em Barra Grande os empregos são gerados lá mesmo, favorecendo a empregabilidade da mulher. Às que trabalham, a prole é cuidada por parentes (irmãs, tias, cunhadas, mãe) até atingir a idade de três anos, quando é matriculada na creche, podendo a mãe realizar seu trabalho normalmente. Todavia, a jornada de trabalho doméstico continua sob sua responsabilidade, estabelecendo

¹²⁹ Há de se presumir que o Programa Bolsa Família (PBF) não visa somente à distribuição de renda, mas sim uma série de outros fatores os quais guardam intrínseca relação com as mulheres e a sua emancipação, através de informações, além de cursos e capacitações ofertadas pelas secretarias municipais de assistência social, por exemplo.

um terceiro turno, pois “o pai só fica com a parte da pesca mesmo (risos)”, desabafa Diana (24 anos).

O desempenho das tarefas domésticas segue o clássico modelo patriarcal, hierarquizado e heterossexual, apesar de em alguns casos os homens já assumirem algumas tarefas como o preparo das refeições e a limpeza da casa, porque a mulher não dispõe de tempo para tal, muito menos as filhas que estudam e são apoiadas pelo pai e pela mãe, que as querem longe da cozinha e das lides domésticas, pondo fim à reprodução social doméstica.

Assim, quando tem muita coisa pra fazer, [os dois] se ajudam. Quando eu não tô em casa ele tem que fazer as coisas, porque eu não estou em casa. Mas quando eu tô, eu que faço. (Tatiana, 48 anos).

O ganho das mulheres com o emprego vai além da remuneração. Muitas têm o comportamento alterado em virtude do acesso ao mundo moderno e público, possibilitado pela cultura do consumo. Tal situação, entretanto, é vista como de má índole por pessoas nativas, sobretudo mulheres idosas, como vimos na seção 3.1.1., uma vez que, para essas pessoas, a liberdade e autonomia feminina são sinônimos de desrespeito, ferindo a ordem tradicional patriarcal, reproduzindo a lei do pai. Isso porque, no estado atual da localidade, “tem muito serviço aí pras mulheres, daqui a uns dias as mulheres já é independentes”, prevê Francisca (27 anos), estando elas empoderadas e autônomas, não distinguindo solteiras de casadas.

Na dinâmica tradicional de família, a mulher realiza o trabalho doméstico e, também, comercializa o pescado, porque, como informa Miller (1992, p. 52), “quando os homens não estão em casa, o comércio do peixe é feito pelas esposas (desde que estas saibam lidar com a balança de pesar o peixe), uma vez que são elas que estão sempre em casa cuidando dos afazeres domésticos”, o que é corroborado por Francisca (27 anos): “quando ele (marido) num tá em casa eu vendo ou mando a mãe [vender], porque eu não sei mexer com a balança”, cumprindo a determinação do marido: “quando eu não tô em casa ela assume a venda, ela com a minha sogra, que é a mãe dela, aí elas vende”. (Maurício, 32 anos).

Na perspectiva de Diogo (28 anos), o trabalho de sua esposa com a pesca seguia processo análogo, pois esta tratava o pescado e “vendia de vez em quando, quando tinha [peixe] dentro de casa, e quando eu (ele) não tava (em casa)”, situação em que a pesca é do homem e o peixe é da mulher (MOTTA-MAUÉS, 1999), a qual

deve beneficiar para a comercialização: “*quando ele (marido) pega o peixe eu que tomo de conta pra vender*” (Mariana, 42 anos).

Essa configuração de pessoas da família trabalhando conjuntamente em prol do trabalho pesqueiro está cada vez mais distante da atual situação na localidade. O advento do turismo separou o homem e a mulher do trabalho na pesca artesanal. A renda da esposa-mãe passou a ser vantajosa para a família, pois obrigações que antes eram exclusivas do marido agora estão divididas. A pesca do homem continua como relevante, pois “*é um trabalho que rende, que dá pra colocar comida na mesa todos os dias em que ele (marido) vai*” (Mariana, 42 anos).

Nesse sentido, o turismo tem seus benefícios reduzidos à esfera econômica e à emancipação feminina, desfrutando de notória aprovação das pessoas da pesca, embora essas pessoas demonstrem relativa capacidade de reflexividade acerca dos riscos e desafios oriundos dessa mesma atividade econômica, mas que aparentam menor importância frente às oportunidades e aos ganhos capitais.

3.2.3 “*Num vou porque eu me embriago*”: aspectos de desistência da pesca

A juventude é o vigor da atividade pesqueira. É a partir das pessoas jovens que a atividade garante perspectivas de seguir sempre atualizada e de se perpetuar através de gerações. Nesse sentido, a juventude possui importância considerável à manutenção (ou não) dos traços culturais os quais podem ser repassados.

A pesca artesanal é uma atividade que em sua realização exige muita força física e exímias habilidades sensitiva e corporal, do contrário não se consegue com destreza realizar o labor da pesca no mar. A partir dos 08 anos de idade, as crianças - todas do sexo masculino - eram socializadas para o ofício no mar de fora, situação adversa a qual nem todas as crianças conseguem suportar devido às rejeições do corpo e da mente, tendo em vista que “*têm muitos pescadores que num pescam no mar, porque num se dá com o balanço do mar, se embebeda... Aí pescam no rio, de tarrafa...*”, afirma Diego (35 anos).

Em favor dessa característica, existem pessoas (crianças/adolescentes) que se utilizam dessa prerrogativa para desistir da atividade, antes mesmo de começar.

Depende do cara, né? Às vezes o cara vai dizer que “ah, num vou porque eu me embriago”, e têm uns que vão mesmo e se embriagaram de fato. Aí

depende muito de cada um. Tem cara malandro que num quer trabalhar mesmo, aí fica inventando história. (Carlos, 34 anos).

Tais “desculpas” ocorrem porque na atualidade da localidade Barra Grande já existem outras tantas e novas atividades de trabalho formal para serem ocupadas, tendo em vista que no passado apenas existia a pesca e a agricultura. A obrigação para com o exercício compulsório da atividade pesqueira, então, cede lugar a novas perspectivas de trabalho. Por consequência, muitos jovens do sexo masculino optam pela construção civil, com foco em instalações turísticas no setor da hotelaria. Além disso, há na atualidade muitas formas de afirmação social para a juventude, em que não se leva em questão apenas o fato material em torno do capital, mas o simbólico, também, por inúmeras maneiras e possibilidades.

Em meio a isso, Diogo, sonha “*ser um grande carpinteiro (risos)*”, porque “*dá pra tirar mais ou menos um salário e meio por mês*”. Porém, se a mudança da atividade pesqueira para um outro setor produtivo tivesse como motivação primeira a remuneração, esta poderia ser uma escolha errada, pois na pescaria, em apenas um único dia de trabalho, João “*fez 1.003 [reais] só num peixe, e fez 180 noutro. Então ele fez 1.183 ontem, o valor de um salário, mais que um salário*” (Tião, 54 anos).

No passado (infância/adolescente de mães e de pais da atual juventude) não existia a diversidade empregatícia de hoje. Os pescadores já formados argumentam que não bastava inicialmente dispor de adaptação corporal ao meio aquático, muito menos habilidades extremadas para o exercício do ofício pesqueiro. Era uma época de muitas dificuldades, inexistindo a possibilidade de o filho do pescador escolher a pesca ou não. Assim, ou era a pescaria ou a agricultura, que também não era fácil e, por isso, não ganhava muitos adeptos.

Aí eu só estudava mesmo. Naquela época (da juventude/adolescência dos irmãos) só tinha pesca e agricultura. (Basílio, 23 anos).

Antigamente num tinha [outras formas de trabalho], ou era pesca ou era agricultura, na roça. Sobre agricultura... Antigamente, há 10, 15 anos atrás, era muita [gente trabalhando na roça], agora eles já estão mais..., porque os novatos não vão fazer roça, nem a pesca (risos). (Fernando, 38 anos).

Antigamente só era a pesca e a agricultura, hoje em dia você já tem mais coisas pra eles. (Tião, 54 anos).

O turismo possibilitou a implantação de muitos serviços públicos, a exemplo da escola. Por isso, filhas e filhos das pessoas da pesca passaram a frequentar com

maior assiduidade as aulas. Nisso, a tradição pesqueira experimentou baixas na transmissão do conhecimento pesqueiro, com redução do número de pescadores nos tempos atuais, obviamente. Ocorre que a pesca mostrou-se atrativa àqueles que não aproveitaram o tempo da escola para estudar e atualmente correm atrás do tempo perdido, na intenção de aproveitar as benesses da presença de turistas e a consequente valorização do pescado. Dessa maneira, retardatários têm procurado o pescador Maurício com vistas a ensinar o saber-fazer da pesca artesanal não como aspecto cultural, mas sim por questões econômicas.

Eu tô com um agora que é esse que tô te falando (Caio), esse de 21 anos. Num sei porque, eles (jovens) gostam muito de pescar, tem gente querendo aprender comigo. Já ensinei bem uns dois ou foi três. Bem aqui tem um, aqui atrás tem outro. Mas só que esse daqui (atrás da casa dele) num coisou (continuou) porque ele encontrou outra profissão, ele faz casa, trabalha de construção [civil]. Eu já ensinei bem uns 03 ou foi 04 já, aí de vez em quando eles convidam pra ir, mas só que eu num quero levar por que tá ventando, é perigoso. (Maurício, 32 anos).

A ausência de novos pescadores para dar continuidade à tradição pesqueira denuncia o possível fim da pesca artesanal em Barra Grande, sem cerimônias. No âmbito atual, atividades oportunizadas pelo turismo têm provocado rupturas na ordem moral familiar pela não reprodução da atividade pesqueira, incorrendo em iminentes ameaças à transmissão da cultura do mar pelas pessoas da pesca. Nesse sentido, nem sequer atividades pluriativas são postas como de complementaridade, uma vez que inexistente o compartilhamento da pesca com o assalariamento, provando-se tratar de perspectivas sem previsão de reversão do quadro instaurado¹³⁰. Assim, quando se opta pelo trabalho assalariado, a pesca é deslocada para uma atividade de lazer realizada nos momentos de folga do trabalho.

Do exposto, percebe-se que mudanças no interior das famílias pesqueiras fizeram surgir movimentações na organização do trabalho doméstico, bem como na autonomia das mulheres pelo incremento do capital que lhes possibilitou sair da subordinação aos maridos, além da reorientação da juventude quanto ao trabalho. A produção pesqueira sofreu redução de volume, mas atualmente tem-se maior valor monetário, gerando maiores dividendos às famílias pesqueiras. Na onda do turismo, o assalariamento de mulheres e jovens (sobretudo do sexo feminino) tem significado a luta por independência, embora as condições de trabalho continuem precarizadas,

¹³⁰ Tratamos disso mais profundamente na seção 3.4.3.

sem esquecer a prática dos baixos salários. A dificuldade continua para a juventude, que, embora as facilidades disponíveis, boa parte dos jovens, tanto meninas quanto meninos percebem obstáculos para iniciar projetos de vida. A atividade pesqueira, como vimos, foi ligeiramente abandonada, restando a iminente proletarização nos equipamentos turísticos, com ameaças ao fim da cultura ligada ao mar, em suma por práticas que versam sobre a racionalidade capitalista.

3.3 O trabalho na pesca artesanal e a mudança para o turismo

Vimos na seção anterior que a família e seus membros estão intimamente ligados pelo desempenho do trabalho. A menor coesão sociofamiliar em virtude do aumento do trabalho formal no turismo faz com que membros do grupo doméstico sofram alterações, entrando em vigor o viés individualista das pessoas. Embora isso, o dinheiro e a renda adquirida têm como destino a casa, tornando uma situação de transição da pesca para o turismo ante uma ruptura com a economia familiar. Nisso, o trabalho com base familiar atualiza-se às tratativas modernas do mundo urbano.

Nesta seção, o trabalho é analisado de forma mais abrangente, colocando margem ao debate em torno do trabalho vivo e morto, como também a autonomia presente no ofício das pessoas pescadoras, elemento de identificação profissional. O conhecimento pesqueiro, então, é sinônimo de respeito e admiração, além de ser a autonomia e a liberdade de quem labora no mar. Por outro lado, formas modernas de trabalho também são evidenciadas, de maneira a mostrar a realidade em curso.

3.3.1 “*Pesco porque gosto*”: pesca enquanto arte e ofício

O trabalho na pescaria, antes de qualquer coisa, é a realização pessoal de quem a pratica. O cotidiano na praia é marcado pela intimidade com o objeto de trabalho, lugar onde são estabelecidas as relações e firmados os compromissos com os grupos de trabalho. Com isso, destaca-se quem tem habilidade e o conhecimento necessários à leitura correta do ambiente livre e indiviso que é o mar, local onde as pessoas trabalham livremente com uso da dimensão simbólica e das subjetividades inerentes ao ambiente marítimo. Antes de servir ao capital, pois, o trabalho na pesca é fonte de renda e gerador de sobrevivência para as pessoas da pesca, provendo a tão requisitada felicidade social da trabalhadora e do trabalhador na pesca.

Nesses moldes, Basílio (23 anos) expõe a relação de seu pai com a pesca: “*ele é feliz pescando [...], já faz parte da vida dele. No dia que ele num vai [pescar], ele se sente mal*”. Por conta disso, o trabalho pesqueiro artesanal é a realização e a felicidade das pessoas que pescam. Ademais, quem pesca assume, além do ofício de pescador, o caráter único e exclusivo de identidade de vida na pesca: eu “*pesco porque gosto, eu gosto, gosto...*” (Marcondes, 69 anos). Mais ainda, a pesca é fonte importante de renda e de alimento para a reprodução do grupo doméstico, tendo em vista a particularidade em torno da prática pesqueira como elemento essencial na vida da pessoa que vive da pesca.

Sob o capitalismo, o sentido do trabalho é transformado. A felicidade social deixa de existir e passa à realização pelo assalariamento, que na prática é alienado e fetichizado (ANTUNES, 2009). Esses fatores, inclusive, corroboram a expropriação das pessoas trabalhadoras diante da condição humana em reproduzir-se.

Na pesca artesanal, prevalece o saber tradicional ante o tecnológico. Apesar de todo o aparato tecnológico disponível às diferentes etapas e tipos de pescaria, é o conhecimento pesqueiro que se sobrepõe. Ainda não há tecnologia que substitua inteiramente o “pescador mesmo”, até porque “*nós que já vive [da pesca], nós tem aquela experiência*” (Tião, 54 anos), ou seja, “*tem toda uma ciência por trás disso*”.

A gente marca no GPS, por exemplo, a altura do peixe, a maré também. Vou te explicar: a gente sai duas horas da madrugada, ela (maré) começa encher duas horas da madrugada na praia, aí ela tá enchendo, vai altear, vai encher. Aí esse peixe ele vem mais pra cá pra terra, por exemplo, amanhã de manhã [a maré] amanhece cheinha, ele fica mais aqui em terra, o peixe. E quando, por exemplo, a gente sai daqui às duas horas ela tá baixando, aí vai secando, aí [o peixe] já fica mais distante, é assim. Tem que acompanhar a marcação direitinho, se não for o cara vacila muito. (Maurício, 32 anos).

Todo o conhecimento tradicional adquirido ao longo do tempo na pescaria é o principal aspecto formador do “pescador mesmo”, o qual detém o ofício pesqueiro enquanto fator de identidade.

Eu não tenho outra profissão, porque aqui, fora a pesca, eu faço algumas coisinhas pela aqui, mas só negócio de pesca também. [...] Eu só não faço a canoa, mas se ela arrancar o fundo, eu boto, eu faço. Também é só o que eu sei mesmo de arte, a minha profissão é só isso mesmo. (Tião, 54 anos).

O trabalho liberto que identifica a pesca artesanal diz respeito à jornada de trabalho longe do regime regular do trabalho formal. Por isso que o pescador mesmo “*num se acostuma no trabalho cumprindo horário*” (Carlos, 34 anos). Mais ainda, quem pesca em Barra Grande possui muito tempo livre, pois a pescaria que se inicia na madrugada tem fim ainda pela manhã, utilizando como marcação do tempo a duração da maré (de 06 a 08 horas/dia), sobrando o restante do dia para descanso e socialização junto a companheiros e familiares.

O trabalho na pesca artesanal é marcado pela ausência do relógio e pode ser realizado, ainda, sem a posse de alguns dos meios de produção. Isso porque o pescador artesanal possui conhecimento sobre os ciclos e do meio ambiente em que realiza seu trabalho, permitindo-lhe “discernir tipos de ventos, cardumes, períodos relativos ao calendário lunar e mais aptos à captura de certos tipos de pescados, melhores locais de pescaria e outros” (RAMALHO, 2006, p. 52), além de saber lidar com as mais incomuns das adversidades do meio marítimo.

A dificuldade no mar é o seguinte, é quando tá ventando muito você tem muita dificuldade, você não chega em cima do ponto certo. Se você andar a vela num dá pra chegar no ponto, você perde o rumo porque o vento tira de todo jeito. Tando ventando dificulta tudo. Ela (a rede) vai embolar, pega umas algas que é o lodo, pedra e tudo. [O vento] tando brando é tudo é mais fácil. Uma maré grande, que é uma maré de lua, também dificulta. Você num pesca direito porque a maré puxa muito. (Ronaldo, 51 anos).

Acordos de trabalho na pesca são feitos na base da palavra, com “cláusulas” discutidas antes da pescaria. Na localidade Barra Grande, os grupos de trabalho são fixos. Cada embarcação possui seus tripulantes certos, apesar de em uma ou outra pescaria específica haver variações. Para a composição da tripulação e grupos de trabalho, leva-se em conta a responsabilidade do tripulante e ausência de vícios (no álcool, principalmente), atributo primeiro para ser aceito na embarcação.

[...] eu tenho um pescador que pesca mais eu a semana todinha, aí quando é sábado, domingo e segunda é bêbado, que é o Paulo, que mora ali e que indagora tava comigo aqui. É aquela coisa, um pescador desse ele nunca vai ter nada na vida. Então ele num tem é de nada, porque tudo que ele pega ele já pensa é na brincadeira. E hoje pra você ter alguma coisinha na vida, você tem que abandonar todo vício que você tem, porque todo vício é caro. Se você fumar cigarro é caro, se você fumar maconha é caro, se você comprar cachaça é caro. (Tião, 54 anos).

Quanto à divisão da produção, o acordo de repartição do pescado também predomina, não perfazendo relações capitais nesta etapa. Nisso, quase sempre, o dono da embarcação (que em geral é o mestre) assume toda a despesa da pescaria (rancho, combustível etc.) e disponibiliza os instrumentos de trabalho, com exceção da linha, que é de responsabilidade de cada tripulante. Ademais, o pescador mestre informa a tripulação sobre a divisão das partes do que for capturado.

Já eu com os pescadores eu faço de metade: é metade minha [50%] e metade deles dois [25% para cada um]. Tudo (embarcação, rede e rancho), tudo é meu! (Diego, 35 anos).

Eu tenho a canoa, aí a canoa corre um quarto (a parte da canoa). Que nem ele (João) fez 1.000 [reais], eu tenho 250 [reais]. Se ele fez 1.180, a minha produção (parte) era 290 reais. Aí então o que foi que eu fiz? “Me dê só os 200 [reais]”, aí o resto foi dele. Então é o seguinte, toda produção que der dentro daquela embarcação, o que correr aí eu tô ganhando um quarto, é assim. (Tião, 54 anos).

Para além da repartição do pescado, a tripulação de Maurício trabalha com outra forma de divisão. Os três tripulantes dispõem de seus próprios instrumentos de trabalho (redes, linhas e anzóis), individualizando a produção que é identificada por tipos de corte no pescado¹³¹, de acordo com o combinado pelo grupo. Nesse acordo, apenas o dono da embarcação (Maurício) é dispensado do combustível, atribuição dos outros tripulantes (cada um contribui com cerca de dois litros de combustível).

A produção, eu sou o dono [da embarcação e das redes], de tudo lá, mas só que agora o meu irmão que pesca comigo (Teobaldo), os meus dois pescador tem (Caio é o outro tripulante), cada um deles tem as redes deles, o que der é deles lá. Já as minhas redes são mais, às vezes dá mais [peixe] de que eles, eles ajudam só no combustível, que é na gasolina, todo dia dá dois litros cada um deles, quatro litros, todo dia. Aí eles me ajudam só nisso mesmo. (Maurício, 32 anos).

Entretanto, Maurício considera esse acordo como não totalmente vantajoso para ele, até porque a divisão que seguem não leva em conta a parte destinada à manutenção da embarcação.

O certo, se fosse tudo meu, mas só que eles tão pescando pra eles mesmo, pescam na minha canoa, mas só que o que dá na rede deles, é deles. Mas,

¹³¹ Quando o peixe é capturado e trazido à embarcação, cada tripulante realiza um pequeno corte no peixe para posterior identificação quando da divisão. Assim, por exemplo, um pescador faz um corte transversal na parte superior da cauda do peixe; outro faz um corte próximo à cabeça; por fim, outro realiza um corte na barriga do peixe.

por exemplo, quando é tudo só meu lá, é assim: se fizer dois mil reais, [hum] mil é da canoa e os outros [hum] mil eu divido pra nós três, que é como se fosse pros outros dois e pra mim, os mil é fora a parte da canoa. Por exemplo, a canoa tá precisando de um conserto, a gente vai guardar o dinheiro, aí vai ajeitar ela todinha, aí esse dinheiro já é dela (da canoa), os mil reais já é pra pagar os trabalhador pra consertar ela. (Maurício, 32 anos).

Vale ressaltar que o requisito para composição dos grupos de trabalho está mais para a relação de proximidade (parentesco, pertencimento) dos tripulantes do que para a racionalidade pesqueira, como vimos na seção 3.2.1. Numa observação e contato mais apurados, percebi que as relações de reciprocidade prevalecem nos grupos de trabalho. Assim, não há conflitos entre os tripulantes, não há cobrança por aumento de produção, não existem divergências nos acordos firmados verbalmente, nem competição interna entre eles. O que existe é uma relação solidária entre os tripulantes e entre os grupos de pesca, talvez em decorrência da baixa capitalização da atividade pesqueira e também da pouca quantidade de pescadores disponíveis para compor novos grupos de trabalho, inviabilizando o aparecimento de conflitos.

Entretanto, pela própria economia movimentada pelo turismo, existe certa racionalidade na pesca em Barra Grande, até porque a pesca artesanal é feita sob os princípios de uma economia capitalista¹³². Entre grupos de trabalho com foco na produtividade, tem destaque o grupo liderado por Maurício, o qual parece ser o único com denotada racionalidade, pois pescam todo dia, sem falhar, afirma Ronaldo (51 anos): “o Maurício, meu genro, esse aí vai todo dia”. Quanto aos demais, no entanto, predomina o sossego e a tranquilidade, não importando a pesca diária, muito menos o tamanho da produção e tipos de espécies capturadas. Mesmo possuindo relativa acepção capitalista, o grupo de Maurício não pesca para o mercado em rede, nem para armador de pesca. A produção, em quase sua totalidade, é vendida a nativos e proprietários de bares e restaurantes da beira da praia, embora as sobras (quando existem) sejam revendidas a intermediários da própria localidade, conhecidos como pequenos revendedores de peixes.

As pessoas da pesca parecem ter parado no tempo (ou não acompanhado o mercado capitalista), porque, embora haja racionalização sobre a pesca artesanal, mantêm-se integradas formas antigas que versam sobre a realização da atividade.

¹³² Apesar dos vínculos e valores simbólicos, o pagamento em forma de partilha e os acordos verbais firmados entre os pescadores, a base da pesca artesanal se sustenta mediante relações capitais, sendo a comercialização do pescado a principal atribuição dessa característica.

Apesar de existir mercado para comercialização da produção, não é emergente para quem pesca a intenção de capturar espécies de peixes de maior valor comercial. Ademais, não há o emprego de tecnologia apropriada para captura de um excedente considerável de pescado¹³³, visto não ser esse o objetivo principal de quem vivencia a pesca local, predominando uma pequena pesca, definida pela cultura do lugar.

Já em forma reduzida, a pesca artesanal parece ser vítima da racionalidade capitalista derivada não da própria pesca, mas de uma atividade externa: o turismo. Embora a pesca industrial-capitalista tenha induzido a proletarização de milhares de pescadores artesanais ao longo do extenso litoral brasileiro, o turismo tem servido para o mesmo fim. De forma residual, seguindo o mesmo ritmo, há possibilidades de em um curto espaço de tempo a pesca artesanal desaparecer. Nesse relevo, formas modernas de trabalho através da pluriatividade, acentua Graziano da Silva (1997), tendem a transformar o lugar tradicional da pesca em Barra Grande em um “novo rural”, permeado por novas atividades econômicas e de trabalho, solapando com as atividades tradicionais, marcando o início do fim de uma cultura e de um modo de vida específicos, como já acontece de maneira extensa. A tendência é a diminuição progressiva da pesca artesanal em virtude do fortalecimento da atividade do turismo. Nesse horizonte, o cabedal de conhecimentos com a cosmovisão da pesca tende a se perder com o passar dos tempos, restando tão somente a identidade de pescador e de pescadora nas pessoas mais antigas da pesca.

O papai (Marcondes) pesca porque ele quer - já é aposentado - porque é uma coisa que ele gosta. No dia em que ele não for ele fica doente. Então, ao invés de ele ficar doente, é melhor ele ir pescar mesmo. É uma coisa que ele gosta, é uma coisa que faz parte dele. (Sávio, 33 anos).

Ele (marido) mesmo quando está por aqui sem ir, ele fica aperreado, fica agoniado, porque é acostumado... E ele mesmo não sabe fazer outra coisa a não ser a pesca. Então quando ele fica sem ir para o mar, ele já fica agoniado, aperreado, reclamando. Ele não sabe fazer outra coisa a não ser o serviço dele mesmo. (Mariana, 42 anos).

¹³³ Pode-se inferir, também, que a falta de gelo e de um mercado impulsionado por um armador de pesca ou atravessador, bem como a ausência de racionalidade e de capital, contribuem para a baixa produção pesqueira, porque os pescadores não têm como armazenar o pescado em pescarias que duram mais de um dia, assim como também não conseguiriam vender tal produção pela inexistência de atravessador, assim como não poderiam armazenar a produção em suas pesqueiras, visto não haver congeladores suficientes. Este cenário propício não contribuiu para a existência de uma pessoa da localidade para atuar como intermediário, ou que bancasse as pescarias com a finalidade capital, posto que somente existe na localidade pequenos revendedores de peixes, que realizam a compra do excedente para revender em peixarias na própria localidade.

O Ronaldo é que às vezes ele sai assim (fazendo passeios de barco com turistas), mas o negócio dele é a pesca, no dia que ele num pesca, é como se ficasse doente. [...] no dia que ele num vai ele fica desinquieto, passa o dia todo na beira da praia caminhando, mexendo nas canoas. Vai nessa praia, vai na Camboa, é desse jeito. (Joana, 48 anos).

Quanto mais o turismo avança mais a pesca artesanal sofre baixas, apesar da atividade do turismo servir como garantia para melhores vendas. As baixas estão relacionadas à desistência da pesca, fundamento pelo qual a localidade Coqueiro da Praia (no município vizinho, Luís Correia) experimenta uma diminuição numerosa de pessoas pescando, sem precisar um efeito reverso.

Olha, alí no Coqueiro da Praia os pescadores de lá tudo é vigiando casa, é tomando de conta, pouquinho gente pesca. Com o tempo vai acontecer em Barra Grande também, vai. Vai porque já tem, já tem muito pescador aqui que quase não pesca. Né nada não, você vai vigiar uma pousada dessas daí, você já vai tomar de conta, pra tudo, tudo, tudo. Tem muito pescador aqui que é ele e a mulher empregada, já tomando de conta. O camarada (dono de residência de veraneio) só vem em final de mês, aí já quer um caseiro pra tomar de conta, aí já tem um bocado empregado nessa arrumação, assim. O mar já é um pouco difícil pra gente lutar com ele, e o cara achando uma oportunidade dessas, ele já não gostando do mar, aí é que ele num vai mais. Ela (a pesca) tá diminuindo, as embarcações tá ficando mais pouca, porque não tem o pescador pra pescar. Aqueles filhos de pescador mais novo num quer, já os mais velho tão morrendo, outros se aposentando. (Tião, 54 anos).

Indagora ele (fazendo referência a um pescador de fora da localidade) falou uma coisa aí que eu mesmo só num falei nada por que num... Dizia que lá no Coqueiro não tem mais pescaria, num sei o que, que os barcos acabaram com os peixe... É nada, rapaz! Lá num tem mais pescaria porque num tem é pescador. Até que depois ele falou a verdade: “não, mas é verdade, agora os pescador de lá quer é cuidar de casa de fulano, é cuidar de casa de fulana, aí deixa a pescaria de mão”. Eu falei pra ele: “ôh, pois pra nós aqui num tem um mar melhor de peixe de que o mar do Coqueiro”, aí ele: “é verdade, alí é bom de peixe, num sei o que”, aí eu dizendo: “eh, mas eu num vejo mais nem falar em pescaria mais no Coqueiro, que nós vamos pro mar e num ver uma canoa mais de [pescador do] Coqueiro”, aí ele: “realmente é verdade mesmo, a negrada lá tudo agora querem é tomar conta de casa de gringo, lá o máximo que tem é quatro canoinha pescando”. Ora, se não foram pescar mais. Aí desse jeito é que vai acabando a pescaria. Vai saindo um, vai saindo outro e vai acabando. (João, 37 anos).

É importante destacar diferenças na forma como o turismo é praticado nas duas localidades. Em Coqueiro da Praia, há o predomínio de residências e casas de veraneio, perfazendo um turismo de segunda residência. Nesses moldes, os imóveis passam meses do ano vazios, favorecendo o emprego de pessoas locais nas funções de caseiro e vigia, recrutando muito mais homens que mulheres, apesar destas últimas serem contratadas temporariamente para a limpeza dos imóveis. Em

Barra Grande, inversamente, existe uma cadeia completa de equipamentos do turismo, situação que requer mão de obra especializada. Com isso, as mulheres são facilmente contratadas para as funções de menor expressão, enquanto os homens são contratados, principalmente, de forma temporária, temendo perder os benefícios sociais como o seguro defeso. Assim, a situação de Barra Grande guarda diferenças evidentes com a localidade Coqueiro da Praia.

O pescador, em vias de adaptar-se às adversidades climáticas e naturais da produção pesqueira, recorre a alternativas para prover a pesca, mesmo quando esta está fraca. A marambaia figura como eficiente instrumento de respeitabilidade da natureza¹³⁴, porque são confeccionadas artesanalmente e de modo a não agredir o ambiente marinho. Além disso, garante produção quase o ano inteiro, sobretudo nos meses de agosto a dezembro - quando os ventos fortes dificultam e até impedem a entrada do pescador no mar.

Tu é doido, a marambaia aí livra muito nós... A marambaia livra mais a gente de sofrer mais ainda, porque se não fosse essas marambaias era obrigado nós ir pescar de rede de madrugada ou agora nessa ventania de tarde, que num tinha condição de nós ir num vento desse. A marambaia a gente sai de manhã, é de dia a pescaria de marambaia, e a gente vai. Se não fosse a marambaia a gente ia depender da natureza. A marambaia aí é um pesqueiro que a gente faz... É pra salvar o dia. Por um tempo desse aí (de fortes ventos), se não fosse a marambaia, nós tava sofrendo... (João, 37 anos).

Quando o negócio tá ruim, aí chega um verãozão (período que vai de agosto a dezembro) desse, vai pra marambaia... (Ronaldo, 51 anos).

A marambaia, pelo sucesso empreendido nas pescarias, constitui-se como a principal arte de pesca em Barra Grande, superando até mesmo a pescaria de rede:

Quando eu comecei a pescar só tinha uma marambaia aqui, só a do titio aqui mesmo. Agora a gente aumentou, fizemos mais marambaias, hoje a gente pesca mais em marambaia. Em pescaria de rede é o mesmo sistema de 20 anos atrás, é a mesma coisa hoje. (Carlos, 34 anos).

Por ser um exemplo de arte de pesca, a marambaia garante ao pescador o mínimo possível de sucesso na pescaria, ao tempo que serve para individualizar os grupos de trabalho e demarcar seus territórios, uma vez que cada tripulação constrói e possui o direito de uso de uso exclusivo da marambaia:

¹³⁴ Desde que respeitadas as normas de construção com uso de madeiras permitidas pelos órgãos fiscalizadores, isso porque há relatos de pescadores que utilizam carcaças de geladeira, pneus usados e madeira de mangue para construir as marambaias, o que é proibido.

Cada dono de uma canoa faz a sua marambaia. (Diego, 35 anos).

Tudo marcado, cada qual tem o seu [pescueiro], eu tenho cinco [pescueiros/marambaias]. (Maurício, 32 anos).

Como esse tempo agora nós tamos pescando em marambaia, cada qual pesca na sua marambaia, como nós tamos pegando peixe, eles (outros pescadores) querem ir lá pra onde nós tamos, mas aí eles não pode, porque tá no nosso território, que é as nossa marambaia. Eles não ajudaram cortar madeira, [eles] não têm direito, [eles só podem ficar nas marambaias] só se nós autorizar: “pode ir mais nós, pode jogar teus ferro aí pertin”, aí eles jogam. (João, 37 anos).

Construída para atrair peixes e garantir a pesca nos momentos de insucesso pela adversidade natural, a marambaia tem servido, ainda, para atração de turistas, a exemplo de Ronaldo, que realiza passeios turísticos a uma de suas marambaias.

Eu tô pensando de mudar pro turismo, mas num paro a pesca, não, porque eu quero levar o turista pra pescar e mostrar como é o trabalho do pescador, como é difícil [a pescaria], pra ele saber que o peixe num é tão caro quando ele vai lá e lançar uma coisa fora (no mar de fora), pra ele dizer: “eu sou mais antes tá lá comprando [do que pescando]”, entendeu? (Ronaldo, 51 anos).

O sentido antagônico dado à marambaia força novas ressignificações sobre as artes de pesca, que também são utilizadas como artes para o turismo, o que faz seu Ronaldo pensar em trocar a pesca pelo turismo:

Ele (Ronaldo) dizendo que se a lanchinha [...] fosse dele mesmo, ele dizendo que num pescava, não. Ele ficava mesmo só trabalhando em barco de turismo. [A lancha] é do irmão dele, do Humberto. Tem vez que é 200, 300 reais o passeio. (Joana, 48 anos).

Assim como já vem ocorrendo na localidade vizinha (Coqueiro da Praia), o turismo passa a ter efeito direto sobre o trabalho pesqueiro. São muitas as mutações para adequar-se a um novo significado, indicando o possível fim da pescaria não somente pela proletarização das pessoas da pesca em atividades pluriativas ligadas ao turismo, mas pelo próprio significado da pesca que sofre alterações, podendo ter sua atividade fim (captura do pescado) transformada em outra, qual seja: o passeio turístico. De uma forma ou de outra, o trabalho na pesca artesanal encontra-se em evidente processo de deslocamento e supressão para atividades modernas no setor do turismo, podendo incorrer, inclusive, no seu fim enquanto atividade econômica pautada na tradição.

3.3.2 “*Todo dia tem dinheiro, todo dia tem o peixe pra comer*”: como é trabalhar na pesca artesanal

Reconhecido pela dinâmica em torno do trabalho em meio à natureza pura, a pesca e quem a pratica deve ter intimidade com o meio aquático, lugar de trabalho de artistas do mar. O ofício pesqueiro, pois, se inscreve na instabilidade do ambiente marinho, lugar por excelência de homens e de mulheres (estas, entretanto, proibidas pela construção social em torno do gênero) que extraem das águas e do turismo o alimento e a fonte de renda, necessários à reprodução do grupo doméstico.

A luta na pesca não gira em torno apenas em saber lidar com a natureza. Há outros elementos inerentes à pesca que demandam ardilosa percepção. A presença de intermediários denuncia um mercado capitalista sobre a atividade pesqueira, transformando o pescado em produto capitalista, ou uma simples moeda de troca que assujeita as pessoas trabalhadoras livres do mar. Ao assalariar-se em barcos de armadores de pesca, quem pesca perde, progressivamente, a condição de pescador liberto e realizado, o que não acontece na pesca de armador, porque o pescador é reduzido a assalariado, recebendo ordens de um patrão.

Essas pescarias desses barcos lá (de Parnaíba, em pescarias organizadas pelo armador de pesca) pegam [muito] peixe, mas o pescador num ganha nada, não. Lá eles fazem assim, lá o pescador num tem despesa, não. Lá o mestre num é o dono não, o dono [da embarcação] é o patrão. A produção desses barcos o pescador num tem despesa nenhuma, lá tudo é por conta do dono do barco. O que eles fazem? Por exemplo, a cavala eles tão vendendo, no mínimo, é de 15 conto o quilo, o mínimo, mas pro pescador paga de um real [o quilo]. Aí tem condição? E sempre é esse peixe de primeira, e o peixe que é de segunda que num tem esse valor? Acho que tem peixe que pagam o pescador até de 50 centavos [o quilo]. Aqui era desse jeito, mas aqui os pescador num quis ir mais pescar, não. Antigamente, quando tinha gelo na fábrica aí, quando o barco pega a despesa mesmo, o dono [da embarcação] gasta com gelo, compra rancho, botijão, tudo, aí tem que fazer assim com os pescador (pagar uma espécie de comissão), se não... Pra fora mesmo, eu já fiquei sabendo que tem os barcos que passam de um mês no mar. Eles pagam um salário por mês, pode ser a produção que for. É [um pescador] assalariado, é um emprego que eles têm assalariado, carteira assinada e tudo, o pescador só recebe ordens. (João, 37 anos).

Nesses moldes, não há divisão da produção e não se tomam mais decisões sobre o quê e onde pescar, inexistente autonomia para ir e vir quando quiserem, porque

tudo é administrado pelo patrão, transformando o pescador liberto em cativo¹³⁵. Com isso, as pessoas da pesca em Barra Grande – ao menos por enquanto – encontram-se livres da exploração capitalista devido à quase ausência desses agentes, posto que “*cada uma daquelas canoas tem seu dono, é tudin que trabalha tem sua canoa*”, revela Maurício (32 anos).

A gente tira uma partezinha pra comer, é a bóia que a gente chama. E o resto é pra trocar por dinheiro. O peixe, basicamente, é vendido todo aqui, é noventa por cento. Compra, [dono de pousada] compra, dependendo do peixe: peixe vermelho, no caso o ariacó, quando a gente pega, a cavala, o robalo, o serra grande, esse tipo de peixe; num é esses outros peixinhos que nem o coró, curuca, esses aí eles num se interessam, só o pessoal da comunidade mesmo. (Carlos, 34 anos).

Devido a essa característica peculiar, a pescaria apresenta-se como a mais vantajosa das formas de trabalho para a população nativa de Barra Grande:

Mas o melhor mesmo de coisar (trabalhar) é a pesca, porque a pesca o pouco que pega, dá. Todo dia tem o peixe pra comer, e vende também, gera dinheiro. O Maurício disse que num deixa a pesca dele por serviço nenhum. A canoa é dele, na hora que ele quer ir ele vai, no dia se quiser ir vai, se num quiser num vai, é assim. De todos os serviços a pesca é o que mais dá futuro é a pesca, aqui na Barra Grande. Olha, quem tem uma canoazinha aqui na Barra Grande com rede, num passa necessidade, não, porque todo dia tem dinheiro. (Joana, 48 anos).

Nesse âmbito, o ofício pesqueiro representa a totalidade do ser social, a condição própria e inalienável de reprodução social e familiar às pessoas da pesca, as quais produzem a subsistência e o excedente que gera dinheiro para compra do que não conseguem produzir. O trabalho na pesca artesanal, então, torna exequível o sustento do grupo doméstico. Em essência, o trabalho na pesca não se restringe à esfera econômica, pois em termos finais, argumenta Ramalho (2007, p. 90), “reflete projetos de existências, busca de autonomias, modos de ser, ver e sentir o mundo, ocupando papel de destaque e de centralidade” na vida de quem vive da pesca. Por isso Maurício “*num troca a pesca dele por emprego nenhum no mundo*” (Francisca, 27 anos), nem se fosse pra ganhar mais que dois salários, assegura o pescador.

Assim, Maurício (32 anos) sustenta não querer trocar a pescaria por nenhum outro trabalho, “*porque foi através daí que eu fui construindo minha família, eu fui*

¹³⁵ Segundo Woortmann (1990, p. 43, grifo da autora), o trabalhador cativo é aquele que “não controla o processo de trabalho e porque este é organizado sob as ordens de um *patrão* e não pelos princípios do parentesco e sob o ‘governo’ do *pai*” ou mesmo de si próprio.

melhorando de vida. Hoje eu só vivo da pesca, me sinto orgulhoso”; outrossim, “o que eu tenho pra dizer é que eu não tenho do que me queixar da minha vida que eu tenho, não, que é a pesca”, revela Tião (54 anos), pescador mais velho.

Eu não trocaria o meu serviço [na pesca] pra mim ganhar dois ou três salários, não. Eu não trocaria de jeito nenhum, acredita? Tô te falando, eu não troco minha profissão, não. Pra te falar a verdade, eu tenho orgulho do que faço (com um largo sorriso no rosto). (Maurício, 32 anos).

Eu só vou deixar a pesca só quando eu num puder mais, porque eu mesmo, além de eu já viver dela desde a idade de dez anos, a minha família é toda de pescador, eu não vejo outro ganho melhor. (Tião, 54 anos).

A pesca artesanal em Barra Grande, pois, continua sendo atrativa a antigos pescadores. Ademais, nenhum outro tipo de trabalho na localidade garante liberdade e autonomia senão a pesca, razão para resistência de pescadores para continuação na atividade, porque no mínimo há o que se comer todos os dias, além do acréscimo diário da renda, porque *“todo peixe que aparece ele é vendido, e antigamente num era assim”* (Manoela, 65 anos), situação que torna pesca viável economicamente.

Por outro lado, a pesca não tem atraído pessoas jovens para sua realização, o que pode estar associado a maior oferta de trabalho formal nos equipamentos do turismo, bem como por questões simbólicas com a admissão de projetos de vida que se inauguram na possibilidade juvenil por perspectivas maiores e mais expressivas que a pesca, tendo em vista a diversidade de fatores limitantes na pesca, sobretudo pela evidência de riscos e perigos.

O processo de trabalho na pesca artesanal passou por mudanças internas, com vistas à sua modernização. A modernização ocorre pela adoção e incremento de instrumentos com o objetivo de racionalizar a pescaria e foco na produtividade, o que equivale a embarcações motorizadas e equipamentos de navegação, em geral.

O barco é à vela, mas tem o motor, é uma canoa. Depois que apareceram esses motores é até uma boa pra gente, porque quando num era o motor... Por que a vela quem manda é o vento, né? [Sem o motor] têm vezes que dá pra gente encostar aqui em Barra Grande, têm vezes que encosta em Macapá, até no Coqueiro e em Luís Correia tem muitos que encostam. Pra voltar tem que bordejar (mudar de rumo frequentemente, orientado pela direção do vento). Com o motor, não. Aí sobe [o mar], né? (Diego, 35 anos).

Na pesca artesanal de Barra Grande, o destaque dado à modernização fica por conta do motor e do aparelho GPS, instrumentos acrescentados e que auxiliam

os pescadores no cotidiano do trabalho com o mar. Somente os dois itens têm sido capazes de garantir precisão na hora de encontrar os pontos de pesca e a rapidez necessária para o cumprimento do tempo da pescaria, instrumentos suficientes para elevar a produção doméstica e excedente. Embora empregue pouca tecnologia nas pescarias, o pescador vê-se dependente dessas ferramentas, tanto que não entra no mar somente com a vela, muito menos sem o aparelho de GPS.

Tal situação revela, inclusive, forte dependência de pescadores à tecnologia. Nisso, presenciei a tristeza de um pescador de 48 anos (irritado e quase chorando) por não encontrar o seu aparelho de GPS, o qual continha todas as posições dos pesqueiros. Assim, percebi que o conhecimento pesqueiro parece ter ficado a mercê da sorte, porque, sem o GPS, o pescador dizia não saber o que fazer para conseguir pescar, dando a imaginar que o conhecimento pesqueiro foi diminuído ou substituído pela memória de um simples aparelho tecnológico.



Imagem fotográfica 46: Pescador segurando um aparelho de GPS enquanto dá “voltas em anzóis” (adaptação de anzóis para a pesca do camurupim). José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.

O uso da navegação por GPS tem sido indispensável aos pescadores. Além de auxiliá-los com a localização precisa dos pesqueiros, lhes dá condições seguras no trajeto de ida e volta da pescaria:

A gente já tem o mar [pra se orientar], a onda do mar é sempre trazendo pra terra, pra cá pro nosso meio. E realmente, ainda mais agora com o

navegador, que não existia o navegador, agora que a gente... Só se de repente chover e a gente se arear (perder o sentido/orientação) mesmo, mas tem o navegador, não tem como a gente se perder, com o GPS a gente volta pra casa tranquilo. (Maurício, 32 anos).

A modernização sugere aumento de produtividade, haja vista a diminuição do tempo gasto nas pescarias, podendo ser maximizado com permanência maior no mar. Devido a condições anteriormente citadas, a pesca artesanal em Barra Grande não apresenta condições urgentes para aumento da produção pesqueira¹³⁶. Assim, sobretudo pela falta de gelo e de embarcações maiores, os pescadores não ficam no mar além do necessário para aumento da produção, vindo a repousar no continente por mais tempo.

Melhorias na produção e na renda para alguns pescadores também foram sentidas devido à modernização na pesca, embora tenham sido acompanhados por conflitos internos. O iminente aumento na produtividade pode estar associado a uso de artes de pesca proibidas, também oriundas do processo de modernização. Nesse sentido, a modernização de certa forma tornou mais exequível o trabalho pesqueiro, mas lhe trouxe complicações, sobretudo para a própria realização do trabalho.

A modernização da pesca combinada ao uso de artes de pesca predatórias concorre para o aumento da racionalidade capitalista sobre a pequena pesca. Para quem trabalha de forma tradicional e com devida a respeitabilidade ao objeto de trabalho, a angústia em ver a predação lhe causa insatisfação pelo mal que fazem ao seu trabalho.

Eu tava aqui quando eles (fiscais do IBAMA) vieram alugar a lancha porque os barcão tava arrastando lá, eu digo: “eu vou”. Rapaz, faz é pena o tanto de peixe que esses cabra tava rebolando na água, oh! Desse tamanho, desse tamanho (entre 10 e 15 centímetros), pescadinha, barbudo, judeu, pescada, tabinha... Era demais! Acho que nem multar num multaram. Hoje é que tá mais calmo, mas aqui nos canal que nós tamo pescando agora era barco demais de uma tal de Eliza, que é de Fortaleza. Ela tinha era mais de 60 barcos, tudo grande, duas redonas doidas, cascos de ferro. Aqui tem um camarada que pescava pra ela, ele dizendo: “olha Marcondes, num tem peixe nenhum que se livra da rede de camarão”, ele diz que “quando a gente queria pegar só peixe pra trazer, o mestre dava velocidade no barco, era robalo, era pescada amarela, era serra, era bonito, cavala, era bonito, era camurupim, tudo”. Agora quando era pro camarão, é devagar e dá muito é arraia, ele dizendo, porque arraia é peixe bem na areia, bem no chão, agora o outro peixe não, é peixe de meia água, aí tem que dá velocidade pra poder pegar, porque se não der ele [escapa]. (Marcondes, 69 anos).

¹³⁶ Mais informações sobre, rever a seção anterior, 3.3.1.

Exercer o ofício pesqueiro artesanal em Barra Grande tem suas vantagens, mas também existem complicações internas e externas que inviabiliza o aumento de produtividade e, conseqüentemente, de melhoria de renda.

Em meio a isso, o aumento considerável do lucro capitalista pela extração do mais-valor através do sobretrabalho, também faz aumentar a produção. Isso, porém, pela própria natureza da pesca artesanal de Barra Grande não guarda relação com a realidade local, seja pelas características da pesca praticada e o aspecto residual, como pela ausência de agentes capitalistas, conformando o trabalho no contexto de uma economia não capitalista.

3.3.3 “Hoje quase todo mundo tá vivendo do turismo”: mudanças nas formas do trabalho em Barra Grande

As vagas de trabalho temporário derivadas da sazonalidade turística acende grande interesse nas pessoas nativas, em razão da própria natureza de escassez do trabalho formal. Igualmente, grande parte das mulheres e dos homens que trabalha nos equipamentos do turismo em Barra Grande pede recusa de direitos trabalhistas, temendo complicações com o seguro defeso.

Só na parte do turismo, porque deu uma adiantada bacana mesmo, deu uma melhorada. Emprego mesmo em pousada... Indiretamente em restaurantes, em bares, de garçom, de atendente... Não é fixo, só é mesmo diária, diarista, final de semana, um feriado... Aí não tem carteira assinada. E aqui a maioria do povo não quer carteira assinada por causa da pesca, porque interfere na pesca, no seguro da pesca. Mas isso aí é uma besteira. (Miguel, 30 anos).

O cenário é propício para maximização do lucro pelo capitalista, que tem na restrição de impostos e encargos trabalhistas uma forma de racionalizar ainda mais os negócios. Dessa forma, o trabalho fixo é destinado em maior soma às mulheres, podendo, nesse caso, servir de base para pagamento de salários mais baixos e em condições menos satisfatórias e mais precarizadas.

Para os dois, porque mulher é mais é na parte de cozinha, arrumadeira; e o homem mesmo é mais o garçom, garçom é mais é homem. Ela (mulher) consegue trabalho fixo mais fácil do que o homem; o homem vai trabalhar a noite de garçom, de barman, no final de semana. A mulher mais é fixa. (Miguel, 30 anos).

O trabalho no turismo se apresenta como diversificado e capaz de abarcar o maior número de pessoas, tanto jovens, adultas e idosas. A pesca exerce função de atratividade para turistas que buscam experimentar o modo de vida pesqueiro, em meio à labuta cotidiana no mar. Percebendo a demanda, Ronaldo (51 anos) tenta integrar gradualmente as atividades na pesca e no turismo. Para isso, leva turistas para as marambaias: *“eu tenho um pesqueiro, tipo marambaia, que a gente monta, e eu levo turistas lá”*¹³⁷. Nesse âmbito, um trabalho é complemento do outro. Quando a pesca está fraca o turismo assume importância, e vice-versa.

Porém, a entrada nas atividades do turismo concorre para o fim da pesca, ou pode suscitar a existência de um “novo rural”, conforme argumento de Graziano da Silva (1997). Por essa razão a pesca tem sofrido redução de pessoas ano após ano, levando-as à proletarização nas atividades do turismo, sobretudo as pessoas jovens.

O lado bom é que todo mundo, como eu te falei, vivia antes da pesca e da agricultura. O índice de pescadores caiu, e hoje quase todo mundo tá vivendo do turismo, arrumou um emprego... Antes todo mundo não tinha condição de comprar um carro, hoje já tem. Num tinha condição de comprar uma moto, hoje já tem, entendeu? As coisas melhoraram também com o turismo. (Basílio, 23 anos).

Outro fator contribuinte ao fim da pesca são os riscos inerentes à atividade pesqueira artesanal. O trabalho no turismo concorre com a pesca de forma desleal, pois não há risco iminente de morte para quem trabalha numa pousada como existe na pesca, em que *“a vida do pescador está na cabeça de um prego”*¹³⁸ (Miguel, 30 anos), conclui Miguel: *“no turismo se torna melhor, é mais fácil e menos perigoso”*.

No entanto, nem tudo favorece as pessoas do lugar. A ocupação das vagas de emprego consideradas “melhores” e mais vantajosas fica a cargo das pessoas de fora, que apresentam melhor qualificação para o exercício dessas atividades.

Aqui mesmo na Barra Grande é pouca gente daqui [sendo admitidas para o trabalho nas pousadas], mais é gente de fora. (Elza, 34 anos).

As pessoas que vêm de fora morar [aqui] pegam um emprego que seria meu, que seria de outro daqui, mas com razão. Os caras vêm formados, os caras vêm qualificados na área e acaba que trabalham e moram. Aí o emprego que sobra é de garçom, é de serviços gerais, é de cozinheiro, essas coisas assim que qualquer pessoa sabe fazer. (Basílio, 23 anos).

¹³⁷ Discutimos melhor sobre isso na seção 3.3.1.

¹³⁸ Miguel complementa com a explicação do risco: *“se a cabeça de um prego daquele alí estiver comida (corroída pela ferrugem) e a tábua [da embarcação] sair, já era”*.

Tem gente aqui que você não sabe nem de onde é que veio, é um pedreiro, é um servente, é um pintor, é uma coisa, tem muita gente aqui empregada mesmo de fora. (Tião, 54 anos).

Nesse plano, a população nativa tem servido como mão de obra latente para acessar vagas de emprego nos equipamentos do turismo. São mulheres e jovens (a maioria do gênero feminino) que formam um exército de reserva “sempre preparado para entrar em ação em qualquer flutuação da demanda” (MARX, 2015, p. 542), que servem à necessidade capitalista para exploração da mão de obra local.

Sobre isso, existe um movimento de mão dupla entre as pessoas da pesca. Alguns pescadores, pois, estão desgostosos com a exclusão da pesca pelos jovens: “aquela nação mais jovem de hoje num quer abraçar o mar de jeito nenhum” (Tião, 54 anos). Entretanto, quando se faz referência aos seus filhos e netos, os mesmos pescadores querem vê-los distante da pesca, porque “o negócio deles é só estudar” (Diego, 35 anos), pois “pra você arrumar um emprego você tem que estudar” (Tião, 54 anos), condenando a pescaria ao fim iminente.

O assalariamento de jovens e de mulheres nos equipamentos turísticos já é realidade, embora ainda exerçam com a família alguma atividade na pesca. A baixa escolaridade e a recusa em sujeitar-se ao patrão são entraves para que pescadores deixem a pesca de vez e partam para atividades assalariadas antagônicas à pesca artesanal, a qual não requer educação formal, muito menos a figura do patrão para ordenar o exercício do trabalho.

Aqui, no meu tempo, quando eu estudava, só tinha até a quarta série [do ensino fundamental]. Eu cheguei, ainda, até a sexta [série], porque saí daqui e fui lá pro Cajueiro. Depois eu desisti, fui mais não! Já estava ganhando meu dinheiro, já tinha uns 17 ou 18 anos, já sabia ler e escrever, aí num ia sair daqui, né? (Diego, 35 anos).

Para quem vive na/da pesca há muito tempo e que não frequentou a sala de aula, abandonar a atividade é uma tarefa mais difícil, mas não impossível. Todavia, para as pessoas jovens que iniciam os estudos e têm maiores chances para ampliar as capacidades cognoscitivas via escola, abandonam a tradição pesqueira sem nem mesmo iniciá-la. Nem todas as pessoas jovens, porém, têm oportunidades parecidas e enveredam por outros caminhos, alguns tortuosos, enquanto outras optam mesmo pela pescaria, mas sem a aptidão para a leitura cosmológica sobre a atividade.

O acúmulo de responsabilidades é visto por Maurício (32 anos) como fator limitante para o concurso de novos pescadores: “eles num têm muito [interesse em aprender], não (risos), porque eles não querem ser mestre, preferem tá na frente [da embarcação], não querem muita responsabilidade, não”. Nessa situação, o pescador que não se interessa em aprender não conseguirá dominar a arte da pescaria. Este será um pescador parcial, incompleto, sem liberdade, nem autonomia.

O trabalho na pesca, nestas circunstâncias, pode ser substituído de modo mais acentuado por formas de trabalho assalariadas, o que já vem ocorrendo em processo acelerado. Contudo, não há como atestar o fim da pesca, ainda que os processos modernizantes proporcionados pelo turismo levem à criação de um tecido social heterogêneo voltado às práticas sociais e trabalhistas gestadas no urbano ou nas praias do mundo, através do *kitesurf*.

Nestas circunstâncias, os mundos moderno e tradicional persistem diante de uma séria de mudanças estruturais sobre o lugar das pessoas nativas e o não lugar do turismo. Além disso, é através desse contraste que são costuradas as relações e as interações necessárias à experiência turística. Depreende-se, com isso, que o trabalho em Barra Grande vivencia a dualidade da perspectiva tradicional aliada com formas modernas. A pesca artesanal, nesse relevo, deixa o *status* de protagonista e passa ao relativismo diante da racionalidade experimentada pelas pessoas nativas, situação a qual faz muitos pescadores enveredar por outras áreas, causando baixas nas tripulações e grupos de trabalho. Apesar das transformações em andamento, a resistência e luta de pouco mais de duas dezenas de pescadores define o ritmo e as mudanças pelas quais o trabalho pesqueiro artesanal tem conseguido se adaptar diante das transformações impostas pela estrutura do turismo¹³⁹.

Assim, é justo suscitar reflexões mais profundas acerca de como a juventude percebe as atividades de trabalho pela ótica da dualidade tradicional-moderna. Mais ainda, há se de perceber os resultados dessas transformações percebidas em Barra Grande enquanto situação limite para o ajustamento social juvenil acerca do papel da juventude para com as relações em torno do trabalho pesqueiro e formal, assim

¹³⁹ Segundo o pescador Marcondes (69 anos), quando a fábrica de gelo funcionava existia cerca de 200 pescadores na localidade, com barcos trabalhando para armadores e produção sendo negociada com intermediários. A maior parte dos pescadores provinha de outros municípios, como Luís Correia e Parnaíba, além de cearenses de Camocim e Chaval. A pesca, nesta época, tinha forte pungência econômica, pois era financiada por terceiros, combinando a uma extensa rede de atravessadores. O fim da fábrica de gelo culminou, instantaneamente, com o fim da atividade nesses moldes, denotando à pesca de Barra Grande o mesmo sentido de agora, quando a pesca é feita por poucas pessoas e em moldes de uma pequena economia pesqueira.

como as nuances que envolvem a juventude atual em meio à modernidade turística em seus cotidianos, o que veremos na seção seguinte.

3.4 Juventude e geração: será mesmo o fim da pesca?

As questões acerca do futuro da pesca artesanal figuram como preocupação latente a diversas pessoas, grupos e sociedades. O que se vê em Barra Grande é a negligência em torno da atividade, que sobrevive em meio às mesmas dificuldades de décadas atrás, com a diferença de se ter embarcações motorizadas e aparelhos de GPS. Do mais, a pesca artesanal convive com o abandono governamental que a torna residual, bem como pela ausência de novos pescadores, sendo essa a maior preocupação, porque é a tendência do fim da atividade tradicional pesqueira.

Esta seção trata sobre os rumos da pesca artesanal e a forma como tem se comportado diante das transformações sobre as pessoas agentes, mas com ênfase na juventude, que é a responsável por continuar com a atividade pesqueira.

Neste âmbito, são tomadas reflexões sobre o que motivou a juventude a não mais optar pela pesca, bem como a orientação de pais e mães mediante a atitude da prole em buscar outras formas de trabalho que não na pesca.

3.4.1 “A gente vai chegar um dia de não ir pescar porque não tem pescador”: ausências na pesca artesanal

Pescar demonstra ser uma atribuição natural das pessoas que vivenciam a cotidianidade da pesca no lugar onde vivem. A natureza dos saberes sensitivos em meio à atividade pesqueira são os de maior importância, revelando a habilidade para o trabalho nas águas do mar de fora, local onde o labor da pescaria de fato ocorre. Há, nesse horizonte, entre as pessoas da pesca, um sentimento comum acerca da realização do trabalho pesqueiro que ultrapassa gerações. Pessoas jovens, adultas e idosas formam o grupo de agentes potenciais da pesca, embora as primeiras estejam, no tempo atual, praticamente destituídas da pesca, por motivos variados.

Nessa perspectiva, as gerações de pessoas pescadoras (aquelas que têm a pesca como atividade econômica principal) experimentam tempo comum na ordem geracional, por meio de padrões de comportamento que foram permutados e que, de toda forma, dá semelhança às pessoas, apesar de serem pais e filhos, avôs e netos.

Lá no barco eu sou bem dizer o mestre, só num é por que o papai tá alí, o respeito é dele. Só que lá, eu é que faço o papel de mestre e ele o de ajudador, só que eu num vou dizer pra tu que eu sou o mestre. No começo, aí era só com ele, só que de tanto eu ir mais ele, que a nossa vida foi pescar nós dois juntos, aí eu fui pegando a prática dele, pegando, pegando... Pronto, hoje ele mesmo num é de dizer assim, que a gente vai e ele dá as ordens... Lá é assim, quando nós vamos, aí no barco, nós dois, num é lá ele de dizer assim: “bora ficar aqui”. Não! Quem manda é eu. (João, 37 anos).

A diferença geracional (de idade, somente) reside no respeito à hierarquia e à posição do mestre, que acumula conhecimento necessário ao equilíbrio do grupo de trabalho, mesmo que em seu interior seja realizada por pessoas em gradações etárias distintas¹⁴⁰. No caso de João e seu pai, Marcondes, por exemplo, a distinção principal versa sobre os valores simbólicos, uma vez que o conhecimento pesqueiro já está pareado, pois já foi transmitido e assimilado.

A interação entre as pessoas de gradações etárias diferentes concorre para a franca transmissão do conhecimento pesqueiro. Quando esta interação geracional deixa de existir, o risco do fim da arte pesqueira fica evidente. Tal situação compete decepção às pessoas mais velhas, guardiães dos segredos e do conhecimento em torno da atividade pesqueira artesanal. Este cenário suscita preocupação a muitos pescadores, pois veem encerrar a tradição que aprenderam com os antepassados, e que atualmente parece próxima do fim, como expressam as palavras de Maurício:

É triste, porque a gente vai ficando velho, por exemplo, a gente vai chegar um dia de não ir pescar porque não tem pescador mais [pra formar uma tripulação]. Sorte um dono de canoa que nem eu conseguir arranjar um pra ir ao menos de companhia, porque três já vai ficando mais difícil, porque realmente essa geração agora já... (Maurício, 32 anos).

Junto à modernidade, aparece como justificativa limitadora à pesca o árduo labor exercido sobre a sua realização, não tendo sido motivo para a desistência em épocas passadas, tendo em vista as características serem as mesmas. A dificuldade em torno da pesca - quando comparada às formas modernas de trabalho - aliada à educação liberal fez surgir nas pessoas da pesca ideais de projetos de vida que distanciam as futuras gerações pesqueiras, porque as filhas e os filhos precisam “ter

¹⁴⁰ A gradação etária serve para conferir *status* diferenciado às pessoas no transcurso da experiência acumulada (EISENSTADT, 1976), a exemplo do que ocorre com o mestre e os demais tripulantes dos grupos de trabalho na pesca.

um futuro diferente” (Elza, 34 anos), que admitem existir somente se for distante da labuta na pesca.

Em meio à situação, Miguel (30 anos) seguiu outros caminhos em respeito à orientação do pai (que também era pescador) o qual não o queria como pescador, justificando a vida de dificuldades e riscos inerentes à pesca¹⁴¹: *“mais é porque meu pai num queria também. Ele não queria. Ele já queria outra coisa, não queria que eu pegasse a vida dele, não. Ele queria que eu tivesse mais uma facilidade”*. A imagem acerca da “facilidade” faz referência a outra atividade que fosse diferente da pesca, podendo ser conquistada mediante o estudo do filho, como aconteceu com Miguel, o qual pôde passar em um concurso público em suma pela educação que tivera e que foi incentivado pela mãe e pelo pai.

Nessa perspectiva, sobressaem-se as vontades de pais e mães em garantir os estudos das filhas e dos filhos, de forma que possam ter acesso a oportunidades as quais mães e pais não tiveram.

Eu não quero que eles me ajudem na pesca, não. Eu quero que eles estudem. Pra se formar, pra ter um emprego melhor. (João, 37 anos).

Eu quero que eles (filha e filho) estudem. A minha menina tem 13 anos, então o sonho dela é estudar, se formar. Ela não pretende trabalhar assim, ela não pretende levar a vida dela que nem a minha, não: cuidar da casa, fazer esses trabalhos assim, não. Ela quer estudar, se formar, ganhar o dinheiro dela, ter o próprio trabalho dela. É assim! (Mariana, 42 anos).

Rapaz, acho que sim (que o filho vai seguir a pesca), mas só que eu não vou incentivar. O incentivo pra ele é só no colégio mesmo, eu não quero [o meu filho na pesca]. Eu já sei como é que é, é arriscado... Acredito que ele estudando é melhor, se forma, e é o que eu quero. (Maurício, 32 anos).

Queria que seguisse outra profissão, estudasse, estudasse pra ir pra um serviço mais... Uma profissão melhor, pra ele sobreviver melhor, porque a pescaria dá hoje, amanhã num dá, a pescaria [é instável]. (Fernando, 38 anos).

Aí você tem que querer estudar pra aprender aquilo alí pra mais tarde você ser gente, tem um emprego bom, ter um futuro mais pra frente, porque hoje em dia o que vale é vocês estudar. (Tião, 54 anos).

Vencer na vida através dos estudos requer não apenas força de vontade das filhas e dos filhos, mas condições financeiras da família que garanta a continuidade dos estudos, que é ofertado apenas na sede do município de Cajueiro da Praia ou em municípios vizinhos, como Parnaíba.

¹⁴¹ Na seção 3.1.1 discutimos mais profundamente os riscos e os perigos inerentes à pesca artesanal de forma geral.

O desafio que a gente tem de morar aqui é a questão dos estudos, cara. Se eu quiser me qualificar melhor eu preciso sair daqui e ir pra outro lugar. Tem o ônibus aí da universidade que é uma boa, né? É de graça, ele vai e volta [pra Parnaíba], e é de graça. Perde [muito tempo], tipo: “se eu trabalhasse de manhã e a tarde até às 17 horas, eu já não pegava, porque o ônibus sai às 16 horas”. Aí eu tenho que trabalhar só no turno da manhã, aí não tem emprego só pro turno da manhã. (Basílio, 23 anos).

O que eu acho mais desafiador aqui pro jovem é a questão do estudo. A preocupação só é essa assim. Aqui mesmo na Barra Grande, você vai até o nono ano, depois você vai passar pro primeiro ano do ensino médio, aí já tem uma dificuldade que já num é aqui, tem que ir logo pra lá (sede do município). O que eu vejo, a grande dificuldade, que um dia eu espero que chegue é isso aí, é não ter que sair daqui pra fazer o ensino médio no Cajueiro. Ao invés de sair daqui pra fazer uma faculdade no Cajueiro, aí era diferente, porque é mais difícil. (Carlos, 34 anos).

Embora indiquem um futuro pródigo para quem estuda, a certeza mesmo de melhoria de vida para pessoas nativas parece existir no trabalho da pesca, enquanto que nas novas formas de trabalho as dificuldades aparentam ser ainda maiores.

Aqui mesmo eu num vejo nada, não vejo futuro nenhum [pra quem estuda]. Assim, você estuda, você termina o estudo, se você não procurar uma coisa lá fora pra você fazer um curso, uma coisa, aqui mesmo num tem não. [Viver aqui] é bom, é bom. Mas pra você olhar pro futuro dos filhos da gente é uma coisa mais difícil. (Elza, 34 anos).

Aqui é difícil, porque aqui embora a pessoa tenha estudo, mas emprego aqui num tem na Barra Grande. Vamos supor, esses jovens que estão estudando aqui, quem tem algum dinheiro pra sair daqui, ainda pode arrumar um emprego fora, né? (Diego, 35 anos).

O sentido atribuído a filhas e filhos que estudam e não tem perspectivas de trabalho na própria localidade versa, talvez, pela descrença que mães e pais têm de as filhas e os filhos acessarem as vagas de emprego ou de empreenderem negócios próprios na localidade, pois a imagem que se sobressai é a de que apenas pessoas de fora são admitidas nas ocupações mais relevantes ou que empreendem os mais vantajosos negócios (pequenas empresas, de serviços diversos).

Em muitos casos, a pesca figura com um meio para se chegar a um fim. É a atividade pesqueira artesanal que possibilita à filha ou ao filho das pessoas da pesca a busca por novas perspectivas de vida, ou seja: a própria pesca financia o seu fim.

[Tenho] uma filha, de 14 anos. Não, não, só estuda. Eu quero só que ela estude, pra conseguir uma oportunidade que meu pai não pôde me dar, aí eu quero dar pra ela. (Fernando, 38 anos).

Eu falo sempre pra eles: “meu filho, eu vou fazer de tudo, pra quando daqui pra frente vocês estudando, quero no dia que vocês precisarem de alguma coisa eu ter pra mim dar pra vocês”, entendeu? (Maurício, 32 anos).

Apesar das mudanças locais, tanto pela geração de emprego e renda quanto pela multiplicação de uma economia diversificada, a visão de um futuro melhor não corresponde com o pensamento de mães e pais, porque tudo isso gerou “*uma coisa mais difícil*”, uma vez que não há outras formas de trabalho se não as associadas ao turismo para quem se forma e quer trabalhar na localidade¹⁴².

Desse modo, quando a tradição dá lugar à modernidade, os mecanismos de integração locais se desintegram, forçando novas interpretações acerca do modo de vida no lugar, admite Giddens (1991). Assim, a pesca artesanal deixa a centralidade no interior das famílias para ceder espaço a projetos individuais ou simples formas de assalariamento, pois “*no meu ver ele (filho) [tem] é [que] estudar e fazer cursos e negócio de pescaria eu num quero, não*” (Elza, 34 anos), tendo em vista que “*a vida de pesca ela é sofrida*” (Tião, 54 anos).

Valores básicos fundamentais da geração das mães e dos pais são pouco valorizados pela prole, sendo, pois, deslocados para segundo plano. Mesmo assim, o vínculo familiar resiste às mudanças, ainda que de forma conflitiva. Embora exista interesse do jovem para a pesca, este é excluído pelos genitores, que não querem submeter a prole aos riscos da pescaria.

Rapaz (risos), eu não queria que ele fosse [pescador], não! Pescador é tipo assim: eu falo que gosto, mas é porque já me acostumei desde pequeno, mas era melhor ele (filho) seguir outro rumo (risos). (João, 37 anos).

Eu acho que por uma parte assim, o Gabriel ele gosta [da pesca]. Se ele fosse uma pessoa que desde o começo assim, tipo assim: “Gabriel, rumbora ali pescar”, se saísse e levasse ele, eu acho que o Gabriel ia pra pesca. Se a gente deixasse ele solto ele ia pra pesca, ele gosta. Eu é que brigo com ele, pra ele estudar. (Elza, 34 anos).

Eu prefiro ver elas (filhas) trabalhando nesse serviço que estão agora (na pousada), porque na pesca é muito perigoso. Aliás, toda profissão é perigosa, mas no mar eu acho que é pior. (Tatiana, 48 anos).

O risco na pescaria é fator limitante para novos integrantes, motivo alegado por muitas mães e muitos pais para que o filho não seguisse o ofício pesqueiro. Com

¹⁴² É importante considerar que embora existam possibilidades múltiplas, as pessoas nativas parecem não acreditar no potencial da prole para com os estudos, dando a entender que as filhas e os filhos não têm como passar em uma universidade e fazer um curso de modo que atuem na localidade.

isso, Miguel admite a continuidade desse pensamento, sendo acompanhado do fator econômico que desfavorece a pescaria e dá margem para o assalariamento em atividades turísticas, as quais julga ser mais rentável e menos perigosa:

Eu acho que eles (pescadores) não ensinam porque a pesca é perigosa, né? Aí quem é o pai que vai querer seu filho correndo risco? E os pais sabem que a pesca hoje em dia num dá, e eles nem pretendem ensinar os filhos, não. Eles querem um futuro melhor, num querem que os filhos enfrente o que eles passaram, não. Do jeito que tá tendo oportunidade aí, eles querem outra coisa... (Miguel, 30 anos).

Na pesca artesanal, inclusive, o risco do exercício do ofício pesqueiro incide diretamente sobre o futuro da atividade, antes ignorado pelas gerações em razão da obrigatoriedade vigente. Por isso, Carlos (34 anos) “preferia que eles (seus filhos) fossem para outra profissão. Num é tanto a questão financeira, é mais a questão do perigo”, o qual, inclusive, já foi vítima de um naufrágio.

A ruptura com a tradição pesqueira possui, também, estreita relação com a percepção de risco¹⁴³, estabelecendo-se como situação limite a própria incapacidade de sustento das famílias pesqueiras, haja vista não se pescar mais com o objetivo apenas da sobrevivência, muito menos para a simples produção de excedente.

Porque eles procuram um emprego melhor e sabem que a pesca hoje em dia num tá que nem antigamente, num tá dando a sustentabilidade (o sustento) das famílias, né? Aí eles procuram algo fixo, salariozin todo mês. (Miguel, 30 anos).

Em sentido análogo, para Diogo (28 anos), o sofrimento e o perigo na pesca foram motivos para a desistência da atividade, encontrando segurança no ramo da construção civil.

É muito sofrimento (risos). Às vezes não compensa, não. É muito perigoso. Deus me livre de um barco desse afundar. Nós vamos sobreviver como? Lá fora (no mar de fora) some tudo, nem lâmpada num dá pra ver, dá pra ver só a claridade [das luzes da cidade]. (Diogo, 28 anos).

¹⁴³ Em praticamente todas as entrevistas, com informantes dos dois gêneros, era informado sobre os riscos presente na pesca artesanal, seja pela precariedade das embarcações antigas as quais pouco dispõe de equipamentos de segurança para eventual necessidade ou pela própria natureza do mar, com ventos fortes e condições climáticas muitas vezes adversas. Assim, é comum relatarem um ou outro acidente náutico envolvendo algum parente ou conhecido, demonstrando ser o risco na pesca fator cotidiano de preocupação para os terráqueos quando os pescadores estão no mar.

Desse modo, é evidente a quebra do círculo contínuo geracional em torno da continuidade da tradição pesqueira. A entrada de novos participantes na pesca está cada vez mais difícil, corroborando à ruptura da base de participantes intermediários e finais. Sobre isso, para Miguel (30 anos), é inevitável o fim da pescaria artesanal: *“[essa geração] abandona, acho que abandona mesmo a pesca. O jovem num quer ir [pescar], o jovem num quer ir...”*. Nesse sentido, Joana (48 anos) informa que seu filho mais novo (de 22 anos) nunca pensou em ser pescador, porque *“uma coisa que ele não queria era a pesca”*, e, mesmo que quisesse, que *“tentasse outra coisa, porque a pesca é perigosa”*. Segundo Tatiana (48 anos), os filhos *“são três, [mas] nenhum trabalha na pesca”*. Em razão disso, para Manoela (65 anos), é questão de tempo o fim da pesca artesanal, porque na localidade *“num tem uma fábrica de gelo, e os pescadores novo num querem mais pescar, querem trabalhar é já em outra coisa”* que não seja a pesca.

Ainda, é a influência direta do turismo que melhor arregimenta a juventude ao exercício de atividades distintas da pesca, uma vez que *“esses novatos (jovens do sexo masculino) num tem nenhum que queiram pescar, querem andar é mais os turistas aí, fazendo passeio ao cavalo marinho nesses barquinhos de turismo”*, versa Joana (48 anos). Para Fernando (38 anos) a desistência na pesca pela juventude tem a ver com a falta de disposição para o trabalho duro, tendo em vista que na vida moderna esses jovens dispõem de conforto, mas na *“pesca você tem que acordar cedo, duas, três da manhã, e hoje o jovem num quer acordar três horas da manhã. Quer trabalhar no conforto, num pega sol, num pega chuva (risos)”*. Manifestações parecidas a essas fazem sentido quando são verificadas as condições de trabalho nos equipamentos do turismo, que estão em oposição ao trabalho na pesca.

Ainda, é no turismo que boa parte dessa mesma juventude tem encontrado um modo de iniciar projetos de vida. Oportunidades para agentes jovens aparecem tanto em empregos formais ou em empreendimentos próprios, como Sávio, Basílio e Miguel que desenvolvem atividades no turismo.

Hoje em dia, tem, porque antigamente era meio difícil arrumar um emprego aqui na Barra Grande, porque não tinha. [Mas] esses jovens de hoje em dia não querem mais trabalhar... (Diogo, 28 anos).

Hoje, o que muitos deles não tinham e hoje têm é porque através desses trabalhos já que têm aqui. Hoje também você pode chegar ali no Cajueiro, você já estuda uma aulazinha mais melhor. Aí então o futuro que eles têm aqui, se eles quiserem, tem, porque basta eles querer. (Tião, 54 anos).

O turismo acumula possibilidades múltiplas de trabalhos improdutivos em seus equipamentos, limitando as condições de reprodução social para as pessoas trabalhadoras em razão do baixo valor pago em forma de salários, o que muitas das vezes é incompatível com o consumo familiar e incapaz de substituir uma produção oriunda do mar e da terra, consideradas mais rentáveis pelas pessoas da pesca. Por isso, o pescador Carlos compreende a pesca enquanto projeto de vida.

Eu continuo. Penso em sair [da pesca], não. Penso em ter uma coisa pra mim, mas sair [da pesca], não. Num tem outra coisa que me fascina como a pesca, não. Eu gosto de pescar. Eu não trocaria [a pesca por um emprego formal], não. O que eu digo pra mim é “se eu comprar, por exemplo, um barco, uma canoa, comprar uma fila de rede, pra mim. Aí no dia que eu quiser ir eu vou, se não eu mando alguém ir, aí eu fico mais tranquilo”. Mas em relação pesca, pra trocar por outra coisa, não, não. (Carlos, 34 anos).

Apesar disso, o trabalho pesqueiro é lento, penoso e a busca por realização não se alcança com a mesma rapidez que se poderia alcançar no turismo. Nesse meio, há uma debandada maior de pessoas jovens para as atividades ligadas ao turismo, na busca pela rentabilidade e racionalização rápidas.

A gente (ele e um irmão) trabalha junto aí no bar, briga como é normal, mas dá certo. Tudo é em família, a renda é da família. Já estou montando um negocinho também aqui (espetinho), e aí já é só meu. Aí só que eu vou ficar ainda na barraca, nas pranchas, no stand-up, só que eu vou deixar uma pessoa aí [tomando conta do espetinho], entendeu? (Basílio, 23 anos).

Só aqui a barraquinha [de artesanato], a barraca é minha, mas quem toma de conta é a minha esposa. Tem uma renda. Eu também trabalho a noite, pra poder complementar a renda. (Miguel, 30 anos).

Surgem, nessa soma, possibilidades maiores para o trabalho pluriativo. Com um maior dinamismo da economia local através do turismo, há espaço para abertura de negócios diversos. Múltiplas empresas e de variados segmentos geram inúmeros tipos de ocupações¹⁴⁴, empregando inúmeras pessoas nativas para exercício do trabalho formal e informal, sobretudo de forma temporária.

Agora ele (primo) foi trabalhar comigo [na construção de chalés], mas antes ele pescava. Até agora mesmo, na semana passada, ele passou umas três semanas sem ir trabalhar, aí foi pescar mais o vovô. De vez em quando ele deixa o serviço e vai (pescar), porque não é carteira assinada, não, que a gente trabalha. (Diogo, 28 anos).

¹⁴⁴ Os empregos gerados mais comuns seguem as profissões de cozinheiro, arrumadeira, passadeira, vigia, chapeiro, zelador, *barman*, atendente, jardineiro, recepcionista, etc.

A definição de projetos individuais de vida inscreve nessas pessoas jovens novos sentidos quanto ao trabalho e a vida social e familiar em que participam. Mais ainda, a iminente necessidade pela individualização atrai jovens para proletarização nas pousadas e restaurantes, empresas que os contratam com regularidade.

Quem quer, tem, né? Quem quer ter um trabalho, tem facilidade, porque tem vaga e eles abrem oportunidade pra esses mais novos. Mas quem não quer, quem quer ganhar a vida fácil... (Miguel, 30 anos).

Não, está bom, por enquanto está bom. Dinheiro, independência financeira, agora eu posso me virar sozinho. (Sávio, 33 anos).

A racionalidade capitalista contida na juventude moderna oferece condições para que se possa se “*virar sozinho*”. Nessa lógica, pois, a participação de membros da família apresenta certa redução, haja vista o trabalho e a renda individualizados, denotando transição ante a coletividade que marca o trabalho no grupo doméstico. Nesses moldes, cada qual produz, então, sua própria renda a partir de seu trabalho, distante de uma economia doméstica, pensada para a família.

O jovem ganha posição de destaque para donos de pousada e restaurante, porque sua disposição e vontade para o trabalho são instrumento de troca por uma quantia mínima de dinheiro, insuficiente para compra das necessidades por diversão e lazer. Ademais, a responsabilidade no sustento da família custa caro, assim como para manter o consumo individual em dias, o que nem sempre se consegue. Ainda assim, Miguel afirma que dá para se viver bem com a renda de um salário mínimo¹⁴⁵:

Aqui o cara que ganha mil conto (hum mil reais) e tendo a casinha dele, ganhando mil conto... Tu é doido! Ele tem vida de barão, bem dizer. Aqui o custo de vida aqui, pro nativo, ainda é muito barato. Pra cá mesmo, o cara vai ganhar os mil conto dele o cara vai comprar a comida dele, aqui num tem muito lugar pra sair, o cara num é todo mês que compra roupa, a mistura do mês durante quinze dias ele num compra porque ele mesmo vai pegar a mistura dele (na praia, no mangue, no rio, etc.). (Miguel, 30 anos).

¹⁴⁵ Na época da pesquisa de campo o salário mínimo custava R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais). A justificativa de Miguel de uma família poder ser sustentada com a renda de mil reais guarda algumas informações importantes, já citadas por ele, como o fato de boa parte do dinheiro usado na compra da mistura (carne, frango, peixe, etc.) é substituído pela ida ao mar, pela captura de peixes e demais animais marinhos capturados na praia, como polvo, lagosta, moluscos e mariscos. Quanto ao lazer e entretenimento, Miguel também informa inexistir opções disponíveis para a população nativa, embora Barra Grande apresente uma variedade de equipamentos do setor de alimentos e bebidas, lugar onde a população nativa não frequente, por vários motivos.

Embora as adversidades, Elza (34 anos) acredita que a vida das pessoas nativas “*melhorou foi muito, [com o] negócio de emprego*”, enquanto que o “*negócio de pesca assim é muito*” fraco, não vale tanto a pena. No entanto, “*comida e dinheiro vai ter todo dia*” (Joana, 48 anos) só na pesca, sendo que no turismo o “*dinheiro só no final do mês*” (Miguel, 30 anos), condicionando um novo ritmo à economia local.

De modo parecido, Diogo corrobora com as palavras de Elza, porque foi no turismo que seus projetos individuais tomaram forma, deixando a pesca no pretérito:

Tá bom, tem trabalho... É bom porque num tá faltando serviço pra gente, não. Sempre tem um chalé pra construir. Sem o turismo ninguém num conseguia trabalhar, era na pescaria mesmo, só tinha a pescaria. (Diogo, 28 anos).

Contudo, o ser humano não existe somente para comer, dormir, trabalhar e praticar sexo. Para felicidade social da pessoa humana e social, há de se perceber o trabalho como fonte de realização das vontades e desejos subjetivos, e não apenas como simples estratégias para sobrevivência material.

A percepção geral, portanto, é a de que o turismo trouxe muitos benefícios, embora estejam reduzidos à esfera econômica através da geração de emprego e acréscimo de renda à localidade. Esquecem-se que o turismo é o responsável pelo elevado preço dos produtos que consomem, pelo problema social das drogas, pela venda - forçada e a preços irrisórios - de terrenos, e até mesmo ao iminente fim da pesca artesanal (problemas encontrados na estrutura atual de Barra Grande), haja vista a pesca ter deixado de ser atrativa quando a lógica capital do turismo passou a atrair a juventude a novos projetos.

Dentre os efeitos capitais da modernidade sobre as pessoas da pesca, tem destaque as atividades básicas exercidas na preparação para a pesca, antes de sua realização. Atividades simples, como o entralhe das redes de pesca e o delicado trabalho de dar voltas em anzóis (adaptações em anzóis para captura de espécies específicas), fazem parte da interação pesqueira para transmissão do conhecimento a pescadores iniciantes. Observei que, embora haja transmissão do conhecimento pesqueiro através das ações informadas, a predominância é a troca material.

As mudanças em curso espelham a dinâmica imposta às pessoas da pesca pelo turismo e o modelo de vida moderno. É inegável perceber variações acerca das relações pessoais na pesca no que se refere a questões econômicas. Por conta

disso, a tradição pesqueira tem sido substituída pela cultura de consumo global, fazendo com que não haja mais interesse pela continuidade da pesca artesanal.

Aqui mesmo na Barra Grande são pouquíssimos pescadores que têm, antigamente era bem mais. Antes era porque eram aquelas pessoas mais velhas, mais antigas. E hoje são só os filhos deles, e nem todos os filhos seguiram a mesma profissão dos pais. São raros mesmo os que pegaram e seguiram a profissão dos pais. (Mariana, 42 anos).

Apoiando-se nisso, a formação de novos integrantes e agentes com vistas à preservação e à transmissão do legado cultural do pessoal da pesca significa, antes de qualquer coisa, a garantia da continuidade e da renovação (FORACCHI, 1972) da tradição pesqueira, haja vista o processo de hibridação cultural (CANCLINI, 2003) ora existente e presente na atualidade local.

O que se segue, a partir do exposto, é uma atividade tradicional em vias do desaparecimento. Não é de perto que esse processo ocorre, muito embora tenha se intensificado nos últimos vinte-dez anos, quando o aumento expressivo do turismo em razão do fortalecimento da sua cadeia produtiva fez com que muitas pessoas da pesca a abandonassem, perfazendo a transição para novas formas de trabalho.

A influência do turismo vai além da escolha por novas formas de trabalho, mas também pela moda, pela cultura do consumo, por mudanças comportamentais, por processos de assimilação de cultura alheia, em que os jovens são alvos fáceis dessas manifestações.

Antigamente ninguém tinha tatuagem aqui, ninguém via ninguém tatuado. Hoje em dia todo bichin, todo meninozin véi pequeno anda tatuado, é mulher, é tudo... Antigamente ninguém via isso. Acho que é porque eles verem o turista andar de tatuagem, aí eles querem fazer também. Corte de cabelo diferente, essas coisas assim... (Joana, 48 anos).

É moto, tatuagem, no bar mesmo tu conhece gente e “cara, tua tatuagem é legal”, eu fico a fim de fazer uma. Tu vê o cara tatuado, aparece lá gente com tatuagem massa (no bar do Sávio), “a tatuagem do cara é massa”, aí tu vai lá e pergunta o cara, aí tu fica a fim de fazer. A maioria das pessoas que vêm tem tatuagem, aí tu já põe na cabeça: “ah, vou fazer uma porra dessas aí”. A gente acaba sendo influenciado. (Basílio, 23 anos).

Acaba modificando, porque a pessoa se desenvolve mais no Palavriado, porque aqui antigamente a pessoa era meio bruta, né? Aí os turistas agora tão vindo pra cá, aí as pessoas já começam a se educar mais. As roupas, a gente acaba pegando a moda, né? Começa já a usar roupa de marca (risos). A gente querendo ser parecidos com eles, porque os caras se vestem bem (risos). (Diogo, 28 anos).

Rapaz, eles [turistas] mexem um pouquinho [com o comportamento das pessoas]. Assim, eu não sei nem explicar. [...] Eu acho que dá pra mudar alguma coisa. Assim, porque, às vezes tinham deles (jovens) que não bebiam, não fumavam e eu acho que cada um faz do jeito que quer e do jeito que não quer, mas eu acho que às vezes tem influência de uma pessoa que já vem: “ah, vamos sair, vamos ali...”. Aí começa a querer “perder a cabeça” (fazer coisas proibidas, ilegais, usar drogas). (Tatiana, 48 anos).

Eu acho que [influencia] sim, eu acho. O cara passa a ver outras conversas, passa a ter até outro tipo de pensamento. Tudo influencia hoje, na minha opinião tudo influi. Logo o jovem é muito de observar: “ah, o turista se vestiu daquele jeito, eu vou me vestir assim”, “ah, o turista passou daquele jeito”, “ah, o gringo andava assim e eu achei bonito”. Influi, influi com certeza. Não influi para mim, porque já passei dessa fase. (Carlos, 34 anos).

Com isso, são colocados em evidência processos de hibridação das culturas (CANCLINI, 2003). Igualmente, a influência guarda apoio na vulnerabilidade juvenil, podendo enxertar relações arriscadas: *“o que a gente tá vendo hoje em dia, agora, adolescente a partir de 12 anos, através da [má] companhia pode se perder”*, pois *“aqui já tá começando isso”*, por consequência, já *“tem muita criança perdida (usuárias de drogas, vítimas de violências diversas, etc.) aqui”* (Maurício, 32 anos).

Em meio a esse cenário, não é de se espantar o aparecimento de realidades urbanas da desigualdade social e problemas de várias naturezas sobre a localidade de Barra Grande, posto que o avanço da modernidade sobre o modo de vida local condiciona tais características que são comuns às cidades.

3.4.2 “O pessoal de hoje num querem mais ir pescar”: a iminência do fim da pesca

A diversidade de pessoas que busca diversão e entretenimento turístico na localidade Barra Grande proporciona várias oportunidades de trabalho para pessoas nativas. Em torno disso, são recrutadas as pessoas da pesca, aquelas que estão em estado de reserva e que aceitam com facilidade os baixos salários e as condições empregatícias não muito condizentes com a arquitetura das instalações hoteleiras.

No âmbito das mudanças diversas, a percepção do mundo moderno aliada a possibilidades de trabalho engendradas com o turismo providencia diferentes formas de findar com o trabalho pesqueiro. Assim, o tempo atual não é propício à pesca, mas às *“coisas melhores”* advindas da sociedade moderna.

Só [pescuei] por diversão mesmo, mas nunca pesquei mesmo [inaudível], até porque eu nasci numa época melhorzinha, posso te dizer assim. Meus primeiros irmãos começaram na época que papai pescava mesmo, num tinha o barco, num tinha outra coisa... Aí eu comecei a pegar a época da Internet, das coisas melhores, quando ele já tinha o barco, e tinha uma condição melhor. (Basílio, 23 anos).

A desistência do trabalho pesqueiro pela juventude é tão expressiva que, à exceção de Caio (21 anos, tripulante de grupo de trabalho), não se encontra outro pescador ativo com menos de 30 anos de idade na localidade (o segundo pescador mais jovem na ativa é Maurício, 32 anos de idade). Houve, com isso, o cerceamento geracional na pesca, não mais transmitindo o conhecimento pesqueiro aos filhos, seja por desinteresse da juventude ou porque seus genitores optaram por um futuro diferente para a prole.

A organização familiar em prol da atividade pesqueira configura-se como de ordem cultural, e obedece a leis próprias. Com a alteração dessa ordem, tanto pela urbanização do lugar quanto pela chegada da escola liberal e de outras formas de empregabilidade, o rito cultural do trabalho pesqueiro artesanal é quebrado, cedendo lugar a novas experiências, derivadas do mundo moderno e urbano.

Sei lá, o pessoal de hoje num querem mais ir pescar, é só nós (os antigos pescadores). Tem o Maurício que é mais novo, tem o Diego... Num tem gente nova [entrando], não. Entrava com 08, 10 anos. Eu comecei mais o João e esse que mora em Salvador (Justino), nesse tempo podia levar, hoje não, ninguém pode levar um “de menor”, porque tão em cima (fiscalização do conselho tutelar). Mas nesse tempo num tinha isso, não. A lanchinha era pequena eu mandava “entra e vão lá pra debaixo da popa”, eles entravam lá pra debaixo, só pra ir mesmo de companhia. Aí pronto, começava lá de baixo. Taí, hoje o homem é um pescador: é na linha, é na rede, puxa rede, governa barco, faz tudo... (Marcondes, 69 anos).

O “nesse tempo” ao qual Marcondes se refere, “ter filhos com potencialidade para pescar é (era) importante para a organização do grupo familiar e tem sentido prático na liberação do pai da obrigação inexorável de, diariamente, prover o grupo familiar de alimento” (CARDOSO; SOUZA, 2011, p. 171), razão pela qual o trabalho praticado por crianças, nestas circunstâncias, não pode ser considerado aviltante e penoso, mas pedagógico, pois esta era a escola para a pescaria.

Por conta do aumento da fiscalização e das ações educativas com vistas ao combate do trabalho infantil (embora advenham da cultura urbana e figurem noutro contexto). Assim, o Estado tem papel relevante na ruptura da pesca artesanal, uma vez que políticas específicas como o Programa Bolsa Escola, órgãos de garantia de

direitos como o Conselho Tutelar, os CRAS e CREAS, entre outros, permitiram que formas quaisquer de trabalho executado por crianças e adolescentes fossem coibidas, sem diferenciar a natureza pedagógica e/ou aviltante do exercício do trabalho por estes agentes.

A pesca tornou-se, assim, uma atividade residual e praticada em tempos de folga do trabalho formal com ênfase no lazer, sem haver produção de consumo, nem de excedente, uma vez não ser esses os atuais objetivos desse tipo de pesca. Com isso, a praia tende a perder o sentido de lugar de trabalho para lugar de lazer, assim como o é para pessoas de fora.

De vez em quando ainda eu vou, quando eu tô parado, assim mesmo. Aí de vez em quando eu vou com eles (tio e avô), vou na pescaria no rio, vamos dar uma lance alí por fora alí (na praia). [...] Volto [pra pesca], não, acho que num volto, não. Só mesmo um lazer. Volto não, [a pesca] já era. (Diogo, 28 anos).

Eu vou só mesmo na folga, pra pescar algo diferente pra botar na geladeira, porque de necessidade, eu não preciso. Eu faço a pesca da tarioba, é um marisco, [cata] na areia... A gente começa a cavar [a areia], cava e a gente vai achando ela enterrada. É só pra consumo próprio, porque é pouco, né? A pesca não faz mais parte da nossa renda [familiar]. [A pesca da tarioba] é só um lazer, foi só um lazerzinho, porque estou de férias. (Miguel, 30 anos).

Já [pesquei], sim, até grande mesmo (adulta). Frequentemente não [pesco]. Quando rola questão de piquenique, a gente vai. É como um lazer. (Diana, 24 anos).

Assim, a natureza de um trabalho vivo e complexo, reduz-se a uma atividade de lazer criada para divertimento e saboreio daquelas pessoas que têm na pesca um elo de família, mas que é superado pelos ditames da modernidade capitalista.

Para quem optou por trabalhar, a forma tradicional na pesca é concebida no âmbito de uma lógica de obrigação para com o grupo doméstico. Na modernidade, contudo, deixa de ser obrigação para servir a interesses individuais juvenis. Ainda assim, “se não tivesse o turismo a obrigação era ser pescador”, sustenta Miguel (30 anos). Assim, pessoas jovens não mais se sentem (e nem querem ser) responsáveis pela continuidade da tradição pesqueira, posto que o cenário de escassez do rural e o da incerteza na pesca não coaduna com os projetos da juventude.

A terceira geração (da família dele) quase nenhum está seguindo a primeira e a segunda. Nenhum diretamente está seguindo, num estão indo para o ramo [da pesca]. É dificuldade... A pesca o cara vai um dia, e num dia ele pode tirar o dinheiro do mês, de um serviço. Um dia que o cara for pode tirar

o dinheiro de um mês. Mas também num mês ele pode não arrumar nada. Aí o cara não quer trocar o certo pelo duvidoso, né? (Miguel, 30 anos).

Quando se vem à tona os interesses juvenis, estes superam as observações mais específicas em torno de qual atividade (se na pesca ou no turismo) seja a mais vantajosa. A pesca artesanal tem trabalho o ano todo, mas, mesmo assim, a escolha da juventude tem sido as atividades direta ou indireta no turismo. Logo, existe um mercado variado para atender a demanda por serviços turísticos, conforme Diana:

Hoje em dia eu posso dizer que [está melhor] no turismo, porque hoje aqui o turismo se divide em várias coisas: tem questão de passeios, tem questão de pousadas, donos de restaurantes, de bares, aluguel de mesas, lavagem de roupas, tudo. (Diana, 24 anos).

A cadeia produtiva do turismo em Barra Grande é compreendida a partir de um *cluster* de empresas ligadas ao setor de meios de hospedagem e de alimentos e bebidas, além de empresas e lojas de serviços diversos. Informações recuperadas de um sítio na Internet que promove o destino de Barra Grande¹⁴⁶ dão conta da existência de 35 empresas de meio de hospedagens do tipo pousada, além de 03 casas para o mesmo fim; o setor de alimentos e bebidas comporta 25 empresas, entre bares, restaurantes e lanchonetes; além disso, 12 outras lojas trabalham com serviços diversos. Não dá para saber se as informações estão atualizadas, nem se estão completas. Contudo, visualizando a descrição dos estabelecimentos, percebo que uma das lojas foi aberta no ano de 2017, então suponho que as informações estão atualizadas. Entretanto, não estão inseridas as várias pessoas prestadoras de serviço informal ou os pequenos empreendimentos comerciais, a exemplo da loja de artesanato de Miguel; também ficaram de fora os jovens da associação local que faz o passeio do cavalo marinho, assim como outros atores e outras atrizes locais foram invisibilizados na inclusão dessas informações, pois parecem ofertar um serviço que não está nos parâmetros do consumo de turistas internacionais diretamente.

¹⁴⁶ As informações foram obtidas no site com o seguinte endereço: <http://www.barragrandepiaui.com/>



Figura 08: Mapa turístico da localidade Barra Grande mostrando as empresas que fazem parte da cadeia produtiva do turismo local. Fonte: <http://www.barragrandepiaui.com/sobre/mapa.html>

Este cenário é favorável à prática de baixos salários e jornadas de trabalho fixas e excessivas para a juventude aspirante à proletarização. As pessoas jovens, inclusive, respondem pela maior parte da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2002; 2009), exercendo as mais diferentes funções nos equipamentos turísticos locais, sobretudo as mulheres.

Eu acho que tá muito bom, tem emprego pra quem quiser. Pra quem quer trabalhar, tem. Mas eu acho que tem mais pra mulher do que pro homem, por causa desses serviços de camareira que tem muito, tem também na cozinha, tem mais esses serviços assim. (Francisca, 27 anos).

Embora de viverem em meio a uma sociedade tradicional pesqueira, jovens locais adotam padrões e se orientam com ênfase na moda de sociedades modernas, oportunizada pelo contato direto ou indireto com turistas de várias partes do mundo. Estes aspectos suscitam na juventude novas orientações identitárias, que servirão de base para desbancar o padrão de vida anterior, pautado na tradição pesqueira familiar. Nisso, arregimenta-se com agressão a racionalidade capitalista sobre a vida da juventude. Atuando sempre pautados no lucro, jovens aptos para o mundo do

trabalho adotam o individualismo como recurso para livrar-lhes da hierarquia em torno das obrigações familiares, liberando-os para o trabalho longe da pesca.

Eu vi que (o negócio do) meu irmão (Sávio) estava crescendo, que lá rolava grana e aí eu fui ajudando ele. E também eu conheço muita galera e eu vi que todo mundo vindo pra cá, falava que aqui era “um lugar massa e tal”, e que “todo mundo tinha vontade de vim pra cá”. Depois é que eu vim saber onde era que eu morava, aí: “quer saber, eu vou é investir em algo”. Antes eu tinha cabeça diferente: “ah, eu quero ter um carro assim, eu quero é andar só com galera massa”. Quando a gente é jovem é assim. Só que a gente vai amadurecendo e vai vendo as coisas. Depois é que eu vim ver onde era que realmente eu morava, porque aqui é uma mina [de ouro], é turismo: “quem é que não tem vontade de ter um bar na praia?”. Isso, depois que eu fui ver, depois que a minha mente foi amadurecendo, que eu fui vendo a necessidade que a gente tem de ter um dinheirinho, que a gente tem de comprar as nossas coisas, que as pessoas só valorizam a gente quando a gente tem alguma coisa. Aí foi que eu fui trabalhando, fiz uns investimentos, comprei umas pranchas [...] (Basílio, 23 anos).

Ainda, percebe-se número considerável de jovens empreendendo pequenos negócios, sempre associados ao turismo. Acompanhei a instalação de um negócio, criado por um desses jovens local. Rapidamente, procurei identificar o público alvo e a demanda dos produtos, chegando à conclusão de que seria mais vantajoso propor um negócio direcionado às pessoas nativas, mesmo assim o jovem empreendedor mostrou-se enfático ao decidir pelo público turístico, porque “*pagam mais caro e não ficam chorando miséria*”, conforme declarações de Basílio (23 anos)¹⁴⁷.

Vê-se, assim, que existe no jovem a racionalidade em torno do seu negócio (claro, quando se investe, espera-se pelo retorno), deixando de inserir o discurso de pessoas nativas, que são ignoradas ao entender que esse público não representa clientes assíduos e capazes de prover o devido retorno do negócio. Porém, após abrir o espetinho, o jovem percebeu que as pessoas nativas poderiam ser potenciais compradores de seus produtos durante toda a semana. Por sua vez, turistas mesmo só existem nas épocas de maior concentração turística, como nos finais de semana e feriados prolongados, obedecendo à sazonalidade do turismo.

O aumento da racionalidade capitalista somado à maior individualização das pessoas faz com que, com o incentivo dos genitores, a juventude não queira acordar de madrugada e partir ao mar como fazem os pais desde a infância ou adolescência. A juventude está procurando também nos estudos algo para mudar de vida, seja na própria localidade ou fora dela, a depender das condições de cada pessoa.

¹⁴⁷ Retomando a discussão iniciada na seção 3.2.1.

De repente eles podem não querer estudar mais, mas estudando ele pode trabalhar numa pousada, pode num restaurante, em qualquer coisa aqui. Por isso que o turismo trouxe muita [oportunidade]. [Antigamente] não tinha pousada, hoje em dia você tem uma rua alí que é só pousada, aí serviço é o que num falta aqui, basta a pessoa ter coragem e... (Maurício, 32 anos).

De ter, tem, tem mais opção de estudar. Se quiser ir pra universidade faz, porque tem o ônibus levando... Você pode fazer um curso de inglês, essas pousadas tudo precisam de uma pessoa que fala outra língua. Faz um curso de computação... O turismo ajudou muito em Barra Grande. (Fernando, 38 anos).

Apesar da possibilidade de haver conflitos geracionais, estes não impactam na decisão final da juventude. Estas pessoas recebem apoio e incentivo da família para o abandono da pesca, atribuindo aos estudos e ao turismo as chances reais de mudança de vida, embora o crivo maior passe pelo viés capitalista, como se apenas o ganho capital fosse suficiente para prover as necessidades por qualidade de vida.

O desejo de estudar para se livrar da condição precedente está presente no ideário da juventude local, atingindo meninos, mas principalmente as meninas. Estas já não contam normalmente com a herança material da família¹⁴⁸, reforçando o ideal de migração na busca por estudo ou trabalho nas cidades. Nas localidades com exploração turística, as meninas que permanecem são facilmente absorvidas nas empresas de turismo com a venda da força de trabalho (CARNEIRO, 1998a).

Por conta disso, Joana (48 anos) atribui ao turismo a permanência das filhas na localidade, porque “[se não fosse o turismo], acho que elas tavam trabalhando era pra fora, num tavam nem por aqui mais”. Nesses moldes, a economia do turismo tem contribuído à permanência de mulheres no lugar de origem, evitando processos como o da masculinização do campo. Nesse relevo, “hoje muita mulher de pescador é empregada [nas pousadas], antigamente isso não existia, quando eu cheguei aqui não existia”, informa Tião (54 anos). Com o turismo tem “mais [trabalho] pra mulher. [Elas trabalham] na limpeza, na cozinha, no café da manhã...” (Joana, 48 anos)¹⁴⁹.

As novas formas de ocupação no turismo, então, possibilitam o regresso e o estancamento da sangria de potenciais migrantes, muitas delas ligadas ao setor do turismo, direta ou indiretamente.

¹⁴⁸ Apesar da inexistência de herança material expressiva nas sociedades pesqueiras como há nas sociedades agrárias, nas primeiras, quando experimentam o turismo, existe grande valorização das terras, se apresentando como disputa por herança para membros de famílias pesqueiras.

¹⁴⁹ Apesar de, neste parágrafo, as três pessoas informantes falarem em mulheres dando a entender que são adultas, é importante considerar que muitas são jovens casadas.

O defeito que tem aqui do estudante é esse aí: estuda, estuda e termina tudo e cadê o emprego? E o que é que faz? Tem que sair pra fora. E eu acho que mais lá pra fora é que dá difícil. Você ganha o mundo pra fora, você passa um ano, dois anos, quando pensa que não, “ah, fulano veio embora”, termina aqui, vem pro lugar. Aqui tá crescendo muito, tem muito emprego aqui, mas por causa do turismo. Quanto mais turismo aqui mais emprego vai gerando. (Elza, 34 anos).

Antes, se os filhos não queriam seguir a roça ou pesca, saíam (migravam), iam pra outra cidade procurar outras coisas. É tão tal que depois do turismo muitos estão voltando e trabalhando com turismo. Tem muita gente retornando. Um abriu um restaurante, outra pessoa abriu uma sorveteria, abre qualquer comerciazinho aqui. Vieram investir aqui. É porque quando saíram daqui não tinha isso, não tinha outra opção, ou você ia pra roça ou você ia pescar. Aí quem não queria, a opção era sair da cidade, do lugar. (Diana, 24 anos).

Antigamente tinha que sair fora. Se num tivesse empregada mesmo num vivia mesmo mais aqui. As que vivem aqui mais eu, num vivia aqui [se não tivessem empregadas nas pousadas]. Final de semana ele (filho) ainda ficava por aqui, assim quando ele tava estudando, aí quando era final de semana ele trabalhava alí na pousada, sábado e domingo. Mas só eram esses dois dias porque ele tinha que estudar. Era só um bico. (Joana, 48 anos).

[...] tem mais facilidade, porque antigamente num tinha emprego, e hoje em dia tem emprego, rola emprego, mas se fosse nuns tempos atrás neguin tinha que cair pra dentro, pra dentro da água salgada, mas hoje em dia o cara tem a escolha, porque também tem muito emprego em firma de camarão, vigia a noite... O cara tem opção, o que não tinha antes. (Miguel, 30 anos).

Vai melhorando, com certeza, sim, porque cada vez é aumentando mais pousada, e tudo. Aí vai gerando mais emprego, dá pra fazer um curso e aqui mesmo ficar. Antigamente num tinha, ou era pesca ou era agricultura, na roça. (Fernando, 38 anos).

Por consequência, esse movimento de retorno (ou de permanência) também colabora para o cenário de fim da pesca artesanal. A juventude que permanece ou que retorna busca (e encontra) a proletarização na localidade. Por isso, na visão de Tatiana (48 anos), “*antigamente tinha mais gente, agora tem pouco pescador*”. Seja pela migração, retorno ou permanência, o certo é que a pesca artesanal não é mais atrativa como no passado, e isso acontece por ocasião do turismo e pelas políticas públicas que atuam na localidade, além da própria modernização da sociedade.

Eu acredito que daqui uns 10, 15 anos, eu acho que a pesca aqui em Barra Grande pode até acabar, porque não tem mais [pescador] (apontando para os vários ex-pescadores e jovens que são os ajudantes), porque os novatos num tão pescando. Têm umas duas canoas que num vai pescar por falta de pescador (mostrando as duas canoas na praia, sendo corroídas pela ação da maresia). (Fernando, 38 anos).

Presume-se, portanto, que a maior oferta de formas de trabalho assalariadas decorrentes do turismo tem contribuído para a permanência de jovens no seu local de residência. O movimento tem relação com as “novas ruralidades” (WANDERLEY, 2000a; 2000b), haja vista as mudanças em torno do fluxo migratório de retorno das pessoas que optaram por deixar o lugar em épocas de muitas dificuldades.

Todavia, enquanto jovens rurais camponeses partem para a cidade em vias de assalariarem-se no núcleo urbano, jovens oriundos de famílias pesqueiras podem se empregar em atividades do turismo na própria localidade, sem necessidade de deslocarem-se às cidades, como observado localmente¹⁵⁰. Essa tem sido a dinâmica das pessoas que migraram e que, com o pouco dinheiro que acumularam, investem no turismo, longe da dinâmica da pesca ou da agricultura.

As consequências desse movimento (de retorno da migração; deslocamento de jovens para outras atividades, etc.) tem sido o abandono por completo da prática pesqueira. A inexistência de novos pescadores aponta como o grande desafio para os atuais pescadores, os quais sentem dificuldade para continuar a pesca por falta de tripulantes para composição dos grupos de trabalho.

O desafio grande é esse, que você tem que ir, e às vezes a gente não vai por que não tem outro [tripulante]. A gente quer ir trabalhar, mas num tem outro pra ir, e não pode ir só. Aqui é o seguinte, quando a canoa é pequena, às vezes você consegue ir de dois, mas quando a canoa é grande tem que ser três, quatro [tripulantes]. E às vezes a gente tá é sozinho, num tem outro [tripulante] pra ir. Aí o que acontece é isso, de a gente tem que sair pra pescar e arranjar o tripulante pra ir com a gente. (Tião, 54 anos).

Observando o lugar primeiro de trabalho na pesca, tanto as crianças quanto os adolescentes praticamente sumiram da praia, não havendo nenhum tipo ou forma de transmissão da tradição pesqueira. Houve, com isso, a retradução do lugar: onde antes era lugar de vida passou para lugar de férias.

Há outros fatores que aceleram a descontinuidade da pesca artesanal. Com forte associação com o turismo, o consumo de drogas lícitas e ilícitas tem colocado em risco o futuro da juventude local, alerta Tião.

¹⁵⁰ Esse fato guarda relação com o lugar onde estão situados esses jovens; em Barra Grande, trata-se de uma local com potencial turístico reconhecido, o que favorece a permanência dos jovens em atividades ligadas ao turismo. No campo, por outro lado, a ausência de atratividade turística ou de diversificação das formas de trabalho pode não estimular os jovens quanto à permanência no local.

A dificuldade de entrar na pesca, sabe o que é? É porque hoje, meu amigo, um rapazin que nem eu vejo é muito aqui em Barra Grande, num é só aqui, é em todo canto, você pode chegar na praia uma hora dessas que às vezes você vê de dois, três sentados numa barraca daquelas com cigarro na boca. Aí, então, aquele rapazin com idade de 10, 12 anos, quando ele vai crescendo cada vez ele vai se desenvolvendo daquilo, e toda pessoa que tem um vício ele num quer trabalhar. Se afasta do trabalho e às vezes quando vai trabalhar, só vai uma vez. (Tião, 54 anos).

Nesse patamar, a drogadição de pessoas jovens (inclusive crianças) é parte integrante da inquietude de muitas pessoas que manifestam de forma cotidiana a problemática. Assim, o contato com o mundo moderno e desconhecido das pessoas de fora é motivo de preocupação para as pessoas nativas devido à influência direta dessa relação com a juventude, grupo etário que se apresenta como mais vulnerável às mudanças impostas pela estrutura do turismo.

Agora aqui num tá tão tranquilo como era antes, não. Eu achava antes mais tranquilo, agora tá mais... Não tanto [perigoso], mas já tem muito "malazinho", que antes não tinha. Tem daqui e de outros lugares que vem e já tem os daqui. Pra pessoa sair já corre o risco de já ter uma arma na pessoa, já bota uma faca pra tomar o que for. Não tinha isso antes. Os de lá influencia os daqui e os daqui já puxa pelos de fora. Os daqui é que dá informação [para os de fora]. E a tendência é aumentar, né? (Francisca, 27 anos).

São muitos pescadores adultos excluídos e marginalizados na localidade, que são conhecidos localmente por ajudantes. O consumo de álcool e maconha¹⁵¹ são apontados como causadores desse problema social que atinge quase a mesma quantidade de pessoas ativas na pesca local, e que são de diferentes gerações.

Tem um moreno que tava lá, que é [pescador] profissional, "bicho". É difícil [ele pescar], agora é só na cana, só na cana agora. Lá só tem um mais jovem, que é meu sobrinho, de 20 anos. O resto são todo mais velho. Alí o mais novo desses mais velho tem 30 anos, 34 anos... Essa é a realidade da pesca atualmente. Taí, alí tinha uns dois que eles trabalhavam na pesca, aí pronto, parou, se dedicou só à cachaça. A cachaça dominou eles, eles não vão [pescar], aí só querem todo dia [peixe e dinheiro], todo dia. (Maurício, 32 anos).

Na pesca não basta somente que o ensino à tradição seja compulsório. Em muitos casos, o jovem aspirante a pescador não consegue a adaptação ao trabalho

¹⁵¹ O uso da maconha, porém, não impede, muito menos compromete as investidas dos pescadores ao mar, muito pelo contrário, vide o caso de uma tripulação descrita na seção 3.1.2. O álcool, sim, os tem distanciado da atividade pesqueira.

pesqueiro (embebedando-se), ou porque suas habilidades estão destinadas a outra coisa, e, nesta nova fase do lugar, é como ordem moral respeitar a vontade do filho.

Ele tá certo, porque a pesca é o seguinte: o negócio é sério, é pra cabra [que tem coragem]... E ele (filho) é um cabra que quer estudar, tem caneta (gosta de estudar), e fez certo. Eu era pra ser assim. Eu tenho curso de marinha, eu deixei a minha carreira [de marinheiro] pra cuidar deles (dos filhos). Eu poderia hoje ser um mediado (com estudo), uma coisa mais... (Ronaldo, 51 anos).

Nesses termos, jovens, em contato e interação com pessoas de sociedades modernas, apreendem normas e conteúdos distintos da cultura a qual fazem parte, de modo que progressivamente se afastam de sua cultura, figurando processos de hibridação (CANCLINI, 2003). Desse modo, dificilmente permanecem inalteradas a cultura original e também as pessoas nativas, posto que o processo da cultura alheia dominante se apresenta com mais força, disposição e atração para convencer novos agentes a dela fazer parte. Dentre as muitas transformações decorrentes do turismo, uma recai com força sobre o consumo de drogas ilícitas. A problemática é comum a muitos destinos turísticos com demanda e perfil de turistas semelhantes ao de Barra Grande. Assim, a droga é qualificada como desastrosa à população nativa, atingindo na sua grande maioria a juventude.

Só essas drogas mesmo aí que estão vindo meio pesadona. Cocaína, crack, tem muitas aí, vai se alastrando bastante aí... Atinge o público mais jovem, né? (Diogo, 28 anos).

Têm uns tipos de risco, principalmente com relação às drogas. Geralmente quando o fluxo de turistas fica alto, como a gente já falou lá atrás tipo Jeri[coacoara] que o pessoal sempre comenta. O maior risco talvez seja esse: a droga. (Carlos, 34 anos).

[O turismo é responsável] por muita coisa [ruim]. Quando cheguei aqui era pouco o aviciado de negócio de maconha, era pouco. Tem [relação com o turismo], tem, tem. Muda muito [o comportamento dos jovens], muito, porque, além do lugar tá crescendo rápido, tá chegando muita gente, tá entrando cada tipo de droga no lugar que você num sabe nem o que diabo é. Então, aquilo aí cada vez [mais] tá aviciando aqueles jovem naquela vida aí. (Tião, 54 anos).

O lado ruim [do turismo] é a questão das drogas, né? Antigamente tinha, mas num é como hoje, porque com o crescimento do turismo vem tudo junto, né? [...], as drogas é o maior risco, porque aqui a gente conhece muita gente e acaba que, conhecendo e andando nas noites, queira sim, queira não, a gente acaba... [...] Têm pessoas (turistas) que trazem as drogas e vêm usar aqui, e aí conhece o nativo (interage), e aí o nativo vai e pega (usa a droga), e aí as pessoas vão embora e aí o cara fica viciado. (Basílio, 23 anos).

É, vem aí a questão das drogas, que é uma coisa nova pra cá que antes não tinha. Veio com o turismo praticamente, porque é gente de vários lugares e ninguém sabe como que é, né? Pesado sim, agora tá começando. Antes, não. Antes era só a questão da maconha, essas coisas. Agora, não. Questão de risco é essa, assim. Traz coisas novas, coisas que não existiam aqui, que acabam ficando. (Diana, 24 anos).

[O turismo] traz coisa ruim, traz droga, essas coisas. Eu acho que sim, porque é de lá (dos turistas) que traz pra cá, e os meninos podem ser incentivados. (Francisca, 27 anos).

Mas a droga tá demais, demais nesse lugar (demonstrando bastante raiva e irritação), e num foi ninguém do Piauí que trouxe ela, não, é só esses que vêm de fora (turistas de outros estados do Brasil e do exterior). (Manoela, 65 anos).

Agora o que eu acho, assim, que o turismo trouxe muito para cá foi droga. Isso eu acho muito [inaudível]... A Barra Grande de hoje está muito mudada. Tu é louco! Nem se compara hoje com os últimos tempos atrás. Todo tipo de droga que eu vejo falar. Logo porque no começo era só maconha, e hoje em dia eu já ouço falar que é já pedra (crack), já isso, já é aquilo, já é num sei o que... Aqui na Barra Grande está uma loucura! (Mariana, 42 anos).

Tudo que vem o bom, vem o ruim. Antigamente num tinha esse movimento [na economia], mas também era difícil a gente ver esse negócio de droga. Todo lugar tem. Aí quando vem essas pessoas assim, expande mais o negócio [das drogas], violência... Vem o bom, vem o emprego, vem a facilidade do cara ganhar um troco (dinheiro), mas também vem isso aí, a droga, né? Num sei se tem, mas vem aí esse negócio desses estrangeiros, prostituição... (Miguel, 30 anos).

Junto ao aparecimento das drogas, iniciou-se o processo de marginalização de muitos pescadores, havendo o abandono da pesca por alguns. Atualmente, na condição em que vivem, passaram à função de simples ajudantes.

Primeiramente, os mais velhos não trabalham mais, e esses mais novo só quer tá na droga. Quando nós chega do mar tem um bocado [de ajudantes] na beira da praia. Alí tudo é filho de pescador. Aí o que ele faz? Ele deixa a gente chegar pra carregar aquele peixe, pra ganhar aquele peixe, pra vender pra comprar pedra [de crack], pra comprar maconha, pra comprar cachaça. Nenhum é [pra comprar comida]. Inclusive nós temos aqui um colega nosso, pai de família, que a gente tem pena dele, mas ninguém pode fazer nada, foi a vida que ele escolheu. O cara vende, tira aquela coisinha pros filho, o resto compra o vício. Aí então a gente acha que aquilo é triste. Mas o que a gente pode fazer? Nada! (Tião, 54 anos).

E tipo assim, já virou um hábito, já virou um emprego pra eles mesmo, eles já ficam alí só esperando. É um emprego porque eles vende, né? Eles faz é vender pra comprar as bebidinhas dele. Tu pensa que eles vão é comer, é? (risos). Comem é em casa. Alí é só pra vender pra comprar a droga. (Basílio, 23 anos).

Mais ainda, Sávio salienta que os frequentes roubos a sua barraca na praia possui ligação com o problema das drogas, bem como o turismo é classificado como co-responsável pelo crescente número de violência na localidade.

Vejo gente de todo lugar, gente boa, gente... Acho assim, isso é em todo lugar que tem, né? Em todo lugar existe esse negócio de droga, essas coisas... Agora aqui está tendo muito é caso de roubo, entendeu? Depois que entrou as drogas, já fui roubado um monte de vezes, bem umas sete vezes. Tu é doido! Ajeito minhas coisinhas e quando chego está tudo arrombado, aí (risos). (Sávio, 33 anos).

Do exposto, é evidente que não é somente pelo aparecimento de formas de trabalho ligadas ao turismo que a pesca está ameaçada. As mudanças derivadas da estrutura do turismo atingem de variadas maneiras a população nativa. A juventude está vulnerável, tanto para servir como mão de obra quanto para a marginalização proporcionada pelo consumo de drogas. Nesse sentido, o modo como o turismo tem sido planejado (de forma a promover a desigualdade social, levando à exclusão das pessoas nativas) responde pelo alargamento dos problemas sociais. É impossível se pensar o turismo somente pelo viés economicista. Há de se atentar ao social, sob o risco de marcar o fim não apenas da atividade pesqueira artesanal, mas, também, do modo de vida local, da cultura, etc., além do próprio turismo.

3.4.3 “*Eu num quero que ele (filho) seja que nem eu, não*”: identidades juvenis na pesca e no turismo

É comum a exposição da juventude pela interação turística, seja mediante as relações sociais ou através da realização de serviços diretos e indiretos, tanto em equipamentos turísticos como em pequenas trocas comerciais e na comercialização do pescado, inclusive. Tais relações expõem vidas diferentes e contrastantes, de modo que muitas características são trocadas e assimiladas, sobretudo por parte da juventude nativa. No cotidiano do lugar, observa-se a juventude local imitar a moda do consumo global trazida por turistas. Mais ainda, corpos juvenis retratam a cultura alheia, assimilada e aceita até por pessoas adultas, mostrando que não é apenas a juventude a principal acometida pelos deslocamentos identitários.

A partir do convívio com essa juventude, pode compreender melhor o teor e o interesse manifestos nas interações firmadas com turistas. Estritamente, a relação

entre jovens e turistas se reduz ao âmbito do capital, sendo tratadas com polidez e motivadas pelo aporte econômico contido no contato, seja pela prestação de serviço ou venda de produtos, muitos dos quais produzidos fora da localidade, sem haver definição identitária ou valorização da cultura local, a exemplo do artesanato vendido por Miguel (30 anos) em sua loja. Grande parte do artesanato vendido em sua loja vem de outros municípios, como Parnaíba.

A loja de artesanato administrada por Miguel e a esposa reflete tal cenário. Quando da realização da pesquisa, em determinadas partes do dia e da noite estive nesta loja. Percebi, no cotidiano de trabalho do casal, a forma como tratam turistas, comparando-os a símbolos monetários, elevados à categoria de compradores. As relações entre pessoas nativas e turistas, nesses moldes, não passam do interesse comercial, apesar da breve existência de trocas e assimilações culturais.



Imagem fotográfica 47: Loja de artesanato localizada no início da Rua das Pousadas. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.

Desse modo, o turismo se reproduz somente enquanto atividade econômica, esquecendo-se das interações e das trocas simbólicas, elementos necessários à experiência turística, seguindo aquilo que Krippendorf (2001) mais critica, quando o encontro entre turistas e nativos segue a lógica capital: é enganador e artificial. Tal situação contribui, de certa maneira, para ampliação da distância social e econômica entre as pessoas nativas e turistas.

Outra questão em torno da mudança na identidade das pessoas passa pela transformação do espaço social. Quanto a isso, numa simples caminhada noturna percebi que o não lugar do turismo é, ao mesmo tempo, lugar de diversão e lazer de turistas e lugar de trabalho das pessoas nativas. Uma caminhada com dois jovens construtores (Diogo e um amigo, colega de trabalho) pelas instalações construídas por eles me fez lembrar a música intitulada “Cidadão”¹⁵². Os jovens olhavam aquelas construções admirados e - com o rosto entristecido - comentavam que nunca teriam dinheiro suficiente para poder pagar uma diária num chalé que construíram. Ainda, durante o caminhar, Diogo revelou que aquela fora a primeira vez que esteve a noite naquele espaço de lazer, que considera não ser bem-vindo. Na volta da caminhada, curiosamente, encontramos com o avô (Marcondes), que ficou surpreso porque era a primeira vez que o avô de 69 anos também andava naquele lugar, estando ele em companhia de dois amigos de Salvador. Pouco mais cedo, levei João (37 anos) para caminhar pelo mesmo local, que revelou, também, ser a primeira vez que caminhava por aquele lugar à noite, desde que aquilo tudo passou a ser um não lugar (AUGÉ, 2012) utilizado por turistas, um local que ele não reconhece como sendo de Barra Grande, um local que ele não consegue adentrar.

Mais ainda, as pessoas que trabalham nos não lugares são deles excluídas; por lá não podem estar, como também não possuem renda compatível ao valor dos preços praticados nos equipamentos de alimentos e bebidas a uma simples refeição.

Há, ainda, o *kitesurf*, esporte que atrai dezenas de crianças e adolescentes em busca de sucesso repentino, porém difícil de ser atingido. Entretanto, quem dele participa dizem com a certeza de que “esses aí tão indo pro lado bom”.

Pra você ter uma ideia, aqui o turismo por uma parte foi tão bom, porque hoje nós tem filho do lugar aqui que já foi bater lá no fim do mundo velejando através desses kites. A gente tem gente daqui de dentro, que nem agora tem uns meninoszin aí que já vai bater na Alemanha, já através [dos kites]. Aqueles que tão fazendo aquilo já tão pensando que tem uma arte, um futuro pela frente, mas já tem muitos deles que... Têm uns que partem pro lado bom, que estudam, que vão pro kite. Aqui muitos meninoszin de dez anos tá no kite, já sabe velejar, sabe tudo, já dá aula, já faz tudo. Então esses aí tão indo pro lado bom. (Tião, 54 anos, pescador).

Aqui tem um projeto [inaudível] que é só o kite mesmo. Aí hoje tem uma escola aqui que o pessoal leva eles pra fora e tudo. Já tem gente aqui profissional. Tem uma escola aqui do menino aqui que é o Goffmann, que já ganhou (viajou) o mundo inteiro aí. (Ronaldo, 51 anos, pescador).

¹⁵² Música composta por Lúcio Barbosa e gravada por Zé Geraldo e Zé Ramalho, lançada no disco intitulado Terceiro Mundo, no ano de 1979.

Jovens locais trocam a canoa (que, talvez, nunca navegaram) por uma vela e uma pipa. São, nesse *status*, aspirantes a potenciais *kitesurfistas*, competindo com o sucesso e o sonho de se tornarem pessoas campeãs, mexendo no imaginário de crianças e adolescentes que enxergam no esporte a chance de mudança de vida, com vistas a criarem uma identidade de prestígio e *status* social aceito tanto pelas pessoas nativas como por todo o mundo, através da grande mídia que os divulga. A simples prática do *kitesurf* eleva o *status* de quem o pratica. Ser jovem e caminhar pelas ruas da localidade com uma prancha de *kitesurf* embaixo do braço é motivo para atração de olhares, cumprimentos e saudações por parte das pessoas nativas, incorrendo a imagem de notoriedade e busca por superação.

Nesse plano, há a legitimação de novas identidades a partir da inclusão do *kitesurf* pela juventude, a qual é projetada para novos cenários, distantes dos rumos da pesca, apesar de ser praticado no mesmo ambiente onde se pratica a pesca.

Outra maneira de a juventude adquirir *status* se dá via assalariamento nas atividades ligadas ao turismo, tendo efeito mais direto sobre a organização social e familiar em que participam. O poder do consumo mostra-se como divisor de águas e promove novas identidades. A juventude conquista possibilidades de integração e a identificação com grupos talhados por ideais distintos, que são vistos pela juventude local como melhor sucedidos, rejeitando o código cultural de origem.

Com isso, é possível determinar a inexistência de jovens que se identificam como pessoas da pesca. As pessoas jovens não se identificam no ofício pesqueiro, sendo apoiadas pelos genitores, pois “*eu num quero que ele (filho) seja que nem eu, não*” (João, 37 anos). Através disso, a ausência de identidade para a pescaria reduz o número de ingressantes à pesca artesanal:

[A quantidade de pescadores] reduziu, sim. Assim, praticamente, os que a gente sabe que são pescadores ainda não desistiram. Eles também já estão com idades e os filhos não continuaram, procuraram outras atividades. Algumas surgiram com o turismo, outras, não; outros por não gostarem de seguir [a pesca], não se identificam com a atividade [pesqueira]. (Diana, 24 anos).

Em tempos modernos, a juventude circula pelo mundo com uma frequência muito maior, tendo como veículos principais a Internet e o público turístico. O jovem, portanto, é uma pessoa como qualquer outra, é um cidadão do mundo moderno.

Depois que eu comecei a trabalhar [com turismo], eu comecei a abrir mais a cabeça, de conhecer outros lugares. É uma viagem que tu dá ao mundo sem tu ter que viajar, porque tu conhece gringo, tu conhece brasileiro que mora pra fora [outros estados], paulista, carioca... Gente de todos os tipos tu conhece. Então, é uma viagem que tu dá sem sair do teu lugar. (Basílio, 23 anos).

Noutro viés, a Internet se mostrou bastante efetiva ao despertar as pessoas jovens para o mundo moderno e global, provendo-as de informações e tirando-as da condição de “atrasadas”.

Outra coisa da Internet também é que antes num tinha aqui sinal de Internet e hoje tá tendo. Antes a gente era um pouco assim “atrasado”, entre aspas. Num tinha Internet, a gente não acompanhava... Assim, às vezes eu tenho raiva porque têm pessoas que conversam contigo e acham que tu é atrasado, só porque tu mora aqui. Aí quando tu vai conversando, aí perguntam: “cara, tu mora aqui? - Moro, aqui tem Internet, aqui tem todos os acessos que vocês têm. Se eu quiser um livro eu pego bem aqui, se eu quiser alguma coisa eu vou na Internet”. (Basílio, 23 anos).

Tanto pela interação com turistas de variadas culturas como pela Internet, as pessoas jovens conseguiram transpor a barreira do “atraso” a qual estão comumente associadas, dita por pessoas de fora que vivem no urbano. Do mais, através desses contatos físico e virtual as novas identidades são novamente acionadas, perfazendo o ideário juvenil. Visto isso, as analogias à cultura urbana vão além das vestimentas, tatuagens e modelos de cortes de cabelo: gosto musical, tipos de entretenimento e outras questões subjetivas entram na pauta das assimilações atualizadas no âmbito da cultura global de consumo.

Estas pessoas circulam pelo lugar dos nativos e nos não lugares do turismo, exercendo, quase sempre, dupla identidade. O vai e vem de pessoas que trabalham marca as idas e vindas identitárias, ainda que assumidas e descartadas diariamente, no convívio duplo no trabalho e na vida simples. O raiar do sol revela um trânsito de identidades possíveis, um intenso movimento de pessoas a seus portos de trabalho, a maior parte composta por mulheres jovens, vestindo uniformes que as identificam pelo nome pessoal, assumindo identidades de camareira, arrumadeira, cozinheira, etc. Ao fim de mais uma jornada de trabalho, o movimento contrário de pessoas que trabalham as reconduz às suas identidades de mãe, pai, marisqueira, pescador, etc.

Através, inicialmente, do trabalho pluriativo, a juventude experimenta novas nuances em torno de trabalhos distintos da pesca. Nisso, é comum a racionalidade em torno das atividades capitalistas marcarem o ideário juvenil que individualiza as

peças. Nesse meio, acionada pela racionalidade capitalista e o anseio por projetos individuais longe da pesca, a pluriatividade surge como uma estratégia primeira para o abandono da pesca e a adoção de novas identidades, com associação às funções exercidas no trabalho junto ao turismo. Orientado por essa lógica racional, Diogo compartilhou durante três anos o trabalho no turismo e na pesca, até desistir de vez da pesca e assumir o trabalho de carpinteiro, marcando para si o fim do trabalho na pesca artesanal.

Tá com uns 03 anos. Era regular que eu ia, todo santo dia eu ia. Saía de madrugada [pra pescar] e chegava [umas dez horas]. A tarde eu ia para alí, pra BarraTur (Associação de Condutores de Visitantes), porque lá é por escalação, eu ficava no turno da tarde. Era de canoa, levava os turistas. (Diogo, 28 anos).

A pluriatividade mostra-se, pois, como precursora para o abandono definitivo da pesca. Ao comparar ambas as atividades, a pesca artesanal é classificada como arriscada, perigosa e sofrida, diferente do trabalho assalariado que oferece o mínimo de conforto (ambiente com sombra, às vezes com ar condicionado, etc.) e garantia de salário fixo (mas sem questionamentos acerca do valor pago em forma de salário e as condições precarizadas no âmbito da realização do trabalho)¹⁵³.

São muitas e profundas as transformações pelas quais passam as pessoas nativas em Barra Grande. A pesca artesanal reduz-se diante do cenário de exclusão e esfacelamento do trabalho gestado na organização familiar, que encontra agora a mais grave situação, podendo culminar, inclusive, no seu fim. Ainda, a manutenção e transmissão do conhecimento pesqueiro foram diluídas nas fronteiras modernas alçadas pela estrutura do turismo e a articulação econômica que denuncia a cessão do trabalho tradicional na pesca para dar lugar a um processo de assalariamento das pessoas, cujo funcionamento regula e reorienta jovens, mulheres e homens para ocuparem-se em atividades até então desconhecidas do cotidiano tradicional.

A juventude, acometida por esse processo de transformação do lugar, vê de forma positiva as transformações em curso, justificando a suposta melhoria de vida simplesmente pela ordem das mudanças trazidas com o turismo, sem pra isso servir diretamente às pessoas nativas, principais agentes imbricadas no extenso processo de superposição do lugar tradicional pelo lugar da ausência.

¹⁵³ Mais informações sobre, rever as seções 3.1.1 e 3.4.1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para escrever o final deste trabalho, recorro ao início para informar que lidar com o estudo etnográfico é fascinante do ponto de vista da compreensão, com força e intensidade necessárias à sensibilidade adquirida mediante ao que se pretende pesquisar, num ato envolvimento de descobrir o que não está visível.

O olhar e o ouvir devem ser sensíveis e capazes de revelar o irrelatável e de dizer o indizível. Contaminar-se pela lógica do lugar, pelo cotidiano das pessoas, pelas amizades e relações afetivas é um importante passo para encontrar aquilo que não se poderia perceber senão sem o minucioso esperto olhar de quem se propôs a pesquisar, a mergulhar de fato num mundo o qual lhe é estranho, inclusive.

Acionar os atos cognitivos, como versa Oliveira (1996), não é uma tarefa das mais simples como se poderia imaginar. Na verdade, trata-se de ação que demanda cuidado e sutileza, de maneira que se deve realmente transpor à natureza daquele lugar. Tomar dores e partido daquelas pessoas para si, as imperfeições e correções, etc., mas sem esquecer-se da neutralidade. É preciso atenção, sempre.

O envolvimento e as relações com as pessoas informantes denunciam que não devemos ultrapassar os limites circunstanciais. O ato de pesquisar requer bom senso, além de saber definir até onde se pode ir, senão não se vai. É, também, um tempo para autoreconhecimento. Você não vai sozinho para o campo. Há também o conteúdo assimilado mediante o farto estudo bibliográfico, e tudo isso mexe com os sentidos, conflitando com os atos cognitivos que acabaram de ser acionados.

Essas coisas, contudo, fazem sentido quando tudo vai se encaixando: coisas mudam de lugar, cenários também. Assim, compreendi que no lugar onde pesquisei existem particularidades até então inéditas, como a descoberta de que as mães aqui não socializam os filhos na pescaria como a literatura específica sempre indicou. Há muita coisa semelhante, até porque não era para ser tudo igual e aparente.

O escrever, finalizando, segue a mais dureza das imperfeições. Confunde-se a mente com tantas informações, e no olhar e no ouvir esquece-se de escrever tudo, muito embora nem tudo vá caber no estudo. Há coisas que, pela confidencialidade, não é passível de entrar nos detalhes, uma vez que me foi atribuída confiança pelas informações repassadas, e, assim, as mantereí com sigilo e segredo absolutos.

Após esse breve retorno à metodologia do trabalho, trago as considerações finais que, querendo ou não, não são finais, haja vista o arcabouço de contribuições que as pessoas da pesca e o lugar ainda têm para tratar em pesquisas outras.

As transformações ocorridas nos territórios aquático e terrestre no âmbito da pesca artesanal na localidade Barra Grande datam de cerca de vinte anos, quando o aparelhamento privado da estrutura moderna do turismo passou a impor às pessoas nativas e da pesca um novo ritmo no modo de vida local, mormente mais acelerado.

As atribuições na localidade são de natureza econômica, social e cultural, marcadas pela essência urbana que definitivamente impõe novas formas de viver no local, transformando o lugar da tradição pesqueira em um não lugar do turismo, pois o que encontramos atualizados são traços constitutivos de uma cultura mais ampla e moderna, em discordância com a simples vida nativa de quem labora no mar.

A pesca artesanal já não figura mais como a principal economia local, que foi substituída pela economia capitalista sazonal dos equipamentos turísticos, revelando situações de dependência e falta de autonomia nos modos de vida e de reprodução da população nativa, cada vez mais interligada às atividades do turismo.

A vida e o trabalho no lugar da tradição mudaram. A reconhecida função em torno da pesca artesanal tornou-se residual, uma simples atividade de trabalho feita, ainda, por pessoas adultas e idosas. No total, ativamente, são pouco mais de vinte resistentes pescadores às lides do arriscado, sofrido, perigoso e laborioso trabalho artesanal no mar, mas que é fonte de alimento e renda para as poucas famílias que ainda dependem dos resultados que a atividade proporciona, embora nem todos os membros praticarem-na, haja vista pessoas da segunda e da terceira geração das atuais famílias não se identificarem mais com a atividade artesanal, deslocando-se para atividades de trabalho em setores do turismo.

Além disso, para as pessoas ativas na pesca, esta atividade é constituidora de autonomias possíveis, providenciando a felicidade social para quem diariamente executa o trabalho artesanal, muito embora qualifiquem a atividade como ariscada e perigosa. Nesse horizonte, ainda que reconheçam o risco da pesca, quem a realiza possui saber-fazer necessário para contornar as condições adversas da natureza, denotando independência perante suas atribuições, inclusive em terra.

Percebendo as duas atividades (pesca e turismo), as pessoas que exercem funções em empresas de turismo encontram-se sob o regime das leis trabalhistas¹⁵⁴, bem como pelas condições precarizadas que caracterizam a natureza desse vínculo, com baixos salários e jornadas de trabalho em excesso, principalmente. Na prática, estão sob a ordem cativa que prende as pessoas que trabalham a amarras ditadas por empresas capitalistas. Quem trabalha na pesca, por seu lado, vive na liberdade que arregimenta relações nessa atividade. O objeto de trabalho pode ser acessado livremente e de forma indivisível, ambiente que por sua natureza torna o trabalho pesqueiro liberto, livrando o pescador da sujeição do mercado capitalista. Com isso, a pesca em Barra Grande segue livre, com o labor ditado por quem realmente pesca e conhece a realidade do trabalho pesqueiro.

A pesca artesanal continua como sendo a atividade de quem iniciou quando criança ou adolescente, na socialização feita pelo pai. Entre os pescadores ativos, o mais jovem tem 21 anos de idade, mas este, no entanto, é exceção. Pesca porque o grupo de pesca no qual é tripulante tem foco na produtividade e consegue lhe prover bons rendimentos, o que poderia não alcançar nos demais. À exceção desse jovem pescador, o mais jovem “pescador mesmo” guarda 32 anos de idade. Afora os dois, a pesca é praticada por pessoas adultas e idosas, as quais dificilmente debandariam por outros vieses de trabalho pelo turismo.

Como vimos, são muitas as contribuições que competem ao fim da pescaria artesanal, sempre com associação às mudanças no espaço rural em decorrência da modernidade que ancora percepções atualizadas de mundo e possibilidades de existência, identidades, etc. no âmbito do turismo e das transformações vigentes do próprio avanço da sociedade, das políticas públicas e da economia liberal.

As mulheres passaram as transformações mais significativas. A pesca como atividade econômica não faz parte do ideário feminino, haja vista as oportunidades em volta do emprego formal nos equipamentos turísticos, com ofertas de salário fixo com carteira assinada, o que jamais pensaram ter algum dia residindo na localidade. Nesses moldes, a elas são destinadas extensas jornadas de trabalho, a maior parte com carga horária incompatível aos contratos firmados. Aliado a isso, aconteceram mudanças no interior das famílias com a redistribuição de poder entre o casal. A

¹⁵⁴ Em situação mais grave estão as pessoas trabalhadoras que não são registradas formalmente pelas empresas do turismo em razão do seguro defeso, pois estas não são atendidas pelos direitos trabalhistas em casos de acidente de trabalho (auxílio doença), seguro desemprego e contribuições previdenciárias, por exemplo.

esposa-mãe, antes com participação apenas complementar sobre a renda familiar, ganhou nova importância mediante o custeio das despesas da casa. As mudanças não se restringiram somente a isso. As mulheres conquistaram o espaço público, mesmo que de forma limitada, mas já se percebem avanços. As tarefas inerentes a casa foram também redistribuídas, tendo o homem participado de alguma maneira, pois se percebe que a maior parte do trabalho continua sendo realizado pela mulher. Numa das famílias pesqueiras, essa divisão de tarefas entre o cônjuge está bastante adiantada, havendo tarefas específicas a cada gênero. A tradicional reprodução da mulher do lar aos poucos tem sido reconfigurada, rompendo o círculo de vivência em torno da cultura patriarcal. As mulheres, pois, trabalham e possuem renda própria. As filhas, por sua vez, seguem estudando na busca de conseguir uma “vida melhor”, menos sofrida que a de suas antepassadas.

Ainda assim, é importante clarear que as transformações em torno da vida da mulher não se reduzem apenas ao salário e do acesso ao emprego formal. É relevante informar sobre a implantação de políticas públicas direcionadas às mulheres, assim como pelo o aparecimento de organismos públicos, privados e não governamentais dispostos a mudar a realidade de vida da mulher. Isso posto, a atuação feminina e a participação na sociedade pública esteve atrelada ao próprio desenvolvimento e avanço da sociedade como um todo, e não somente pelo salário conquistado mediante a venda da força física. Mesmo assim, o turismo aparece como impulsionador para o livramento da mulher da subordinação ao marido e da exclusão do espaço público, porque é a partir do assalariamento que a mulher se torna apta a acessar os espaços, participando da sociedade de maneira autônoma e independente.

Os homens vivenciam a pesca no cotidiano, da mesma forma como faziam há vinte anos. No geral, pouco mudou nas embarcações, à exceção do motor e do aparelho de GPS que foram adicionados. As embarcações continuam com as iguais características, revelando canoas de sete a nove metros de comprimento, e somente três barcos resistem no porto de baixo, conhecidos por lancha. Houve o decréscimo da produção pesqueira desde o fechamento da fábrica de gelo, há aproximadamente quinze anos. Toda a estrutura em torno da pesca capitalista acabou-se junto com a fábrica de gelo. No momento atual, por outro lado, pescadores acumulam maiores vantagens em decorrência de o público direto ter se aproximado, fato que conseguiu maximizar a renda de quem vive da pesca. Turistas e excursionistas passaram a

ditar o comércio do pescado, sem esquecer-se da importância das pessoas nativas em realizar a compra do pescado a preços significativos e mais justos que agentes externos à pesca, como atravessadores e intermediários não pescadores. Com isso, o turismo pôde trazer-lhes maior rendimento monetário, mas sem o efeito da sobre-exploração do objeto de trabalho, muito menos por maior esforço dos pescadores nas suas lides diárias com o mar.

O turismo, no entanto, se reduz ao ganho capital. As benfeitorias percebidas são de ordem econômica, elevando o ganho das pessoas nativas, muito embora os custos de vida também foram elevados, dificultando ainda mais a vida de quem não participa diretamente da lógica do turismo ou a ele não está vinculado indiretamente. Precisamente, o mesmo turismo que favorece o emprego e a melhoria de renda é o responsável pelo aumento indiscriminado do consumo de drogas e da exploração sexual infantojuvenil, por exemplo. Mais ainda, a população nativa passa a ser refém do caos¹⁵⁵ instalado quando do acréscimo de pessoas de fora em épocas de grande fluxo turístico.

A juventude, mormente responsável pela continuidade da pesca artesanal, é também acometida pela modernização da localidade. O avanço da escola liberal sobre o lugar e a abertura de empregos atrai a juventude para o trabalho inverso ao da pesca, no setor do turismo. Agentes jovens enxergam as possibilidades de pôr em execução os seus projetos de vida nessa atual fase pela qual passa a localidade, podendo estudar e buscar uma vida que julgam ser melhor. A individualização marca o cotidiano de vida da juventude diante das possibilidades de assalariamento rápido, inserindo-a na cultura global de consumo. Nisso, relações com pessoas de fora são estreitadas com facilidade, motivando situações antagônicas, haja vista a diferença de interesse das pessoas de fora para com a juventude local. O aparecimento de drogas causa muita preocupação por parte das pessoas nativas, levando a inúmeros conflitos familiares, conforme presenciei no cotidiano da pesquisa com membros das famílias que contribuíram com a pesquisa¹⁵⁶.

¹⁵⁵ O grande número de turistas em épocas de alta temporada gera muitos transtornos às pessoas do lugar: trânsito intenso de veículos, consumo de bebidas alcoólicas em excesso, carros de som com volume excessivo, desligamento da rede de energia elétrica por sobrecarga no sistema, falta de água devido ao consumo em demasia, aumento considerável do preço de alimentos e de água mineral, etc.

¹⁵⁶ Por vezes presenciei conflitos familiares em razão do consumo de drogas, tanto as lícitas quanto as ilícitas. Tais conflitos culminaram, inclusive, com fragmentação de grupos de trabalho, levando à criação de novos grupos, desfazendo a unidade familiar estritamente pescando em conjunto.

A preocupação também reside sobre o futuro da pesca. Atuais pescadores reclamam da ausência de jovens pescadores, muito embora queiram ver seus filhos longe da pesca. Pelo lado das mães, assim como os pais, estas querem ver os filhos estudando para ser alguém na vida, para terem uma vida que não puderam ter.

Nesse relevo, a transmissão geracional do conhecimento pesqueiro parece ter chegado ao limite. Não há quem queira ingressar na pesca nos moldes em que a localidade está vivenciando, posto que o turismo e suas inúmeras possibilidades de se ganhar dinheiro abocanham aparentemente qualquer pessoa em idade produtiva, seja homem ou mulher. O hábito e a tradição pesqueira não se encontram nem mais nas pessoas as quais têm preservado todo o arcabouço do saber-fazer da pesca, tendo em vista que essas pessoas também não acreditam na importância do jovem aprender a pesca, com a alegação dos riscos e perigos próprios da atividade, e que o turismo está aí para abarcar a todas e todos, provendo melhorias materiais rápidas e significativas na vida de quem consegue inserir-se nos equipamentos do turismo, mesmo que não se atente às condições empregatícias do trabalho formal e informal.

Mediante as considerações, o estudo possibilitou reconhecer a forma como tem vivido as pessoas da pesca na localidade Barra Grande, sobretudo situando-as na família, no trabalho tradicional ou formal, assim como na juventude e os aspectos geracionais inerentes ao futuro da pesca.

Mormente o exposto, percebem-se preocupações latentes nas pessoas da pesca ao acionarem as capacidades reflexivas em meio às consciências prática e discursiva para ladearem as vivências acerca das formas de trabalho, da família e sobre a sucessão geracional na pesca.

A ampla modernização do lugar devido ao turismo, à mídia de comunicação em massa, à Internet, à escola, à cultura do consumo, etc. fez com que as pessoas nativas pudessem ter acesso a informações mais precisas e criar expectativas mais condizentes a suas realidades. São evidentes os avanços e conquistados materiais pelas pessoas nativas, embora possam ser consequências do investimento público e privado destinado ao turismo, principalmente, e que recaem indiretamente sobre as pessoas do lugar. Mais ainda, é imprescindível informar, mais uma vez, o papel das políticas públicas e o avanço da sociedade nas últimas duas décadas, que também acompanharam o desenvolvimento do turismo, o qual por elas foi beneficiado. Com isso, as pessoas nativas de Barra Grande viram-se arregimentadas pelos processos ora estabelecidos, semelhante a experiência vivida em grande parte do país, mas

que aqui possui estreita relação com um desenvolvimento em específico, que foi o fortalecimento e a consolidação do turismo enquanto principal fator de crescimento da economia local.

As vozes subalternas das pessoas que vivenciam diariamente os efeitos da atividade do turismo certamente têm muito a contribuir. Relatam nuances positivas e negativas das transformações que aconteceram no lugar: o livramento da mulher da subordinação aos maridos; a conquista do primeiro emprego formal pelas mulheres; os ganhos monetários e o consumo obtido através do assalariamento; as condições precarizadas e as longas jornadas de trabalho; o aparecimento das drogas e da violência sexual infantojuvenil; o fim da pesca pela juventude; a venda do pescado diretamente a turistas/excursionistas, sem o atravessador, etc.

O acionamento da noção de reflexividade ocorre consoante à percepção das pessoas da pesca acerca das transformações pelas quais passaram o lugar e suas vidas, impostas compulsoriamente pela moderna atividade do turismo. Desse modo, visualizam com nitidez as causas e os efeitos da vida moderna no cotidiano de suas vidas atualizadas. Analisam, inclusive, quando ganham e quando perdem, tanto na vida social quanto territorial com a supressão relativa das relações sociais e a venda de terrenos e retenção de espaço físico para o turismo e as relações capitais.

As mudanças invadem o espaço da casa e as relações internas às famílias; mudam-se as relações com as pessoas nativas pela inclusão de pessoas de fora no âmbito da vizinhança e das relações de trabalho. As pessoas com nomes difíceis de pronunciar passam a fazer parte de quem outrora vivia com pessoas simples, e hoje compartilham de culturas e muitas vezes figuram como reles prestadoras de serviço, sem experimentar o modo de vida moderno que as pessoas de fora e estranhas têm.

Neste horizonte, observa-se que a natureza encontrada na moderna - mas tradicional - localidade Barra Grande é um cenário que contrasta entre o rústico e o moderno das pousadas, dando a dimensão do que se quer mostrar: o lugar idílico para turista conhecer, ou seja, um cenário criado artificialmente, de modo a acolher o dinheiro daquelas pessoas que visitam.

Nesses moldes, a maneira como tem sido planejado e operacionalizado o turismo amplia a distância que separa as pessoas nativas da pesca e as pessoas de fora - turistas domésticos e internacionais -, de classes de consumo elevadas. Nisso, apesar da inserção considerável de pessoas trabalhando nas atividades do turismo, não se pode concluir que esta tem sido a melhor maneira de se viver na localidade,

tendo em vista a falta de cálculo em torno do custo dos efeitos sociais e ambientais causados à natureza do lugar e das pessoas.

Diante do exposto, pode-se concluir que a atividade do turismo possibilitou conquistas materiais significativas às pessoas nativas, mediante a aquisição de produtos, bens e serviços capazes de proporcionar certa facilidade de vida. Por outro lado, mudanças na cultura local pela supressão da pesca artesanal - podendo indicar riscos ao fim da pesca - colocam o turismo como a atividade que trouxe insegurança à vida das pessoas da pesca (pelo aumento, ainda que mínimo, de crimes pequenos e alguns grandes, como assassinatos ocorridos no período da pesquisa de campo). Sem falar os vários tipos de efeitos e complicações trazidas à tónica da localidade, como o aparecimento das drogas e aumento da violência, com furtos e roubos fazendo parte da experiência moderna de se viver na localidade.

A preocupação maior do estudo esteve pautada nas relações entre o turismo e a pesca artesanal, com ênfase às questões envoltas do trabalho que é dinamizado por membros das famílias pesqueiras artesanais, assim como pelo aspecto do futuro da atividade da pesca em razão das transformações que versam sobre o lugar. Com isso, limitamo-nos aos aspectos econômicos, sociais e culturais que ladeiam a pesca artesanal e as pessoas agentes que dela se utilizam para a reprodução social.

Ainda, nos balizamos por temas que interiorizam as discursões mais gerais, como as questões envolvendo gênero e pesca, territorialidades, ruralidades, povos e populações tradicionais, juventude, trabalho tradicional e formal, turismo, identidade, entre outros, de modo a perfazer ligações com as categorias principais.

Nessa perspectiva, questões de natureza ambiental e biológicas, espaciais, religiosas, associativas, institucionais, ordenamento pesqueiro, desigualdade social, saúde, etc. são postos como novas possibilidades para estudos complementares, de modo que a pesca artesanal e o turismo sejam melhor observados para um possível planejamento que leve em conta os anseios da sociedade local nativa. Mais ainda, a leitura da pesca artesanal deve ser exercida com lentes corretas e com sensibilidade para incorrer com ética o trabalho de pesquisar um grupo de pessoas que carrega um conhecimento extenso, de uma cultura cheia de mistérios e com vigor físico impressionante, tamanho os exemplos observados na labuta diária da etnografia.

Por tudo isso, espera-se uma maior união entre as pessoas nativas da pesca para que sejam pautadas junto ao poder público e privado maneiras de resolver os conflitos em evidência, com o objetivo de equilibrar a conta da imposição do turismo

sobre o modo de vida das pessoas da pesca. Mais ainda, é ideal que o turismo seja gestado de forma a trazer melhorias à vida da população nativa, com investimentos em infraestrutura e equipamentos de lazer, saúde e educação para que se consiga viver mais e melhor, fazendo com que a pesca conviva em consonância à atividade do turismo, criando, inclusive, um turismo sustentável que, embora pareça utópico, é capaz de desenvolver-se. Basta, para isso, investimento em capital humano e social responsável, garantindo a participação da população nativa nas decisões a serem tomadas e executadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

AGUIAR, Robério Bôto de; GOMES, José Roberto de Carvalho. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Cajueiro da Praia**. Fortaleza: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2004.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.1, n.1, p. 66-83, 1986.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho. In: **Anais do Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho**, São Paulo, 2008.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 9. ed. Campinas/SP: Papirus, 2012.

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: _____; BARRETTO, Margarita (Orgs.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

BECK, Anamaria. Pertence à mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, v.7, n.10, p. 8-24, 1991.

BLUME, Roni. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. 2004. 179 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: _____. (Coord.). **A miséria do mundo**. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997. p. 693-732.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. In: NIEMEYER, Ana Maria de; GODOI, Emília Pietrafesa de. (Org.). **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os**

estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1998. p. 133-166.

_____. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v.10, n.1, p. 11-27, 2007.

BRUMER, Anita. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: MENEZES, Maria Aparecida; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 215-233.

CALVENTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas. **No território Azul-Marinho: a busca do espaço caiçara**. 1993. 161 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade. In: CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. p. 81-92.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Viver, aprender e trabalhar: *habitus* e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v.6, n.1, p. 165-177, 2011.

CARNEIRO, Maria José. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, Maria José. (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012. cap. 1, p. 23-50.

_____. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 223-240.

_____. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Maurício; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. (Org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998a. p. 95-118.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.11, p. 53-75, 1998b.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlandis & Vertecchia, 2009. p. 194-226.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

CÔRREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n.37, p. 5-16, 1981.

CORDELL, John. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna; MOREIRA, André de Castro. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

COSTA, Livia Fialho da. Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria. (Orgs.). **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009. cap. 13, p. 355-371.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

CUNHA, José Maria Alves da. et al. Turismo (in)sustentável em Barra Grande (PI): conflitos, impactos, desigualdade e exclusão social. **Geografar**, v.11, n.1, p. 152-173, 2016.

_____; SILVA, Valéria. O turismo global em Barra Grande: novos processos socioculturais, multifuncionalidade e pluriatividade no espaço rural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, 2018. No Prelo.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v.3, n. 2, p. 361-375, 1999.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

DOMINGUES, José Maurício. Estruturismo e estruturação: Bourdieu e Giddens. In: _____. **Teorias sociológicas no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, cap. 4, p. 55-70.

_____. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. **Tempo Social**, v.14, n.1, p. 67-89, 2002.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói, RJ: EdUFF, 1999.

EISENSTADT, Shmuel Noah. **De geração a geração**. Tradução de Sérgio P. O. Pomerancblum. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

FAVARETO, Arilson. A racionalização da vida rural. **Estudos sociedade e agricultura**, v.14, n.1, p. 9-48, 2006.

FERREIRA, Daniela Caruza Gonçalves. **A invenção de Barra Grande**: construção, transformação e conflitos de um destino turístico no litoral do Piauí. 2012. 168 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

FORACCHI, Marialice Menzarini. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

GARCIA JR., Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Maria Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. cap. 8, p. 213-243.

GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKEL, George. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. cap. 3, p. 64-89.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. cap. 2, p. 89-166.

_____. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, n.91, p. 7-22, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v.7, n.1, p. 43-81, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

IKEDA, Alberto Tsuyoshi. et al. Apresentação à coleção. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Maria Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. (Org.).

Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 9-17.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil / Piauí / Cajueiro da Praia.** Disponível em: < <https://goo.gl/ouhqne> > Acesso em: 31 dez. 2017.

_____. **Piauí >> Cajueiro da Praia >> infográficos:** despesas e receitas orçamentárias e PIB. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/MiGdM4> > Acesso em: 30 maio 2016.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). **Seguro-desemprego do pescador artesanal.** Disponível em: < <https://goo.gl/pfqLWR> > Acesso em: 06 mar. 2018.

IRVING, Marta de Azevedo. Sustentabilidade, turismo e sociedade. In: LEITE JÚNIOR, Plínio Pimentel. **O valor social do turismo.** São Paulo: Roca, 2007. cap. 2, p. 27-37.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008. p. 254-294.

KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline. A pesca artesanal no litoral do ES. In: KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline. (Org.). **Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal.** Vitória: EDUFES, 2015. cap. 1, p. 17-49.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução de Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2001.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. **Economia do turismo.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITÃO, Maria do Rosário de Tatiana Andrade. Gênero e pesca: o Conselho Pastoral da Pesca e sua contribuição para a trajetória da Articulação das Mulheres Pescadoras. In: KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline. **Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal.** Vitória: EDUFES, 2015. cap. 5, p. 139-159.

LIMA, Roberto Kant de. **Pescadores de Itaipu:** meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói (RJ): EDUFF, 1997.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v.12, n.25, p. 85-103, 2006.

_____. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. **Série Antropológica 322**, UnB, Brasília, 2002.

LOBO, Elisabeth Souza. Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Tempo Social**, n.4, v.1-2, p. 7-15, 1992.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia**. 1983. 301 p. Dissertação (mestrado). Mestrado em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Belém do Pará, 1983.

MACÊDO, Ermínia Medeiros. **O turismo na praia de Barra Grande - PI: impactos e contribuições ao desenvolvimento local**. 2011. 181 p. Dissertação (Mestrado). Mestrado Profissional em Turismo, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1994.

_____. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MANESCHY, Maria Cristina. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia**, n.11, v.2, p. 145-166, 1995.

_____; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos. **Revista Coletiva**, n.1, p.1-5, 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/NuysSo> > Acesso em: 08 ago. 2017.

_____; SIQUEIRA, Dias; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Estudos Feministas**, v.20, n.3, p. 713-737, 2012.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. Tradução de Maria Cecília F. Donnangelo. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice Mencarini. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 91-97.

_____. O problema da juventude na sociedade moderna. In: MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico de nosso tempo**. Tradução de Octavio Alves Velho. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. cap. 3, p. 47-72.

_____. O problema sociológico das gerações. Tradução de Cláudio Marcondes. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.). **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.

MELO, Samuel Pires. O excedente no campesinato e agricultura familiar: continuidades e rupturas. In: XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL. 2012, Teresina. **Anais eletrônicos...** Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/DI8HBi> > Acesso em: 01 jun. 2017.

MILLER, Francisca de Souza. **A organização social de uma comunidade de pescadores-agricultores do Litoral Sul do Rio Grande do Norte**. 1992. 142 p. Dissertação (mestrado). Mestrado em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, v.3, n.2, p. 377-399, 1999.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. Família contemporânea. In: _____. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. cap. 2, p. 65-107.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, v.39, n.1, p. 13-37, 1996.

PANOSSO NETTO, Alexandre; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Cenários do turismo brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **“Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Polis; Campinas/SP: CERES, 2006.

_____. **Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE**. Tese. 300 p. (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

_____. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. **Revista de Antropologia**, v.54, n.1, p. 315-352, 2011.

REZENDE, Ricardo de Oliveira. Abordagens teóricas sobre turismo comunitário. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. (Org.). **Turismo, territórios e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Graphium Editora; Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira; KADOTA, Décio Katsushigue. **Economia do turismo**. São Paulo: Aleph, 2012.

SILVA, Adriano Prysthon da. **Pesca artesanal brasileira**. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. **Caiçaras e jangadeiros**: cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo: CEMAR/USP, 1993.

SILVA, Maria da Glória Lanci. **Cidades turísticas**: identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA, Valéria. Diálogos juvenis no Sudoeste Piauiense: as juventudes, o rural e a cidade. In: LUZ, Lila Cristina Xavier; ADAD, Shara Jane Holanda Costa; SILVA, Valéria. (Org). **Juventudes rurais e urbanas**: territórios, culturas, sociabilidades e identidades. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 89-125.

_____. Rabicheiros e bazuqueiros: trânsitos identitários juvenis rurais na diáspora do agronegócio. In: CIRINO, Carlos Alberto Marinho. et al. (Org.). **Diálogos interculturais na Panamazônia, 2011**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013. p. 2058-2073.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, salário e família**: *ethos* e racionalidade produtiva no cotidiano camponês. 1998. 397 p. Tese (Doutorado). Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.

TIMM, José Ubirajara. O artesanato pesqueiro: suas origens, adversidades e perspectivas. O enfoque nacional e aspectos da problemática catarinense. **Revista de Administração Pública**, v.12, n.3, p. 183-224, 1978.

TRIBE, John. **Economia do lazer e do turismo**. Tradução de Maria Cláudia Pires Lopes. São Paulo: Manole, 2003.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade**: tendências contemporâneas. Campinas, SP: Papirus, 1996.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, v.11, p. 1-13, 2012.

VASCONCELLOS, Marcelo; DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna; SALES, Renato Rivaben de. **Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira nacional**. São Paulo: NUPAUB, 2005.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: _____. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

VIANNA, Andrea de Albuquerque. Nem tudo que reluz é ouro: turismo e conflitos urbanos. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v.3, n.1, p. 121-137, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.15, p. 87-145, 2000a.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.2, p. 29-37, 2000b.

_____. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

_____. **Marialice Foracchi e a formação da sociologia da juventude no Brasil**. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/hydxFz> > Acesso em: 24 abr. 2017.

WELLER, Wiviam. A atualidade do conceito de gerações em Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, v.25, n.2, p. 205-224, 2010.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WOLF, Eric Robert. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Da complementariedade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste**. Anuário Antropológico nº 111. Brasília, 1991.

_____. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiante do Nordeste**. São Paulo, Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

WOORTMANN, Klaas. **“Com parente não se negueia”**: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico nº 87. Brasília: Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.

_____. Migração, família e campesinato (1990). In: WELCH, Clifford Andrew. et al. (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. cap. 12, p. 217-238.

ANEXOS



Imagem fotográfica 48: Bares e restaurantes da beira da praia, lado esquerdo. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.



Imagem fotográfica 49: Bares e restaurantes da beira da praia, lado direito. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.



Imagem fotográfica 50: Pescador e jovens trabalham na limpeza das redes de pesca após a pescaria. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.



Imagem fotográfica 51: Jovem realiza trabalho de manutenção (limpeza do casco) da embarcação de seu avô, que há tempos não pesca por falta de pescadores. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.



Imagem fotográfica 52: Porto Camboas, local onde são consertadas as embarcações e onde estão concentrados jovens que realizam o passeio do cavalo marinho através de canoas. José Maria Alves da Cunha, agosto de 2017.



Imagem fotográfica 53: Jovem realizando manobras com prancha de stand up paddle. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.



Imagem fotográfica 54: Pescadores trabalhando na manutenção das redes de pesca. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.



Imagem fotográfica 55: Momento de lazer com pessoas nativas e pescadores. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.



Imagem fotográfica 56: Posto de saúde da localidade. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.



Imagem fotográfica 57: Praia com grande concentração de turistas em dia de feriado. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.



Imagem fotográfica 58: Estacionamento por trás dos bares e restaurantes da praia, no lado direito. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.



Imagem fotográfica 59: Turistas caminham pela localidade atrás dos bares e restaurantes da praia. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.



Imagem fotográfica 60: Equipamentos de alimentos e bebidas na Rua das Pousadas em noite de feriado. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.



Imagem fotográfica 61: Turistas, pescadores e kitesurfistas dividem o espaço da praia. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.



Imagem fotográfica 62: Movimento de turistas na praia em dia de feriado, nos bares e restaurantes do lado esquerdo. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.



Imagem fotográfica 63: Concentração de ônibus de excursão em dia de feriado prolongado. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.



Imagem fotográfica 64: Equipamentos de alimentos e bebidas na Rua das Pousadas. José Maria Alves da Cunha, janeiro de 2018.



Imagem fotográfica 65: Trabalhadores locais realizam manutenção no telhado enquanto turistas utilizam o espaço. José Maria Alves da Cunha, janeiro de 2018.



Imagem fotográfica 66: Aspectos de ruas de areia da praia onde residem pessoas nativas. José Maria Alves da Cunha, setembro de 2017.



Imagem fotográfica 67: Principal acesso de pescadores e pessoas nativas ao Porto de Baixo. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.



Imagem fotográfica 68: Pescador exhibe sua produção. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.



Imagem fotográfica 69: Pescadores fazem a última lavagem do pescado antes do transporte às pesqueiras. José Maria Alves da Cunha, outubro de 2017.

APÊNDICES

TÓPICOS GUIA – ENTREVISTAS COM OS PAIS

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Identificação:	
Nome:	
Idade:	
Profissão:	

TÓPICO I: TRABALHO

- Turismo e as mudanças no trabalho na pesca;
- Turismo e impactos na produção pesqueira;
- Como é a pesca atualmente;
- Vantagens de continuar na pesca;
- Abandono da pesca e mudança para o trabalho no turismo;
- Riscos para o trabalho na pesca trazido com o turismo;
- Oportunidades trazidas pelo turismo para o trabalho na pesca;
- Desafios impostos ao trabalho na pesca pelo turismo.

TÓPICO II: FAMÍLIA

- Participação de membros da família na pesca;
- Tarefas desempenhadas pelos membros da família na pesca;
- O trabalho familiar garante mais produção;
- Organização da família para a pesca;
- Incentivo da família para continuação da pesca;
- Riscos da família associados ao turismo;
- Oportunidades do turismo para a família;
- Desafios que a família passa em decorrência do turismo.

TÓPICO III: GERAÇÃO

- Continuação do trabalho na pesca pela prole;
- Turismo e influência para a prole optar pelo turismo;
- Aprova a prole desistir da pesca e trabalhar no turismo;
- Mudança de comportamento da prole em razão do turismo;
- Prole segue a tradição ou a moda do turismo;
- Incentivo ao estudo para a prole em busca de novos projetos de vida;
- Riscos para a prole em virtude do turismo;
- Oportunidades trazidas com o turismo para a prole;
- Desafios para a prole associada ao turismo.

TÓPICOS GUIA – ENTREVISTAS COM AS MÃES

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Identificação:	
Nome:	
Idade:	
Profissão:	

TÓPICO I: TRABALHO

- Mudanças na forma de trabalho a partir do turismo;
- Turismo e impactos na produção pesqueira;
- Empregos relacionados ao turismo para a mulher;
- Desempenho de atividades na pesca;
- Mulher e chances de trabalho;
- Mudança de trabalho na pesca para o turismo;
- Riscos trazidos com o turismo para a pesca;
- Oportunidades que o turismo trouxe para a pesca;
- Desafios associados com o turismo para a pesca.

TÓPICO II: FAMÍLIA

- Participação da família na pesca;
- Tarefas desempenhadas na pesca por membros da família;
- Trabalha com o marido na pesca;
- Produção familiar relacionada com o turismo;
- Trabalho na pesca e no turismo para a família;
- Incentivo ao marido para a pesca;
- Riscos enfrentados pela família a partir do turismo;
- Oportunidades trazidas com o turismo para a família;
- Desafio que a família passa após o turismo.

TÓPICO III: GERAÇÃO

- Continuação do trabalho na pesca pela prole;
- Turismo e influência para a prole optar pelo turismo;
- Aprova a prole desistir da pesca e trabalhar no turismo;
- Mudança de comportamento da prole em razão do turismo;
- Prole segue a tradição ou a moda do turismo;
- Incentivo ao estudo para a prole em busca de novos projetos de vida;
- Riscos para a prole em virtude do turismo;
- Oportunidades trazidas com o turismo para a prole;
- Desafios para a prole associada ao turismo.

TÓPICOS GUIA – ENTREVISTAS COM A PROLE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Identificação:	
Nome:	
Idade:	
Profissão:	

TÓPICO I: TRABALHO

- Trabalho no turismo e na pesca;
- Turismo e mudanças na pesca;
- Desempenho de atividades na pesca ou no turismo;
- Mercado de trabalho atual;
- Trabalho para a juventude;
- Mudança de trabalho da pesca para o turismo;
- Riscos do turismo para o trabalho na pesca;
- Oportunidades trazidas com o turismo;
- Desafios associados ao turismo para a pesca.

TÓPICO II: FAMÍLIA

- Participação da família na pesca e no turismo;
- Desempenho de atividades da família na pesca ou turismo;
- Participação no trabalho familiar;
- Produção familiar voltada à pesca;
- Trabalho no turismo ou pesca;
- Oportunidades trazidas com o turismo para a pesca;
- Riscos que o turismo trouxe;
- Desafios postos pelo turismo para a pesca.

TÓPICO III: GERAÇÃO

- Seguir os passos dos genitores e trabalhar na pesca;
- Turismo e influência para abandonar a pesca;
- Independência ao buscar projetos de vida;
- Mudança de comportamento com a interação com turistas;
- Cultura local ou do turismo;
- Desafios que o turismo trouxe para a pesca;
- Oportunidades trazidas com o turismo;
- Riscos relacionados ao turismo para a pesca.